

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrícia Tavares de Freitas

Imigração e Experiência Social:

o circuito de subcontratação transnacional

de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de

oficinas de costura na cidade de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da
Silva.

Março de 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Freitas, Patrícia Tavares de

F884i Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo / Patrícia Tavares de Freitas. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Josué Pereira da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Bolívia - Migração. 2. Coréia (Sul) - Migração. 3. Roupas – Confecção – São Paulo (SP). 4. Trabalhadores de confecção – São Paulo (SP. I. Silva, Josué Pereira da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Immigration and social experience: the transnational subcontracting circuit of Bolivian labor force to supply garment sweatshops at the city of São Paulo

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Bolívia – Emmigration and immigration

Coréia (Sul) – Emmigration and immigration

Sweatshops – São Paulo (SP

Clothing workers – São Paulo (SP)

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Josué Pereira da Silva, Rosana Baeninger e Alvaro A. Comin

Data da defesa: 28-04-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

C 1
R-1157

PATRÍCIA TAVARES DE FREITAS

Imigração e Experiência Social:

o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/04/2009

BANCA

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (Orientador)

Prof. Dr. Álvaro Augusto Comin

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Profa. Dra. Giuliana Franco Leal (suplente)

Profa. Dra. Selma Venco (suplente)

Em memória de Ermelinda de Souza e José Tavares

para Jorge, Sandra, Áurea, João e Luiza

família imensa

Agradecimentos

Apesar da elaboração de uma dissertação de mestrado ser um trabalho, em grande medida, solitário e autoral, ao longo da pesquisa, uma série de pessoas e processos é mobilizada e, se não explicam os erros que, porventura, o autor incorra, certamente constituem a especificidade do trabalho e muitos de seus acertos.

No caso da realização deste trabalho, de maneira geral, tive a sorte de contar com todo o apoio institucional do Programa de Mestrado do Departamento de Sociologia da Unicamp, a partir, principalmente, da secretária do programa, Christina, que sempre esteve disponível para todas as dúvidas e problemas vinculados à vida burocrática da pesquisa, além de auxílio financeiro do CNPq, ao longo desses dois anos. A orientação do prof. Dr. Josué Pereira da Silva, desse departamento, também foi de grande valia, pois além de ter me dado toda a liberdade para a realização da pesquisa, teve papel importante enquanto leitor crítico e generoso dos resultados do trabalho. As professoras Dras. Rosana Baeninger e Selma Venco, que participaram do exame de qualificação, também foram importantes em um momento decisivo do processo de pesquisa, ajudando a delinear melhor o enfoque do trabalho.

Para a constituição das condições preliminares para a realização desta pesquisa agradeço à profa. Dra. Vera da Silva Telles, do Departamento de Sociologia da USP, que me auxiliou enormemente na tarefa de escrever o primeiro projeto de pesquisa sobre o assunto desta dissertação. E também aos profs. Drs. Sylvia Gemignani Garcia e Álvaro Augusto Comin, do mesmo departamento, orientadores durante praticamente todo o curso de graduação, responsáveis pelo despertar da vontade de ser pesquisadora e que, pacientemente,

consideraram e leram todas as inúmeras idéias de pesquisa suscitadas ao longo do curso e a quem eu devo a introdução aos principais temas trabalhados ao longo desta dissertação.

Para a realização desta pesquisa também foram muito importantes a presença dos amigos, especialmente, Eujácio Roberto Silveira, Manoela Hoffmann, Diego Maia, Maria José, Carlos Pissardo, Jade Percassi, Melina Andrade, Dora Percassi Funcia, Carol Sampaio, Roberta Lopo Bezerra, Erêndira Simões, Ilan Lapyda, Caio Vasconcelos, Iara Rolnik, José Andery e o querido Itaquê Santana Barbosa que, de formas diversas, estiveram por perto.

Além daqueles que contribuíram mais diretamente para a realização desta pesquisa, como Paulo Tavares, companheiro de campo, a quem devo muito pelas longas e importantes conversas sobre arquitetura, tecnologia, arte, cinema e vídeo e por todas as histórias e tentativas em torno da imagem, pela cidade. Natália Melo, amiga e interlocutora intelectual, pela leitura atenta e crítica das versões desta dissertação, cujos comentários precisos foram de importante valia para a consolidação do texto final. O queridíssimo Fábio Candotti, irmão de alma, por todos os anos de conversas, experiências, pesquisas, confissões, textos escritos a quatro mãos, leituras e releituras – influência intelectual sem palavras, incomensurável – e também por todo apoio, inclusive, o tão necessário apoio técnico, de vizinho, durante a elaboração desta dissertação, além do carinho e paciência, imprescindíveis, principalmente, nos momentos finais do trabalho. E a querida grande amiga Maria Carlotto, interlocutora intelectual de muito tempo, pela leitura paciente de, pelo menos, duas versões desta dissertação e por todos os comentários e sugestões muito importantes ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, além do carinho e apoio de sempre.

E, finalmente, enquanto condição imprescindível para a realização deste trabalho, devo agradecer à minha pequena grande família, especialmente, à minha avó Áurea Rocha Tavares,

com quem aprendi sobre o amor às palavras e aos livros e compartilhei boa da infância, por todas as histórias, músicas, brincadeiras e passeios pela cidade de São Paulo e por toda beleza lúdica que me ensinou a ver nas coisas. Ao meu pai, Jorge Gomes de Freitas, filho de imigrantes portugueses, sempre às voltas com as questões urbanas, de quem herdei personalidade, interesses e formas de olhar. Por tudo que me ensinou sobre a ética nas relações humanas e sobre a paciência do ofício, o lapidar incessante da obra.

E, entre todos, o agradecimento mais especial e indizível devo fazer à minha mãe, Sandra Maria Tavares Graciano, mulher guerreira, de grandes batalhas e inúmeras e importantes realizações no mundo. Não só por tudo que me ensinou desde o útero, mas também pelo apoio cotidiano, paciência e amor sem os quais, com certeza, nada disso seria possível.

RESUMO

Esta dissertação aborda a imigração de bolivianos e coreanos para São Paulo, no contexto do setor de confecção. Focalizam-se as origens históricas do circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura informais – a princípio, de donos coreanos – e a experiência social boliviana no interior desse circuito na cidade de São Paulo. Apesar da visibilidade desse circuito, no bojo dos processos de reestruturação produtiva do setor de confecção, durante a década de 1990, argumenta-se que as determinantes históricas do circuito encontram-se nos processos de desenvolvimento e suas consequências nos países de origem dos fluxos migratórios de bolivianos e coreanos. E sobre a experiência social dos bolivianos são consideradas as trajetórias sócio-espaciais desses imigrantes no interior do circuito.

ABSTRACT

This work deals with the immigration of Bolivians and Koreans to São Paulo in the context of the garment industry. It focuses on the historical origins of the transnational subcontracting circuit of Bolivian labor force to supply sweatshops in the garment sector – in the beginning, owned by south Koreans – and the Bolivian social experience inside this circuit at the city of São Paulo. Despite the visibility of this circuit, in the context of processes of production restructuring in the garment sector, during the decade of 1990, I argue that the historical determinants of the circuit are in the development processes and its consequences in the origin countries of Koreans and Bolivians immigration flows. And about the Bolivians social experience are considered the socio-spaces trajectories of these immigrants inside this circuit.

– SUMÁRIO –

APRESENTAÇÃO.....	01
Observação Etnográfica.....	05
Pesquisa Documental.....	09
Entrevistas.....	11
Estrutura da Dissertação.....	12
 INTRODUÇÃO – O CIRCUITO DE SUBCONTRATAÇÃO TRANSNACIONAL: ORIGENS E EXPERIÊNCIA SOCIAL.....	 15
 Cap. 1 – AS ORIGENS DOS PERCURSOS: OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE COREANOS E BOLIVIANOS PARA A CIDADE DE SÃO PAULO.....	 63
A questão das origens dos fluxos migratórios internacionais.....	65
Origens dos fluxos migratórios e percursos iniciais na cidade de São Paulo.....	76
<i>Os fluxos migratórios de bolivianos para a cidade de São Paulo.....</i>	<i>80</i>
<i>Os fluxos migratórios de coreanos para a cidade de São Paulo</i>	<i>93</i>
 Cap. 2 – AS ORIGENS DO CIRCUITO DE SUBCONTRATAÇÃO TRANSNACIONAL NO SETOR DE CONFECÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	 113
Contextos de origem da força-de-trabalho boliviana para o circuito.....	118
Os percursos migratórios dos coreanos pela América Latina	124
Os negócios coreanos no setor de confecção da cidade de São Paulo.....	135
 Cap. 3 – A EXPERIÊNCIA BOLIVIANA NO INTERIOR DO CIRCUITO DE SUBCONTRATAÇÃO TRANSNACIONAL.....	 151
Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito depois de já inseridos na cidade de São Paulo por outros motivos.....	156
Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito desde a Bolívia a partir de anúncios de jornal ou “colegas” / “amigos”.....	172
Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito desde a Bolívia a partir de contatos com familiares.....	182
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 191
Um território circulatório entre São Paulo e Buenos Aires em torno do setor de confecção.....	196
 BIBLIOGRAFIA	 201
ANEXO 1 -	
Lista de Jornais Pesquisados em acervo do Centro de Estudos Migratórios.....	213
ANEXO 2 -	
Roteiro de Entrevista semi-aberta e notas metodológicas	231
ANEXO 3 -	
Perfis dos 21 bolivianos entrevistados na Praça Kantuta	241

– APRESENTAÇÃO –

A pesquisa que originou esta dissertação de mestrado tinha como principal objetivo uma investigação exploratória do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana, na cidade de São Paulo, tendo em vista, principalmente, a experiência boliviana no interior desse circuito e em suas relações com os negócios dos imigrantes coreanos¹ no setor de confecção da cidade.

Essa pesquisa iniciou no interior de outra pesquisa mais ampla – desenvolvida no Departamento de Sociologia da USP, sob a orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles – sobre as novas territorialidades urbanas, tal como configuradas nas zonas leste e sul da cidade de São Paulo, a partir das mudanças engendradas pelos processos de globalização e reestruturação produtiva em curso. Foi a partir do trabalho de campo, no bairro de Cidade Tiradentes, na zona leste² – durante o último ano do curso de graduação – que a questão da imigração boliviana vinculada ao setor de confecção da capital paulistana – presente de maneira marcante naquela região – e de suas relações com o fluxo migratório de coreanos, se constituiu, para mim, enquanto objeto possível de pesquisa.

O trabalho de imigrantes bolivianos, geralmente indocumentados, em pequenas oficinas de costura informais espalhadas pela cidade, especialmente concentradas em suas regiões centrais, nos punha, a princípio, diante de um fenômeno crescentemente abordado pela literatura internacional, a partir de investigações em contextos urbanos como os de Nova

¹ De maneira geral, trata-se da emigração sul-coreana, de qualquer forma, como muitos norte-coreanos também vieram, fugidos da Coreia do Norte, a partir da Coreia do Sul, como veremos no capítulo 2, preferi usar o termo “coreanos”, ao invés de “sul-coreanos”, ao longo da dissertação.

² O trabalho de campo foi realizado junto com os pesquisadores Carlos Freire e Robert Cabannes, entre final de 2005 e durante o ano de 2006. Carlos Freire, na época, começava a desenvolver pesquisa de mestrado sobre os circuitos de subcontratação dinamizados a partir da zona leste em torno do setor de confecção e trabalho ilegal de imigrantes bolivianos, que foi defendida no final de 2008. Cf. FREIRE, 2008.

Iorque e Los Angeles. Nessas cidades, esse tipo de fenômeno é abordado em torno do debate sobre a emergência, a partir da década de 1970, dos “*sweatshops*” – que seriam pequenas oficinas informais de trabalho, em muitos casos, ligadas à confecção de roupas – nas quais trabalham imigrantes indocumentados³ de origens diversas.

De maneira geral, as análises sobre o ressurgimento de estabelecimentos irregulares de trabalho que empregam, geralmente, de maneira informal, força-de-trabalho de imigrantes indocumentados nos grandes centros urbanos do capitalismo mundial, apontam, conforme veremos na introdução, para o papel determinante das “novas” necessidades da acumulação capitalista, engendradas a partir dos contextos recessivos das décadas de 1970 e 1980. Destacando-se, o advento de processos de reestruturação produtiva desencadeados no interior de empreendimentos econômicos formais e que, muitas vezes, passariam a mobilizar amplas cadeias de subcontratação de força-de-trabalho de dimensões transnacionais⁴. Nessa perspectiva, portanto, a despeito dos “contextos de origem/expulsão” dos fluxos migratórios, as determinantes históricas desses circuitos de subcontratação encontrar-se-iam nas necessidades de acumulação dos negócios que mobilizam tais circuitos, nas sociedades de destino dos fluxos migratórios.

Nesse sentido, com o intuito de estabelecer um quadro geral contextual da emergência do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana, partiu-se, em um primeiro momento, dos processos de reestruturação produtiva do setor de confecção – desenrolados a partir da década de 1990 – na capital paulistana, período, inclusive, a partir do qual o circuito

³ Essa expressão “indocumentado” é uma expressão alternativa para as denominações “ilegal” e “clandestino” e tem o intuito de enfatizar a situação de falta de documento ao invés da situação de ilicitude.

⁴ A utilização do termo “transnacional”, conforme veremos na introdução, visa destacar o fato de que, ao contrário dos arranjos “internacionais” (entre estados nacionais) e dos arranjos multinacionais (das empresas privadas), os arranjos “transnacionais” seriam aqueles estabelecidos informalmente entre agentes não institucionalizados por entre as fronteiras dos estados nacionais.

de subcontratação em foco tornou-se visível nos grandes jornais da cidade⁵. Entretanto, ao longo da pesquisa, percebeu-se que o circuito de subcontratação investigado extrapolava o setor de confecção paulistano, em suas origens e abrangência, conforme veremos na introdução e que, portanto, não estaria ali, nos processos de reestruturação produtiva desse setor em São Paulo, as configurações a partir das quais o circuito se constituiu. Dessa forma, e devido à curiosidade pela investigação das circunstâncias históricas específicas em torno da emergência desse circuito, o foco analítico da investigação foi deslocado: dos “contextos de recepção” nas sociedades de destino para os “contextos de origem”⁶ dos fluxos migratórios e do circuito de subcontratação em questão, ampliando, dessa forma, o horizonte histórico da investigação e seu escopo.

Em relação à questão da experiência social da comunidade boliviana enquanto força-de-trabalho no interior desse circuito de subcontratação transnacional, verificou-se a hipótese de estabelecimento de trajetórias instáveis e precárias de trabalhadores completamente entregues às vicissitudes econômicas do setor de confecção, como é possível entrever no debate contemporâneo sobre os fluxos migratórios inseridos nesses trajetos migratórios “clandestinos” para uma inserção também “clandestina” nos espaços urbanos de destino e nas análises sobre a experiência urbana dos trabalhadores informais nos centros urbanos. Nesse sentido, o principal objetivo da investigação foi capturar as experiências de mobilidade – espacial e social – vivenciadas no interior do circuito de subcontratação pelos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. Para tanto, foi realizada, por um lado, uma investigação etnográfica por entre os “nós” – pontos de confluência de trajetórias, espacialmente situados e

⁵ Ver Anexo 1 e introdução.

⁶ Esses termos serão amplamente utilizados durante a dissertação e apesar da abordagem teórica que receberão no primeiro capítulo, note-se que o principal objetivo foi o de padronizar essa utilização.

que se estabelecem enquanto espaços de referência e de sociabilidade – visíveis do circuito de subcontratação na cidade de São Paulo. E, por outro lado, entrevistas sobre as trajetórias dos imigrantes bolivianos a partir do momento que se inseriram no circuito de subcontratação na capital paulistana.

Para a realização dessa pesquisa – das determinantes históricas do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana e da experiência dos trabalhadores bolivianos no interior desse circuito – utilizaram-se fontes e métodos diversificados, tendo em vista o caráter exploratório da investigação. Nesse sentido, as atividades de pesquisa foram as seguintes:

Observação etnográfica

1. Na Rua Coimbra, no bairro do Brás, durante os sábados à tarde.

Essa rua passou a ser freqüentada pelos bolivianos trabalhadores das oficinas de costura, principalmente, a partir de 2001, devido à expulsão da comunidade boliviana da Praça Padre Bento, no bairro do Pari. Atualmente, a rua conta com uma série de estabelecimentos comerciais e de serviços bolivianos: um centro de ligações telefônicas de uma empresa boliviana, salões de cabeleireiro, bares com pista de dança para divertimento noturno, restaurantes com comidas típicas bolivianas e algumas barracas de comércio ambulante – em que se comercializam, principalmente, cds e dvds de produção latino-americana, além de comidas, cartões telefônicos e roupas. Nessa rua, constitui-se, visivelmente, um mercado de oferta de trabalho para costureiros bolivianos – por muito tempo, ao longo do trabalho de campo, percebia-se a existência de uma Kombi velha estacionada na rua com inúmeros anúncios pendurados em sua lataria com oferta de trabalho, muitas vezes, em espanhol.

2. Na Praça Kantuta, no bairro do Canindé, aos domingos durante o dia.

Essa Praça foi liberada pela prefeitura, a partir de 2001, para a sociabilidade da comunidade boliviana, depois de mobilização de uma associação boliviana de comerciantes que freqüentavam a Praça Padre Bento. Na praça, vendem-se roupas, comidas e outros produtos típicos, além da realização de campeonatos de futebol, comemoração de datas festivas da comunidade boliviana e organização de serviços de auxílio à comunidade residente em São Paulo. Nessa praça, diferentemente da rua Coimbra, não existe uma fixação comercial.

A Praça também se constitui em importante local de referência para os imigrantes

bolivianos recém-chegados, principalmente, para os que já se inseriram ou vieram a se inserir no setor de confecção, em que se percebe o funcionamento de um mercado paralelo e silencioso de força-de-trabalho.

3. Na “Feira da Madrugada”, no bairro do Brás, durante toda a madrugada dos dias de semana.

A “Feira da Madrugada”, freqüentada, principalmente, pelas “sacoleiras” de São Paulo e dos lugares mais variados do Brasil – que fretam ônibus para fazer suas compras na cidade⁷ – parece ser um local de importante confluência do comércio de roupas e acessórios voltado ao mercado popular não apenas da cidade, mas assumindo dimensões nacionais. De maneira geral, a feira apresenta um perfil bastante heterogêneo em que se encontram, por um lado, um comércio tipicamente informal do baixo terciário urbano com ambulantes lotando as calçadas – geralmente, bolivianos, mas também outros imigrantes hispano-americanos de origens diversas e brasileiros – para a venda de todos os tipos de objetos e produtos, destacando-se: as roupas populares e outros acessórios para “sacoleiras”. Por outro lado, também conta com alguns galpões grandes e iluminados, com inúmeros *boxes* de vendas no atacado e uma espécie de rede de lanchonetes, localizada perto das portas de entrada desses galpões – em que se percebe a presença marcante de orientais⁸ no interior dos *boxes* e como vendedores das lanchonetes – além de outros galpões menores.

Em relação à comunidade boliviana ligada à costura e que já possui sua pequena oficina

⁷ Os ônibus que trazem as sacoleiras ficam parados em estacionamentos bem grandes fornecidos pelos grandes galpões, descritos a seguir, que funcionam a madrugada inteira.

⁸ Os orientais simplesmente não conversam, apenas repetem os preços dos produtos quando apontamos para eles e, portanto, não consegui identificar se eram coreanos.

domiciliar, esse grande mercado para a comercialização de roupas e acessórios aparece, para muitos, conforme foi possível verificar no trabalho de campo, como uma forma de adquirir autonomia em relação aos seus empregadores lojistas, pois esse mercado possibilita que comercializem diretamente sua produção⁹.

4. No bairro do Bom Retiro, durante a semana.

Nesse bairro, concentram-se as lojas atacadistas dos imigrantes coreanos e, atualmente, começam a ser visíveis – facilmente identificáveis pelos letreiros em coreano – uma série de outros estabelecimentos coreanos, como: restaurantes, igrejas e bares noturnos. A presença dos imigrantes bolivianos também é visível nesses bairros. Um arranjo curioso em torno dessas duas comunidades de imigrantes percebe-se nas ruas em que se concentra o comércio atacadista coreano ligado à comercialização de “roupas da moda”, conforme veremos na introdução: as ruas Aymmorés e Professor Cesare Lombroso. Nos prédios dessas lojas, enquanto as fachadas altas, modernas e iluminadas e todo ambiente ao redor indicam, à primeira vista, um lugar diferenciado para um comércio exclusivo em meio ao ambiente caótico do comércio popular das ruas adjacentes, se fixarmos o olhar nas pequenas janelas na parte superior dos prédios das lojas, principalmente, ao anoitecer, quando as lojas são fechadas e as ruas começam a ficar silenciosas, encontraremos logo ali, tão perto, o trabalho incessante de máquinas de costura, abastecidas por lotes de tecido que chegam por suas escadas laterais, na parte da manhã e, durante à noite, a circulação mais intensa da comunidade boliviana. Uma das visitas a campo foi realizada com uma “assessora” de uma representante das lojas atacadistas coreanas, que é responsável por acompanhar as lojistas do interior do Brasil – um

⁹ Considerando-se a baixa preço pago por peça costurada pelos lojistas, mesmo que os bolivianos pratiquem preços bastante baixos, ainda assim, apresentam um rendimento muito maior do que o proporcionado no trabalho para os intermediários lojistas.

dos públicos alvo dos atacadistas coreanos – do aeroporto ou rodoviária ao hotel e por entre as lojas comissionadas.

Durante o trabalho de campo fui acompanhada pelo arquiteto e também estudante de mestrado do departamento de sociologia da Unicamp, Paulo Tavares, que realizava, no período, um vídeo sobre a presença boliviana na cidade de São Paulo e pela fotógrafa e geógrafa, formada pela USP, Roberta Lopo Bezerra.

Pesquisa documental

1. No Centro de Estudos Migratórios - CEM , na baixada do Glicério¹⁰.

O CEM é um centro de estudos, fundado em 1969, por uma congregação de Escalabrianos, responsável pela publicação da *Revista Travessia* desde 1988 – uma histórica publicação brasileira na área – e, atualmente, constitui-se importante referência para os estudiosos, principalmente, sobre os fluxos migratórios na América Latina, devido à diversidade de origem do material disponível. A pesquisa foi realizada em seus acervos de: i) jornais: com recortes, desde o final da década de 1980, de notícias sobre os fluxos migratórios de bolivianos e coreanos para a cidade de São Paulo¹¹, ii) periódicos nacionais e de outros países da América Latina, iii) documentos de seminários e congressos sobre o tema, principalmente, na Bolívia e, iv) em seu importante e quase único acervo com a literatura recente sobre o tema, produzida na Bolívia.

2. Nos sites dos Jornais “El Clarin” e “La Nación”.

Dois dos mais abrangentes jornais argentinos da região de Buenos Aires, o objetivo era buscar pistas da conformação de oficinas ilegais e informais de coreanos que utilizassem a força-de-trabalho da comunidade boliviana nesses lugares.

¹⁰ Ao lado, anexos, encontram-se a Casa do Migrante, a Paróquia Territorial da Igreja Nossa Senhora da Paz, a Paróquia Pessoal dos Italianos e a Paróquia Pessoal da Comunidade Latino-Americana.

¹¹ Em relação aos jornais, foram sistematizados para a pesquisa desta dissertação 45 recortes. Ver anexo 1, em que além dos títulos das matérias, foram realizados pequenos resumos e inseridas algumas citações por matéria.

Entrevistas

1. Entrevistas de história de vida

Realizadas com dois imigrantes bolivianos, durante participação no projeto temático coordenado por Vera da Silva Telles.

2. Entrevistas diversas

Com uma advogada boliviana ligada diretamente à defesa dos direitos dessa população na cidade, durante participação no projeto temático coordenado por Vera da Silva Telles.

Com Sidney Silva, padre ligado à Pastoral do Imigrante, que escreve o primeiro livro sobre esse fluxo migratório boliviano vinculado ao setor de confecção, durante participação no projeto temático coordenado por Vera da Silva Telles.

3. Entrevistas semi-estruturadas¹²

Entrevistas realizadas com 21 imigrantes bolivianos na Praça Kantuta. Nessas entrevistas foram investigadas as trajetórias sócio-espaciais dos imigrantes bolivianos a partir do momento em que se inserem no circuito de subcontratação para o abastecimento de oficinas de costura irregulares na cidade de São Paulo, tendo em vista, paralelamente, a questão da manutenção dos vínculos com o país de origem, percebido, primeiramente, na forma de organização dos espaços de sociabilidade dessa comunidade na capital e suas relações com os imigrantes coreanos.

¹² Os resultados da realização dessas entrevistas serão abordados, principalmente, ao longo do terceiro capítulo. Ver também os Anexos 2 e 3 (roteiro e descrição do trabalho de campo e perfis dos entrevistados, respectivamente).

Estrutura da Dissertação

Esta dissertação foi estruturada da seguinte forma:

Na Introdução, o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana, vinculado às oficinas e lojas de imigrantes coreanos, na cidade de São Paulo, é apresentado tanto do ponto de vista de seus delineamentos empíricos gerais, quanto em relação às questões teóricas mais amplas que a constituição de tal circuito de subcontratação suscita, tendo em vista os dois aspectos a serem abordados ao longo da dissertação: suas determinantes históricas e a experiência social boliviana no interior desse circuito.

No primeiro capítulo, serão delineados alguns elementos considerados determinantes das origens dos fluxos migratórios de bolivianos e coreanos para a cidade de São Paulo, a partir das categorias analíticas gerais utilizadas nas análises históricas sobre as origens dos fluxos migratórios de: “contextos de origem/expulsão” e “contextos de recepção”. E, paralelamente, com o intuito de caracterizar, na conclusão do capítulo, os fenômenos empíricos em foco, serão apresentados alguns modelos analíticos desenvolvidos para a explicação das origens dos fluxos migratórios internacionais – os modelos de “atração e repulsão”, das relações “centro e periferia” e sobre as origens dos “novos fluxos migratórios”, apresentado, em linhas gerais, acima.

No segundo capítulo, serão descritas as circunstâncias históricas em torno da formação do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana – entendido enquanto um tipo específico de fluxo migratório, conforme será descrito na introdução – a partir da caracterização de seus “contextos de origem” e “contextos de recepção”. Dessa forma, considera-se que, a despeito dos fluxos migratórios vinculados a esse circuito terem iniciado

na década de 1960, o circuito de subcontratação em foco só pôde constituir-se no bojo das circunstâncias históricas desenroladas posteriormente nas sociedades de origem dos fluxos vinculados a esse circuito – a partir da década de 1970, na Coréia do Sul e, durante a década de 1980, na Bolívia.

No terceiro capítulo, aborda-se mais diretamente o circuito de subcontratação, tendo em vista a experiência social boliviana enquanto força-de-trabalho no interior do circuito na cidade de São Paulo. O objetivo é verificar a hipótese – sobre a inserção desses “novos fluxos migratórios” nos grandes centros urbanos ligados a extensos circuitos de subcontratação transnacional, que será delineada na introdução – de que a experiência dos imigrantes no interior desses circuitos caracterizar-se-ia pela transitoriedade dos vínculos nas sociedades de destino e grande mobilidade no interior desses espaços urbanos e por entre fronteiras nacionais. Para tanto, utilizou-se a perspectiva analítica da experiência social que têm em vista os “eventos de mobilidade” a serem investigados a partir das trajetórias sócio-espaciais dos imigrantes bolivianos no interior desse circuito.

E, finalmente, nas considerações finais, além das notas pontuais a respeito dos capítulos, propõe-se, enquanto horizonte possível para investigações futuras, a consideração da conformação de uma espécie de “território circulatório” entre alguns departamentos da Bolívia, São Paulo e Buenos Aires em torno do trabalho de bolivianos, principalmente, em oficinas de costura informais ligadas direta ou indiretamente aos imigrantes coreanos.

– INTRODUÇÃO –

O CIRCUITO DE SUBCONTRATAÇÃO TRANSNACIONAL: ORIGENS E EXPERIÊNCIA SOCIAL

Em grande parte, provenientes das regiões de terras altas, especialmente, do Departamento de La Paz, o fluxo migratório de bolivianos direcionado para o trabalho informal, em oficinas de costura, a princípio, de imigrantes coreanos, na cidade de São Paulo, adquiriu visibilidade, nos principais jornais da imprensa brasileira, a partir de meados de 1990¹³. Nos momentos iniciais desse debate, pouco tempo depois da implementação da Lei da Anistia, em 1988, que visava regularizar os imigrantes indocumentados no país, a paisagem em foco no espaço urbano, em torno dos fluxos migratórios de bolivianos, era a Praça Padre Bento, no bairro do Pari.

Nessa Praça, localizada em um bairro tradicionalmente acolhedor de imigrantes de diversas comunidades¹⁴, começava a ser possível entrever os vestígios de um mercado de trabalho paralelo de subcontratação de força-de-trabalho, entre donos de oficina e lojistas de origem coreana e os imigrantes bolivianos, nos momentos de lazer da comunidade boliviana, freqüentadora da Praça, aos domingos à noite¹⁵. Nesse primeiro momento, a vinculação do

¹³ Conforme foi possível verificar a partir de pesquisa realizada no Centro de Estudos Migratórios (Cem) em seu acervo de notícias de jornal sobre os fluxos migratórios para o Brasil, entre 1989 e 2007. Ver Anexo 1.

¹⁴ “Localizado na convergência dos dois rios historicamente mais importantes de São Paulo, o Tietê e o Tamanduateí, o Pari é o ponto de convergência entre a zona leste, a zona norte e o centro. Foi também, ao longo do século XX, foco de convergência dos vários povos que imigraram para São Paulo. Primeiro, os alemães – fundadores do Clube dos Alemães, mais tarde a Associação Portuguesa de Desportos – depois os italianos e portugueses, seguidos pelos sírios e libaneses. Há cerca de 40 anos chegaram os nordestinos, e há 20 os coreanos. De cinco anos para cá vieram os bolivianos” (COSTA, 2001, s/pág.).

¹⁵ Em conversas informais, durante observação etnográfica, foi possível identificar que a utilização dessa praça

trabalho dos bolivianos aos donos de oficinas e lojistas coreanos aparecia de maneira bastante explícita nas descrições realizadas pelos jornalistas. Conforme é possível vislumbrar, nos trechos abaixo, dos jornais *A Folha de São Paulo*, de julho de 1989, *O Globo*, de dezembro de 1992 e, em matéria de Sibelle Pedral para a *Revista Veja*, em maio de 1993:

Assim isolados, com permanência irregular no país e sem qualificação profissional, os bolivianos são contratados clandestinamente, sobretudo, por confecções mantidas por coreanos, os grandes empregadores de imigrantes ilegais. O cenário típico é o Bom Retiro, onde hoje se concentra a maior parte da comunidade coreana e boliviana. Nessa estranha simbiose, o fator de equilíbrio é o trabalho finalmente existente para o boliviano e barato o bastante para o coreano (*A Folha de São Paulo*, 23 de julho de 1989, “São Paulo é terra boa para quase 400 mil).

Todos os domingos, a Praça Padre Bento, em frente à imponente Igreja Santo Antônio do Pari, em São Paulo, se transforma no cenário de uma insólita atividade, uma evocação moderna dos mercados de escravos que funcionaram na cidade dos barões do café até o século passado. Dezenas de imigrantes sul-americanos oferecem-se como força-de-trabalho para os coreanos que mantêm oficinas de costura na cidade. As condições de trabalho pouco variam: jornada de 16 horas diárias e um cativeiro que só pára da tarde de sábado à noite de domingo. (...) A partir das 18h, os primeiros imigrantes – na maioria bolivianos em situação irregular no país – chegam à praça e vão se agrupando nos bancos sob as árvores e nos bares das redondezas. Por volta das 21h, o mercado informal estabelecido na Praça Padre Bento já concentra cerca de 100 clandestinos. É nesse momento que os primeiros donos das oficinas chegam e transformam a praça numa bolsa de ofertas, misturando palavras em português, espanhol e coreano. (...) No ritual de contratação de empregados, são comuns cenas em que casais de meia idade examinam cuidadosamente jovens na faixa dos 20 anos e, depois de alguma discussão, acabam arrematando 3 ou 4 deles (...) Muitos jovens coreanos, donos de pequenas oficinas em regiões mais afastadas da cidade, também freqüentam a praça à procura de bons negócios. É comum a contratação de casais com filhos pequenos. Munidos de amostras do serviço que os eventuais contratados terão que executar, os negociantes expõem na praça o tipo de camisa a ser costurada ou o acabamento a ser executado (*O Globo*, domingo, 13 de dezembro de 1992).

pela comunidade boliviana deve ter começado a partir da segunda metade da década de 1980.

Domingo à noite em São Paulo. Numa praça escura no Pari, um antigo bairro industrial próximo ao centro da cidade, centenas de bolivianos oferecem seus serviços de costureiros a pequenos empresários coreanos empenhados em contratar mão-de-obra barata para as suas oficinas (...)” (*Revista Veja*, 19 de maio de 1993).

Em todas essas descrições, a Praça do Pari aparece como o local, na cidade de São Paulo, do encontro entre coreanos e bolivianos em torno do setor de confecção, fazendo emergir a imagem de um “encontro de vontades” em uma espécie de mercado de trabalho paralelo, a céu aberto, em que teríamos: por um lado, imigrantes bolivianos indocumentados querendo vender sua força-de-trabalho a baixo custo e intensidade acima do normal oferecido pelos brasileiros. E, por outro lado, coreanos empreendedores querendo comprar essa força-de-trabalho para se tornarem mais competitivos no mercado.

Além das denúncias em torno desse mercado de trabalho paralelo entre empregadores coreanos e trabalhadores bolivianos – a partir das quais se abordava a questão da informalidade das relações de trabalho estabelecidas entre esses imigrantes e a condição de ilegalidade dos bolivianos – ressaltava-se ainda, no início da década de 1990, a marginalidade da inserção coreana na cidade de São Paulo, vinculada às imagens de violência, alcoolismo e a formação de “guetos” nos locais da cidade em que os coreanos se estabeleciam, conforme é possível entrever em outro trecho de matéria do jornal *O Globo*, de dezembro de 1992, citada acima:

Restritos a guetos nos bairros do Bom Retiro, Pari, Aclimação e Cambuci, muitos dos 50 mil coreanos têm ainda hoje, às vésperas do trigésimo aniversário da colônia no Brasil, grandes dificuldades de adaptação ao país. As delegacias de polícia nos bairros onde a colônia está instalada registram desde denúncias de maus tratos praticados contra funcionários a agressões e brigas provocadas por batidas de automóveis (...) (*O Globo*, domingo, 13 de dezembro de 1992).

Durante toda a década de 1990, a relações de trabalho informais entre coreanos e

bolivianos no setor de confecção da capital paulistana são assumidas, inclusive, pelos representantes da própria comunidade coreana, em declarações dadas aos grandes jornais da cidade, em resposta às inúmeras denúncias sobre a existência de subcontratação de bolivianos em oficinas de costura de coreanos. Nas declarações, elencadas abaixo, da Associação Brasileira dos Coreanos, da Câmara de Comércio e Indústria Coreana no Brasil e do Consulado da Coreia, dadas aos jornais *O Globo*, em dezembro de 1992 – no dia seguinte às denúncias citadas acima, feitas por esse mesmo jornal – e *A Folha de São Paulo*, já em julho de 1997, respectivamente, assume-se, inclusive, o fato de terem sido os coreanos os primeiros mobilizadores dessa força-de-trabalho boliviana no interior do setor de confecção da capital paulistana¹⁶.

O próprio presidente da Associação Brasileira dos Coreanos, Sang Im Kim, admite que esse sistema de trabalho provocou uma série de embates entre micro-empresários e a justiça brasileira. Diz porém que esses métodos foram abandonados. 'Isso é coisa muito antiga que não condiz com o perfil que a colônia adquiriu' (...) 'A nova geração de coreanos ambiciona posições mais destacadas do que as dos donos de confecções', diz ele (*O Globo*, segunda-feira, 14 de dezembro de 1992, “Associação quer mudar imagem da colônia”).

O vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Coreana no Brasil, Tomás Choi, reconhece que foram os coreanos, donos de confecções, os primeiros a empregar os imigrantes bolivianos de forma ilegal. (...) O Consulado da Coreia, em São Paulo, de acordo com as informações do administrador Willian Taik, também assume que os coreanos exerceram por um bom tempo a função de empregadores de imigrantes bolivianos (*O Estado de São Paulo*, domingo, 20 de julho de 1997, “Emprego ilegal teve início com colônia coreana”).

Essa forma de organização da produção de roupas dos lojistas coreanos – a partir do trabalho informal de imigrantes bolivianos em pequenas oficinas de costura irregulares – já no

¹⁶ Note-se que o objetivo da comunidade coreana no período era, justamente, a desvinculação entre os lojistas e/ou donos de oficinas coreanos e os costureiros bolivianos. Entretanto, as evidências eram tantas que qualquer estratégia eficiente nesse sentido passava por assumir que tais vínculos de fato existiram em um momento anterior.

início da década de 1990, delineava-se enquanto prática generalizada, uma estratégia explícita de diminuição dos custos de produção da comunidade coreana, e que fazia circular, entre fins da década de 1980 e início dos anos 1990, em torno de 360 milhões de dólares por ano, conforme ressalta uma jornalista da Revista Veja, em 1993.

Num levantamento recente, a Câmara de Comércio e Indústria Coreana do Brasil concluiu que existem na cidade, cerca de 2500 estabelecimentos comerciais coreanos, dos quais 90% são confecções que produzem no mínimo 7 milhões de peças de roupas por mês. Calculando-se um preço médio de 5 dólares pela venda de cada peça e supondo-se que por trás de cada confecção haja pelo menos uma oficina de costura, pode-se afirmar que a mão-de-obra boliviana movimenta cerca de 30 milhões de dólares por mês, ou 360 milhões por ano. A parte que cabe aos bolivianos é pequena. No mês passado as oficinas coreanas cobravam em média 25 mil cruzeiros para costurar uma camisa. Desse total, um quarto destina-se a manutenção dos costureiros, que moram no local de trabalho. O dono da oficina embolsa metade e o costureiro boliviano se contenta com os 25% restantes (*Revista Veja*, 1993:49).

Dessa forma, estabelecer-se-ia um sistema de trabalho, em torno dos lojistas coreanos, que envolveria, a princípio, donos de oficinas de costura também coreanos que utilizariam a força-de-trabalho boliviana, para a atividade de confecção de roupas. Esse trabalho na costura, além de informal, conjuga, em um mesmo espaço, as principais atividades dos costureiros: trabalho, moradia e alimentação. Os imigrantes bolivianos inseridos nesse sistema estabeleceriam, portanto, uma experiência na cidade completamente imersa nessa atividade, ou mais especificamente, nas oficinas de costura.

Os espaços internos das oficinas de costura – geralmente, fora dos padrões mínimos de higiene e segurança – adquirem visibilidade nas matérias de jornal em fins da década de 1990, momento em que passaram a ser fotografados por repórteres investigativos e em torno do quais se abordava mais diretamente as situações de exploração no trabalho sofridas pelos

imigrantes bolivianos, que se submeteriam, nessas oficinas, a jornadas exaustivas, geralmente, de mais de quinze horas – entre 7 horas da manhã e meia-noite – nem sempre remuneradas em espécie e com regularidade¹⁷.

Nesse período e em torno da questão das condições de trabalho nas oficinas de costura, percebe-se uma inflexão no debate, em que as atividades comerciais da comunidade coreana vinculada ao setor de confecção começariam a ter sua imagem cada vez mais distanciada do problema do trabalho informal dos imigrantes bolivianos ilegais em oficinas de costura irregulares. Tais circunstâncias refletem a entrada dos imigrantes bolivianos em outra atividade no interior desse circuito: a de donos das oficinas de costura e, portanto, a de exploradores diretos da força-de-trabalho de seus compatriotas bolivianos.

Nesse sentido, destaca-se enquanto reflexo dessas novas configurações no debate da imprensa local, a repercussão do lançamento, em 1997, do livro *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, do antropólogo, padre e, na época, diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM), Sidney Silva. Nesse trabalho, originalmente uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo – USP, apesar de situar as relações entre coreanos e bolivianos, Silva (1997) pretendia focalizar a experiência dos imigrantes bolivianos como costureiros na cidade de São Paulo e em suas relações com seus compatriotas, muitas vezes, donos das oficinas. A partir de então e somadas às denúncias reproduzidas abaixo de “trabalho escravo” entre compatriotas bolivianos – devido às apreensões da polícia federal em oficinas em que bolivianos eram mantidos em situação de confinamento e maus tratos sem o recebimento de nenhum tipo de pagamento pelo trabalho realizado de maneira forçada – no mesmo mês de lançamento do livro, em julho de

¹⁷ As remunerações pela costura realizada em boa parte dessas oficinas clandestinas incluem apenas as peças produzidas, sem o pagamento de nenhum direito adicional.

1997, Silva torna-se: o padre que denuncia regime de trabalho semelhante ao escravo no interior da comunidade boliviana em São Paulo¹⁸.

As Polícias Militar e Federal e o Ministério do Trabalho fecharam três confecções, ontem, na Penha, por escravizar bolivianos na produção de roupas femininas e jaquetas. As peças eram vendidas às lojas do Brás a preços irrisórios. Vinte e uma pessoas foram encaminhadas à PF, onde ficaram presos os bolivianos Emílio Cordero Flores, de 34 anos, e Bertha Vargas Quispe, de 33 anos, acusados de manter trabalhadores como escravos e de dar cobertura à estrangeiros irregulares. (...) Os empregados, todos jovens, dormiam e comiam no mesmo local onde trabalhavam, até nos finais de semana, por 16 horas diárias para ganhar de R\$0,10 a R\$0,15 centavos por unidade confeccionada (*O Diário Popular*, 25 de julho de 1997).

O delegado Luciano Pestana Barbosa, da Delegacia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF), da Polícia Federal, em São Paulo, informou ontem estar investigando uma dezena de oficinas de costura de bolivianos que trabalham exclusivamente para lojas de propriedade dos coreanos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari. As oficinas recebem os tecidos cortados e costuram vestidos, jaquetas, calças e camisas. Os bolivianos são suspeitos de explorar os patrícios em situação irregular no país: 'Esse ano já descobrimos dez oficinas, indiciamos os bolivianos e alguns estão com processo de expulsão', adiantou o policial (*O Estado de São Paulo*, 26 de julho de 1997).

A partir dos anos 2000, a pauta dos jornais sobre a imigração boliviana se diversifica e além das denúncias e descrições das situações de extrema exploração de imigrantes bolivianos no trabalho em confecções informais, começa a ganhar espaço um debate em torno das possibilidades de ações concretas para a resolução dos problemas gerados pela presença boliviana na cidade, tais como: i) os estudos sobre as manifestações de trabalho escravo e formas de erradicá-lo¹⁹; ii) discussões de projetos de lei de anistia para esse contingente

¹⁸ Situação que o levou a escrever uma carta para a imprensa, devido às pressões recebidas da comunidade boliviana, com quem trabalhava na tentativa de situar melhor seus objetivos.

¹⁹ Destacando-se: as pesquisas incentivadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre as condições de vida e trabalho dos bolivianos na cidade e a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Trabalho Escravo da Câmara Municipal de São Paulo constituída durante 2005 para investigar as condições

crescente de imigrantes indocumentados; iii) desenvolvimento de ações de assistência social pública para essa população imigrante caracterizada pela precariedade das condições de vida a que está sujeita na cidade de São Paulo²⁰; iv) os conflitos em torno do compartilhamento dos espaços urbanos, devido aos novos usos e apropriações estabelecidos por esses novos personagens²¹.

Nesse mesmo período, os negócios coreanos no setor de confecção passam a adquirir proeminência, mas não mais devido às imagens de subcontratação de bolivianos ou de confinamento para o trabalho em oficinas irregulares, mas sim graças ao estabelecimento de trajetórias bem sucedidas, em um momento delicado do setor de confecção da capital paulistana, marcado por intensos processos de reestruturação produtiva iniciados na década de 1990, que significaram, em muitos casos, a transferência ou mesmo o fechamento de plantas tradicionais do setor na cidade²².

Nesse contexto, de acordo com a Associação de Lojistas do Brás (Alobrás) e a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Bom Retiro (CDL), esses bairros em que se concentra o comércio coreano e por onde circulam, diariamente, em torno de 70 mil clientes lojistas, seriam responsáveis por cerca de 40% do faturamento do Estado de São Paulo no setor, gerando um montante anual em torno de U\$ 3,9 bilhões²³, a partir de uma produção aproximada de 20 mil peças por mês por empresa, que desenvolveriam, por grife, uma média de 6 novos modelos

de trabalho dos imigrantes bolivianos.

²⁰ Como, por exemplo, o projeto Urba 10 - “i-migrantes” da prefeitura municipal de São Paulo. Este projeto é a união de dois projetos internacionais focalizados nos imigrantes: “Cibernarium / e-solidariedade” e “integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza” que vêm dando atenção crescente à questão boliviana.

²¹ Nesse sentido, chama atenção o conflito, amplamente noticiado, entre os moradores do Pari, sobre a utilização da Praça Padre Bento, aos domingos, por esses bolivianos trabalhadores das confecções. Ao fim, os bolivianos tiveram que sair dessa Praça e foram para a Praça Kantuta, na mesma região, no bairro do Canindé.

²² GORINI, 2000; LEITE, 2004; KELLER, 2002; GARCIA & CRUZ-MOREIRA, 2004.

²³ Informações obtidas no site da CDL sobre o faturamento gerado pelas confecções do Brás e do Bom Retiro: <http://www.cdlbomretiro.org.br/06/>

diariamente.

Tais números expressam não apenas um intenso e lucrativo comércio de roupas, mas uma estratégia que, de acordo com Kontic (2001), inicia-se a partir da metade da década de 1990, em que as lojas atacadistas²⁴ dos imigrantes coreanos começam a explorar o alto mercado da moda, investindo, principalmente, em *design* e inovação, em íntima conexão com os desenvolvimentos da indústria têxtil na Coreia do Sul²⁵. Estabelecendo, a partir de então, marcas e circuitos de visibilidade próprios, como, por exemplo, o *Bom Retiro Fashion Business*, em competição, mesmo que indireta, com os setores consolidados da moda paulistana – organizados em torno do comércio varejista em *shoppings* famosos, ruas do bairro dos Jardins e eventos como o *São Paulo Fashion Week*.

Essas mudanças na dinâmica dos negócios coreanos são expressas não apenas pelos números, mas também e, principalmente, pela “revitalização” urbana que elas implicaram no bairro do Bom Retiro que, desde então, passou a se constituir em um dos pontos comerciais mais caros da cidade de São Paulo²⁶. Nesse sentido, precisa-se de apenas um passeio pelas ruas Aymorés e Professor Cesare Lombroso, onde se concentram as lojas atacadistas da moda dos imigrantes coreanos, para perceber a magnitude das transformações em marcha. Ao nos deslocar ora do comércio popular (atacadista e varejista), das ruas adjacentes e da região do Brás, por entre calçadas estreitas repletas de pessoas e comércio ambulante, ora da paisagem cinzenta e relativamente vazia dos lugares em que se localizavam as antigas fábricas da região, essas ruas do comércio coreano nos lançam em uma espécie de *shopping* a céu aberto, em que

²⁴ Essas lojas, muitas vezes, possuem filiais populares varejistas no Brás para o escoamento de sua intensa produção, de acordo com informações dadas por uma representante de lojistas coreanos atacadistas do Bom Retiro.

²⁵ “O processo local de upgrading de produto da comunidade paulistana foi catalizado pela oferta de matérias primas, equipamentos e tecidos da Coreia, dos quais se tornaram clientes e distribuidores” (KONTIC, 2001:77).

²⁶ Cf. TRUZZI, 2001.

lojas amplas, com vitrines altas e vendedoras perfeitamente trajadas com as roupas da coleção, mesclam-se a calçadas mais limpas, sem fios nos postes e com uma segurança reforçada, bastante visível, em frente às lojas, que permite uma circulação confortável de pessoas e carros, em geral, importados. No último ano, a essa paisagem, somou-se a construção de um *shopping*, o *Lombroso Fashion Mall*, em que marcas atacadistas coreanas situam seus *show rooms*.

Portanto, atualmente, enquanto a inserção dos imigrantes coreanos no setor de confecção nas regiões centrais da cidade de São Paulo passou a ser um fator de ascensão e reconhecimento social, a inserção da população boliviana nas atividades do mesmo setor econômico na cidade, os transformou em alvo: das associações de Direitos Humanos e organismos internacionais, das políticas públicas municipais no âmbito da assistência social e de inúmeros estereótipos e preconceitos²⁷ que caminham juntos com essa forma de exposição geral na mídia, baseada na reiteração das condições de ilegalidade, escravidão e informalidade.

A inserção diferenciada faz com que tenhamos a impressão de estarmos diante de empreendimentos econômicos com lógicas de funcionamento e organização diferentes para a fabricação do mesmo tipo de produto, em um mesmo contexto urbano. E, muito provavelmente, a diferença residiria, justamente, na qualidade do produto, sendo, portanto, a produção de roupas realizada pelos imigrantes bolivianos para o mercado popular. E, a produção de roupas das confecções coreanas – apesar de serem de um preço mais acessível do

²⁷ “Entre las comunidades del Orkut, www.orkut.com, ví 11 comunidades que me dejarón pasmada, los nombres de ellas son: "odeio bolivianos na vila maria" (con 296 miembros), "eu odeio bolivianos" (con 82 miembros), "odeio bolivianos com flauta!!" (con 35 miembros), "**Eu odeio os bolivianos**" (con 13 miembros), "Mate um Boliviano e Seja Feliz" (con 2 miembros), "Eu odeio boliviano" (con 57 miembros), "Adquiera Um Boliviano" (con 40 miembros), "BOLIVIANO NAAAAAAO OOOO!!!!" (con 3 miembros), "Fora bolivianos da nossa area" (24 miembros), "Bolivianos invadem o Brasil!!" (25 miembros), "DUBI-Sampa SEM Bolivianos" (4 miembros)” (Denúncia postada para o site do Mídia Independente - <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/12/341486.shtml>).

que as roupas do alto circuito da moda – seriam para um mercado mais selecionado, pois estariam comercializando, enquanto atacadistas, “produtos da moda” propriamente e não simplesmente roupas para o dia-a-dia das classes populares.

Dessa forma, teríamos, em tal caracterização, do ponto de vista do mercado de trabalho, a coexistência, no setor de confecções da capital paulistana, de, pelo menos, um segmento que ofereceria condições precárias de contratação e baixos salários para uma força-de-trabalho pouco qualificada e, em sua maioria, imigrantes indocumentados no país. E, outro segmento, que ofereceria uma gama mais variada de trabalhos formais – designers, gerentes, balconistas, fotógrafos, modelos etc – e salários em conformidade com os praticados no mercado formal para imigrantes legais e nativos. E, finalmente, do ponto de vista da produção propriamente dita, teríamos um segmento baseado em “trabalho intensivo” e baixa ou nenhuma reaplicação de capital, com poucos custos fixos de instalação e produção flutuante e, outro segmento, baseado em “capital intensivo” com grande investimento em concepção do produto e publicidade e com custos elevados de fixação.

Entretanto, as evidências do trabalho de campo e outros estudos realizados sobre o fenômeno sugerem que, apesar da polarização das condições de vida e inserção social na capital paulistana, o circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana continuaria a ser, atualmente, dinamizado para o abastecimento de lojas coreanas, localizadas na região central da cidade. A diferença é que, agora, os próprios bolivianos seriam responsáveis por todo o processo – desde o agenciamento da força-de-trabalho, na Bolívia, até produção das roupas encomendadas – e as lojas coreanas continuariam a utilizar essa força-de-trabalho mais barata, mas sem ônus social, com a contratação das oficinas e não mais dos costureiros²⁸.

²⁸ Cf. FREIRE, 2005; BUECHLER, 2003; SILVA, 1997, KADLUBA, 2007.

Tanto é que se você fizer, se você for hoje na Rua José Paulino, no Bom Retiro, pelas ruas e se você reparar bem nas vitrines, você pensa que é uma promoção, você vai ver lá perto um papel “preciso de oficina de costura” e, ainda eles põem “com CNPJ”. Você vai no Brás, na rua Oriente, na rua Bresser, você vê: “precisamos de oficina de costura, com tantas máquinas, com tantos funcionários etc (trecho de entrevista concedida em abril de 2006 pela advogada Ruth Camacho, em São Paulo)²⁹.

Outra característica desse período atual e que expressa certa autonomização do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana em relação aos negócios coreanos é a generalização de sua utilização pelo setor de confecção da capital paulistana, especialmente, a partir de fins da década de 1990, no bojo dos processos de reestruturação produtiva desse setor, enquanto resposta à abertura comercial da década de 1990³⁰.

Dentre as novas tendências no interior do circuito, vinculadas ao aumento da demanda por essa força-de-trabalho, identificadas por Camacho – tendo em vista seu trabalho como advogada da população boliviana ligada à costura, na cidade – destaca-se o estabelecimento de rotas de subcontratação voltadas para o agenciamento dessa força-de-trabalho nas áreas rurais e não mais apenas nas áreas urbanas dos departamentos de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, na Bolívia. Essas rotas colocariam em circulação internacional, uma população indígena, muitas vezes, sem nenhuma documentação na própria Bolívia com, praticamente, nenhuma experiência urbana anterior. Encontrando-se, nessas situações, de acordo com Camacho, os casos de exploração mais graves³¹.

²⁹ Ruth Camacho é descendente de bolivianos e dá assistência jurídica a estes imigrantes em consultório próprio e também através da Pastoral do Imigrante, além de atuar ativamente em vários fóruns em torno da questão do trabalho e exploração desta população.

³⁰ Dessa forma, atualmente, além dos atacadistas coreanos utilizariam esse circuito de subcontratação as lojas brasileiras e grandes redes varejistas, como o Mappin e as lojas Marisa. Cf. FREIRE, 2008, KADLUBA, 2007, CPI do Trabalho Escravo, 2005.

³¹ “E, eles começaram a proliferar as oficinas, (...) Então eles trazem os parentes e aí vão... como eles vão se deslocando do centro, são pessoas que estão mais nas áreas rurais que começaram a vir... é uma consequência.

A consolidação e autonomização desse circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana, na cidade de São Paulo, também são percebidos na constituição de uma série de arranjos “institucionalizados” vinculados a essa atividade ilegal e informal e que envolvem não apenas a contratação de força-de-trabalho informalmente, mas um complexo sistema para a circulação de uma grande quantidade de pessoas de maneira ilegal por entre fronteiras nacionais – sendo necessários para tanto, além do transporte, a produção de documentação falsa e outros requisitos tópicos necessários para a ultrapassagem da fronteira³².

Vale notar que existem redes de agenciamento de mão-de-obra na Bolívia, em cidades como La Paz, de onde vem grande parte dos bolivianos que vivem em São Paulo, e Santa Cruz de La Sierra, cidade mais próxima do Brasil e, portanto, última etapa antes da saída do país. O custo da viagem para o emigrante pode variar, dependendo do trajeto escolhido. Para quem opta pela entrada por Corumbá (MT), pode custar cerca de US\$ 120. Porém, o risco de ser detido por um agente federal é maior. Já quem escolhe a rota do Paraguai terá que enfrentar uma longa e exaustiva viagem até chegar à Ciudad del Leste, para depois cruzar a fronteira e entrar no Brasil por Foz do Iguaçu (PR). O custo desse trajeto pode chegar a US\$ 160 (SILVA, 2006: 160).

Em descrição realizada por Gaudério, para *A Folha de São Paulo*, em 2007 – na qual narra suas tentativas de inserção nesse circuito de subcontratação a partir a Bolívia, através de anúncios de jornal e rádio nas cidades de El Alto e Santa Cruz o circuito de subcontratação é delineado de maneira mais visível.

Até porque os bolivianos que estão no centro exigem cobranças e salários melhores, são pessoas que têm acesso a documentos mais rápido. Então o boliviano que vai trazer essa mão-de-obra pensa 'então, vamos trazer gente que não conhece e a gente vai camuflando tudo isso'. Aí chega nessa situação você chegar a encontrar situações de pessoas que trabalham anos e não recebem ou que trabalham durante um período e também não recebem ou quando recebem, recebem valores muito baixos”(trecho de entrevista concedida em abril de 2006 pela advogada Ruth Camacho, em São Paulo).

³² Um outro requisito inicialmente utilizado no Brasil, mas que também foi adotado pela Argentina, era a necessidade de comprovar a posse de determinada quantia em dinheiro, considerada necessária para a permanência da pessoa pelo tempo de duração do visto de turista. Durante esse período, alguns emprestadores em acordo com os “coiotes” que cuidam da movimentação das pessoas ficavam do lado boliviano da fronteira emprestando, a juros, o dinheiro para que o boliviano fizesse um trajeto de alguns minutos de devolvesse no final (ver Anexol1).

Começo em El Alto, cidade adjacente a La Paz (...). Compro um rádio e sintonizo nos 6.080 Khz da emissora católica São Gabriel. O locutor se expressa em aymará e quéchua (...). Consigo entender “costureiro”, “overloquista”, “Brasil” e os números dos telefones. Anoto e tento me candidatar, mas nos primeiros tropeços do espanhol, as vagas desaparecem. Volto a La Paz (...). “Entre cartazes que anunciam 'Atenção doadores de rim. Compramos o seu por até US\$ 4000', encontro ofertas de vagas para costureiros com ou sem experiência que queiram trabalhar no Brasil ou na Argentina. (...). Vou à Rua Albaroa 195, falar pessoalmente com Julia Fernandes, dona do anúncio. (...) Mais ou menos 60 anos, dona Julia é simpática. Fica acertado que me arrumará um emprego e que viajarei para o Brasil com um casal dentro de três ou quatro dias. (...) Não dá certo, dona Julia Fernandes some dois dias depois de nossa conversa. Procuro outro anúncio que promete 'suelo' de US\$200 mensais. Ao telefone um homem de voz forte e grossa encerra as minhas pretensões avisando 'Só contratamos bolivianos legítimos para trabalhar com coreanos. Não ligue mais' (A *Folha de São Paulo*, 16 de dezembro de 2007).

Note-se que o repórter não conseguiu se inserir no circuito a partir das agências bolivianas por não ser um boliviano legítimo, o que parece indicar um critério de confiabilidade, dentre outros tantos possíveis, verificados pelos que fazem parte do circuito, para permitir ou barrar a entrada de pessoas, provavelmente, devido à ilegalidade envolvida na circulação dessas pessoas por entre fronteiras nacionais.

O circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana mobilizaria, portanto, uma complexa rede de intermediários, que vão desde o agenciador propriamente da força-de-trabalho, passando pelo fornecedor de documentos falsos, motoristas, receptores locais para a formação dessa força-de-trabalho, empregadores e a própria força-de-trabalho. E todos esses intermediários, espalhados por entre São Paulo e os departamentos centrais da Bolívia – La Paz, Cochabamba e Santa Cruz – estariam, ao fim e ao cabo, vinculados apenas por relações

de confiança mútua, pois suas atividades estão à margem das regulações formais e, portanto, das garantias legais às quais tais regulações estão sujeitas.

Dessa forma, considera-se que o fenômeno em foco nesta dissertação – o agenciamento de força-de-trabalho boliviana desde a Bolívia para o abastecimento de oficinas de costura irregulares para o trabalho informal na cidade de São Paulo – é um “circuito de subcontratação transnacional”, denominação que visa salientar as seguintes características do fenômeno em foco, descritas acima: i) o termo “circuito” refere-se ao fato de tratar-se de uma atividade que possui uma territorialidade própria, ou seja, que se desenvolve ao longo de um espaço no interior do qual as pessoas e mercadorias vinculadas a essa atividade estabelecem uma circulação que as leva para pontos específicos: as oficinas de costura irregulares na cidade de São Paulo; ii) o termo “subcontratação” busca dar conta do fato de que trata-se de um circuito que tem como objetivo “subcontratar”, ou seja, contratar de maneira precária pessoas para uma determinada atividade econômica e, iii) o termo “transnacional” busca sublinhar o fato de que o circuito une dois pontos que se encontram no interior de fronteiras nacionais diferentes e essa vinculação é feita por atores não institucionalizados³³. Ou seja, o termo “transnacional” visa demarcar o fato do circuito de subcontratação em questão ser uma atividade econômica que envolve um movimento de migração internacional “clandestino”.

E a especificidade desse circuito de subcontratação, a ser abordada nesta dissertação, é, justamente, o fato de tratar-se de um circuito “transnacional”, aliando, portanto, à subcontratação, a conformação de um complexo fenômeno migratório: o estabelecimento de

³³ De maneira geral, e tendo em vista uma vasta literatura sobre o assunto Potot (2003:24) propõe uma diferenciação entre as palavras: “internacional”, “multinacional” e transnacional”: enquanto o termo “internacional” seria reservado para as ações estabelecidas pelos Estados Nacionais ou outras instituições nacionais em relação com outros países, o adjetivo “multinacional” referir-se-ia a atividades conduzidas por instituições ou organizações, cujos objetivos e interesses transcenderiam as fronteiras de um só estado, e as “atividades transnacionais” seriam aquelas iniciadas e mantidas por atores não-institucionalizados – que podem ser grupos organizados ou simples redes de indivíduos – e, geralmente, em torno de atividades econômicas informais

um fluxo migratório “clandestino” de bolivianos, de alguns departamentos da Bolívia para São Paulo, dinamizado, originalmente, conforme veremos ao longo da dissertação, por outro fluxo migratório, o de imigrantes coreanos.

“Même lorsque l'Etat y exerce un certain controle, ce qui définit les activités transnationales est qu'elles impliquent des acteurs non-institutionnels de pays différent, qui parviennent a coordonner leurs actions au-delà des territoires nationaux afin de poursuivre un but commun” (POTOT, 2003:25)³⁴.

Nesta dissertação, pretende-se abordar esse circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento, a princípio, das oficinas de costura e lojas da comunidade coreana, tendo em vista, por um lado, suas origens ou determinantes histórico-estruturais, a serem investigadas nos contextos de origem dos fluxos migratórios conformadores do circuito e, por outro lado, a experiência boliviana no interior desse circuito na cidade de São Paulo, tendo em vista testar o caráter “transnacional” e “informal” da experiência boliviana nas sociedades de destino.

³⁴ “Mesmo quando o Estado exerce certo controle, o que define as atividades transnacionais é que elas implicam atores não-institucionais de países diferentes, que conseguem coordenar suas ações para além dos territórios nacionais a fim de perseguir um fim comum” (POTOT, 2003:25, tradução própria).

A walk through almost any of today's large modern cities in Western Europe or the U.S. leaves one with the impression that each contains many cities: the corporate city of high-rise office buildings, the old, dying industrial city, and the immigrant city. It is a space of power, a space of labor and machines and a Third World space. Are they indeed three separate cities, each belonging to a different historic/geographic phase? Or do they presuppose each other – the existence of one, a condition for the other? If, so, what is the nature of the dynamic that connects them? (SASSEN - KOOB,1993:1)³⁵.

O fenômeno da entrada de imigrantes “clandestinos” para a inserção em atividades de comércio ou produção informais em pequenas oficinas de trabalho irregulares também faz parte da paisagem contemporânea de outros importantes centros urbanos do capitalismo mundial sendo, inclusive, o tipo de fenômeno a partir do qual a emergência da informalidade, nessas cidades, foi comumente equacionada no debate acadêmico e político internacional³⁶. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse tipo de fenômeno reflete-se nos denominados “sweatshops” – que, conforme destaca Ross (2002)³⁷, emergem nos grandes centros urbanos norte-americanos a partir da década de 1970.

De acordo com a literatura contemporânea internacional sobre esses “novos

³⁵ Um passeio por quase todas as grandes modernas cidades da Europa ocidental ou dos Estados Unidos, atualmente, deixa a impressão de que cada uma delas contém muitas cidades: a cidade corporativa dos altos prédios de escritórios, a antiga, decadente cidade industrial e a cidade dos imigrantes. Um espaço do poder, um espaço do trabalho e um espaço do Terceiro Mundo. Elas seriam realmente três cidades separadas, cada uma pertencendo a uma fase histórica/geográfica diferente? Ou elas pressupõe uma a outra – a existência de uma enquanto condição para a existência da outra? Caso sejam, qual a natureza da dinâmica que as conecta? (SASSEN-KOOB,1993:1, tradução própria).

³⁶ De acordo com Sassen - Koob (1991), durante toda a década de 1980 são crescentes as evidências empíricas sobre a expansão dos setores informais nas grandes cidades dos Estados Unidos. Ver também, entre outros: PORTES, 1991, PORTES & SASSEN-KOOB, 1987, POTOT, 2003; MOROKAVASICK, 1990 E 1999; PORTES, 1999, KLOSTERMAN ET ALLI, 1999.

³⁷ Conforme argumenta Ross, boa parte do debate em torno deste tipo de organização produtiva é baseado em definições normativas, como “lousy job” e em uma ideia de empreendimentos completamente à margem das regulações sociais – o que levou, inclusive, importantes teóricos sobre empreendimentos de imigrantes a considerar os sweatshops praticamente inexistentes nos Estados Unidos. Dessa forma, consideramos, assim como Ross, uma definição mais científica e que abrange as situações, que a são maioria, de empreendimentos que estejam apenas em parte na informalidade: “a business that regularly violates both wages or child-labor and safety or health laws” (ROSS, 2002:101). “um negócio que viola regularmente as leis salariais ou sobre o trabalho infantil e segurança ou saúde” (ROSS, 2002:101, tradução própria).

fenômenos” do capitalismo mundial, as perspectivas clássicas sobre o desenvolvimento das economias capitalistas denominadas “avançadas” consideravam que as tendências predominantes nessas sociedades seriam de estandardização da produção e generalização da organização formal do trabalho, concomitante ao avanço tecnológico³⁸. Portanto, a informalidade, em tais contextos, seria uma tendência residual completamente vinculada às “estratégias de sobrevivência” dos imigrantes indocumentados, nos grandes centros urbanos³⁹. Destaque-se, conforme argumenta Sassen-Koob (1991), que, enquanto as atividades propriamente ilícitas, de venda de produtos ou substâncias proibidas, sempre foram amplamente reconhecidas enquanto parte da dinâmica das economias “avançadas”, tal não era o caso das atividades informais – fenômenos considerados típicos do “Terceiro Mundo”.

Enquanto no debate latino-americano, essa questão da coexistência, no mesmo espaço urbano, de atividades com lógicas de organização e desenvolvimento consideradas opostas, possui longa tradição no pensamento latino-americano, principalmente, a partir das formulações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁴⁰. E foram consideradas, por muito tempo, como uma especificidade do padrão de desenvolvimento das então denominadas “economias subdesenvolvidas”. Note-se que o “subdesenvolvimento” seria, na perspectiva de Furtado (1975), um processo econômico autônomo e não uma etapa

³⁸ “The literature on industrialization has assumed that as development progresses, so will the standardization of production and generalization of the formal organization of work” (SASSEN-KOOB, 1991:60).
“A literatura sobre a industrialização pressupõe que com os progressos do desenvolvimento se estabeleceriam a estandardização da produção e a generalização da organização formal do trabalho” (SASSEN-KOOB, 1991:60, tradução própria).

³⁹ “The same literature that assumed the transitory character of the informal sector defined it as an alternative to destitution for those deprived of access to modern employment. Again, Marxist and Neoliberal theories coincide in this definition” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:36).
“A mesma literatura que considera o caráter transitório do setor informal o definiu como uma alternativa para a destituição daqueles que não tem acesso aos empregos modernos. Novamente, as teorias marxistas e liberais coincidem nessa definição” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:36, tradução própria).

⁴⁰ Criada em 1948 pelo Conselho Econômico das Nações Unidas (ONU), acabou por se constituir em importante reduto do pensamento desenvolvimentista latino americano. Destacando-se entre seus membros Celso Furtado e Raul Prebisch.

pela qual já teriam passado as economias, agora, consideradas “desenvolvidas”.

A perspectiva subjacente a essas análises, sobre as especificidades do desenvolvimento das economias latino-americanas, era a de que as economias nacionais estariam integradas no mesmo espaço internacional – um espaço sócio-econômico mais amplo, hierarquicamente constituído – e que as formas de desenvolvimento econômico industrial dos países “subdesenvolvidos” nesse sistema internacional – a princípio, enquanto colônias exportadoras de matérias-primas para as economias “desenvolvidas” e importadoras de produtos manufaturados e, posteriormente, no momento de início de sua industrialização, importadora de máquinas e equipamentos – sofreriam modelagens e restrições impostas pelas necessidades de desenvolvimento das economias “desenvolvidas”.

De maneira geral, de acordo com as primeiras formulações cepalinas, uma das principais conseqüências dessa inserção diferenciada, seria a constituição de estruturas sócio-econômicas duais ou heterogêneas⁴¹ – as estruturas modernas junto com as reminiscências da forma de organização das atividades consideradas “tradicionais”, geralmente, representada pelas atividades de subsistência. As conformações dessas estruturas duais significariam impedimentos estruturais para o desenvolvimento econômico⁴² das economias consideradas “subdesenvolvidas” e que deveriam ser superados: para que o “moderno” avançasse, o “atrasado” deveria ser eliminado. Ou seja, o objetivo seria atingir os mesmos padrões de desenvolvimento das economias centrais, mas o caminho não poderia ser a simples tentativa

⁴¹ “Essa concepção sustenta que a economia mundial está composta por dois pólos: o centro e a periferia, cujas estruturas produtivas diferem de um modo substancial. A estrutura produtiva da periferia é chamada de heterogênea, para que assim seja indicado que nelas coexistem atividades onde a produtividade do trabalho é elevada, como no setor exportador, com outras de produtividade reduzida, como na agricultura de subsistência” (RODRIGUES, 1981:233).

⁴² “A expansão da influência econômica européia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura pré capitalista. Na verdade, sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora, pouco se modificaram as estruturas” (FURTADO, 1975:191).

de imitação de sua trajetória – para esses intelectuais, tratava-se de buscar outras veredas, tendo em vista as especificidades de tais economias.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o debate latino-americano sobre essa questão sofreu importantes inflexões, com a formulação de uma crítica marxista a essa perspectiva, tendo em vista as ditaduras políticas do período e os novos desafios da consolidação do processo de industrialização e constituição de um mercado consumidor interno – que se constituiu em alguns países da América Latina e Central, entre as décadas de 1950 e 1960⁴³ – de acordo com Cano (2002), principalmente, no Brasil, México e Argentina.

Nessa crítica marxista, destaca-se a centralidade que adquire a emergência, nas metrópoles latino-americanas, de um contingente crescente de pessoas sem trabalho – que passou a ser denominado, pela maioria dos autores, de “massa marginal” – e que, ao contrário do clássico “exército industrial de reserva”, tematizado por Marx no século XIX, não tem mais possibilidades de inserção no âmbito mais desenvolvido da esfera produtiva, restando a disputa por postos de trabalho nos setores menos produtivos, geralmente, nos setores informais da economia⁴⁴.

No Brasil, mais especificamente, a partir da década de 1970, principalmente – em meio a um processo intenso de desenvolvimento industrial e urbano – a pobreza nos grandes centros urbanos tendeu a se elevar, “destacando-se a conformação de extensos bolsões de miséria nas

⁴³ Em torno deste debate floresceram as principais análises contemporâneas sobre a realidade latino-americana de viés marxista. Cf. QUIJANO, S/D; NUM, 1969, CARDOSO E FALETTO, 1970.

⁴⁴ É interessante notar, que as cidades africanas passavam por processos semelhantes e paralelamente a este debate latino-americano, durante a década de 1970, a questão da “informalidade” passava a ser problematizada no interior dos estudos sobre o mercado de trabalho de economias urbanas de cidades africanas. De acordo com Sassen-Koob e Portes (1987), inclusive, o conceito de informalidade foi cunhado oficialmente pela primeira vez para a descrição do mercado de trabalho em Gana, em 1973, em um estudo do International Labor Office (ILO). Depois foi usado em pesquisas desta mesma organização sobre outras cidades africanas e adotado pelos estudos do Banco Mundial sobre urbanização e pobreza.

metrópoles” (BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996) ⁴⁵. Tal pobreza é, de acordo com os autores, diferente da pobreza rural que até então predominava. Nesse caso, trata-se de uma pobreza vinculada a não realização, pelo mercado de trabalho, das condições pressupostas no ambiente urbano industrial. Dessa forma, entre outras coisas, a crescente concentração de renda – vinculada a forma de desenvolvimento industrial no interior do regime autoritário ⁴⁶ – configurou, nesses centros urbanos industriais, como a cidade de São Paulo, que recebiam amplos contingentes populacionais provenientes do êxodo rural do período, um quadro no qual conviviam: por um lado, um sistema de assalariamento e formalização das relações contratuais (principalmente no emprego público e nas grandes empresas privadas) em relativa ampliação. E, por outro lado, formas precárias de inserção no mercado de trabalho, verificando-se um aumento ponderável dos “trabalhadores por conta própria” e dos “assalariados sem carteira de trabalho”, em ocupações cada vez mais sem continuidade e regularidade ⁴⁷.

Tendo em vista esses desdobramentos do desenvolvimento industrial no Brasil, Oliveira (2003) propõe, no pólo oposto das formulações cepalinas clássicas, que tais setores considerados “arcaicos” – o que, nesse momento, significava mais do que as simples atividades de subsistência, os setores informais da economia urbana descritos acima – ao invés de impedirem o desenvolvimento dos setores “modernos”, seriam seus impulsionadores. O

⁴⁵ Apesar da diversidade de configurações que o desenvolvimento econômico produziu nas diferentes regiões do país, o nosso interesse é destacar a situações dos grandes centros urbanos industriais.

⁴⁶ Em que apesar de verificar-se um aumento nos gastos sociais e unificação do sistema previdenciário, reiterava uma crescente incapacidade em dirimir os males causados por um processo de industrialização impulsionado pelo capital internacional e cuja lógica de desenvolvimento, baseada na importação de tecnologia, excluía, antes mesmo de chegar a inserir, uma grande parte da população, num contexto urbano ainda bastante incipiente, de acordo com Baltar, Deddeca e Henrique (19996).

⁴⁷ Cf. BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996: 10 – 11. “Não se estabeleceram assim as condições necessárias para deflagrar interações favoráveis à elevação do poder de compra dos salários no âmbito da dinâmica do mercado de trabalho propriamente dito. Isto também não ocorreu através das instituições que regulam o mercado de trabalho” (BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996: 11).

autor, portanto, reestrutura a questão posta pelo pensamento cepalino da relação externa/analítica entre o moderno e o arcaico, interpretando-a como uma relação dialética interna, na qual “a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho”, enquanto que a manutenção de relações arcaicas “*preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio *novo*”(OLIVEIRA, 2003: 60)⁴⁸.

Portanto, essa forma de organização da economia urbana, que se anunciava na década de 1970, com um amplo setor de serviços informal, seria “parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, 2003:54 – 55), cujo setor de serviços de apoio ao desenvolvimento industrial não poderia assumir um papel concorrencial em relação à indústria nascente, que já carecia de uma acumulação prévia. E esse setor, teria seu crescimento calcado na abundância de força-de-trabalho e numa ausência de capitalização⁴⁹.

A década de 1980, caracterizada pelo fim do recebimento dos auxílios, principalmente, norte-americanos, marcaria o início de um processo crescente de estagnação econômica e aceleração inflacionária, a despeito de pequenos momentos de recuperação econômica (como ocorre entre 1984-86). Nesse momento, de acordo com Baltar, Dedecca e Henrique (1996), inicia-se a gestação de outro padrão de geração de emprego e renda – tendo em vista, especialmente, a metrópole paulistana – cada vez menos dependente do núcleo produtivo industrial, com o aumento do dinamismo ocupacional no setor terciário e de serviços⁵⁰,

⁴⁸ “A ‘especificidade particular’ de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (OLIVEIRA, 2003: 69).

⁴⁹ “... a aparência de ‘inchaço’ esconde um mecanismo fundamental de acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração de seu valor, ‘mais-valia’ em síntese” (OLIVEIRA, 2003: 57).

⁵⁰ “De fato, a sustentação do nível de ocupação nos anos 80 dependeu muito da capacidade de absorção das

conjugado a um aumento de tipos de emprego sem contrato de trabalho garantido pelos direitos trabalhistas e sociais (devido a uma diminuição dos empregos formais nas empresas privadas e ao aumento dos pequenos negócios).

Nesse momento, durante a década de 1980, os países centrais que, até então, viviam os “30 anos gloriosos”, depois da Segunda Guerra Mundial, delineando uma trajetória de desenvolvimento industrial homogênea, a partir da ação estatal⁵¹ – e que parecia se distanciar do tipo de desenvolvimento das economias periféricas, como o Brasil, em que se verificava a permanência das heterogeneidades a despeito do amplo e consolidado processo de desenvolvimento industrial – passam por um importante momento de inflexão nessas trajetórias de desenvolvimento e que se conjugam ao desencadeamento de contextos econômicos recessivos.

De maneira geral, conforme enumera Sassen-Koob (1998:44) os principais acontecimentos ligados a essa inflexão seriam: o fim da denominada “Pax Americana”⁵², com a reemergência vigorosa das economias da Europa ocidental em recuperação, no pós-guerra, e do Japão – principalmente, com o fim do acordo do Bretton Woods –, a transferência do eixo geográfico das transações internacionais do sentido norte-sul para o sentido leste-oeste e o peso crescente dos mercados financeiros nas economias nacionais. Além dos contextos

atividades terciárias. Observou-se um aumento da participação do comércio e dos serviços – notadamente reparação e conservação, alojamento e alimentação, atividades sociais e também serviços de apoio à atividade econômica” (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996: 14).

⁵¹ De acordo com Pochmann, que considera esse período uma exceção na história do capitalismo, marcado pela presença estatal redistribuidora da riqueza social produzida, cuja regra seria a formação de um contingente de força-de-trabalho excedente: “Por ser uma exceção, mais do que uma regra, verificou-se que durante quase três décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, a presença de baixas taxas de desemprego nas economias avançadas foi objeto da construção política daquelas sociedades. (...) A partir disso, o capitalismo nas economias avançadas evoluiu para a estruturação do mercado de trabalho, contemplando a cada dez ocupados 8 a 9 assalariados. Este fato tornou possível constatar a consolidação de sociedades salariais relativamente homogêneas” (POCHMANN, 2001:19).

⁵² Período de relativa paz mundial, depois da Segunda Guerra Mundial, marcado pela hegemonia política e econômica dos Estados Unidos.

recessivos⁵³ internacionais provocados, entre outras coisas, pelas crises do petróleo – de meados da década de 1970 e a de meados da década de 1980 – que seriam os responsáveis diretos, nessa perspectiva, pela emergência dessa “nova informalidade” contemporânea, nos contextos urbanos ultra-desenvolvidos.

De acordo com Sassen-Koob e Portes (1993), o desaquecimento das economias centrais e periféricas, devidos a esses contextos recessivos, teria levado a adoção, em ambos os casos, de estratégias de exportação para a obtenção de divisas e aceleração da produção interna. E seria, justamente, o entrecruzamento dessas estratégias, dinamizadas pelo contexto recessivo do período, responsável pelas origens da emergência da “nova” informalidade urbana, nos dois contextos – no “Terceiro Mundo” e nas economias “avançadas”.

Thus, the process of informalization is reinforced in the Third World by efforts of producers and countries to break out of economic stagnation through an export-oriented strategy; but the latter promotes, in turn, the reproduction of similar labor arrangements in the developed world as the affected industries struggle for survival. Simultaneously, the very circumstances of the economic crisis and the efforts to cope with it create an abundant labor supply⁵⁴ that further encourages and facilitates informalization (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:55)⁵⁵.

Note-se que apesar de se constituir em uma situação fundadora, ela desencadearia processos semelhantes em outros setores da economia que, tendo disponível uma força-de-trabalho imigrante, mais barata e dócil, pela condição de ilegalidade, passariam a utilizá-la ao

⁵³ O Produto Interno Bruto dos Estados Unidos declinou em 2% neste período (1974 – 1975) e, na maioria dos países da OECD, houve um declínio em torno de 4% **.

⁵⁴ Não só devido aos fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, mas também por causa do aumento do desemprego no mercado doméstico – de acordo com os autores, em países como a Inglaterra, Holanda, Espanha e outros países ocidentais europeus – o desemprego aberto atingiu níveis entre 15% e 20% .

⁵⁵ “Então, o processo de informalização é reforçado no Terceiro Mundo pelos esforços dos produtores e países para interromper a estagnação econômica a partir de uma estratégia orientada para a exportação; mas, os últimos, promovem, como resultado, a reprodução de arranjos de trabalhos similares no mundo desenvolvido como as indústrias afetadas lutam para sobreviver. Simultaneamente, as várias circunstâncias da crise econômica e os vários esforços para lidar com ela, criou uma abundante reserva de força-de-trabalho que, posteriormente, encoraja e facilita a informalização” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:55, tradução própria)

invés da força-de-trabalho local, já organizada⁵⁶.

Nessas novas configurações, ao contrário das décadas anteriores, em que as diferenças no padrão de desenvolvimento entre as economias “centrais/desenvolvidas” e “periféricas/subdesenvolvidas” pareciam bastante evidentes, as estruturas se confundem, colocando em xeque análises em torno da oposição, convivência ou justaposição entre o “tradicional/arcaico” e o “moderno” – contemporaneamente seríamos todos modernos e heterogêneos. E essa heterogeneidade, se manifestaria, nas economias centrais e periféricas, do ponto de vista do sistema econômico, especialmente, no aumento da imigração clandestina, aumento do desemprego e na re-emergência ou aumento do setor informal nos grandes centros urbanos.

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que efetivamente fazem sombra para muita gente (CASTEL, 1998: 516 – 17)⁵⁷.

Nesse sentido, no trecho acima, Castel define os principais fatores que caracterizam a novidade da denominada “questão social” contemporânea: o aumento do desemprego e, em

⁵⁶ “The immigrant flow was central to the informalization process of labor-intensive industries affected by foreign competition but soon extended to others that were not. In urban areas in which immigrants were concentrated, other highly unionized sectors, such as construction, and highly competitive service industries, such as restaurants, soon began to avail themselves of this new source of low wage and tractable labor” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:54).

“O fluxo migratório foi central para o processo de informalização das indústrias baseadas em trabalho intensivo afetadas pela competição estrangeira, mas logo se estendeu para outras que não eram afetadas. Nas áreas urbanas em que os imigrantes estão concentrados, outros setores intensamente organizados, como a construção civil e as altamente competitivas indústrias de serviços, como restaurantes, logo começaram a fazer uso dessa nova fonte de força de trabalho barata e dócil” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:54, tradução própria).

⁵⁷ Trecho do livro “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, no qual Castel, com o intuito de proporcionar parâmetros para a compreensão da “nova questão social”, procura delinear o processo histórico de uma “condição salarial” na França - cujas raízes remetem ao início da industrialização e que tem seu apogeu entre 1945 - 1975.

especial, o desemprego de longa duração, e a precarização das condições de trabalho. De acordo com Castel, tratar-se-ia de uma situação que, assim como o pauperismo do século XIX, nos primórdios da produção industrial européia, está inscrito no cerne das mudanças na dinâmica produtiva, não se tratando mais de fenômeno marginal a ser superado pelo progresso.

No caso brasileiro, a década de 1990 demarcaria algumas especificidades na forma de manifestação do desemprego e do setor informal, que levou a consideração da existência de “fenômenos novos” impulsionados por essas “novas configurações” do capitalismo mundial em suas regiões centrais, a despeito desses fenômenos parecerem, à primeira vista, reproduções recrudescidas de tendências do nosso desenvolvimento industrial presentes, pelo menos, desde o início da década de 1960 (de desemprego e precarização do trabalho).

A novidade na dinâmica econômica brasileira, da década de 1990, deveu-se, em grande parte, de acordo com Baltar, Dedecca e Henrique (1996), a uma mudança no cenário internacional, cujas linhas gerais foram apresentadas acima, que possibilitou o acesso ao seu mercado financeiro, devido, principalmente, à diminuição nas taxas de juros em ambiente de grande liquidez. Portanto se, na década anterior, tratava-se de manter, a todo custo, o saldo da balança comercial favorável, com o intuito de pagar os juros da dívida – o que levava a uma política econômica bastante protecionista, para a deflagração do desenvolvimento industrial nacional, no interior do mercado interno. Nesse novo contexto, as barreiras à importação foram retiradas em nome, principalmente, da modernização do setor produtivo, como parte de uma estratégia para elevar a competitividade internacional, para a redução da inflação e valorização da moeda nacional (BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996: 17).

Em relação ao desemprego, de acordo com Baltar, Dedecca e Henrique (1996), enquanto no momento anterior, caracterizava-se por ser de “curta duração”, ligado a um

mercado de trabalho bastante flexível, devendo-se, em grande parte, às “flutuações econômicas” e ao “descompasso entre crescimento demográfico e geração de novas oportunidades de emprego”. Contemporaneamente, a partir da década de 1990, o desemprego ligar-se-ia a uma necessidade de racionalização da produção industrial impulsionada pela competição internacional, enquanto consequência das estratégias de desverticalização e a focalização da produção industrial. Nesse novo contexto, o desemprego caracterizar-se-ia por ser de “longa duração”, pois ele seria fruto de uma diminuição de postos de trabalho, necessária, nessas circunstâncias, para a continuação do desenvolvimento industrial e que, nesse sentido, não deve ser reposta em momentos posteriores. Situação que se soma à baixa capacidade de geração de emprego no setor terciário, em crescimento relativo, e a momentos de verdadeira estagnação econômica. Durante as décadas de 1980 e 1990, a taxa de desemprego aberto passou de 3,4% da PEA, em 1979, para 14,9%, em 1998 (POCHMANN, 2001:22).

Em relação às formas assumidas pela precarização das condições de trabalho no Brasil, especialmente, pelo setor informal – local em que poderíamos situar as atividades desenvolvidas pelos imigrantes bolivianos ligados ao circuito de subcontratação em foco nesta dissertação – definido, de acordo com um programa latino-americano da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir do tipo de unidade produtiva na qual os trabalhadores se inserem, conforme citação abaixo, nota-se que, apesar de ser recorrente na história do desenvolvimento industrial brasileiro, mantendo-se mesmo nos momentos de ampliação do assalariamento e da formalização das relações de trabalho (na década de 1970, especialmente), nesse novo contexto, a informalidade urbana tenderia a se generalizar e a recrudescer, transformando-se em regra, inclusive, no interior dos setores mais avançados da economia, a

partir da terceirização, ou mesmo de subcontratações diretas⁵⁸.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporciona emprego de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza (JAKOBSEN, 2001:13 – 14).

De acordo com Jakobsen e Pochmann (2001), o tipo de aumento vislumbrado no setor informal ao longo das décadas de 1980 e 1990 indicaria um processo crescente de substituição do trabalho formal pelo informal, pois a população economicamente ativa aumentou em ritmo muito mais rápido do que os contratos formais de trabalho⁵⁹. O que se percebe também nas taxas de assalariamento⁶⁰, citadas por Pochmann (2001), e que apresentam um decréscimo de 17,8%, entre 1989 e 1998. Ao longo da década de 1990, tendo em vista a Pesquisa Mensal do Emprego, PME do IBGE, Jakobsen (2001:15 – 16) aponta um crescimento do setor informal na faixa dos 22%, nas seis principais regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador), levando a uma situação na qual, praticamente, metade dos ocupados dessas regiões estaria inserida no setor informal – ou como “empregado sem carteira assinada” ou “trabalhador por conta própria”.

⁵⁸ “Esta precarização decorre de uma não formalização dos novos vínculos empregatícios e de seus baixos níveis de renda. Portanto, a nova dinâmica econômica, ao trocar empregos industriais e de serviços formalizados por empregos não formalizados permitirá a consolidação de uma nova forma de exclusão social no país que tornará ainda mais grave a situação de pobreza no país” (BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996:26).

⁵⁹ “Segundo o PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe), o percentual de trabalhadores informais no Brasil em 1980 era de 24% da População Economicamente Ativa (PEA), contra 28,8% em 1990. Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1981, o número absoluto de trabalhadores formais atingiu o montante de 22,2 milhões de trabalhadores, equivalentes a 49% da PEA daquele ano, aproximando-se do número absoluto de 1998 (22,3 milhões projeção sobre a RAIS de 1996), porém, nesse caso, equivalente a apenas 29% da PEA” (JAKOBSEN, 2001:15).

⁶⁰ Relação entre o total de assalariados e o contingente de ocupados.

Além dessa generalização do setor informal, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina⁶¹, os dados recolhidos pelo “Mapa do Trabalho Informal”⁶² na cidade de São Paulo indicam uma tendência de precarização crescente das condições sócio-econômicas dos trabalhadores desse setor, em que não se vislumbrariam mais situações, como nos áureos momentos do desenvolvimento industrial brasileiro, em que “alguns proprietários de atividades informais recebiam uma renda superior, em média, à dos trabalhadores do setor formal” (JAKOBSEN, 2001:15).

De maneira geral, poderíamos sistematizar, tendo em vista o debate delineado acima, que essa informalidade contemporânea foi interpretada a partir de, pelo menos, três perspectivas, conforme propõe Jakobsen (2001):

- i) na perspectiva liberal, que atribui a informalidade contemporânea à excessiva regulamentação estatal e, no caso das economias desenvolvidas em que essa informalidade ligar-se-ia ao trabalho de imigrantes, a explicação liberal, vê nessas atividades, uma reposição de estratégias de sobrevivência que esses imigrantes trariam de seus países de origem.
- ii) no debate latino-americano, tendo em vista desdobramentos da perspectiva marxista delineada acima, esse setor informal seria entendido como um tipo específico da “população relativamente excedente”⁶³, a “população estagnada”, de acordo com Singer (2001), e que

⁶¹ De acordo com Jakobsen (2001), em pesquisa divulgada pela OIT, entre 1986 e 1996, a cada 100 novas ocupações criadas na América Latina, 80 eram informais.

⁶² Nessa pesquisa assumiu-se a definição de informalidade da OIT, a partir do PREALC, citada acima, em que a atividade informal é definida a partir da unidade produtiva considerando-se “informal”, portanto, não apenas os “assalariados sem carteira de trabalho assinada”, mas também os assalariados (com ou sem carteira) em empresas com até 5 empregados, empregadores em empresas de até 5 empregados, donos de negócio familiar, autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares.

⁶³ “Por que relativamente excedente? Porque ela excede momentaneamente as necessidades do capital, ou seja, a procura por mão-de-obra das empresas. Mas ela de modo algum é excedente, no sentido de redundante de desnecessária à economia como um todo, inclusive ao modo de produção capitalista. Este, para poder pagar salários compatíveis com a valorização do capital, precisa poder dispor de uma massa de trabalhadores que esteja sendo demitida por algumas empresas e admitida por outras” (SINGER, 2001:11). Essa população relativamente excedente seria composta por 3 parte, de acordo com Marx, no Capital: excedente líquida (que pode ser mobilizada a qualquer momento), latente (formada pelos moradores do campo prestes a serem

faria parte do exército ativo sendo influenciada pela dinâmica da reprodução do capital, mas com pouco influência sobre ela – pois não estaria na disputa por postos de trabalho como a “população líquida”, que seria o clássico “exército industrial de reserva”⁶⁴.

Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos específicos de exploração do capital. Caracterizam-na o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário (...). A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos (SINGER, 2001, 11).

Dessa forma, estaríamos, atualmente, diante de uma espécie de variação e generalização da denominada “massa marginal” – abordada nos debates marxistas latino-americanos das décadas de 1960 e 1970, críticos e em diálogo com a perspectiva cepalina.

iii) e, uma perspectiva denominada por Jakobsen de “estrutural”, estabelecida em torno, principalmente, das formulações de Sassen-Koob e Portes (1987)⁶⁵ consideradas acima, e que definiria a informalidade em termos relacionais, referindo-se às formas de realização das atividades econômicas e não às atividades em si ou segmentos populacionais diretamente vinculados a essas atividades: a informalidade, nesse sentido, seria desencadeada no interior de processos produtivos que envolvessem, em alguma medida, o desrespeito às regulações estatais.

The fundamental cause for the maintenance and growth of an informal sector in peripheral economies is the juxtaposition of an extensive labor legislation, frequently copied from that of the advanced

expulsos) e a estagnada (exército ativo, ocupado em atividades irregulares).

⁶⁴ “Enquanto o segmento de trabalhadores na condição de desemprego aberto faz diretamente parte da concorrência no mercado de trabalho, disputando vagas e, com isso, impondo resistências maiores à elevação salarial e à melhoria das condições de trabalho, o segmento não organizado do mercado de trabalho termina por não interferir direta e sistematicamente no acirramento da competição entre os trabalhadores pelo acesso a vagas. Suas estratégias de sobrevivência ainda que rudimentares evitam que recorrentemente este segmento tenha que depender exclusivamente da venda de sua força de trabalho” (POCHMANN, 2001:20).

⁶⁵ Em um ensaio considerado clássico nesse sentido: “Making it underground – comparative material on the informal sector in western market economies”, publicado em 1987.

countries, and an abundant labor supply. In this context, firms have every incentive to attempt to dodge legal restrictions on their use of labor. When competition heightens, for example, when enterprises attempt to export, or when tariff barriers come down (...) the incentive to informalize is reinforced. In every instance, the primary mechanism through which formal/informal linkage occurs is subcontracting (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:38)⁶⁶.

E o seu diferencial, agora, enquanto, “estratégia de diminuição de custos” de produção ou comercialização e não apenas como “estratégia de sobrevivência”, seria, justamente, suas ligações com o setor formal, pois para que seja eficaz nesse novo sentido, as atividades informais deveriam estar inseridas em ambientes amplamente regulados.

As atividades informais, nessa perspectiva, deixariam, portanto, de fazer parte dos circuitos periféricos da economia urbana, deslocando-se cada vez mais para o centro da produção capitalista, através, principalmente, dos mecanismos de subcontratação e terceirização que ligariam circuitos produtivos ou de comercialização marginais – baseados em trabalho intensivo sem nenhuma regulação formal – a circuitos produtivos e de comercialização amplamente formalizados, no interior dos quais circulam grandes somas de capital e tecnologia. E essa forma de realização da atividade econômica poderia, a princípio, ser identificada em vários setores ou segmentos do tecido social, em várias atividades econômicas e, em graus variados. Entretanto, frise-se que, no momento inicial do debate sobre a “nova” informalidade nos centros urbanos das economias centrais, os fenômenos em questão seriam os vinculados aos segmentos considerados periféricos ou marginais da população urbana.

⁶⁶ “A causa fundamental para a manutenção e crescimento do setor informal nas economias periféricas é a justaposição de uma legislação do trabalho extensiva, freqüentemente copiada dos países avançados e uma abundante reserva de força-de-trabalho. Nesse contexto, as firmas possuem todos os incentivos para tentar burlar as restrições legais no seu uso da força-de-trabalho. Quando a competição recrudescer, por exemplo, empresas tentam exportar, ou as barreiras tarifárias são abolidas (...) o incentivo para informalizar é reforçado. Em todos os exemplos, o mecanismo primário a partir do qual a ligação formal-informal ocorre é a subcontratação”(PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:38, tradução própria).

(...) the informal are all those work situations characterized by the absence of: (1) a clear separation between capital and labor; (2) a contractual relationship between both; and (3) a labor force that is paid wages and whose conditions of work and pay are legally regulated. (...). Thus, defined, the informal sector is structurally heterogeneous and comprises such activities as direct subsistence, small-scale production and trade, and subcontracting to semi-clandestine enterprises and homeworkers (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:31)⁶⁷.

Pochmann (2001), apesar de considerar o setor informal enquanto reflexo das atividades econômicas de uma parcela excedente da força-de-trabalho, vai identificar em alguns processos desencadeados no contexto contemporâneo brasileiro uma dinâmica similar e diferenciada de informalidade e que passaria para o centro do sistema produtivo, diferentemente de boa parte das atividades definidas como informais ou pertencentes ao setor “não organizado” do mercado de trabalho:

A terceirização e subcontratação de mão-de-obra, a organização em redes de produção, a externalização de partes do processo produtivo contribuem para a simplificação de tarefas e ocupações que anteriormente encontravam-se presentes no interior da grande empresa. Com isso ganharam dimensão as ocupações ligadas diretamente a esse tipo de empresa, alterando um pouco as características do segmento não organizacional. Dessa forma, chega-se a uma quinta consideração: no interior do excedente de mão-de-obra podem ser encontradas, mais recentemente, as ocupações vinculadas diretamente ao processo capitalista de produção, especialmente, à grande empresa. Com isso o segmento não-organizado poderia estar produzindo e reproduzindo não apenas formas ocupacionais do capitalismo primitivo, mas também vagas acionadas pelas grandes empresas (POCHMANN, 2001:20).

Entretanto, para Pochmann, estaríamos apenas diante de uma variação de um fenômeno que faria parte da dinâmica intrínseca do sistema capitalista de produção: a

⁶⁷ (...) o informal são todas aquelas relações de trabalho caracterizadas pela ausência de: (1) uma separação clara entre capital e trabalho; (2) uma relação contratual entre os dois; (3) uma força-de trabalho a qual são pagos salários e cujas condições e trabalho e pagamento são legalmente reguladas. (...) Definido dessa forma, o setor informal é estruturalmente heterogêneo e compreende aquelas atividades de subsistência direta, produção e comércio em pequena escala e subcontratação para empreendimentos semi-clandestinos e para o trabalho a domicílio” (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987:31, tradução própria).

conformação de uma população relativamente excedente de força-de-trabalho. Enquanto, para os autores da perspectiva “estrutural” estaríamos diante de uma mudança na forma de organização e reprodução do capital em que as atividades informais, ao passarem para o centro do sistema, não se vinculariam mais a populações ou condições de vida específicas. Essas atividades informais fariam parte, de acordo com Sassen-Koob e Portes, dos “novos contextos urbanos” emergentes das transformações na dinâmica internacional ao longo dos anos de 1980, conforme arrolado acima, que passariam a assumir um papel central e específico no interior da dinâmica mundial e que, muitas vezes, se sobrepõe à lógica das economias nacionais nas quais estão inseridas⁶⁸. E, portanto, apesar das especificidades históricas, a partir de então, essas economias urbanas estariam diante de fenômenos de formas e causas semelhantes.

Any explanation of the resurgence of an informal economy in the advanced countries must start by recognizing that these activities, although structural similar, have had different origins in different places and also vary in their modes of operation in different economic sectors. There is a common logic in the drive to increase flexibility of production and decrease labor costs, but the timings of the decision to informalize and the ways in which has been implemented have varied widely. Despite such differences, the emergence of this process in different countries during roughly the same period suggests that there are at least some common forces at play (PORTES & SASSEN – KOOB, 1987:53)⁶⁹.

⁶⁸ “Este livro demonstra como algumas cidades – Nova Iorque, Tóquio, Londres, São Paulo, Hong Kong, Toronto, Miami, Sidney, entre outras – se transformaram em espaços “transnacionais” no que diz respeito ao mercado. À medida que essas cidades prosperaram, passaram a ter mais em comum umas com as outras do que com centros regionais existentes em seu próprio Estado Nação, muitos dos quais declinaram quanto à sua importância” (SASSEN-KOOB, 1998:12).

⁶⁹ “Qualquer explicação sobre o ressurgimento de uma economia informal nos países avançados deve começar reconhecendo que essas atividades, apesar de estruturalmente semelhantes, possuem origens diferentes nos diferentes lugares e também variam em seus modos de operação nos diferentes setores econômicos. Existe uma lógica comum no sentido do aumento da flexibilidade da produção e diminuição dos custos da força-de-trabalho, mas os momentos ideais para a decisão de informalizar e as maneiras de implementação têm variado enormemente. Apesar dessas diferenças, a emergência desses processos em diferentes países durante aproximadamente o mesmo período sugere que existem, pelo menos, algumas forças comuns em jogo” (PORTES & SASSEN – KOOB, 1987:53, tradução própria).

Em relação a esse debate, é interessante notar que, de fato, o circuito de subcontratação no qual se inserem os imigrantes bolivianos indocumentados para o abastecimento de pequenas oficinas de costura informais, geralmente, domiciliares, não pode ser definido como um circuito que se desenrola exclusivamente no interior do circuito inferior da economia urbana⁷⁰, assemelhando-se mais à heterogeneidade percebida pelos autores norte-americanos, pois ele vai abastecer, a princípio, outro circuito de lojas atacadistas coreanas, que comercializam grandes quantias e que são conhecidas por comercializar roupas produzidas a partir de toda uma pesquisa em design e tecidos e, atualmente, tem abastecido, inclusive, as confecções do alto circuito da moda, além das grandes redes varejistas.

Será que o circuito de subcontratação transnacional, em foco, seria, portanto, um desses “novos” fenômenos do capitalismo contemporâneo, presentes nos grandes centros urbanos, e suas origens residiriam nos processos de reestruturação produtiva em curso, no caso do setor de confecção da capital paulistana, a partir da década de 1990, que teriam incentivado os empresários do setor a buscar formas alternativas de diminuição dos custos de produção para arcar com o aumento da competitividade internacional?

A hipótese alternativa a ser desenvolvida nos dois primeiros capítulos desta dissertação é a de que apesar desse circuito de subcontratação ter passado a se constituir, de fato, em alternativa de diminuição de custos para o setor de confecção da capital paulistana no bojo de seus processos de reestruturação produtiva, a partir da década de 1990 – o que, certamente,

⁷⁰ Uma definição interessante dos “circuitos da economia urbana” e que tematiza as mudanças provenientes das décadas de 1980 e 1990 em termos marxistas, no sentido do debate latino-americano citado acima, seria a de Milton Santos (2004), que definiria o “circuito superior” compreendido por: bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. E o “circuito inferior” por formas de fabricação “capital não intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não moderno e de pequenas dimensões. E, ainda, no circuito inferior: “A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Este circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os imigrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades deste setor e às suas relações com o conjunto da economia urbana”(SANTOS, 2004, p. 42).

contribuiu para uma institucionalização e aumento do fluxo no interior do circuito – tratar-se-ia de um fenômeno que extrapola o espaço urbano paulistano, em, pelo menos dois sentidos, a serem desenvolvidos ao longo desses capítulos:

i) Em suas origens, pois os fluxos migratórios de coreanos, iniciados na década de 1960, não se dirigiram apenas para o Brasil, mas para outros países da América Latina, inclusive, para a Bolívia e Argentina. E a Bolívia, além de constituir-se em via de acesso privilegiada para a entrada ilegal de coreanos em território brasileiro, durante um longo período, também recebeu imigrantes coreanos que montaram suas lojas e oficinas no setor de confecção de seus centros urbanos.

ii) Em sua abrangência, na medida em que tais confluências entre bolivianos e coreanos em torno do setor de confecção se repetem em outros espaços urbanos latino-americanos, em especial, em Buenos Aires. E entre esses lugares – São Paulo e Buenos Aires – parece constituir-se uma espécie de “rede”, a ser descrita na conclusão, que seria ativada nos momentos de crise econômica no setor de confecção em uma dessas capitais, possibilitando uma circulação privilegiada desses imigrantes – bolivianos e coreanos – por entre o setor de confecção dessas capitais.

Dessa forma, considera-se que, apesar da abertura dos mercados ser um fator importante para explicar os processos de realocização industrial e reestruturação produtiva do setor, na década de 1990, em São Paulo, e que implicaram um aumento considerável das práticas de subcontratação em praticamente todos os seus segmentos, levando a subcontratação generalizada da força-de-trabalho boliviana e de outros imigrantes em situação precária na cidade, tal perspectiva parece pouco profícua para a compreensão das origens desse circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana, pois esse

circuito não seria, a princípio, produto dos processos de reestruturação produtiva estabelecidos no contexto urbano paulistano. Portanto, propõe-se um deslocamento do foco analítico dos “contextos de recepção” desse circuito no espaço urbano paulistano, para os “contextos de origem” dos fluxos migratórios que compõem o circuito. Dessa forma, a perspectiva analítica subjacente a essa abordagem da explicação da emergência de um dos tipos clássicos dos “novos fenômenos de informalidade” – que vincula informalidade e imigração a circuitos produtivos centrais das economias locais – busca repor as análises baseadas nas especificidades das formas de realização do desenvolvimento industrial das economias nacionais, em meio a contextos internacionais específicos, ao invés de buscar as explicações nas “semelhanças” produzidas contemporaneamente pelas mudanças na dinâmica de acumulação capitalista.

O desenvolvimento desse argumento mais amplo em dois capítulos, deve-se ao fato de termos constatado, ao longo da pesquisa, que existiram dois “contextos de expulsão” específicos na Coreia do Sul e Bolívia: um primeiro, que deu início às rotas entre os países – a partir da década de 1950, na Bolívia e, a partir dos anos de 1960, na Coreia do Sul – diretamente vinculado ao início do desenvolvimento industrial desses dois países⁷¹ e que colocaria em circulação internacional, por um lado, estudantes e profissionais liberais bolivianos, principalmente, depois do golpe militar de 1964, na Bolívia, por motivos políticos ou profissionais diversos, enquanto as tentativas de desenvolvimento levavam a importantes fluxos migratórios internos, das zonas rurais para os centros urbanos. E, por outro lado,

⁷¹ No sentido de desenvolvimento industrial dado por Cano: “resultado de um processo de acumulação de capital através do qual a economia passa a contar com as bases especificamente capitalistas de produção, isto é, que produz não somente os meios de reprodução da força de trabalho, mas também produz os meios de produção necessários à reprodução de seu sistema produtivo. Quando isso se dá, dizemos também que efetivamente é essa indústria que comanda o processo de acumulação, e que o investimento autônomo é o principal determinante da renda e do emprego” (CANO, 2002:77).

coreanos empobrecidos e norte-coreanos fugidos da Guerra da Coreia, em um contexto de superpopulação na península sul-coreana e início dos planos de desenvolvimento industrial, que impulsionaram os fluxos a partir de acordos de emigração com países da América Latina.

E, um segundo momento, que, consideramos fundamental para o início do circuito de subcontratação – a partir da década de 1970, na Coreia do Sul e, a partir dos anos de 1980, na Bolívia – e que colocaria em circulação, não apenas em direção ao Brasil, mas também por outros países da América Latina, um perfil diferenciado de imigrantes: por um lado, sul-coreanos provenientes de um país em pleno desenvolvimento econômico, do qual saíam com dinheiro para fazer a vida em outros lugares menos competitivos. E, por outro lado, um enorme contingente de bolivianos desempregados e sem terra em uma das maiores crises recessivas da história do capitalismo, em que a inflação chegou a 24.000% ao ano, de acordo com Pereira (2004), em meio a políticas neo-liberais de saneamento do sistema financeiro. Dessa forma, considera-se que, apesar dos momentos iniciais terem sido importantes para a constituição do circuito, devido a uma série de especificidades a serem debatidas no primeiro capítulo, os desdobramentos posteriores de duas histórias de desenvolvimento industrial iniciadas naquele momento de início dos fluxos, a partir das décadas de 1970 e 1980, parecem ter possibilitado a emergência das condições histórico-estruturais determinantes para a constituição do circuito de subcontratação transnacional em foco nesta dissertação.

* * *

A questão da experiência social de imigrantes bolivianos, geralmente, indocumentados, como força-de-trabalho em oficinas de costura informais na capital paulistana, a ser abordada no terceiro capítulo, nos põe diante de um fenômeno em que se entrecruzam, pelo menos, duas dimensões: o fato de se tratar de uma comunidade de imigrantes internacional clandestina e o estabelecimento de uma inserção econômica em atividades denominadas “informais” no contexto urbano paulistano.

Em relação aos fluxos migratórios internacionais de maneira geral, é interessante notar que, paralelamente às inúmeras transformações na economia e política mundial que reconfiguraram o escopo e sentido da informalidade urbana, conforme vimos acima, esses fluxos migratórios também sofreram importantes mudanças em sua composição, percursos e formas de inserção nas sociedades de destino, nas últimas duas décadas⁷².

Em relação, especificamente, às formas de inserção sócio-econômicas das comunidades de imigrantes vinculadas a esses “novos fluxos migratórios”, chama atenção, no debate contemporâneo, o fato desses imigrantes manterem ou refazerem os vínculos com as sociedades de origem mesmo depois de um bom tempo de inserção, colocando em xeque as

⁷² “In the last quarter of the twentieth century, grosso modo, international migration has undergone deep changes. Inter alia, flows have become more global and heterogeneous in composition. Asia, Africa and Latin America have replaced Europe as the major region of the origin. Both the relative volume and the nature of labor demand in receiving society have changed. Restrictive admission policies have proliferated. New forms of migration based upon entitlements have become paramount. Undocumented flows and clandestine traffics have acquired an increasing saliency. Social integration in the receiving society has become less linear. Finally, transnational spaces and communities have emerged” (ARANGO, 2000: 287)
“No último quartel do século XX, grosso modo, a migração internacional foi submetida a profundas mudanças. Inter alia, os fluxos se tornaram mais globais e heterogêneos em composição. Asia, Africa e América Latina substituíram a Europa como a maior região de origem. Tanto o volume relativo quanto a natureza da demanda por trabalho nas sociedades de destino modificaram-se. Políticas restritivas de admissão proliferaram. Novas formas de migração baseadas em auxílios legais tornaram-se primordiais. Os fluxos de indocumentados e os tráficos clandestinos adquirem uma importância crescente. A integração social nas sociedades de destino se tornou menos linear. E, finalmente, espaços e comunidades transacionais emergiram” (ARANGO, 2000: 287, tradução própria).

premissas do até então hegemônico “paradigma da assimilação”⁷³. A partir da perspectiva do “paradigma da assimilação” emergia a figura de um imigrante que, apesar de, num primeiro momento, encontrar-se em um meio hostil a sua presença, tendendo a ficar mais próximo dos seus compatriotas, acabava por se inserir no mercado de trabalho da sociedade de destino e a assimilar, na medida em que adquiria estabilidade social e econômica, seus hábitos culturais em sentido cada vez mais abrangente. Dessa forma, seriam as configurações estabelecidas no interior das sociedades de destino desses imigrantes que, ao fim, delimitariam suas formas de inserção nessas sociedades. A cidade de destino apareceria para esses imigrantes, a partir do “paradigma da assimilação”, portanto, enquanto tabuleiro social e espacial fixo em relação ao qual deveriam se conformar e que significava, portanto, o arrefecimento dos laços, principalmente, culturais com as sociedades de origem desses fluxos – “La ville, dans ses frontières historiques et topologiques, est conçue comme une aire sociale naturelle et suffisante pour l’homme” (TARRIUS, 1993:52)⁷⁴.

Tendo em vista a caracterização geral da inserção dos “novos fluxos migratórios”, baseada na manutenção dos vínculos desses imigrantes com suas sociedades de origem,

⁷³ Inicialmente, tal como desenvolvido pelos pesquisadores da Escola de Chicago, no início do século XX, e tendo em vista os fluxos migratórios europeus para os Estados Unidos, estabelecidos entre o fim do século XIX e 1920 até o início da década de 1930, a “assimilação” seria o último estágio que, eventualmente, poderia ocorrer no interior do que se denominou “ciclo das relações raciais”. Esse conceito foi proposto por Park em estudo clássico, “Race and Culture” (cf. ALBA & NEE, 1997) e que seria composto pelas seguintes etapas: contato, competição, acomodação e assimilação. Dessa forma, em uma de suas primeiras definições, a assimilação seria:

“a process of interpenetration and fusion in which persons and groups acquire the memories, sentiments and attitudes of other persons and groups and, by sharing their experience and history, are incorporated with them in a common cultural life” (PARK, R & BURGESS, W *apud* ALBA, R & NEE, V., 1997: 828)

“Um processo de interpenetração e fusão no qual pessoas e grupos adquirem as memórias, sentimentos e atitudes de outras pessoas e grupos e, ao compartilhar suas experiências e histórias, são incorporadas com elas em uma vida cultural comum” (PARK, R & BURGESS, W *apud* ALBA, R & NEE, V., 1997: 828, tradução própria).

⁷⁴ “A cidade, em suas fronteiras históricas e topológicas, é concebida como uma área social natural e suficiente para o homem” (TARRIUS, 1993:52, tradução própria).

notaram-se alguns elementos⁷⁵ na experiência boliviana, no interior do circuito de subcontratação em foco, que apontam nessa direção.

De maneira mais imediata, a manutenção, mesmo que simbólica, dos laços desses imigrantes, ligados ao trabalho na costura, com a Bolívia, constata-se, por exemplo, na presença marcante de elementos da cultura boliviana em seus locais de sociabilidade na cidade de São Paulo – não apenas graças à venda de produtos e comidas típicas, mas também, por exemplo, no som de fundo – em alto-falantes na Rua Coimbra, aos sábados e domingos e, na Praça Kantuta, aos domingos – das rádios piratas bolivianas na cidade, que possuem uma programação toda falada em espanhol. Destaque-se que a simples manutenção de espaços, nas sociedades de destino, em que o “ambiente” boliviano é, de alguma forma, repostado – nos produtos, no som e na língua falada – já indica uma inserção bastante distinta daquela esperada nos modelos de assimilação, que pressupõem, principalmente, a integração cultural das comunidades de imigrantes ao ambiente em que se inserem nas sociedades de destino.

Outra indicação mais objetiva da manutenção dos vínculos entre esses costureiros bolivianos e a Bolívia é a existência de uma série de arranjos – nos lugares de sociabilidade desses bolivianos, aos finais de semana – em torno das comunicações telefônicas internacionais, que parecem ser a principal forma de contato desses imigrantes com os familiares e amigos na Bolívia: na Rua Coimbra, existe um ponto oficial de telefonia, chamado “Punto Intel”, em que é possível fazer ligações para o exterior e que está sempre repleto de pessoas, além das operadoras bolivianas que podem ser acessadas no momento da ligação, “de boliviano para boliviano”, e dos denominados “telefones truchos” – que se localizam tanto na Rua Coimbra quanto na Praça Kantuta – que são telefones celulares

⁷⁵ Durante a pesquisa etnográfica.

clonados em torno dos quais se formam imensas filas para esses imigrantes realizarem ligações para os lugares de origem, a preços módicos. Também chama atenção o estabelecimento de uma barraca na Praça Kantuta para a venda de cartões telefônicos.

Ao considerarmos a pequena amostra exploratória de 21 bolivianos entrevistados na Praça Kantuta⁷⁶, nota-se que todos disseram possuir família na Bolívia. E, em relação aos telefonemas: 11 disseram ligar, pelo menos, uma vez por semana e, 8 disseram telefonar até uma vez por mês e, apenas 3, disseram ligar com menor frequência. Dessa forma, de um total de 20 bolivianos com família na Bolívia, pelo menos, 19 ligam com alguma periodicidade.

Outra evidência da manutenção de laços, entre origem e destino, é o fato dos imigrantes bolivianos voltarem muitas vezes para Bolívia, pois, conforme considera Camacho (2006), para muitos, a vinda para o Brasil é provisória, tratando-se apenas de uma forma de juntar dinheiro, de tempos em tempos, para conseguir ter uma vida melhor no país de origem⁷⁷. Em relação aos nossos entrevistados, 9 disseram já ter voltado para a Bolívia, se excetuarmos os três que acabaram de chegar, isso representa mais de 50% da amostra. E desses, três entrevistados voltaram apenas uma vez, três voltaram duas vezes e os outros três voltaram mais de 4 vezes.

É interessante notar que tal padrão de comportamento da comunidade boliviana se reproduz em outros países e em torno de outras atividades, como argumenta Marzadro abaixo, que investiga as formas de inserção da comunidade boliviana na cidade de Bergamo, na Itália, e que a define como uma “comunidade transnacional”:

⁷⁶ Essas entrevistas serão abordadas ao longo do terceiro capítulo, ver também Anexos 2 e 3.

⁷⁷ “Sim, o que a gente assiste hoje em dia, por exemplo, ele vem, trabalha dois, três anos e junta um dinheirinho e volta pra lá, fica lá uns dois, três meses e volta pra cá. Às vezes, vem para o mesmo destino de onde saíram, para o mesmo local onde se encontravam ou vêm para outro, mas é... eles viajam mais do que eu consegui daqui até o Espírito Santo, é verdade” (Trecho de entrevista concedida pela advogada Ruth Camacho em abril de 2006, em São Paulo).

De la población boliviana residente en el extranjero se conoce la gran vinculación con las familias de procedencia y con las comunidades de origen, que se manifiesta con un contacto directo y constante, con visitas y regresos y con una participación en la economía familiar dado el flujo de remesas y las inversiones productivas (MARZADRO, 2007:20)⁷⁸.

Outro aspecto que aponta na direção da manutenção dos laços entre os bolivianos residentes na cidade de São Paulo e seus familiares e amigos na Bolívia é a existência das remessas realizadas pelos imigrantes bolivianos, geralmente, a partir de empresas informais para a Bolívia e que, de acordo com Camacho, seriam de, em média, 100 dólares por mês, dinheiro suficiente para sustentar uma família naquele país.

(...) são remessas que saem daqui, nada disso é computadorizado, nada disso está sendo observado, porque muitas famílias lá dependem disso, você vê muitos pais aqui trabalhando, você vê casais que vêm pra cá e trabalham, você vê mulheres que vêm aqui, trabalham e mandam dinheiro para os filhos, tanto dos profissionais ao mais baixo você vê isso. (...) você ouvindo aqui (na rádio) você vai ver eles fazendo propagandas de empresas, que não estão oficializadas, que mandam o dinheiro. (...) A empresa cobra um valor X, que varia de 6 a 10 por cento, então ele vai, leva na empresa, a empresa, imediatamente, já liga para a cidade dele, antigamente, era só na cidade grande, agora, você vê em vários departamentos, que são estados, em vários departamentos da Bolívia, da Argentina, porque nós temos muitos bolivianos na Argentina também. Então, você vê eles mandando para todos esses lugares, essas remessas e lá, imediatamente, a família já está recebendo. Então, tem três ou quatro lugares, uma dessas empresas, dessas pseudo empresas já tem filiais em toda a cidade de São Paulo, no Bom Retiro. (...) Eu conheço alguns donos, mas eles são fechados, são fechados, mas a gente tenta conversar com o pessoal, quanto é que eles mandam, então, é 100 dólares, 100 dólares para nós, hoje, são 200 e poucos reais (Trecho de entrevista concedida pela advogada Ruth Camacho em abril de 2006, em São Paulo).

De maneira geral, tendo em vista o debate internacional, os fenômenos migratórios

⁷⁸ “A população boliviana residente no estrangeiro é conhecida pela grande vinculação com as famílias de procedência e com as comunidades de origem, que se manifesta no contato direto e constante, nas visitas e regressos, e na participação na economia familiar dado o fluxo de remessas e inversões produtivas (MARZADRO, 2007:20, tradução própria).

vinculados a essas novas configurações – que se referem a uma inserção sócio-econômica em que os vínculos com as sociedades de origem são mantidos – desdobram-se em, pelo menos, dois tipos distintos que podem ser representados, esquematicamente, pelo tipo de fenômeno em foco nos debates norte-americano e europeu, respectivamente.

No debate norte-americano, tendo em vista as denominadas “comunidades transnacionais”, os fenômenos migratórios abordados seriam aqueles ligados às atividades comerciais estabelecidas, concomitantemente, nas sociedades de origem e destino dos fluxos migratórios⁷⁹. De acordo com Portes (1999), os exemplos clássicos dessas “comunidades transnacionais” nos Estados Unidos seriam:

a) Os ex-emigrantes dominicanos dos Estados Unidos, que voltam para a República Dominicana para abrir seus negócios com o dinheiro acumulado durante o período de emigração e possuem como fonte de recurso importante, para a manutenção de seus negócios no país de origem, ligações ainda mantidas com os Estados Unidos. E essas ligações assumiriam duas formas principais: i) através do recebimento de reservas de parentes ou co-proprietários de outros negócios comerciais nos Estados Unidos e, ii) através da realização de viagens periódicas aos Estados Unidos, para vender uma parte de sua produção e, na volta,

⁷⁹ Nous définissons le 'transnationalisme' comme l'ensemble des processus par lesquels les immigrés tissent et entretiennent des relations sociales de nature multiple reliant leurs sociétés d'origine et d'accueil. Nous appelons ces processus transnationalisme pour insister sur le fait que, de nos jours, beaucoup d'immigrés construisent des espaces sociaux qui traversent les frontières géographiques, culturelles et politiques. Un élément essentiel en est la multiplicité des activités auxquelles s'adonnent les immigrés à la fois dans leurs sociétés d'origine et d'accueil (BASH, L., GLICK SCHILLER, N. et BLANC – SZANTON, C. apud PORTES, 1999: 16)

“Nós definimos o transnacionalismo como uma mistura de processos a partir dos quais os imigrantes tecem e mantêm relações sociais de natureza múltipla que ligam suas sociedades de origem e de acolhimento. Nós chamamos esse processo de transnacionalismo por insistir no fato de que, nos dias de hoje, muitos imigrantes constroem espaços sociais que atravessam as fronteiras geográficas, culturais e políticas. Um elemento essencial é a multiplicidade de atividades às quais se dedicam os imigrantes ao mesmo tempo no interior das sociedades de origem e acolhimento” (BASH, L., GLICK SCHILLER, N. e BLANC – SZANTON, C. apud PORTES, 1999: 16, tradução própria).

trazer novos tecidos e modelos da moda⁸⁰.

b) Os ex-emigrantes Salvadorenhos que também, depois de alguns anos de emigração, nos Estados Unidos, voltam para El Salvador estabelecer seus próprios negócios, mas continuam vinculados aos Estados Unidos de forma muito parecida com aquela estabelecida pelos ex-imigrantes dominicanos, descrita acima.

c) A comunidade indígena dos Otovalos, localizada nos altos platôs equatorianos, tradicionalmente dedicada à confecção de roupas, que começa a viajar para vender sua produção nas grandes cidades da Europa e da América do Norte, com o intuito de ser responsável direta por sua comercialização, para não precisar mais dos intermediários que se dirigiam até a comunidade comprar as peças no atacado. Esse comércio acabou gerando a constituição de enclaves dos imigrantes de Otovalo nas cidades de destino desses comerciantes.

d) as comunidades de imigrantes asiáticos, nos Estados Unidos, que estabeleceriam empreendimentos econômicos nas cidades de destino financiados por bancos e empresários asiáticos.

Dessa forma, esses fenômenos migratórios abordados no debate norte-americano apontariam para uma dupla inserção, ao invés da inserção unilateral nas sociedades de destino previstas pelo paradigma da “assimilação”: uma inserção nas sociedades de origem e destino, a partir da qual fortes laços de solidariedade étnica são mobilizados.

Enquanto no debate europeu⁸¹, os fenômenos em foco, a partir da década de 1990,

⁸⁰ “Les informations nécessaires à ce trafic intense sont invariablement transmises par les réseaux d'amis et de parents, franchissant ainsi les distances entre pays d'accueil et d'origine” (PORTES, 1999: 19).
“As informações necessárias a esse tráfico intenso são invariavelmente transmitidas pelas redes de amigos e parentes, transpondo assim as distâncias entre os países de acolhimento e de origem” (PORTES, 1999: 19, tradução própria).

seriam as redes de comércio dos imigrantes da região do Maghreb⁸² – entre Europa (Espanha e França, principalmente) e África – através do mediterrâneo. E as diversas migrações pendulares, entre os países do leste e o oeste europeu, a partir da queda do muro de Berlim – destacando-se as “economias de bazar” de imigrantes poloneses em Berlim, iniciadas clandestinamente nos primórdios da década de 1980. Esse debate, dessa forma, tem em vista fenômenos bem mais móveis em que, muitas vezes, não existiria uma inserção estável em nenhuma das duas ou mais pontas do circuito.

Les auteurs constatent en effet que, confrontés à un modèle national hegemonique, les migrants d’aujourd’hui ne peuvent – ou ne veulent – s’insérer pleinement dans la société d’accueil et consommer la rupture avec leurs origines (...). L’installation des migrants s’opère donc moins bien; elle est moins possible et moins désirable. Cela favorise le maintien des liens avec la communauté d’origine où la réussite sociale et l’implication politique constituent une reconnaissance sociale qui fait défaut dans le pays d’installation (POTOT, 2003:21)⁸³.

Nessas circunstâncias, as redes e territórios estabelecidos durante os percursos migratórios, religando origem e destino, seriam de caráter diferente daqueles conformados pelas “comunidades transnacionais” norte-americanas, baseados em densas solidariedades e conhecimentos étnicos. Esses territórios, nessa perspectiva, seriam muito mais fluídos, constituídos em torno de solidariedades fugazes, precárias, entre indivíduos que, muitas vezes, só tem em comum o fato de estarem na mesma situação: em movimento clandestinamente por

⁸¹ No debate europeu, na mesma linha de POTOT, 2003, considere-se também TARRIUS, 1993, TARRIUS, 2002 e MOROKAVASIC - MULLER, 1999.

⁸² A região do Maghreb, na África, abrange, de maneira geral, as regiões do Marrocos, Saara Ocidental, Argélia e Tunísia.

⁸³ “Os autores constatarem, com efeito, que, comparado a um modelo nacional hegemônico, os imigrantes de hoje não podem – ou não querem – se inserir completamente nas sociedades de acolhimento e consumir a ruptura com as sociedades de origem (...) A instalação dos imigrantes se realiza portanto menos satisfatoriamente, ela é menos possível e menos desejável. Isso favorece a manutenção dos laços com a sociedade de origem onde o êxito social e a vinculação política constituem um reconhecimento social que faz falta nos países de instalação” (POTOT, 2003:21, tradução própria).

entre fronteiras nacionais⁸⁴.

Essa experiência social fluída e instável capturada nas análises européias, tendo em vista principalmente, os percursos migratórios dessas comunidades “transnacionais”, mas que se repõe nas sociedades de destino desses fluxos, assemelha-se, à primeira vista, à experiência social dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo, tal como descrita em trecho abaixo do *Mapa do Trabalho Informal*.

O trabalho informal no município de São Paulo está presente em todos os setores da atividade econômica. (...). O rendimento médio do trabalho informal é baixo. Ainda que ostente uma grande diferenciação interna, a maioria dos trabalhadores possui um rendimento mensal médio igual ou inferior a três salários mínimos (base 1998), em jornadas semanais médias de 43 horas. O setor informal é caracterizado, ainda, pelo baixo tempo de permanência no trabalho por parte dos trabalhadores, indicando que a incerteza é uma das marcas mais fortes do setor (MARTINS, R. & DOMBROWSKI, 2001:24).

De maneira geral, tendo em vista a experiência boliviana no circuito de subcontratação na cidade de São Paulo, os pagamentos⁸⁵ parecem ser ainda mais baixos do que a média do setor informal, um pouco mais de um salário mínimo e as jornadas de trabalho ainda mais extensas, em torno de 60 a 70 horas semanais. Dessa forma, a princípio, provavelmente, estaríamos diante de uma inserção na cidade marcada pela mesma incerteza e mobilidade dos trabalhadores informais descritos acima, mais próxima daquelas experimentadas pelos “novos fluxos migratórios” dos contextos urbanos europeus.

Entretanto, a heterogeneidade de possibilidades percebidas, a partir de trabalho de

⁸⁴ “Des liens ne se forment pas tant sur les bases ethniques, que sur les bases de l'expérience commune à ceux qui partagent la même route, investissent les mêmes espaces et ont à faire aux mêmes intermédiaires” (MOROKAVASIC– MULLER, 1999:123).

“Os laços não se formam tanto sobre bases étnicas, do que na base de uma experiência comum daqueles que compartilham uma mesma rota, investem nos mesmos espaços e recorrem aos mesmos intermediários” (MOROKAVASIC– MULLER, 1999:123, tradução própria).

⁸⁵ Conforme ressaltam as matérias de jornal citadas no início dessa introdução e entrevistas formais e informais realizadas durante trabalho de campo.

campo, no interior da comunidade boliviana diretamente vinculada à costura na cidade – em termos de mobilidade social e condições de trabalho – ensejou a elaboração de um questionário, aplicado sistematicamente de maneira aleatória, em um lugar de intensa sociabilidade dessa população, com o intuito de caracterizar melhor essa experiência, a partir da investigação das trajetórias sócio-espaciais desses imigrantes no interior do circuito de subcontratação. A experiência boliviana no interior do circuito seria marcada pela transitoriedade dos laços e mobilidade social e espacial precária, ou diferentemente, proporcionaria, de fato, algum tipo de estabilidade e mobilidade social ascendente para esses bolivianos que se põem em movimento?

AS ORIGENS DOS PERCURSOS: OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE COREANOS E BOLIVIANOS PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

Neste capítulo, abordaremos a questão das origens dos percursos migratórios internacionais contemporâneos: Bolívia – São Paulo e Coréia do Sul – São Paulo, tendo em vista as especificidades históricas dinamizadoras dos fluxos migratórios na Bolívia e Coréia do Sul e os momentos iniciais de inserção desses imigrantes na cidade de São Paulo.

As explicações sobre as origens ou determinantes histórico-estruturais dos fluxos migratórios nos remetem, de maneira geral, aos seguintes modelos analíticos: os econômicos, de viés neo-clássico, de “atração e repulsão”, os desenvolvidos pelas análises sociológicas em torno das relações “centro e periferia” e as abordagens contemporâneas que associam os fluxos migratórios internacionais atuais aos processos de financeirização e reestruturação produtiva, desencadeados a partir da década de 1980.

Com o intuito de conjugar ou aproximar a abordagem das determinantes históricas dos fluxos em foco aos modelos analíticos gerais de interpretação das origens dos fluxos migratórios internacionais, o capítulo será dividido em 2 seções:

- i) Primeiramente, serão abordados, de maneira geral, os modelos analíticos citados acima – de “atração e repulsão”, de relações “centro e periferia” e aqueles em torno dos processos de financeirização e reestruturação produtiva – tendo em vista suas relações com os debates econômicos e sociológicos mais amplos no interior do qual foram, a princípio, elaborados.

ii) Posteriormente, serão descritos os contextos específicos de origem dos fluxos migratórios contemporâneos de bolivianos e coreanos para São Paulo e os contextos gerais de inserção inicial dessas comunidades de imigrantes, na cidade de São Paulo, a serem caracterizados tendo em vista os modelos analíticos abordados.

A questão das origens dos fluxos migratórios internacionais

No seu Relatório Geral sobre o Censo de 1871, o 'Diretor do Censo' citou, com muita propriedade, que a melhoria nas estradas, as facilidades oferecidas pelo sistema de transporte ferroviário, o espetacular desenvolvimento da marinha mercante, o hábito de viajar e a crescente educação dos trabalhadores, vêm facilitando o fluxo de pessoas dos locais onde não há procura pelo seu trabalho para áreas onde se manifesta esta procura (...). As grandes cidades proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa habitar. Outros aspectos que induzem a migração são as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou carestia da vida (RAVENSTEIN, 1980:25).

A questão das origens dos fluxos migratórios recebeu uma primeira formulação mais sistemática a partir das investigações do cartógrafo inglês Ravenstein que, nos estudos em que elabora as famosas “Leis da Migração”, buscou desenvolver formas de determinar sua intensidade e alguns padrões, tendo em vista, inicialmente, os dados censitários do Reino Unido. Os fatores determinantes, que se encontram nas origens dos movimentos migratórios, de acordo com o cartógrafo inglês, seriam a procura por força-de-trabalho, nos centros urbanos industriais e comerciais, aliada “às facilidades educacionais, a salubridade do clima, ou a carestia da vida” encontrada nas cidades.

De maneira geral, as análises de Ravenstein, conforme destaca Peixoto (2004:5), foram determinantes nas interpretações sobre a questão migratória, não apenas em seus primórdios, mas ainda constituem-se importante fonte de inspiração para muitos modelos analíticos. O cartógrafo inglês é proeminente também por ter inaugurado em suas análises temas e assuntos de ampla investigação no campo dos estudos migratórios como, por exemplo, as questões

referentes às: classificações de migrantes, migrações por etapas, regiões de atração e repulsão, efeito da distância, contracorrentes, ação de estímulos econômicos etc.

Dentre os temas e modelos analíticos inspirados pelas investigações de Ravenstein, destacam-se, em relação à questão das origens dos fluxos migratórios internacionais, as explicações amplamente disseminadas em torno dos denominados modelos de “atração e repulsão” (os “push and pull analytical models”). Nessas análises, do ponto de vista macro-analítico, os fluxos migratórios resultariam de uma distribuição geográfica desigual dos fatores de produção “capital” e “trabalho”, expressos nas diferenças de salários pagos em cada economia nacional ou local. As migrações internacionais, nesses termos, estabeleceriam um movimento da força-de-trabalho – dos países ricos em força-de-trabalho (*labor rich countries*) para os ricos em capital a ser aplicado no fator de produção “trabalho” (*capital rich countries*) – responsável, portanto, pelo restabelecimento do equilíbrio entre esses fatores de produção em cada país. Na perspectiva micro-analítica, considera-se que um indivíduo racional, diante da informação sobre dois lugares – um de moradia e trabalho atuais e, outro, que se apresenta enquanto possibilidade futura – opte sempre pelo lugar que oferece melhores condições de vida, especialmente, em termos salariais e de moradia⁸⁶.

It can be concluded, therefore, that in the neo-classical view, the origin of migration is to be sought in disparities in wage rates between countries, which in turn mirror income and welfare disparities. Migration will bring about the elimination of wage differentials, and this disappearance will in turn entail the cessation of migration (...) It

⁸⁶ “People migrate where the expected net returns over a given period of time are greatest. Net returns are calculated by multiplying the productivity of human capital in the destination country times the probability of finding employment there and subtracting the material, social and psychological costs of the journey. If expected benefits exceed costs, people move” (PORTES, 1995:20).

“As pessoas migram quando os retornos esperados em um determinado período de tempo são maiores. Os retornos esperados são calculados a partir da multiplicação da produtividade do capital humano no país de destino pela probabilidade de encontrar emprego lá, subtraindo-se os custos materiais, sociais e psicológicos da jornada. E se os benefícios esperados excederem os custos, as pessoas migram” (PORTES, 1995:20, tradução própria).

follows that migrants will tend to go to the destination where a higher net return is expected, after pondering all the available alternatives (ARANGO, 2000: 285)⁸⁷.

Nos desdobramentos contemporâneos dessa perspectiva, como, por exemplo, na denominada *New Economics of Labour Migration*⁸⁸, esse quadro analítico seria complexificado com: a multiplicação dos aspectos envolvidos no cálculo da ação, a consideração da ação em termos de estratégia familiar e não mais individual, a diminuição da importância das diferenças salariais entre os países e o tratamento da migração enquanto estratégia não, necessariamente, para a implementação da renda, mas enquanto forma de diversificação das fontes de renda familiar com o intuito de minimizar os riscos futuros. Além de, evidentemente, passarem a problematizar de maneira mais complexa as relações entre o papel da informação e a conformação dos movimentos migratórios, devido às inúmeras distorções a que a informação pode estar sujeita⁸⁹.

Os modelos de “atração e repulsão” vislumbravam, num primeiro momento, quanto às migrações internacionais, os fluxos de massa europeus – do final do século XIX e início do XX – para o continente americano. Nesses casos, enquanto, por um lado, os processos de modernização da estrutura agrária e urbana dos países europeus “expulsavam”, principalmente, os trabalhadores rurais, constituindo fluxos migratórios internos e externos. Por outro lado, nos países do continente americano, receptores desses fluxos, o processo de substituição da força-de-trabalho escrava pela de trabalhadores livres, acabava, inclusive, por

⁸⁷ “Pode-se concluir, portanto, que, na perspectiva neo-clássica, a origem da migração deve ser procurada nas disparidades de níveis salariais entre os países, que por sua vez refletem disparidades de renda e bem estar. A migração levará a eliminação das diferenças salariais e essa eliminação irá por sua vez implicar o fim da migração (...) Isso significa que os migrantes tenderão a se deslocar para onde são esperados rendimentos maiores, depois de considerar todas as alternativas disponíveis” (ARANGO, 2000: 285, tradução própria).

⁸⁸ “Nova Economia da Migração Laboral”

⁸⁹ Destacando-se o ensaio de STARK & BLOOM, 1985 e os trabalhos de Massey, em especial: MASSEY, 1997

estimular o direcionamento desses fluxos para o continente.

Nesse contexto, percebe-se claramente uma transferência de força-de-trabalho de acordo com os padrões de desenvolvimento das economias nacionais – que podem ser classificadas, nesses termos, enquanto sociedades “receptoras” e “expulsoras” – abarcando, portanto, à primeira vista, a realidade imediata de tais fluxos. Entretanto, note-se que a situação de equilíbrio entre os fatores de produção, que tais movimentos migratórios deveriam engendrar, nunca se verificou.

De maneira geral, esse tipo de explicação nos remete às teorias econômicas “neo-clássicas” cujas raízes encontram-se nas formulações de Walras, Menger e Jevons⁹⁰, a partir da década de 70 do século XIX, sobre a distribuição da demanda (consumo), baseada no princípio da maximização de utilidades pelos indivíduos. Nesse sentido, note-se que, nos modelos de “atração e repulsão”, são transportados para a explicação do ato de migrar, entendido enquanto ato econômico, os assim chamados “determinantes gerais dos comportamentos humanos”: escolha racional, maximização dos lucros, retornos esperados, fatores de mobilidade e diferenças salariais.

A consideração do indivíduo enquanto agente motivado por essas “determinantes gerais do comportamento humano” – que se baseia na consideração de uma racionalidade que responde sempre da mesma maneira, a partir dos critérios universais de maximização das utilidades individuais – acaba por estreitar enormemente o campo de ação e invenção individual, transformando o agente econômico, conforme argumenta Furtado (1975), em elemento dado, reativo às flutuações do mercado através de um mecanismo de resposta

⁹⁰ Essas análises neo-clássica citadas, tiveram como principais obras de referência: *Theory of Political Economy* [Teoria de Política Econômica] (1871), de William Stanley Jevons; *Principles of Economics* [Princípios de Economia] (1871), de Carl Menger e *Elements of Pure Economics* [Elementos de Economia Pura] (1874 – 1877) de Leon Walras.

automática, baseado em cálculos de custo/benefício individuais. Nessa perspectiva, os mercados é que seriam os verdadeiros centros produtores de decisões e não simples mecanismos de “compilação, elaboração e transmissão de informações”, como seria de se esperar de algo que é fruto do invento humano.

Dessa forma, o agente econômico desaparece como entidade autônoma, ou melhor, sua autonomia apenas se manifesta quando ele atua de forma 'irracional' não cumprindo exatamente seu papel como peça de um mecanismo (...). O sistema econômico seria, assim, um imenso mecanismo cibernético, enquadrado num meio natural inerte, que a partir de dados técnicos e psicológicos (as preferências dos consumidores), produz informações para si mesmo, toma decisões com base nessas informações e alimenta um fluxo contínuo de informações com dados derivados daquelas decisões (FURTADO, 1975:106).

As críticas às formulações de viés-neoclássico – que buscam explicar as origens dos fluxos migratórios a partir de variações de aspectos estritamente econômicos – emergem, no âmbito dos estudos de sociologia da imigração, durante as décadas de 1970 e 1980⁹¹, no bojo das inúmeras mudanças no próprio sentido e composição dos fluxos, conforme abordamos na introdução. Em relação ao debate a ser travado com a perspectiva neo-clássica, questionam, principalmente, o fato de não se verificar empiricamente uma relação direta e necessária entre a conformação de disparidades internacionais – entre oferta e demanda de fatores de produção – e a formação de fluxos migratórios no sentido de restabelecimento do equilíbrio entre essas variáveis em cada país.

De acordo Arango (2000) e Portes (1995), apesar das condições sócio-econômicas das

⁹¹ “(...) the sociology of immigration underwent a significant transformation during the 1970s and 1980s (...). The increasing complexity of modern immigration and the ethnic groups it spawned posed one kind of challenge, while another was posed by the need to come to terms with propositions advanced by the neo-classical school to explain the same processes” (PORTES, 1995:19).

“(...) a sociologia da imigração atravessou uma transformação significativa durante os anos de 1970 e 1980. A crescente complexidade da imigração moderna e os grupos étnicos que ela produziu colocaram um tipo de desafio, enquanto outro foi colocado pela necessidade de lidar com as interpretações da escola neo-clássica para explicar os mesmos processos” (PORTES, 1995:19, tradução própria).

sociedades de origem e destino serem, certamente, influentes para dar início aos fluxos migratórios, não seriam suficientes para explicá-los, pois, em muitas sociedades, a despeito de serem classificadas como “áreas de expulsão”, a opção migratória não se efetiva. Além disso, os movimentos migratórios seriam extremamente reduzidos se comparados ao aumento das disparidades de níveis e condições de vida oferecidas aos trabalhadores entre os países⁹².

Dessa forma, deveriam existir outros elementos, além das disparidades econômicas, que impulsionariam os fluxos migratórios – ou nas sociedades de origem ou nas sociedades de destino de tais fluxos. Ou seja, que explicassem a seletividade do fenômeno migratório ou, mais precisamente, como a opção migratória para um lugar específico tornou-se possível para determinados indivíduos nas sociedades de origem dos fluxos migratórios. E, nesse sentido, os elementos explicativos emergentes nas análises sociológicas para dar conta dessas peculiaridades dos fluxos migratórios foram: nas análises macro-estruturais, ao invés das diferenças de oportunidades econômicas entre os países, a ação dos Estados Nacionais das sociedades de destino dos fluxos, as economias “centrais”, em relação às sociedades de origem, as economias “periféricas”. E, do ponto de vista micro-analítico, ao invés da racionalidade em termos de maximização das utilidades individuais, as “redes de sociabilidade” constituídas pelos indivíduos entre as sociedades de destino e origem dos fluxos migratórios e que seriam, depois de estabelecida a rota inicial, ao mesmo tempo: produto dos fluxos migratórios, meio de realização dos percursos migratórios e, muitas vezes, impulsionadoras de fluxos migratórios.

⁹² “Migration is a highly selective process in which certain urban areas and rural communities become prime sources of the movement, while other areas of comparable socioeconomic makeup are not touched by it” (PORTES, 1995: 20).

“A migração é um processo altamente seletivo no qual algumas áreas urbanas e comunidades rurais tornam-se as principais fontes do movimento, enquanto outras áreas com perfis sócio-econômicos comparáveis não são tocadas por esse movimento” (PORTES, 1995: 20, tradução própria).

Nos dois âmbitos – macro e micro-analítico – o que está em foco é a dimensão social do fenômeno migratório. No primeiro caso, das análises macro-analíticas, que nos interessa desenvolver nesta seção, o tipo de pergunta a ser investigada diria respeito às origens dos primeiros trajetos dos fluxos migratórios, entre os países de origem e destino. Tais análises sociológicas chamam atenção para o fato de que os fluxos migratórios estáveis e quantitativamente representativos dependeram, em grande medida, de iniciativas anteriores de expansão dos países “centrais” em direção aos “periféricos” no sentido de dominação e absorção dessas economias periféricas para a continuidade da reprodução do sistema capitalista⁹³.

Wage differentials per se are insufficient to trigger large scale international migration in the absence of prior contact, economic penetration, and social reorganization of sending societies. This theoretical argument is interpretable as a particular manifestation of structural embeddedness. Decisions to migrate do not occur in a vacuum, the 'costs' and 'benefits' that enter into such individual calculations are themselves conditioned by an institutional structure reflecting external hegemony. Resulting transformations in the economy, society and culture of peripheral regions provide the contexts in which migration abroad becomes a plausible, even a necessary option for their populations” (PORTES, 1995:22)⁹⁴.

⁹³ “(...) the sociological approach notes the close affinity that exists between a history of contact, colonization, and intervention by the powerful 'core' nations over weaker ones and the onset of migration flows from the latter. International migration patterns tend to reflect with notable precision the character of past hegemonic actions by global powers (...)” (PORTES, 1995: 20).

“(...) a perspectiva sociológica nota a estreita afinidade entre uma história de contato, colonização e intervenção das poderosas nações 'centrais' sobre as mais fracas e o início dos fluxos migratórios nas últimas. Os padrões das migrações internacionais tendem a refletir com notável precisão a marca das ações hegemônicas pelos poderes globais” (PORTES, 1995: 20, tradução própria).

⁹⁴ “Diferenças salariais por si mesmas são insuficientes para causar migrações internacionais de grande escala na ausência de um contato anterior, penetração econômica e reorganização social das sociedades de origem. Esse argumento teórico pode ser interpretado como uma manifestação particular de imersão* dos fenômenos nas estruturas sociais. As decisões de migrar não ocorrem no vácuo, os “custos” e “benefícios” que entram nesses cálculos individuais são eles mesmos condicionados por uma estrutura institucional que reflete a hegemonia externa. Transformações resultantes na economia, sociedade e cultura das regiões periféricas proporciona os contextos nos quais a migração para o exterior se transforma em uma opção plausível e até necessária para essas populações” (PORTES, 1995:22, tradução própria).

* A imersão a que se refere Portes a partir do termo em inglês “embedded” alude a um sentido específico desenvolvido pela denominada “nova sociologia econômica” a partir das formulações de Granovetter (1992). De qualquer forma, tanto a “nova sociologia econômica”, quanto os paradigmas sobre os fluxos migratórios

O condicionamento institucional das decisões individuais, capaz de refletir as relações hierárquicas e desiguais entre os países no ambiente internacional, teria como principal elemento motor as ações dos Estados Nacionais das sociedades de destino dos fluxos migratórios. Portanto, o centro da explicação sobre a existência das migrações internacionais seria, nesse tipo de análise, o processo de extensão do modo de produção capitalista dos países centrais para as regiões periféricas e a posterior incorporação dessas novas regiões em um mundo crescentemente unificado e hierarquicamente constituído.

Note-se que essa perspectiva sociológica para a explicação das origens dos fluxos migratórios – das relações entre “centro” e “periferia” – desenvolve-se enquanto desdobramento de um movimento teórico paralelo anterior, no interior da disciplina econômica, de crítica à perspectiva neo-clássica⁹⁵, em que emerge o papel do Estado Nacional⁹⁶ enquanto sujeito planejador e implementador do desenvolvimento das economias nacionais. Mais especificamente, essas análises sociológicas seriam informadas pelos

em foco realizam uma crítica à sociologia econômica neo-clássica.

⁹⁵ As críticas dos economistas às teorias de viés neo-clássico passam a emergir depois, principalmente, da famosa “Grande Depressão” norte-americana, que se manifestou, primeiramente, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque entre 24 e 29 de outubro de 1929, generalizando-se mundialmente durante a década de 1930. Esta crise constituiu-se em uma expressão contundente dos limites da idéia da auto-regulação dos mercados a partir do choque entre vontades individuais racionalmente orientadas no sentido de maximização dos lucros próprios. A vertente crítica que nos interessa ressaltar aqui é aquela constituída a partir dos estudos da CEPAL, abordada na introdução, e que vai propor a existência de relações desiguais entre os países tendo em vista as especificidades de seus desenvolvimentos industriais e institucionais que se expressaria nos termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”.

⁹⁶ Além da percepção de não existência de mecanismos automáticos de ação e reação quanto às ações econômicas dos indivíduos, teríamos, de acordo com Furtado, tendo em vista os modelos desenvolvidos pelo economista Myrdal, a imagem das “reações em cadeia” ou, em outros termos, dos “efeitos cumulativos”, em que a decisão econômica seria o ponto de partida de uma ação “cujo resultado final pode ser uma modificação de tipo estrutural”, ou seja, o que está em questão nesta perspectiva é muito mais a força motora, ou propulsora das decisões do que propriamente “o aspecto resposta da decisão” (FURTADO, 1975:108). Nessa perspectiva, os processos econômicos seriam constituídos pelas decisões dos agentes em ação neste âmbito e essas decisões possuiriam uma hierarquia interna dependendo do fato de serem autônomas ou induzidas, ou seja, na medida em que são centros irradiadores capazes de influenciar o comportamento de outros agentes ou respostas a situações dadas. Um dos agentes privilegiados nesse sentido, justamente, por ser capaz de tomar decisões que se estabelecem enquanto centros irradiadores seriam os Estados Nacionais.

desdobramentos críticos, de viés marxista, da crítica cepalina às análises neo-clássicas, representados pelas denominadas “teorias da dependência”, que propõem uma metáfora analítica do ambiente internacional que – ao invés das oposições entre países “ricos” e “pobres”, da perspectiva neo-clássica, ou dos “desenvolvidos” e subdesenvolvidos” da perspectiva cepalina – pretende, a partir do qualificador complementar “centrais” e “periféricos”, conjugar às caracterizações sócio-econômicas estruturais, do desenvolvimento /subdesenvolvimento, uma marcação histórica e de posição no interior do sistema internacional⁹⁷.

Frente à argumentação apresentada, o esquema de 'economias centrais' e 'economias periféricas' pode parecer mais rico de significação social do que o esquema de 'economias desenvolvidas' e 'economias subdesenvolvidas'. Nele pode-se incorporar de imediato a noção de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura de produção global. Entretanto, não seria suficiente nem correto propor a substituição dos conceitos de 'desenvolvimento' e 'subdesenvolvimento' pelos de 'economia central' e 'economia periférica' ou – como se fossem uma síntese de ambos, pelos de 'economias autônomas' e economias dependentes'. De fato, são distintas tanto as dimensões a que estes conceitos se referem quanto sua significação teórica. A *noção de dependência* alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países quanto ao externo. A *noção de subdesenvolvimento* caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que, como vimos, isso implique algumas 'consequências' sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc). As *noções de 'centro' e 'periferia'*, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado

⁹⁷ “Para permitir a passagem da análise econômica ou da interpretação sociológica usuais para uma interpretação global do desenvolvimento é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também em relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica das situações de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades 'periféricas' e 'centrais'. É preciso, pois, redefinir a 'situação de subdesenvolvimento', levando em consideração seu significado histórico particular, pondo em dúvida os enfoques que a apresentam como um possível 'modelo' de ordenação de variáveis econômicas e sociais” (CARDOSO & FALETTTO, 2000:506).

mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. Ademais, uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam. Tal é o caso da Argentina e do Brasil ao terminar o processo de substituição e importações e iniciar-se o da produção de bens de capital, momento que lhes permitiu alcançar determinado grau de maturidade econômica (CARDOSO & FALETTTO, 2000:508, grifos meus).

Contemporaneamente e tendo vista as reconfigurações das estruturas produtivas mundiais – no bojo dos processos recessivos e liberalizantes desenrolados a partir dos anos 1980, conforme abordado na introdução – as análises macro-analíticas sobre as origens dos fluxos migratórios emergentes nesses novos contextos vão partir de uma outra metáfora sobre a dinâmica das relações entre os países no ambiente internacional, que traria para o primeiro plano, ao invés das ações dos Estados Nacionais, aquelas estabelecidas por empresas capitalistas de abrangência internacional no interior de contextos urbanos específicos: as “cidades globais”⁹⁸.

A erosão do papel exercido pelo governo na economia mundial, que era muito maior quando o comércio era a forma dominante de transação internacional, deslocou parte do trabalho de organização e de prestação de serviços para as empresas especializadas em prestações de serviços e para os mercados globais que atuam nesse setor e no das finanças. (...) As formas assumidas pela globalização, ao longo da última década, criaram determinadas exigências quanto à organização. A emergência de mercados globais para as finanças e serviços especializados, juntamente com o crescimento do investimento como um importante tipo de transação internacional, contribuiu para a expansão das funções de comando e para a demanda de serviços especializados por parte das empresas (SASSEN-KOOB, 1998:35).

Nesses novos contextos, destacam-se, dentre os novos elementos dinamizadores de importantes fluxos migratórios internacionais atuais: os processos de reestruturação produtiva

⁹⁸ Cf. SASSEN-KOOB, 1991a.

e realocização de partes do processo produtivo de empresas multinacionais e as dinâmicas dos fluxos de “investimento estrangeiro direto”⁹⁹. Em relação a essas análises atuais note-se que, a despeito das especificidades dos elementos determinantes dos fluxos¹⁰⁰, a lógica subjacente de explicação da geração dos fluxos migratórios internacionais permanece a mesma das abordagens anteriores: as necessidades de reprodução do capital em suas localidades centrais, ou sociedades de destino, e seus mecanismos de extensão em direção às regiões periféricas. E nesse sentido, os fluxos migratórios poderiam ser tanto respostas induzidas diretamente, quanto consequências não previstas das ações desses novos coordenadores do capitalismo mundial a partir das sociedades de destino dos fluxos.

⁹⁹ Cf. SASSEN-KOOB, 1991, SASSEN-KOOB, 1993, SASSEN-KOOB, 1998.

¹⁰⁰ Ao invés dos Estados Nacionais, as iniciativas das empresas estrangeiras multinacionais e dos fluxos de investimento do capital financeiro.

Origens dos fluxos migratórios e percursos iniciais, na cidade de São Paulo

Em relação ao estabelecimento dos fluxos migratórios de coreanos e bolivianos, conforme salientado na introdução, as sociedades de origem parecem ter tido um papel muito mais ativo e mais determinante do que suas sociedades de destino. Esses fluxos migratórios para a cidade de São Paulo iniciaram a partir das décadas de 1950 e 1960¹⁰¹, momento em que o Brasil passou a ser caracterizado pela literatura especializada como uma “população fechada”, ou seja, em que as imigrações internacionais deixaram de ser relevantes na definição de seu perfil demográfico. De acordo com Patarra e Baeninger (1996), desde a década de 1930, já é possível perceber uma importante diminuição na recepção de fluxos migratórios internacionais para o Brasil – apesar da entrada de japoneses, nessa década, na cidade de São Paulo, e o importante fluxo de europeus, depois da Segunda Guerra Mundial.

A década de 1930 marca também o momento em que a entrada dos fluxos migratórios internacionais no Brasil passa a ser entendida enquanto uma questão de interesse nacional, principalmente, de defesa do trabalhador nacional¹⁰². Nesse sentido, a Constituição de 1934 inaugura, de acordo com Kadluba (2007), os seguintes dispositivos protetivos, previstos nos

¹⁰¹ “Os anos 50 encerraram o período de vocação receptora da história brasileira, verificando-se que o período pós 1964 marcou definitivamente a redução no número de imigrantes entrados no Brasil. Os poucos latino-americanos que entraram, remanescentes dos períodos autoritários (argentinos, chilenos e uruguaios), e mais algumas entradas dispersas de estrangeiros asiáticos ou de outras origens não tinham expressão estatística e nem pareciam constituir uma questão demográfica. Na verdade, com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente a partir de 1930, as próximas etapas da economia brasileira contariam com a participação das migrações internas para suprir a necessidade de mão-de-obra” (PATARRA e BAENINGER, 1996: 80).

¹⁰² De acordo com Kadluba (2007), a primeira restrição à entrada de estrangeiros no Brasil foi um decreto do Vice-Rei, em 1820, que exigia a apresentação de passaporte na entrada ou saída do país. Essa restrição foi revogada em 1890, depois da Proclamação da República, quando se tratasse de tempos de paz, medida reiterada na Constituição de 1891 e na revisão constitucional de 1926, a exigência do passaporte foi retomada.

incisos 4º, 6º e 7º do art. 121: preferência para os brasileiros na colonização e aproveitamento de terras públicas, estabelecimento de mecanismos de restrição da entrada de estrangeiros¹⁰³ e determinação para que a lei regulasse a seleção, localização e assimilação dos estrangeiros. Tais dispositivos serão reiterados na Constituição de 1937¹⁰⁴, mantendo-se o clima geral na Constituição de 1967 e no Decreto Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.

Dessa forma, durante as décadas de 1950 e 1960, não existia uma política de recepção de imigrantes pelo Estado brasileiro, pelo contrário, existiam restrições que recrudesçam em momentos em que tal entrada poderia ameaçar o trabalhador nacional ou mesmo a segurança nacional de maneira ampla. E em relação aos imigrantes bolivianos e coreanos, apesar do Estado brasileiro ter estabelecido alguns acordos, no âmbito internacional, em um primeiro momento da imigração dessas comunidades, enquanto resposta às iniciativas dos países “expulsores” – o que possibilitou o estabelecimento de um fluxo migratório inicial legal – essa situação começa a mudar, a partir de fins da década de 1960, com o recrudesimento das políticas imigratórias, que vai se refletir na inauguração de um período de imigrações ilegais de coreanos e bolivianos, a partir da Bolívia para a cidade de São Paulo. Durante esses dois períodos – de recepção legal e ilegal de imigrantes bolivianos e coreanos – a cidade de São Paulo recebeu, por seu turno, fluxos migratórios de composição diversa apesar de provenientes das mesmas comunidades de imigrantes, devido às vicissitudes nos países de origem de tais fluxos.

¹⁰³ Conforme disposto no § 6º do art. 121: “A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia de integração étnica e capacitação civil do imigrante não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüentas anos” (KADLUBA, 2007: 15-6).

¹⁰⁴ “Na época da promulgação da Carta de 1937, o mundo vivia sob uma tensão constante de possível Guerra Mundial, representada pelo auge do desequilíbrio europeu. Alemanha, Itália e Japão forneciam os maiores contingentes imigratórios. Portanto, a restrição à entrada de estrangeiros, não visava atingir somente aqueles que buscavam trabalho e melhores condições de vida e nem aqueles que estavam inconformados com as ideologias implantadas em seus países, mas tinha o escopo principal de evitar a entrada dos eventuais propagandistas de ideologias contrárias ao que era aqui aplicado” (KADLUBA, 2007: 16).

Durante os primeiros momentos de recepção dos fluxos migratórios de bolivianos e coreanos para São Paulo, durante as décadas de 1960 e 1970, temos que enquanto a imigração boliviana para São Paulo desenvolveu-se erraticamente, a partir de planejamentos individuais e/ou familiares, num contexto de modernização do Estado boliviano e ditadura política, colocando em circulação, no âmbito internacional, estudantes, profissionais liberais e mulheres para o trabalho doméstico; a imigração coreana, diferentemente, fez parte de um plano nacional de desenvolvimento do Estado coreano, sendo completamente planejada e direcionada a partir de acordos entre esse país e o Brasil, também sob a égide de um governo militar, colocando em circulação uma classe baixa urbana e muitos norte-coreanos fugidos da Coreia do Norte e com problemas políticos com a ditadura militar sul-coreana no poder.

Os fluxos migratórios ilegais de coreanos para a cidade de São Paulo iniciam junto com os fluxos legais, devido a algumas dificuldades pontuais de entrada de alguns grupos previamente autorizados, num momento bastante tumultuado da política brasileira, entre 1963 e 1964, entretanto, essas migrações ilegais avolumam-se, principalmente, a partir da década de 1970, momento em que se estabelecem uma série de restrições devidas, entre outras coisas, ao fracasso dos programas migratórios acordados entre a Coreia do Sul e o Brasil, no início da década de 1960. Esse fluxo migratório de coreanos começa a diminuir já em fins da década de 1970. E, a partir da metade da década de 1980, adquire impulso um fluxo migratório, geralmente, ilegal, de bolivianos, que se mantém em ritmo crescente até os dias atuais, no interior de um dos contextos recessivos mais dramáticos da Bolívia e que significou a implementação de políticas neo-liberais que geraram altas taxas de desemprego e, conseqüentemente, de emigração, principalmente, dos trabalhadores menos qualificados, ex-funcionários das minas e fábricas bolivianas.

Nesse ínterim, em 1975, estabelece-se, no Brasil, uma comissão para a elaboração de um anteprojeto do Estatuto do Estrangeiro, que entra em vigor em 9 de dezembro de 1981¹⁰⁵ e que, ao submeter, no artigo 3º, a concessão do visto, sua prorrogação ou transformação aos interesses nacionais, transforma tais atos em expectativas que dependem da aprovação do poder executivo e não em direitos dos estrangeiros¹⁰⁶. E, a partir da década de 1990, o debate sobre os então denominados pela literatura internacional de “novos fluxos migratórios” adquire relevância acadêmica no contexto brasileiro, animado pelas mudanças no sentido e composição dos fluxos a partir da década anterior¹⁰⁷. O tema começa a ser debatido em mesas-redondas, grupos de trabalho, simpósios e seminários e vem sendo tratado em artigos, teses e livros que acusam, justamente, as novas configurações das migrações internacionais do e para o Brasil¹⁰⁸. Nesse sentido, o fluxo migratório de bolivianos para São Paulo e sua inserção no setor de confecção aparece como uma dessas novas tendências migratórias¹⁰⁹.

¹⁰⁵ “A Lei nº. 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela lei nº. 6.964, de 09 de dezembro de 1981 e regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, é a lei ordinária que estabelece as diretrizes gerais da situação jurídica de todos os estrangeiros que estão em território brasileiro ou que nele pretendam ingressar” (KADLUBA, 2007: 20).

¹⁰⁶ “São atos de poder, de descrição, da alçada exclusiva do Poder Executivo, que para denegá-las não carece, sequer, de justificar-se, porque entre as razões de conveniência e interesses nacionais, muitas há que não devem e nem podem ser declaradas, sem sacrifício do próprio interesse que a lei procura resguardar” (KADLUBA, 2007: 22).

¹⁰⁷ “Assim, até o Censo Demográfico de 1980, os demógrafos trabalhavam os dados populacionais considerando fechada a população brasileira (...), uma vez que era bastante pequena a participação da população estrangeira no total da população nacional. (...). Esse panorama modificou-se na década de 80; os movimentos migratórios internacionais passaram a constituir uma questão emergente, avolumando-se, tornando-se visíveis e notórios, constituindo-se numas das expressões da crise econômico-social e do impacto do processo de reestruturação produtiva em âmbito mundial” (PATARRA & BAENINGER, 1996:80-81).

¹⁰⁸ Conforme avalia Assis e Sasaki em artigo que faz um balanço da produção bibliográfica sobre esses novos movimentos migratórios do e para o Brasil (ASSIS & SASSAKI, 2001: 616).

¹⁰⁹ As outras tendências identificadas e analisadas nesses estudos seriam: a de emigração de estratos médios urbanos, para os grandes centros urbanos, dos Estados Unidos, Europa e Japão; as migrações fronteiriças na região norte do país, vinculadas à questão indígena, ao garimpo e o tráfico de drogas; as migrações fronteiriças entre os países do cone sul, vinculadas às questões da terra e produção agrícola e em menor número a imigração de refugiados políticos africanos. Cf. SALES & SALLES, 2002; ASSIS & SASAKI, 2001 e PATARRA & BAENINGER, 1996.

Os fluxos migratórios de bolivianos para a cidade de São Paulo

En lo que se refiere a las migraciones, el fin del pongueaje (servicio obligatorio en las haciendas) y la reforma agraria realizada por la revolución liberaron a la gran massa laboral del area rural boliviana (más de 75% del total) y le brindaron mayor capacidad de movimiento y de traslado. (...) Hasta la revolución de 1952 no se puede hablar de flujos migratorios importantes de Bolivia hacia el exterior, sino de migraciones estacionales que respondían, principalmente, a dinámicas regionales transfronterizas, particulares, facilmente ubicables en la zona oeste (norte de Chile y sur de Peru) y al sur (norte de Argentina) (GUEVARA, 2004:175)¹¹⁰.

O início dos fluxos migratórios para o exterior e das migrações internas de massa na Bolívia coincidem com os desdobramentos do processo revolucionário de 1952 que, sob a liderança de Victor Paz Estenssoro, líder do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), empreendeu uma tentativa de modernização das estruturas produtivas e sociais do estado boliviano, através, principalmente, das seguintes medidas: i) reforma agrária, que foi mais significativa por ter estabelecido o fim do sistema, praticamente, semi-feudal, de trabalho – que atrelava os camponeses indígenas à terra em que estavam¹¹¹ – do que, propriamente, pela redistribuição da posse da terra que, de fato, não se efetivou¹¹²; ii) a nacionalização das minas

¹¹⁰ “No que se refere às migrações, o fim da pongueaje* [prestação de serviços não remunerada, devida pelas comunidades indígenas aos proprietários das terras] (serviço obrigatório nas fazendas) e a reforma agrária realizada pela revolução liberaram a grande massa laboral da área rural boliviana (mais de 75% do total) e lhe deram maior capacidade de movimento e de traslado. (...) Até a Revolução de 1952 não se pode falar de fluxos migratórios importantes da Bolívia até o exterior, apenas de migrações estacionais que respondiam, principalmente, às dinâmicas regionais transfronteiriças particulares, facilmente situadas na zona oeste (norte do Chile e sul do Peru) e ao sul (norte da Argentina)” (GUEVARA, 2004:175, tradução própria).

¹¹¹ “O processo republicano do país, iniciado em 1825, teve a exclusiva participação de uma elite de descendentes de espanhóis que chamamos *criollos*, que se apropriou do Estado e o usou em benefício próprio, qualquer um sabe disso. Quer dizer se apropriou do Estado, das minas, das terras e das próprias populações indígenas que até há pouco eram vendidas ou compradas com as fazendas. Até a revolução de 1952, muitos camponeses não recebiam salários e menos ainda se imaginava que eles um dia pudessem ter direito ao voto” (LUIZAGA, Jorge Miranda *apud* CARUSO & CARUSO, 2008: 42).

¹¹² De acordo com Pereira (2004:45), enquanto em 1950, três anos antes da reforma agrária, 95% dos 33 milhões de hectares cultiváveis estavam nas mãos dos grandes proprietários, em 1984, 85% das terras ainda

e, iii) estabelecimento do voto universal em um sistema que até então só permitia o voto da elite branca.

A Revolução Boliviana de 1952, apesar de ser igualada, muitas vezes, à Revolução Cubana de 1959, principalmente, pelo importante apoio popular recebido, ao contrário dessa última, parece ter se dado muito mais em um sentido de estruturação das bases para implementação de um sistema de mercado do que, propriamente, no de uma revolução socialista e que, conforme destaca Pereira (2004), ainda assim, convergia com os interesses de uma população predominantemente indígena, em torno de 80% que, até então, vivia sob o jugo de uma elite agrária conservadora que não lhe reconhecia nenhum direito.

El proyecto de convertir a Bolivia en un país capitalista moderno, hace que la diversificación de la economía, la libertad de la fuerza productiva campesina, la apertura de la educación y la presencia de la población en la consulta electoral, sean parte del desarrollo social y también de una intencionalidad por potenciar una clase dominante capaz de emprender el 'desarrollo' capitalista. (...) Las grandes aspiraciones del pueblo con relación a las minas, al agro y la educación terminaron fusionados con el interés de una nueva clase dominante que soñaba con industrializar el país, emprender el desarrollo, liberar las fuerzas productivas e incorporar al país a la dinámica capitalista dominante luego de la Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 2004:45)¹¹³.

Nesse período, também foram tomadas medidas no sentido de ampliação da fronteira agrícola e produção dos próprios bens de consumo, em consonância com a lógica das políticas de substituição de importações, também desenvolvidas, no período, por outros países da

continuavam nas mãos desses grandes proprietários.

¹¹³ “O projeto de converter a Bolivia em un país capitalista moderno, fez com que a diversificação da economia, a liberdade da força produtiva campesina, a abertura da educação e a presença da população na consulta eleitoral, fizessem parte do desenvolvimento social e também de uma intenção de fortalecer uma classe dominante capaz de empreender o 'desenvolvimento' capitalista. (...) As grandes aspirações do povo com relação às minas, à agricultura e à educação, terminaram se mesclando com o interesse de uma nova classe dominante que sonhava industrializar o país, empreender o desenvolvimento, liberar as forças produtivas e incorporar o país na dinâmica capitalista dominante depois da Segunda Guerra mundial” (PEREIRA, 2004:45, tradução própria).

América Latina. E, para tanto, com o intuito de integrar o mercado interno e potencializar essas dinâmicas produtivas, o oriente boliviano, em especial, o departamento de Santa Cruz (zona pouco povoada e com muita terra para atividades agropecuárias) foi incorporado ao eixo central, antes em torno das regiões ocidentais do altiplano (La Paz) e dos vales (Cochabamba). Nesse sentido, destaca-se a construção da estrada Cochabamba – Sta Cruz, em 1954¹¹⁴.

Essas medidas, de fato, provocaram mudanças importantes na estrutura da economia boliviana, principalmente, em sua distribuição populacional entre os setores de atividade, rural e urbano. Nesse sentido, note-se, de acordo com Pereira (2004:35) a partir de investigação nos dados dos censos bolivianos, que, enquanto, na década de 1950, a população rural representava 73,8% do total da população boliviana – situação não muito diferente do ano de 1900, em que a população rural representava 82,1% do total da população boliviana – em 1976, a população rural passaria a representar 58,3 da população total. Note-se em relação a esses dados que, enquanto, por um lado, conforme aludido acima, a reforma agrária só serviu para liberar os camponeses da terra, sem estabelecer de fato uma efetiva redistribuição de terra, circunstância que certamente levou a esse êxodo rural inicial. Por outro lado, a manutenção de pobreza nas condições do campo, mesmo depois da Revolução de 1952, parecem ter sido importante elemento explicativo para a manutenção desse fluxo intenso em direção aos centros urbanos¹¹⁵.

¹¹⁴ Cf. PEREIRA, 2004 e SENPAS, 1991.

¹¹⁵ “Al passo de los años, al no hacerse efectivo el tan mentado desarrollo capitalista en el agro y no trasladarse los escasos pero seductores beneficios de las ciudades al área rural; al viabilizar el éxodo demográfico del campo hacia las ciudades y la acelerada urbanización de algunas capitales, el fenómeno migratorio al interior del país, se fue convirtiendo en una alternativa recurrente” (PEREIRA, 2004:47).
“com o passar dos anos, ao não se efetivar o tão aclamado desenvolvimento capitalista no agro negócio e não repassados os escassos, porém sedutores, benefícios das cidades para a área rural, ao acelerar o êxodo demográfico do campo para as cidades e a acelerada urbanização de algumas capitais, o fenômeno migratório para o interior do país, foi se transformando em uma alternativa recorrente”(PEREIRA, 2004:47, tradução própria).

As medidas do governo revolucionário, que significaram o desenvolvimento econômico de algumas áreas específicas, direcionaram o fluxo dessa população rural “expulsa” do campo que, seguindo as oportunidades econômicas do período, passou a se concentrar nos departamentos Santa Cruz, Cochabamba e La Paz – que, de acordo com os dados do censo boliviano de 1976, utilizados por Pereira (2004), passaram a concentrar cerca de 70% da população boliviana. E ainda, a partir desses dados, Pereira (2004) considera possível inferir que as migrações internas que ocorreram em direção a esses departamentos centrais, partiram, principalmente, dos departamentos de Potossi, seguido por Beni¹¹⁶.

O governo revolucionário de 1952 também deu início, de acordo com Guevara (2004), a uma série de políticas de controle de natalidade da população indígena e tentativas fracassadas de fomento da imigração internacional, que teria levado, em longo prazo, a uma diminuição significativa da população boliviana, que já era considerada muito pequena, tendo em vista as dimensões de seu território¹¹⁷.

A partir de entonces [início do século XIX], buscando resolver o subsanar los problemas inherentes a esa 'ausencia' y mala distribución de población, se llevaron a cabo varias iniciativas para fomentar la inmigración de extranjeros hacia territorio boliviano (...). De manera paralela y contradictoria, desde los años cincuenta fue constante el planteamiento y puesta en marcha de políticas de planificación familiar (control de la natalidad) para la población indígena originaria. Durante todo este periodo de programas y convenios de incentivo a la inmigración de extranjeros, junto con políticas de control de natalidad para la población indígena, Bolivia ha estado perdiendo población por

¹¹⁶ Note-se que esses departamentos, de acordo com Pereira (2004), apresentaram as menores taxas anuais líquidas de migração (contagem de entradas e saídas), de -11,3% e -7,4, respectivamente. Enquanto Santa Cruz apresentou a maior taxa migratória anual, de 15,5%, seguida por Tarija, com uma taxa de 5,4%.

¹¹⁷ A política dos governos bolivianos, desde o século XIX, tem sido a de fomentar a imigração, devido a percepção da baixa densidade demográfica do território – que gerava imagens da Bolívia enquanto um “território desabitado”. Guevara (2004) considera que, naquele período, essa percepção era uma ilusão de ótica da elite espanhola, provocada pela forma de organização produtiva diferenciada das populações pré-hispânicas e que se refletia em suas dinâmicas migratórias, levando-as a concentrarem-se na região altiplana do país.

medio de la emigración (GUEVARA, 2004:175)¹¹⁸.

E é nesse contexto, no início da década de 1950, que inicia a emigração boliviana contemporânea para a cidade de São Paulo e que, de acordo com Silva (2006), seria inaugurada por um convênio cultural estabelecido entre o Brasil e o governo revolucionário boliviano, que previa o intercâmbio de estudantes bolivianos para a obtenção de formação acadêmica não disponível na Bolívia¹¹⁹. De acordo com os dados do documento do Sistema de Informação sobre Migração Internacional nos países da Comunidade Andina – SIMICA (s/data) e, em pesquisa realizada por Silva (1997), os imigrantes bolivianos que vieram para a cidade de São Paulo, no período, eram, em sua maioria, estudantes e profissionais liberais, que saíam de seu país por motivos políticos, profissionais ou para adquirir alguma formação específica, sendo significativa também a emigração de mulheres para trabalhar em casas de família, como babás e empregadas domésticas. Essa imigração seria, geralmente, proveniente dos departamentos do eixo central boliviano e, muitas vezes, tratava-se de indivíduos que já tinham passado por processos de migração interna das áreas rurais em direção a esses departamentos centrais bolivianos.

Nesse período, no Brasil – mais precisamente, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956-1962, de acordo com Cano (2000:172) – inicia-se também um momento de forte intervenção estatal para o desenvolvimento industrial da economia

¹¹⁸ “A partir de então [início do século XIX], buscando resolver ou remediar os problemas inerentes a essa 'ausência' e má distribuição da população, levaram-se a cabo várias iniciativas para fomentar a imigração de estrangeiros até o território boliviano (...). De maneira paralela e contraditória, desde os anos cinquenta foi constante a exposição e o desenvolvimento de políticas de planejamento familiar (controle de natalidade) para a população indígena originária. Durante todo esse período de programas e convênios de incentivo à imigração de estrangeiros, junto com políticas de controle de natalidade para a população indígena, a Bolívia vem perdendo população por meio da emigração” (GUEVARA, 2004:175, tradução própria).

¹¹⁹ “O início da imigração boliviana para São Paulo remonta à década de 50, quando, em função de um programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia, alguns estudantes vieram ao país em busca de qualificação acadêmica não disponível na Bolívia, muitos dos quais permaneceram na cidade” (SILVA, 2006: 159).

brasileira, com a pretensão de avançar “50 anos em 5”, conforme *slogan* do Plano de Metas que passou a ser implementado a partir de então. Entretanto, note-se que, diferentemente da Bolívia, o Brasil já possuía, na época, um mercado interno mais consolidado e todo um estruturado aparato estatal, industrial e urbano, constituído durante a era Vargas.

Vargas instituiu o salário mínimo em 1940, corrigindo-o o quanto esteve no poder. (...) O salário médio real da indústria de transformação entre 1939 e 1959 elevou-se em 39%, mas deve-se advertir que sua média estava muito afetada (...). Por outro lado, a produtividade média desses mesmos operários elevou-se 123% no mesmo período. O emprego urbano já participava com pouco mais de 40% no total do pessoal ocupado e isso gerava novas pressões sobre as condições de vida urbana. Os requisitos da industrialização estimularam a expansão do ensino técnico, mas o grau de analfabetismo (das pessoas com 15 anos ou mais) atingia ainda 45% da população (CANO, 2000:171-2).

Dessa forma, enquanto, no caso boliviano, tratava-se de constituir ainda um mercado interno de consumidores e de trabalho e iniciar a urbanização e o desenvolvimento de manufaturas básicas, no caso brasileiro, tratava-se de um momento posterior do desenvolvimento. De acordo com Cano (2000:172), os principais objetivos de desenvolvimento do governo Kubitschek, no período, seriam: energia, transportes, indústria de base, construção de Brasília e as clássicas, alimentação e educação. E esses objetivos foram em grande medida atingidos levando o país a altas taxas de crescimento no período. Dessa forma, as realizações alcançadas pelo Plano de Metas, de acordo com Cano (2000), foram essenciais para a consolidação da industrialização brasileira, constituindo-se em um importante divisor de águas em sua história econômica interna.

Essas realizações, além de mudarem radicalmente a estrutura econômica do país, avançaram a integração do mercado nacional (...). A participação de São Paulo na produção industrial subiu para 55,5% em 1960, ante a grande concentração que aí se deu do investimento do período, mas isso não significou perda absoluta para o restante do país.

(...) entre 1949 e 1959, ainda que o crescimento industrial de São Paulo (10,8%) sobrepassasse a média nacional (9,3%), a maior parte dos estados brasileiros apresentou forte aumento em seu ritmo de crescimento (CANO, 2000:174).

E, na Bolívia, depois de doze anos de um governo revolucionário, entre 1952 e 1964, liderado por Victor Paz Estenssoro, estabelecido com o intuito de instituir as bases de um sistema de mercado capitalista e fomentar um processo de industrialização e modernização do país, os resultados foram bem menos auspiciosos. Em 1970, de acordo com os dados da UNCTAD (2008), enquanto o Produto Interno Bruto (PIB)¹²⁰ da Bolívia seria de cerca de 1 milhão de dólares, o PIB brasileiro chegaria a 42,32 milhões de dólares. Dadas as dificuldades de calcular o real sentido desses números, considerando o fato de tratar-se de países bastante diferentes em termos de proporções territoriais e composição populacional, se, ao invés dos dados brutos, focalizarmos os dados relativos disponibilizados pela UNCTAD (2008) a partir da década de 1970, sobre a composição do PIB por ramo de atividade perceberemos que a economia brasileira ainda era bem mais industrializada do que a boliviana – que, mesmo na década de 1970, e considerando todos os movimentos descritos acima, ainda apresentava forte presença de atividade rural na composição de seu PIB. Dessa forma, enquanto, em 1970, a distribuição do PIB brasileiro por setor de atividade seria: 51,7% no setor de serviços, 40,1% no setor industrial e 8,2% na agricultura e atividades correlatas do setor primário da economia. No caso da economia boliviana, teríamos, em 1970: 45,5% da renda concentrada no setor de serviços, 36,4% no setor industrial e ainda 18,2% na agricultura¹²¹.

Depois do governo revolucionário de Estenssoro, inicia, na Bolívia, um violento

¹²⁰ A utilização, como principal indicador de crescimento econômico das economias nacionais, das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e seus valores nominais deve-se a dois motivos: primeiro por se tratar de indicador bastante consolidado e ser disponível em relação a todos os países envolvidos nessa análise inicial.

¹²¹ Cf. UNCTAD (2008).

período de ditaduras militares e que começa com a ascensão ao poder, em 1966 – depois de um período de dois anos em que o país foi governado por uma junta militar – do comandante da força aérea, René Barrientos, que acaba morrendo em 1969. A partir de então, instala-se, em 1971, como presidente, o ex- general Hugo Banzer Suarez que permanece no poder até 1978. Esse foi um período de relativo desenvolvimento da economia boliviana, motivado, entre outros fatores, pela ajuda norte-americana à ditadura de Banzér. De acordo com os dados da UNCTAD (2008), entre as décadas de 1970-1980, o PIB da Bolívia cresceu a uma taxa média bastante alta para os seus próprios parâmetros, de 4,3% ao ano.

Nesse contexto, percebe-se uma importante diminuição dos fluxos migratórios internacionais a partir da Bolívia – inclusive, daqueles que se dirigiam para o Brasil – sendo apenas mais relevantes aqueles diretamente ligados a questões políticas. Entretanto, sublinhe-se, conforme argumenta Guevara (2004), que alguns destinos tradicionais de perseguidos políticos bolivianos, como o Chile, mas, principalmente, a Argentina, continuaram a receber importantes fluxos devido a essa sangrenta perseguição política gerada a partir do golpe de Bánzer¹²².

Em relação a esse período, a partir da década de 1970, apesar dos fluxos migratórios continuarem a se deslocar para a Argentina e Chile, note-se que, ao compararmos as taxas de crescimento anual do Produto Interno Bruto, fornecidas pela UNCTAD (2008) ¹²³, essas economias encontravam-se, inclusive, piores do que a boliviana: pois entre 1970-1980, o Chile cresceu a uma taxa anual média de 1,4% ao ano e a Argentina cresceu a uma taxa anual média de 2,4%, enquanto o Brasil crescia a uma taxa média de 8,1% ao ano.

¹²² De acordo com documento do SIMICA (s/data), no período, entre 1970 e 1980, a imigração boliviana para a Argentina cresceu a uma taxa de 3,4% ao ano.

¹²³ Para o qual temos os dados da UNCTAD disponíveis no site sobre dados de desenvolvimento econômico desses países.

Dessa forma, pelo menos no período, a partir da década de 1970, mas também nos períodos anteriores¹²⁴, é possível supor a partir desses dados sobre o desenvolvimento econômico desses países, que o Brasil apresentava-se, para economias como a Bolívia, como uma alternativa mais viável para inserção sócio-econômica de seus imigrantes, principalmente, os mais qualificados, que – como estudantes, profissionais liberais ou mesmo técnicos para o setor industrial em crescimento – poderiam conseguir uma inserção relativamente estável no mercado de trabalho local paulistano, em pleno desenvolvimento e que, deveria ter, inclusive, muito mais vagas para perfis profissionais mais qualificados como esses imigrantes bolivianos, do que na própria Bolívia¹²⁵.

Histórias de vida como as de Pablo¹²⁶ expressam essa tendência mais geral de inserção estável dos imigrantes bolivianos vindos para São Paulo, principalmente, a partir de fins da década de 1950 até a década de 1970¹²⁷. Note-se, inclusive, que os trajetos migratórios realizados por Pablo no interior da própria Bolívia, antes de vir para o Brasil, expressam uma tendência geral comentada acima sobre o processo de migração interna, geralmente, realizado antes da migração internacional de bolivianos de alguns departamentos mineiros em direção aos eixos centrais do desenvolvimento – concentrados nos departamentos de Cochabamba, La

¹²⁴ Cf. MASIERO, 2007:73. Em tabela com dados do Banco Mundial e FMI, note-se que no período imediatamente anterior, entre 1950 – 1962, o Brasil cresceu a uma taxa média anual alta de 6,9%.

¹²⁵ Ver SILVA, 1997 e 2006.

¹²⁶ Pablo está atualmente com sessenta e poucos anos é aposentado e auxiliar voluntário de uma advogada que fornece apoio jurídico aos imigrantes bolivianos na Pastoral do Imigrante – localizada no centro da cidade de São Paulo. A entrevista realizada em abril de 2006 contou com a presença dos pesquisadores: Robert Cabannes, Carlos Freire e Patrícia Freitas, sob a orientação da profa. Vera da Silva Telles do departamento de sociologia da USP.

¹²⁷ Note-se que em relação a essa hipótese de inserção mais estável desses imigrantes mais qualificados – ou mesmo das mulheres que vieram trabalhar em casa de família, como veremos ser o caso da mãe de Pablo – nesse período de grande desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente, concentrado na capital paulistana, além dos dados macro-econômicos, tal tendência constituiu-se também como uma evidência no trabalho de campo – especialmente, devido a algumas conversas informais com Camacho (que possui pais que vieram em condições parecidas com as de Pablo) e outros imigrantes bolivianos mais antigos, frequentadores das atividades católicas desenvolvidas pela Pastoral do Imigrante e tendo em vista a entrevista de história de vida de Pablo que além de referir-se a si mesmo, aponta uma inserção igualmente estável para outros membros da família que também se mudaram para o Brasil.

Paz e Santa Cruz.

Dessa forma, Pablo, nascido no início da década de 1940, no departamento de Potossi – considerado por Peixoto (2004), conforme vimos, um dos departamentos em que se verificou a maior taxa emigratória, dentre os departamentos bolivianos – mudou-se ainda para Oruro, durante a década de 1950, com a família e, depois, durante a década de 1960, para Cochabamba com a mãe e irmãos. Nesse período, no ano de 1964, quando o governo de Estenssoro é tirado do poder por uma junta militar, o pai de Pablo, ligado ao governo revolucionário de 1952, tem que mudar-se às pressas para a Argentina, deixando Pablo, o filho mais velho, a mãe e irmãos em Cochabamba.

Pablo emigra definitivamente para o Brasil em 1972, aos trinta e um anos, para morar com a mãe e a irmã, que vieram para São Paulo trabalhar como babás em casas de família, em 1970. Emigra logo depois de instaurada a ditadura de Bánzer. Note-se que, até então – ou seja, durante o regime militar iniciado com o fim do governo revolucionário, em 1964 – exercia um trabalho de chefe de bibliotecas pela prefeitura da cidade de Cochabamba – na qual também havia trabalhado no setor de arrecadação de impostos – e cursava o segundo ano do curso de graduação em administração. Motivo determinante da decisão de emigrar: questões políticas, “a política é muito suja tá, então, foi por esse motivo que fui pressionado para viver aqui no Brasil”.

O primeiro trabalho na capital paulistana foi iniciado um ano depois que já estava em São Paulo, em 1973, quando Pablo finalizou a preparação da documentação que lhe permitia estabelecer contratos de trabalho. Esse trabalho foi conseguido a partir de contatos de sua mãe, que tinha vindo um ano antes, com brasileiros conhecidos em seu trabalho de babá.

A minha mãe morava na casa onde trabalhava. Então, era um trabalho

de babá que realiza e mora lá e tem um dia de descanso na semana, o salário é muito bom, atualmente, muito bom o salário, são pessoas que tem poder aquisitivo muito alto. (...) Então, ela conseguiu uma casa para nós, alguns irmãos já tinham vindo aqui né, os menores tinham vindo aqui, aí eu vim para cuidar deles, os menores também vieram antes, eu fui o último a vir aqui. Então, a partir disso, começou tudo, recebi bastante ajuda e antigamente o empréstimo para estrangeiro não era tão dificultoso como é hoje.(....) Vim com o trabalho mais ou menos arrumado, não era uma coisa certa, mas era mais ou menos arrumado. A pessoa que alimentou a idéia com a minha mãe que eu vinha, ela trabalhava como gerente de uma empresa, então eu vim trabalhar nessa empresa, me deram toda documentação para poder tramitar, e então, em um ano, saiu a documentação e, em 1973, eu comecei a trabalhar na empresa.(...) A empresa se chamava Dólar do Brasil, não existe mais essa empresa. Era uma empresa americana de fundição de alumínio. Primeiro, comecei a trabalhar como enfermeiro, depois, passei para área administrativa, a contabilidade (trecho de entrevista concedida por Pablo, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Apesar de Pablo ter permanecido apenas dois anos no primeiro trabalho em São Paulo, arranjado pela sua mãe, já no segundo trabalho que consegue, na Scânia, na área de contabilidade e, depois, de compras, passou seus últimos 25 anos de vida considerada útil para o trabalho, até se aposentar, por problemas cardíacos. Note-se que, nesse último caso, o trabalho também foi conseguido a partir de uma indicação, agora, de um amigo brasileiro. Pablo conseguiu além de uma inserção econômica estável no interior do mercado de trabalho formal da capital paulistana, a aquisição de empréstimos e a compra da casa própria, duas vezes. Todas essas conquistas não parecem ter representado grandes dificuldades, constituindo-se, em sua perspectiva, no desenrolar natural de uma vida de trabalho e economias.

Comecei na Scânia na área de contabilidade. Passei cinco anos na área de contabilidade e 20 anos na área de compras, administração de compras. (...) Olha, quando comecei a trabalhar na Scânia, era um dos melhores salários que tinha, com a entrada do Lula [no movimento sindical do período] e o crescimento do sindicalismo, as empresas

começaram a recuar e começaram a nivelar os salários das montadoras. Então, eles começaram a abaixar e nivelar os salários em baixo e com um pouco de persistência e com administração familiar mesmo, eu consegui juntar uma quantidade razoável, com a qual comprei, primeiro, eu comprei um apartamento em São Paulo, depois vendi o apartamento e comprei uma casa em São Bernardo a casa onde, atualmente, a minha esposa está morando (trecho de entrevista concedida por Pablo, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Além da facilidade de inserção profissional pessoal, os outros membros da família de Pablo também não tiveram dificuldades para conseguir trabalho e para a aquisição de educação formal de nível superior e, o mais interessante: todos se casaram com brasileiros, inclusive, Pablo¹²⁸. Note-se que no caso de nossa amostra com imigrantes bolivianos que vieram a partir da metade da década de 1980 para se inserir no setor de confecção, todos os casos de bolivianos casados são com companheiros também bolivianos.

Outro aspecto sobre a inserção de Pablo no contexto urbano paulistano, que indica o quanto sua trajetória passou a se confundir com a trajetória dos trabalhadores brasileiros de fábricas do período, é o fato de também ter participado das greves e da movimentação política de meados década de 1980¹²⁹. Dessa forma, para imigrantes bolivianos como Pablo, o Brasil

¹²⁸ Veja a descrição abaixo de Pablo sobre a inserção de sua família na cidade de São Paulo: “Meus irmãos eram crianças, eram todos menores que eu, quando vieram aqui, eles vieram todos para a escola, aí depois foi entrando um no Senai e outro continuando o estudo, e os outros foram para faculdades e o caçula entrou na USP e se formou como teólogo, depois voltou a entrar de novo e se formou como advogado (...). Ninguém casou lá, tudo aqui, com brasileiros, minha irmã casou com um brasileiro, foi morar no Mato Grosso e agora está no Piauí, ela é fazendeira. A outra tem problema de poliomielite e sempre trabalhou em casa de família, terminou os estudos e trabalhou sempre em casa de família. A menor entrou em administração de empresas na área contábil, se casou com brasileiro e hoje está trabalhando de professora de português para espanhóis, claro se você falar com ela, ela não é boliviana e fala corretamente o português. O caçula terminou os estudos aqui, praticamente ele veio do pré, foi estudando, entrou na PUC, um grande esforço, mas ele conseguiu entrar e ele fez teologia, eram dois anos só, depois foi para o direito e hoje ele trabalha como advogado” (trecho de entrevista concedida por Pablo, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

¹²⁹ “Sim, conheci Lula, fui convidado pela cúpula dele para integrar o partido, como eu tinha experiência e não gostava disso, então não aceitei. Mas era obrigatório participar das greves. Aliás, vocês sabem qual foi a primeira greve em São Paulo, onde que começou? Não sei se foi em 1977 ou 1976, começou na Scânia. A primeira greve foi feita na Scânia, e a segunda greve já foi com a participação do Lula” (trecho de entrevista concedida por Pablo, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

se transformou em verdadeiro lar para o qual trouxeram seus familiares, onde casaram e adquiriram a casa própria. No caso de Pablo, essa inserção reflete-se, inclusive, ao considerarmos o tipo de contato que ainda mantém com a Bolívia: praticamente nenhum, principalmente, depois da morte do pai que acabou voltando da Argentina para a Bolívia, durante a década de 1980, depois do exílio político a que foi forçado. Afinal, todos os seus irmãos vieram para o Brasil, sua mulher é brasileira, seus amigos também são brasileiros e a opção da naturalização só não foi levada adiante devido ao alto valor implicado na tramitação dos papéis e por não ter precisado de tal certificação para o exercício de sua profissão¹³⁰.

¹³⁰ “Não, eu tenho o seguinte critério, eu posso me naturalizar, vale a pena, mas valeria mais a pena se eu estivesse postulando um cargo público. A única coisa que ganho me naturalizando mesmo é concurso público, abrir uma empresa numa área pública e votar, mais nada, você paga uma soma muito alta, é complicadíssimo e demora de um ano a um ano e meio para sair à documentação” (trecho de entrevista concedida por Pablo, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Os fluxos migratórios de coreanos para a cidade de São Paulo

Desde los inicios experimentaron [da emigração dos coreanos para a América Latina] un proceso de movilidad múltiple: de Paraguay a Argentina, de Argentina a Brasil o vice versa, de Bolivia a Brasil. Luego se irán a Canadá o EEUU. De hecho, las personas de las comunidades actuales en Argentina, Brasil, Paraguay, Perú, U.S.A., Canadá, Corea, España, tienen parientes o amigos em otros puntos, conformando una suerte de red de circulación con vías y entradas múltiples. Es una migración que se caracteriza por un alto nivel de movilidad y rutas de reemigración, individuales y familiares (MERA, s/data:16 – 17)¹³¹.

O primeiro grupo de coreanos a desembarcar na América Latina – entre 1956 e 1957 – era de soldados norte-coreanos – 57 prisioneiros da guerra entre as duas Coreias que escolheram o Brasil e Argentina para estabelecerem nova residência¹³². É interessante notar que no primeiro período de estabelecimento de fluxos migratórios internacionais a partir da Coreia do Sul eram essas as principais causas dos fluxos: as guerras e instabilidades políticas

¹³¹ “Desde o inicio experimentaram [os coreanos] um processo de mobilidade múltipla: do Paraguai para a Argentina, da Argentina para o Brasil ou vice versa, da Bolívia para o Brasil. Logo foram para o Canadá ou Estados Unidos. De fato, as pessoas das comunidades atuais na Argentina, Brasil, Paraguai, Peru, Estados Unidos, Canadá, Coreia, Espanha, têm parentes ou amigos em outros pontos, conformando um tipo de rede de circulação com vias e entradas múltiplas. É uma migração que se caracteriza por um alto nível de mobilidade e rotas de reemigração, individuais e familiares” (MERA, s/data:16 – 17, tradução própria).

¹³² “Los primeros coreanos que llegaron al cono Sur lo hicieron en 1956 y 1957. Era un grupo de soldados norte-coreanos prisioneros de la Guerra de las dos Coreas. En aquel momento las fuerzas aliadas daban a los contingentes de soldados que habían quedado en manos de las tropas de la ONU la opción de volver a sus países de origen o emigrar hacia algún país neutral. Los que optaron por irse de Corea debieron esperar dos años em un campo de la ONU en India hasta que obtuvieron permisos para ir a otro país. Entre estos grupos hubo 57 coreanos que eligieron como destino Argentina y Brasil. Los integrantes de estos pequeños grupos se fueron insertando de a poco en esos países” (MERA, s/data:9-10).

“Os primeiros grupos coreanos que chegaram ao cone sul o fizeram em 1956 e 1957. Era um grupo de soldados norte-coreanos prisioneiros da guerra das duas Coreias. Naquele momento as forças aliadas davam aos contingentes de soldados que haviam sido pegos pelas tropas da ONU a opção de voltar aos seus países de origem ou emigrar para algum país neutro. Os que optaram sair da Coreia tiveram que esperar dois anos em um campo da ONU, na Índia, até obterem permissão para irem para outros países. Entre estes grupos 57 coreanos escolheram como destino a Argentina e o Brasil. Os integrantes deste grupo foram se inserindo pouco a pouco nestes países” (MERA, s/data:9-10, tradução própria).

internas e externas¹³³. De qualquer forma, esse primeiro grupo que optou por residir no Brasil não desencadeou nenhum fluxo posterior relevante.

Os primeiros fluxos migratórios consistentes, de coreanos para a América Latina, iniciaram na década de 1960 e, apesar de ainda se vincularem diretamente às ações do Estado Nacional coreano, dessa vez, o motivo de início desses fluxos não seria a guerra com outros países ou disputas e perseguições políticas internas, mas a tentativa de atingir uma estabilidade política e econômica na Coreia do Sul a partir do desenvolvimento industrial e urbano de suas estruturas econômicas. Dessa forma, esses primeiros fluxos migratórios para o continente latino-americano fizeram parte de uma política nacional de emigração do governo militar sul-coreano, no âmbito do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Coreia do Sul¹³⁴.

É preciso considerar que, no período, a Coreia do Sul ainda não estava industrializada, pois boa parte do desenvolvimento industrial coreano ficara concentrada na região norte da península coreana, que concentrava também boa parte dos recursos naturais. A região sul da península, diferentemente, caracterizava-se, até então, por ser uma região farta em recursos agrícolas e força-de-trabalho. De acordo com os dados estatísticos divulgados em anuário estatístico do governo sul-coreano, em 1953, o setor primário compunha 47,3% do Produto Nacional Bruto (PNB) sul-coreano, sendo 40% preenchido pelo setor de serviços e, apenas,

¹³³ En la historia moderna de Corea la emigración está relacionada a procesos de movilidad forzados, directamente ligados a las relaciones entabladas con Japón, China y Rusia. Según los datos de Kwon Tai-Hwan (1997) habría 1 millón 800 mil coreanos en China, 1 millón 600 mil en los Estados Unidos, 670 mil en Japón, 460 mil en la ex -Unión Soviética, 71 mil en Canadá, 80 mil en América Latina, 18 mil en Alemania, cifra que equivale al 10% de la población de Corea del Sur (MERA, s/data:6)

“Na história moderna da Coreia, a emigração está relacionada a processos de mobilidade forçados, directamente ligados às relações estabelecidas com o Japão, China e Rússia. De acordo com os dados de Kwon Tai-Hwan (1997), existiriam 1 milhão e 800 mil coreanos na China, 1 milhão e 600 mil nos Estados Unidos, 670 mil no Japão, 460 mil nos países da ex- União Soviética, 71 mil no Canadá, 80 mil na América Latina, 18 mil na Alemanha, cifra que equivale a 10% da população da Coreia do Sul” (MERA, s/data:6, tradução própria).

¹³⁴ País pequeno, com uma área de aproximadamente 98.500Km² (equivalente a área do estado brasileiro de Pernambuco), com uma população, em 2007, em torno de 48.500 milhões e meio de pessoas, e é considerado um país homogêneo em termos de raça, língua e escrita. O Estado da Coreia do Sul foi estabelecido em 1948, depois de uma longa disputa entre as forças americanas, sediadas no Sul, e a URSS sediadas na parte norte.

9% pelo setor manufatureiro. E desses 9% do setor manufatureiro, 78,9% correspondia à indústria leve e, apenas, 21,1% à indústria pesada. E, em 1960, momento do início dos fluxos migratórios para o Brasil, o setor primário ainda representaria 36,8%, percebendo-se um pequeno aumento no setor de serviços, que comporia, agora, 43,2% do PNB e do setor manufatureiro, com 13,8%¹³⁵.

Dessa forma, o principal objetivo do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Coreia do Sul, no âmbito do qual foram estabelecidos os acordos de emigração, era dar início ao processo de industrialização e urbanização do país. E considerava-se que um dos entraves para essa realização seria justamente um contexto de “super população”, agravado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Mera (s/data), os motivos principais para o estabelecimento dessa situação foram: i) a entrada de um milhão de norte-coreanos em fuga antes do início da guerra da Coreia; ii) o retorno de 2,3 milhões de sul-coreanos depois da Segunda Guerra Mundial e, iii) o aumento da expectativa de vida concomitante aos processos de desenvolvimento econômico e social.

Os acordos internacionais estabelecidos pela Coreia do Sul abarcaram, a princípio, durante a década de 1960, principalmente, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia e, a partir de 1970, também se estabeleceram convênios de emigração com o Peru e o Chile. Os primeiros acordos previam a realização de um programa de imigração agrícola. Ao todo, vieram para o continente latino-americano, no primeiro período de estabelecimento desses acordos bilaterais, entre 1962-1967, em torno de 30 mil imigrantes coreanos, de acordo com Mera (s/data).

¹³⁵ Cf. MASIERO, 2007: 72. Em tabela com dados extraídos do Seoul Office of Statistics, Republic of Korea, de agosto de 1995.

De acordo com os historiadores da migração coreana para a América Latina¹³⁶, a política de emigração agrícola, adotada pela primeira vez na Coreia do Sul¹³⁷, foi inspirada no êxito que o governo japonês teve com esse tipo de política em relação aos seus emigrantes. Nesse sentido, os acordos realizados previam uma migração coreana familiar, voltada para o trabalho agrícola, a partir da compra prévia de terras pelos imigrantes coreanos, que recebiam do governo sul-coreano um subsídio de 200 dólares ao embarcarem.

O Brasil foi o primeiro país a receber, em 1963, esses grupos de imigrantes coreanos, depois de um ano de funcionamento do primeiro Consulado Sul-Coreano, instalado no Rio de Janeiro, em 1962. Esse Consulado passou a existir graças a uma iniciativa do governo sul-coreano que, em 1961, enviou um representante (professor de espanhol da Universidade Hankook de Estudos Estrangeiros) para iniciar os contatos nesse sentido com o governo brasileiro. Nesse período, também se iniciou o desenvolvimento do projeto de emigração, que acabou por ser elaborado por um coronel coreano, fundador da Sociedade Cultural Coreia-Brasil, que também foi ao Brasil no período.

Entre 1962 e 1966, migraram para o Brasil cinco grupos de coreanos residentes na Coreia do Sul no âmbito do projeto de emigração, citado acima, enquanto na Argentina, os primeiros grupos de coreanos só desembarcaram em 1965 e o fluxo mais importante deu-se bem depois, a partir da segunda metade da década de 1980, conforme veremos adiante. No Brasil, o primeiro grupo, que chegou em fevereiro de 1963, era composto por 17 famílias que

¹³⁶ Cf. MERA (s/data), CHOI, 1991 e KIM, 2008.

¹³⁷ “Por primera vez en la historia de Corea, un gobierno aplica una política de emigración deliberada. Sin embargo, pocas naciones aceptaron incluso recibir a un número limitado de coreanos. Algunas naciones latinoamericanas aceptaron emigrantes coreanos con el fin de establecerlos en tierras vírgenes; Alemania importó mineros y enfermeras coreanas como trabajadores migrantes.”(MERA, s/data:8). Também foram adotadas políticas de controle de natalidade (cf. KIM, 2008 e MERA, s/d). “Pela primeira vez na história da Coreia, um governo aplica uma política de emigração deliberada. No entanto, poucas nações aceitaram até mesmo receber um número limitado de coreanos. Algumas nações latino- americanas aceitaram emigrantes coreanos para se instalarem em terras virgens; a Alemanha importou mineiros e enfermeiras coreanas como trabalhadores migrantes” (MERA, s/data:8, tradução própria).

totalizavam 103 pessoas e foi, primeiramente, instalado em fazendas no Estado de São Paulo (Mogi das Cruzes e Guarulhos). O segundo grupo, que chegou ao final de 1963, composto por cerca de 100 imigrantes, familiares do primeiro grupo, foi para as mesmas terras. Já o terceiro grupo, 68 famílias, que chegou em 1964, foi instalado em uma fazenda na divisa entre São Paulo e Espírito Santo. O quarto grupo, que também chegou em 1964, composto por 50 famílias, foi deslocado para uma fazenda em Goiás. E o último grupo oficial, que desembarcou no Brasil em 1966, composto por 53 famílias, foi organizado por uma igreja católica coreana e se instalou em Ponta Grossa, no estado do Paraná¹³⁸.

Nesse período, conforme anunciado acima, também se estabeleceram fluxos migratórios em direção à Bolívia e ao Paraguai. Entretanto, de acordo com Mera (s/data) e Buechler (2003), esses países eram considerados muito menos interessantes economicamente do que o Brasil e a Argentina e uma grande parte dos imigrantes que para lá se dirigiram acabaram mudando-se, posteriormente, para outros países, geralmente, no interior do próprio continente latino-americano. E, em muitos casos, a imigração inicial para a Bolívia ou Paraguai faria parte de uma estratégia de inserção dos imigrantes no Brasil ou Argentina – iriam de avião até esses países, nos quais ficariam alguns meses até a realização do percurso posterior, de atravessamento da fronteira, por terra – indo, geralmente, do Paraguai para a Argentina e da Bolívia para o Brasil¹³⁹. Na descrição abaixo, de Buechler (2003) – que reproduz informações

¹³⁸ Cf. GALETTI, 1996 e MERA, s/data.

¹³⁹ “A lo largo de 1965 llegaron a ese país unas 1200 personas. Según Chon Kyong Su (1996) iban a Paraguay y Bolivia porque era más fácil conseguir el permiso migratorio, pero desde el inicio la idea era establecerse en Argentina o Brasil. De esta manera, muchos cruzaban por tierra hacia Argentina y a Brasil. Según los datos de Lee Kyo Bom (1992) de los residentes coreanos en Argentina, entre el 66 y el 69 uno de cada tres coreanos era migrante de Corea, el resto eran reemigrados de Paraguay (...) La corriente de reemigrantes de Paraguay hacia Argentina se da con mayor vigor entre 1968 y 1969, y más tarde en la década del 70. Desde 1970 a 1978 se calcula que 2000 reemigraron a Argentina” (MERA, s/data: 12).

“Ao longo de 1965 chegaram a esse país umas 1200 pessoas. Segundo Chon Kyong Su (1966) iam para o Paraguai e Bolívia porque era mais fácil conseguir a primeira licença migratória, mas desde o início a idéia era estabelecer-se na Argentina ou Brasil. Dessa maneira, muitos cruzavam por terra até a Argentina e ao

conseguidas em entrevistas com membros da comunidade coreana, em trabalho de campo realizado no Brasil, no começo dos anos 2000 – a autora aponta para o estabelecimento de uma rota alternativa a partir da Bolívia, desde o início dos fluxos migratórios para o Brasil, na década de 1960 – devido à tentativa mal-sucedida de entrada no Brasil de uma delegação coreana, que vinha no âmbito de tratativas anteriores, nos primeiros anos de 1960.

The first illegal Korean migrants in Brazil were those brought by some members of the First Cultural Delegation after trying unsuccessfully to get them into Brazil legally. After trying to get some Korean migrants to a Brazilian agricultural estate, Iguape, Chi Hee Lee, part of the delegation, decided to take them via Bolivia. In Brazil, the Bolivian consulate signed an accord in which they would expedite the visa of Koreans to enter Bolivia via Brazil (BUECHLER, 2003:10)¹⁴⁰.

Dessa forma, desde o início do fluxo migratório para o Brasil, os coreanos estabelecem uma inserção paralela ilegal em território brasileiro, a partir de vistos de turista emitidos pelo consulado boliviano. Consideramos que, provavelmente, a conjuntura interna brasileira no período contribuiu para essas dificuldades de entrada que levaram ao estabelecimento das primeiras rotas clandestinas de coreanos no Brasil, a partir da Bolívia. Pois, durante todo o período inicial de estabelecimento de relações diplomáticas com a Coreia do Sul e de recebimento dos 5 grupos de imigrantes coreanos, o Brasil passava por um momento bastante tumultuado de sua história política: entre a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 e a posse de seu vice, João Goulart, em janeiro de 1963, transformava-se, provisoriamente, em república parlamentarista. E, depois da posse de Goulart, seguiu-se um período de grande agitação

Brasil. Segundo os dados de Lee Kyo Bom (1992) dos residentes coreanos na Argentina, entre 66 e 69, um a cada 3 coreanos era migrante da Coreia e o resto eram reemigrados do Paraguai. (...) A corrente de reemigrantes do Paraguai até a Argentina se dá com maior vigor entre 1968 e 1969, e mais tarde na década de 70. De 1970 a 1978 calcula-se que 2000 reemigraram para a Argentina” (MERA, s/data: 12, tradução própria).

¹⁴⁰ “Os primeiros imigrantes coreanos ilegais no Brasil foram aqueles trazidos por alguns membros da Primeira Delegação Cultural, depois de tentarem sem sucesso trazê-los pelas vias legais. Depois de tentarem trazer alguns migrantes coreanos para um estado agrícola brasileiro, Iguape, Chi Hee Lee, parte da delegação, decidiu trazê-los via Bolívia” (BUECHLER, 2003:10, tradução própria).

política, que trazia à tona as inúmeras insatisfações populares, fruto de um rápido e heterogêneo desenvolvimento industrial, que se aglomeraram em torno de um movimento popular, apoiado pelo presidente, para a realização das denominadas “Reformas de Base”.

Essas “Reformas de Base” seriam reformas estruturais da sociedade brasileira para, por um lado, diminuir a concentração fundiária no campo e, por outro lado, abarcar em condições mais humanas o enorme contingente de trabalhadores urbanos no bojo de um desenvolvimento industrial acelerado – proporcionado pelo Plano de Metas, durante o governo de Kubitschek, conforme vimos acima. Entretanto, as movimentações populares acabaram levando a um golpe militar, do general Castelo Branco em 31 de março de 1964. Nesse contexto, percebe-se uma considerável queda na taxa anual de crescimento do PIB que passou de 6,9% para 3,2%, no período, entre 1963-67, no âmbito do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado pelo governo de Castelo Branco.

A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em pólos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contendores até então mesclados em um pacto de classes. A luta que se desencadeia e passa para o primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. Pensar que nessas condições poder-se-iam manter os horizontes do cálculo econômico, as projeções de investimentos e a capacidade do Estado de atuar mediando o conflito e mantendo o clima institucional estável, é voltar ao economicismo: a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente (OLIVEIRA, 2003:92).

Dessa forma, as condições de inserção de imigrantes, em geral, na sociedade brasileira pareciam estar bastante desfavorecidas, principalmente, tendo em vista os acordos realizados em um momento tão vulnerável do Estado brasileiro e, conforme veremos no caso do projeto de imigração agrícola acordado pelos sul-coreanos com o Brasil, sem nenhuma possibilidade

de aplicação prática.

Em relação às características gerais desses primeiros imigrantes coreanos que se dirigiram para a América Latina no período, Mera (s/data) considera que apesar de residirem na Coreia do Sul, eram, em grande medida, norte-coreanos – fugidos da Coreia do Norte e sentindo-se hostilizados ou perseguidos na Coreia do Sul – e, provavelmente, já tinham se convertido para o cristianismo antes de emigrarem¹⁴¹. Na descrição abaixo, em que Mera destaca algumas características dos primeiros imigrantes coreanos que chegaram ao Brasil, note-se que se tratavam de católicos ou protestantes das classes médias urbanas.

En 1963 llegan al Brasil grupos de familias de militares descontentos con la política del gobierno y grupos de fieles protestantes, pertenecientes a la clase media urbana coreana y con un buen nivel educativo. Como había sido pautado por los gobiernos estas familias se instalarán en zonas agrícolas. Entre los últimos grupos que llegan en 1966 se encuentran unas 70 familias católicas que se establecerán en la Colonia Santa María en el Municipio de Tibagi (MERA, s/data:10)¹⁴².

De maneira geral, de acordo com Mera (s/data), apesar dessa imigração coreana inicial ter sido projetada para a inserção dos imigrantes coreanos nas zonas agrícolas do continente latino-americano em, praticamente, todos os casos – Bolívia, Brasil e Argentina, com exceção do Paraguai¹⁴³ – esses imigrantes mudaram-se, logo depois, para as capitais desses primeiros países de destino devido, principalmente, às suas origens urbanas, mas em muitos casos, às

¹⁴¹ Esse é um fator curioso e que infelizmente não poderemos abarcar nesta dissertação, mas a comunidade coreana em São Paulo é em sua maioria evangélica, o que se percebeu no trabalho de campo e bastante visível na proliferação de igrejas evangélicas coreanas no Bom Retiro - “(...) el hecho de que la mayoría de los primeros migrantes eran originarios de Corea del Norte, quienes por un lado eran más propensos al cristianismo, y por otro también eran más propensos a emigrar a causa de la discriminación que sufrían en el Sur” (MERA, s/data:8).

“(...) o fato de que a maioria dos primeiros migrantes eram originários da Coreia do Norte, que, por um lado, eram mais propensos ao cristianismo e, por outro lado, também eram mais propensos a emigrar devido a discriminação que sofriam no sul” (MERA, s/data:8, tradução própria).

¹⁴² “Em 1963 chegaram ao Brasil grupos de famílias de militares descontentes com a política do governo e grupos de fiéis protestantes, pertencentes a classe média urbana coreana e como bom nível educacional. Como havia sido determinado pelo governo, essas famílias se instalaram nas zonas agrícolas. Entre os últimos grupos que chegaram, em 1963, encontram-se umas 70 famílias católicas que se estabeleceram na Colonia Santa María, no município de Tibagi” (MERA, s/data:10, tradução própria).

¹⁴³ No Paraguai, a pequena inserção coreana concentrou-se nas zonas rurais.

péssimas condições em que se encontravam as propriedades adquiridas¹⁴⁴. Conforme relata Kim (2008), em relação à inserção dos imigrantes coreanos em território brasileiro, além do problema das condições precárias das terras compradas por esses primeiros fluxos de imigrantes sul-coreanos – mal localizadas, sem condições de cultivo e distantes de uma infraestrutura básica, em termos de saúde e educação – em alguns casos, as terras eram impróprias até para a moradia, o que levou esses imigrantes a assumirem muitos gastos extras nesse primeiro momento¹⁴⁵.

Além de possuírem a característica comum de concentrarem-se nas zonas urbanas, os imigrantes coreanos vindos para a América Latina – de acordo com os historiadores dessa imigração, citados acima – caracterizar-se-iam por apresentar uma forma de inserção sócio-econômica predominante bastante peculiar e comum aos países do continente latino-americano nos quais vão se estabelecer – desde os primeiros fluxos até os desenvolvidos a partir da década de 1970, como veremos adiante.

Essas características comuns à inserção dos imigrantes coreanos na América Latina

¹⁴⁴ “En el caso de los desplazamientos hacia América Latina en la década de 1960, el gobierno de Corea fomentó la “migración en grupo” de familias para establecerse em áreas rurales. Sin embargo, como veremos más adelante, estos grupos de asentamiento agrícolas no prosperaron. La razón fue que la mayoría de los migrantes nunca antes había practicado actividades agrícolas, tampoco habían tenido experiencias rurales (a pesar de que era uno de los requisitos para la emigración) y que se trataba de regiones poco desarrolladas, con infraestructura precaria y pocos servicios educativos y sanitarios. Por estas razones terminaron movilizándose hacia las zonas urbanas y grandes ciudades como San Paulo en Brasil, Asunción en Paraguay y Buenos Aires em Argentina, para dedicarse a actividades comerciales” (MERA, s/data:9).

“No caso dos deslocamentos para a América Latina na década de 1960, o governo da Coréia fomentou as ‘migrações em grupo’ de famílias para o estabelecimento em áreas rurais. Entretanto, como veremos adiante, esses grupos de assentamento agrícola não prosperaram. A razão é que a maioria dos migrantes nunca havia praticado antes atividades agrícolas, tampouco tiveram experiências rurais (apesar de ter sido um dos requisitos para a migração) e se tratavam de regiões pouco desenvolvidas, com infraestrutura precária e poucos serviços educativos e sanitários. Por essas razões acabaram por se deslocar para as zonas urbanas e grandes cidades como São Paulo, no Brasil, Assunção, no Paraguai e Buenos Aires, na Argentina, para dedicarem-se a atividades comerciais”(MERA, s/data:9, tradução própria).

¹⁴⁵ Cf. CHOI, 1991, GALETTI, 1996 e KIM, 2007. “Outras terras adquiridas por coreanos, na região de Capão Bonito, também em São Paulo, eram impróprias para a moradia e a agricultura: os insetos venenosos dominavam a área que, ainda por cima, era pantanosa. (...) Na época, o governo brasileiro chegou a comunicar o governo coreano que não iria mais permitir a imigração coreana devido ao fracasso do projeto inicial” (KIM, 2008:51).

seriam: concentração nos centros urbanos, concentração no setor de confecção a partir do estabelecimento de oficinas de costura ou lojas de venda de roupas, conformação de uma série de associações comunitárias, importância dos vínculos familiares no interior da comunidade e desenvolvimento de trajetórias de ascendência social e econômica nas sociedades de destino.

En cuanto a las características generales, es una migración familiar, en lo económico se concentran en la actividad textil. Cuentan con una red de solidaridad étnica muy fuerte, cuyas principales asociaciones se diferencian de acuerdo a las identidades que las articulan. (...) Podemos afirmar que la instalación en nuestro país mediante la construcción de esta red de sociabilidad, ha posibilitado a los residentes coreanos en Argentina un éxito considerable en cuanto a la inserción en las estructuras educativas, culturales y sociales en general (MERA, s/data:12)¹⁴⁶.

Em relação aos primeiros grupos de imigrantes coreanos que vieram para São Paulo – depois de um período inicial de estabelecimento nas zonas agrícolas arroladas acima – a literatura¹⁴⁷ destaca o fato de terem chegado bastante empobrecidos na cidade – boa parte tinha gasto todas as suas economias na tentativa frustrada de fixação no campo – e com pouquíssimo conhecimento da língua portuguesa, o que transformava suas qualificações, porventura, adquiridas na Coreia do Sul, de pouca utilidade para a inserção no mercado de trabalho local. Nesses momentos iniciais, se estabeleceu na Rua Conde de Sarzedas, no bairro da Liberdade, reduto de imigrantes japoneses, em um local que passou a chamar-se “Vila Coreana” – caracterizado pelos aluguéis baratos e proximidade das áreas centrais da cidade¹⁴⁸. Note-se que, apesar das rivalidades históricas entre coreanos e japoneses, devido à longa

¹⁴⁶ “Quanto às características gerais é uma migração familiar e economicamente se concentra na atividade têxtil. Contam com uma rede de solidariedade étnica muito forte, cujas principais associações se diferenciam de acordo com as identidades que as articulam. (...) Podemos afirmar que a instalação em nosso país mediante a construção dessa rede de sociabilidade tem possibilitado aos residentes coreanos na Argentina um êxito considerável quanto à inserção nas estruturas educativas, culturais e sociais em geral” (MERA, s/data:12, tradução própria).

¹⁴⁷ Cf. TRUZZI, 2001; GALETTI, 1996, KIM, 2008, CHOI, 1998 e BUECHLER, 2003.

¹⁴⁸ Cf. GALETTI, 1996 e TRUZZI, 2001

ocupação japonesa da península coreana, a escolha era considerada melhor do que a inserção em outros locais da cidade, pois facilitava a adaptação inicial dessa comunidade de imigrantes tão diferentes da população brasileira¹⁴⁹.

Como é possível entrever na manchete abaixo citada por Choi, de 1971, a inserção nessa Vila não só era precária do ponto de vista econômico, mas socialmente reprovada pela sociedade brasileira por se vincular também às atividades ilícitas e informais nas zonas centrais da cidade.

A situação do bairro coreano em São Paulo parecia um verdadeiro inferno, com péssimas condições higiênicas, dominado pela prostituição, pelo crime e pela pobreza (manchete de jornal de 1973, citado por CHOI, 1991:98).

Nessas circunstâncias precárias iniciais, de chegada e moradia na cidade, em que à condição de pobreza inicial, somavam-se: o não domínio da língua portuguesa e a falta de qualificações mais específicas, a alternativa de inserção econômica encontrada enquanto estratégia de sobrevivência imediata foi a prática do “bendê” (venda ambulante, a domicílio), realizada pelas mulheres coreanas¹⁵⁰, a princípio, de objetos trazidos da Coreia.

Todos os dias, em São Paulo, por volta das dez horas da manhã, centenas de 'fusquinhas' saíam da Rua Conde de Sarzedas, pegando as mais diferentes direções. Maridos ao volante e esposas, ao lado, com sacolas carregadas de mercadorias. Objetivo: vender de porta em porta (GALETTI, 1996:138).

E, a partir de então, tendo em vista as possibilidades abertas pelo início do comércio

¹⁴⁹ “A localização dos coreanos no seio do bairro dos japoneses significava facilidades tanto em termos de comunicação, quanto no que se refere a usufruir dos benefícios de se passar por anônimo, perante a sociedade nativa, misturando-se a uma comunidade mais antiga e já adaptada. Esse último ponto foi muito importante para atenuar possíveis choques culturais” (TRUZZI, 2001:8).

¹⁵⁰ “(...) essas moças, mesmo sem falar português corretamente, batiam de porta em porta vendendo roupas típicas, perucas importadas da Coreia e até objetos pessoais” (KIM, 2008:56).

ambulante¹⁵¹, esses coreanos iniciam uma atividade de produção de roupas domiciliar para a continuação dessa venda ambulante. Note-se que, de acordo com a literatura citada, aliadas às condições precárias de vida, esses imigrantes coreanos passaram a desenvolver um processo de trabalho intenso e exaustivo. Processo de trabalho, inclusive, muito parecido com aquele que será implementado nas oficinas de costura que passaram a utilizar a força-de-trabalho boliviana, conforme descrições apresentadas na introdução e como é possível entrever no trecho abaixo, sobre os resultados da pesquisa de Truzzi a respeito da comunidade coreana, naquele período.

O espírito competitivo vigente na colônia reservava aos imigrantes uma primeira fase de sacrifícios intensos, relacionados a longas jornadas, ao engajamento de toda a família – dos mais jovens aos mais idosos –, a uma pauta de despesas mínimas que possibilitasse acumular certo capital. 'Revezávamo-nos sobre duas máquinas de costura, que trabalhavam continuamente, 24 horas por dia', recorda-se um dos entrevistados. (TRUZZI, 2001:9).

Nesse primeiro momento de inserção no setor têxtil paulistano, os imigrantes coreanos se inseriram no que Kontic (2001) vai denominar de “cadeia de carregaço”, que seria uma espécie de circuito subterrâneo de confecção e comercialização de roupas para o mercado popular. De acordo com o autor, essa cadeia teria sido inicialmente estabelecida por migrantes do nordeste brasileiro, constituindo-se, nesse período, na “porta de entrada” de diversos empresários e firmas que evoluíram para outros tipos de produto e configurações, graças à

¹⁵¹ “It was only in 1968 that they started manufacturing clothes when they run out of clothes brought from Korea. At that time, they realized that they could hire their compatriots cheaply and that language was not going to be a major obstacle. Others at same time became wholesale vendors, food caterers and jewelers. Many went from one activity to another in search of profitable business” (BUECHLER, 2003:12).
“Foi apenas em 1968 que eles começaram a manufaturar roupas quando as roupas trazidas da Coréia acabaram. Nesse momento, eles perceberam que poderiam contratar seus compatriotas a um preço mais barato e que a língua não seria um grande obstáculo. Outros no mesmo período viraram vendedores, fornecedores de comida e joalheiros. Muitos foram de uma atividade a outra em busca de negócios mais vantajosos” (BUECHLER, 2003:12, tradução própria).

acumulação primária de capital e de aprendizado comercial e industrial gerado nesse espaço (KONTIC, 2001:49).

Dessa forma, em relação a essa inserção coreana na cidade de São Paulo em seus momentos iniciais, note-se que foi marcada pela precariedade: de moradia e de trabalho – dificultado ainda mais pelo não conhecimento da língua portuguesa. Essa inserção deu-se em um contexto político e econômico muito específico – e, certamente, não previsto pelo governo sul-coreano que deveria ter a imagem do Brasil, do “progresso”, a partir do Plano de Metas, do governo Kubitschek – em que o país passava pela primeira importante mobilização social nos termos de um sistema capitalista de produção mais consolidado e que acabou culminando em uma resposta repressiva das elites políticas, com o estabelecimento de um regime ditatorial e a entrada em um processo de desaceleração de seu crescimento econômico até então vultoso.

Nesse sentido, é interessante notar que, do ponto de vista econômico, apesar de, no período mais amplo, entre 1950-1980, tanto a Coréia do Sul quanto o Brasil apresentarem o mesmo crescimento médio do PIB, de 6,5% ao ano. O Brasil, no período imediatamente anterior ao início dos fluxos, apresentava taxas de crescimento maiores do PIB, entre 1950 e 1962: enquanto o Brasil apresentava uma taxa média de crescimento do PIB de 6,9% ao ano, na Coréia do Sul, o PIB crescia a 4,9%. E, no momento de recepção inicial dos imigrantes coreanos, o Brasil, entre 1963 – 1967, apresentava uma queda no ritmo de crescimento do PIB, indo para uma taxa média de 3,2% ao ano, enquanto a Coréia do Sul, atingia, no período mais amplo, entre 1963 e 1971, uma taxa de crescimento de 8,8% – o que significa que, diferentemente, dos resultados atingidos pela Bolívia, que possuía condições iniciais relativamente parecidas com a Coréia, a ação estatal no sentido de promoção do desenvolvimento econômico da Coréia do Sul, começava, rapidamente a mostrar resultados

positivos.

* * *

Diante do quadro delineado, ao longo do capítulo, em torno dos “contextos de expulsão” e “contextos de recepção” dos fluxos migratórios de bolivianos e coreanos durante a conformação dos seus percursos iniciais para a cidade de São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1970, percebe-se o estabelecimento de “causas originais” diversas daquelas encontradas nas investigações que deram corpo aos modelos macro-analíticos apresentados no início da seção – de “atração e repulsão”, relações “centro e periferia” e aqueles que focalizam os fluxos migratórios estabelecidos em torno dos fluxos financeiros de investimento e os processos de reestruturação produtiva, conforme abordado na introdução.

No caso dos dois fluxos migratórios – a partir dos indicadores gerais de desenvolvimento econômico, rural e urbano dessas economias, apresentados ao longo do capítulo – é possível vislumbrar, tendo em vista os modelos neo-clássicos de “atração e repulsão”, a hipótese de conformação de um processo de transferência de força-de-trabalho entre uma economia menos produtiva (a Bolívia ou a Coreia do Sul) para uma economia em pleno desenvolvimento de suas forças-produtivas (o Brasil).

Entretanto, note-se que, primeiramente, em relação ao caso da Bolívia, apesar de tratar-se de uma economia pouco produtiva e, naquele momento inicial, ainda bastante agrícola, apresentava baixas taxas de densidade demográfica – como, inclusive, apresenta até hoje, constituindo-se em uma das mais baixas da América Latina¹⁵². Dessa forma, consideramos, na

¹⁵² Em 1985, a Bolívia apresentava uma densidade demográfica de 5,3 habitantes por Km², enquanto o Brasil, na época, apresentava uma densidade de 15,9 habitantes por Km². No final do século XX, a Bolívia tinha chegado a 7,5 habitantes por Km², apresentando um ritmo de crescimento de 2,74% ao ano, de acordo com os dados da FNUAP, citados por Pereira (2004:31).

mesma linha argumentativa da perspectiva sociológica apresentada na primeira seção, que, provavelmente, se não fosse a intervenção do Estado boliviano no sentido de liberar uma parte importante da força-de-trabalho ligada a terra, esse fluxo para a cidade de São Paulo, dificilmente, se conformaria dessa maneira, apesar das diferenças de desenvolvimento econômico entre os países e das possibilidades reais de inserção sócio-econômica na capital paulistana dos imigrantes bolivianos que se punham em movimento para esse destino, no período.

Em relação ao fluxo coreano, a despeito das configurações econômicas que pareciam, a princípio, propícias na sociedade de destino, a ação do Estado sul-coreano foi ainda mais incisiva e, nesse caso, muito mais importante, para a conformação dessa rota até a América Latina – considerando-se, principalmente, a distância geográfica e diferença lingüística entre os dois países.

Note-se que, apesar da presença da ação estatal ter tido um papel determinante na conformação dos trajetos iniciais dos imigrantes coreanos e bolivianos para São Paulo, assim como nos modelos sociológicos apresentado na primeira seção. Ao contrário das relações de tipo “centro e periferia” – que, se transferidas para o caso em foco, nos levaria a supor a existência de uma ação estatal brasileira anterior, que a partir de interesses específicos tivesse iniciado um contato, de dominação ou exploração, nas sociedades de origem dos fluxos – perceberíamos a predominância da iniciativa estatal das sociedades de origem desses fluxos. Uma iniciativa presente tanto nas origens últimas de tais fluxos – frutos dos processos de modernização dessas sociedades a partir de seus Estados Nacionais – quanto no direcionamento de parte desses imigrantes para o Brasil. Nesse sentido, destaque-se, no caso da Bolívia, a iniciativa do governo boliviano de realização de convênios de intercâmbio

cultural com as universidades e institutos educacionais brasileiros. E, no caso da Coréia do Sul, o estabelecimento de acordos bilaterais para emigração da população sul-coreana.

É interessante notar que, apesar desses fluxos migratórios de coreanos e bolivianos terem se constituído em um momento muito específico e semelhante em suas sociedades de origem, vinculados aos momentos iniciais do desenvolvimento industrial de suas economias, fazendo parte de um movimento emigratório mais amplo e diversificado – que, teve, São Paulo, Buenos Aires e, mesmo, a própria Bolívia como destino comum – sua forma de inserção inicial nesses contextos urbanos foi bastante diferente.

Em relação aos fluxos migratórios de bolivianos para a cidade de São Paulo, que traziam para a capital paulistana imigrantes de qualificação mediana, de fácil inserção no mercado de trabalho local, em boa parte do período, um momento de auge de seu desenvolvimento industrial, percebe-se, enquanto tendência possível nessa inserção inicial, a conformação de trajetórias de inserção relativamente estáveis e que reproduziam, em muitos sentidos, as trajetórias dos trabalhadores brasileiros de nível médio inseridos no mercado de trabalho local no mesmo período: uma inserção profissional em poucos e duradouros trabalhos durante a vida e que possibilitaria, com a devida economia familiar, a aquisição da casa própria e um carro para a família. Nesse sentido, a trajetória relatada do imigrante boliviano Pablo, conforma-se como uma trajetória paradigmática desse tipo de inserção estável, amplamente estudada a partir das pesquisas da Escola de Chicago nos estudos sobre as formas e modalidades de “assimilação” dos imigrantes ao espaço urbano das sociedades de destino, conforme comentado na introdução. Note-se também que esses imigrantes bolivianos dos fluxos iniciais para a capital paulistana delinearam uma inserção profissional no mercado de

trabalho local diversificada que parece não apresentar, a princípio¹⁵³, uma concentração expressiva, facilmente perceptível.

Os fluxos migratórios de coreanos que vieram para São Paulo, diferentemente, apresentaram uma inserção inicial em um lugar determinado da cidade e em torno de um mesmo tipo de atividade, entretanto, bem mais precária, marcada pela instabilidade e, desde o início a ilegalidade de muitos desses imigrantes.

Nós morávamos como refugiados durante o período da guerra. Ninguém se preocupava com a higiene. As pessoas só se preocupavam com o ganho do dinheiro. Não tinha armário, nem tinha cama. As roupas eram guardadas em malas de pano. Parece que nós estávamos sempre prontos para, a qualquer momento, mudar para outro lugar (depoimento de uma ex- moradora da Vila Coreana citado por CHOI,1991:98) .

Nesse sentido, o depoimento acima, citado por Choi (1991) – de uma ex-moradora da Vila Coreana, que veio para o Brasil nesses primeiros fluxos – é bastante emblemático da situação existencial envolvida nessa inserção coreana inicial na cidade de São Paulo e que contrasta bastante com os trechos do depoimento de Pablo, arrolados acima, imigrante boliviano que viera para São Paulo, em 1972, em torno de uma década depois.

As informações sistematizadas até o momento sobre os fluxos migratórios de coreanos e bolivianos para São Paulo, durante seu primeiro período de inserção na cidade – entre 1950 e meados da década de 1970 – delineiam um quadro em que os fluxos emigratórios a partir desses países não se dirigiram nem exclusivamente e nem principalmente para o Brasil. Nesses

¹⁵³ De qualquer forma, note-se que a questão das origens e inserções profissionais desses imigrantes bolivianos nesses primeiros anos de inserção merece ser melhor investigada, pois provavelmente, encontraremos alguns padrões, mas, mesmo assim, isso não invalida o argumento de que tratava-se de uma inserção muito mais diversificada. Entre os bolivianos mais velhos conhecidos ou citados em conversas: encontrei advogados, enfermeiras e as várias profissões citadas por Pablo, que seus irmãos seguiram.

momentos iniciais, a cidade de São Paulo era um dos destinos migratórios possíveis, mas nem sempre o preferido por migrantes bolivianos e coreanos que saíam de suas sociedades de origem em um momento de importantes transformações de suas estruturas produtivas – que, entre outras coisas, provocaram esses expressivos movimentos demográficos internos e internacionais – dinamizados a partir da ação, naquele momento, expressiva, de Estados Nacionais autoritários.

Por seu turno, o Brasil – que já fora conhecido como um dos importantes receptores de imigrantes do continente latino-americano, principalmente, durante os séculos XIX e início do século XX – desenvolvia, desde o período Vargas, uma posição mais reticente em relação ao recebimento de fluxos imigratórios internacionais, devido, principalmente, às motivações políticas vinculadas às especificidades do período e à necessidade de proteção do trabalhador nacional em relação à competição estrangeira. Apesar dessa postura política em relação aos fluxos migratórios internacionais, aliada a um arrefecimento mesmo desses fluxos, desde a década de 1930¹⁵⁴, o período entre as décadas de 1950 e 1970, representaram momentos importantes do desenvolvimento industrial brasileiro, especialmente, da Região Metropolitana de São Paulo, transformando essa região em um pólo atrativo para o trabalho de emigrantes provenientes de países como a Coreia do Sul e a Bolívia – que, de maneiras diversas, ainda encontravam-se no início de seu desenvolvimento e consolidação de um mercado interno capitalista.

No próximo capítulo, sobre as origens do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento das oficinas e lojas coreanas, veremos como essas configurações iniciais são completamente transformadas tendo em vista, principalmente, os

¹⁵⁴ Note-se, conforme comentado acima, que a partir, principalmente, de 1950, a população brasileira passou a ser considerada, nas análises demográficas, como “fechada”.

desdobramentos, depois de uma década, dos processos de industrialização e modernização das estruturas sociais e econômicas da Bolívia e Coreia do Sul – iniciados concomitantemente ao início dos fluxos investigados – conformando as condições históricas necessárias para o advento do circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana, em foco nesta dissertação.

AS ORIGENS DE UM CIRCUITO DE SUBCONTRATAÇÃO TRANSNACIONAL NO SETOR DE CONFECÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Hoje, a migração, em muitos casos, não é um processo linear, mas feita de desvios, retornos, idas e vindas. A multiplicação dos lugares na migração não é aleatória, constitui ou acaba formando uma estratégia, na qual os espaços são considerados como recursos, num processo cumulativo. A circulação dos indivíduos e de bens e informações que lhes são associados, em diferentes espaços articulados entre si, criam uma dinâmica territorial complexa. (...) A multiplicação dos espaços alimenta estratégias migratórias onde o espaço representa um recurso e a circulação uma estratégia que visa organizar espaços migratórios complexos (BAENINGER & SOUCHAUD, 2007:4).

Neste capítulo, abordaremos as condições históricas específicas a partir das quais o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana pôde se constituir na cidade de São Paulo. Ou seja, as circunstâncias envolvidas em torno do momento em que se constitui um fluxo migratório de bolivianos, que passa a se direcionar diretamente para o trabalho em oficinas de costura e lojas estabelecidas por outra comunidade de imigrantes, os coreanos, na cidade de São Paulo.

Tendo em vista, mais especificamente, o fato de um circuito de subcontratação transnacional ser uma variação de um fenômeno migratório, considera-se que estaria sujeito ao mesmo tipo de condição de existência que os outros fenômenos migratórios, discutidos de maneira geral no primeiro capítulo, a despeito das especificidades internas conformadas nesse tipo de fluxo, a serem abordadas no terceiro capítulo. Nesse sentido, o circuito de subcontratação em foco, se constituiria a partir de condições específicas estabelecidas nos

“contextos de expulsão” da força-de-trabalho a ser posta em circulação, na Bolívia, e nos seus “contextos de recepção” que, nesse caso, diriam respeito às configurações dos negócios dos imigrantes coreanos na cidade de São Paulo, a partir dos quais essa força-de-trabalho seria primeiramente mobilizada.

Destaque-se que algumas importantes condições gerais para a constituição posterior desse circuito de subcontratação, do ponto de vista dos “contextos de recepção”, já tinham começado a se delinear nos momentos iniciais de inserção da comunidade sul-coreana no continente latino-americano. Pois, conforme vimos no primeiro capítulo, desde os primeiros anos da década de 1960, estabeleceram-se: a inserção dos coreanos no setor de confecção de alguns centros urbanos, destacando-se São Paulo e Buenos Aires e as rotas, pelos coreanos, para a entrada clandestina no Brasil, a partir da Bolívia e, para a entrada clandestina na Argentina, a partir do Paraguai. Dessa forma, além da entrada no setor de confecção, percebem-se, nesses momentos iniciais, os primeiros delineamentos de rotas pelos coreanos que seriam, posteriormente, amplamente mobilizadas na circulação da força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas e lojas coreanas nos centros urbanos de destino dessas rotas.

Entretanto, do ponto de vista da comunidade boliviana, a principal população envolvida no circuito em foco, até a década de 1970, delineava-se uma migração internacional mais qualificada ou estudantil e, muitas vezes, motivada por questões políticas, tendo em vista os momentos de turbulência que a Bolívia passou nesse período, conforme vimos no primeiro capítulo. Ou seja, os imigrantes postos em circulação internacional no período, pela Bolívia, não conformavam o perfil clássico do trabalhador boliviano ligado ao ramo da costura, conforme descrito na introdução, de baixas qualificações, jovem e em condições precárias de

circulação e inserção na cidade. As condições históricas para a emergência desse tipo de trabalhador – enquanto trabalhador livre para se inserir em um circuito de trabalho que implica um movimento de migração internacional – a partir da Bolívia e em grandes quantidades, conformaram-se a partir da década de 1980, quando uma série de crises naturais e uma recessão econômica profunda passam a desenrolar-se nesse país, em meio a implementação de medidas neo-liberais para o saneamento do sistema financeiro boliviano.

Do ponto de vista dos “contextos de recepção” posteriores à década de 1970, ou seja, em relação às configurações dos negócios coreanos na capital paulistana no período, considera-se que os desdobramentos vinculados ao novo perfil de imigrantes coreanos postos em circulação – da mesma forma como no caso boliviano, mas no sentido oposto – em um momento de grande desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, foram essenciais para o redimensionamento das atividades econômicas desses imigrantes no setor de confecção, pois colocaram em circulação coreanos capitalizados para investir em pequenos negócios, muitas vezes, iniciados por familiares que vieram nos primeiros grupos. Pois, até então, em sua grande maioria, as atividades desses coreanos na cidade de São Paulo não passavam de uma produção de roupas de proporções bastante modestas, para o comércio ambulante ou abastecimento de confecções de outras comunidades de imigrantes, que disputavam espaço e fornecedores com os migrantes nordestinos – mobilizadores originais desse que passou a se denominar “circuito de carregação” do setor de confecção paulistano, conforme desenvolvido no primeiro capítulo.

Considera-se, portanto, que, a partir dessas configurações iniciais – inclusive, muito parecidas com aquelas estabelecidas por outras comunidades de imigrantes na cidade de São

Paulo¹⁵⁵ e em outros centros urbanos do capitalismo mundial, desde, pelo menos, o início do século XX – é possível entrever, no máximo, a formação de um circuito de subcontratação local, de proporções tão precárias quanto os negócios que pretende abastecer, mas não um circuito de subcontratação de força-de-trabalho de dimensões transnacionais.

Nesse sentido, consideramos que os contextos de “expulsão” e “recepção” diretamente vinculados à formação do circuito de subcontratação transnacional em foco, desenvolveram-se, a partir da década de 1970, tendo em vista, por um lado, os desdobramentos econômicos auspiciosos dos programas de desenvolvimento econômico implementados pela Coreia do Sul e, por outro lado, o contexto recessivo desencadeado na Bolívia que acabou por estabelecer uma trajetória de desenvolvimento praticamente oposta à sul-coreana. Para a exposição desse argumento, o capítulo será dividido em 3 seções:

- i) os “contextos de expulsão” na Bolívia: as circunstâncias sócio-econômicas que possibilitaram que, no país de menor densidade demográfica da América Latina, se constituísse um enorme “exército de reserva” de força-de-trabalho que pôde ser mobilizado pela empreitada coreana no setor de confecção paulistano e, conforme veremos, também em Buenos Aires.
- ii) os percursos migratórios: de coreanos no interior da América Latina, principalmente, a partir de fins da década de 1970, tendo em vista as mudanças pelas quais passavam os contextos sócio-econômicos da Coreia do Sul e desses países no continente latino-americano para onde se dirigiram nesse momento.

¹⁵⁵ Conforme avalia Truzzi: “Provavelmente, os judeus, ao chegarem ao Bom Retiro nos anos 20 e 30, submeteram-se a regimes de trabalho igualmente exaustivos, em que também muitas vezes tiveram que engajar seus filhos no negócio da família. Ocorre, contudo, que nos anos 70, transcorridas já algumas décadas desde a chegada do grupo, muitos já não estavam mais dispostos a isso (provavelmente também porque não mais precisassem). Nessa situação é que os coreanos são vistos como praticamente imbatíveis” (TRUZZI, 2001:16).

iii) “os contextos de recepção” que engendraram o circuito: as configurações dos negócios coreanos, especialmente, a partir da década de 1970, em sua inserção no setor de confecção da cidade de São Paulo, tendo em vista destacar as especificidades de sua forma de produção e comercialização concorrentes para o engajamento desses negócios nesse tipo de atividade de subcontratação transnacional.

Contextos de origem da força-de-trabalho boliviana para o circuito

O fluxo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo, ligado mais diretamente ao circuito de subcontratação para o abastecimento de pequenas oficinas de costura informais, inicia-se, principalmente, a partir da metade da década de 1980, conforme aponta Silva (1997), em um contexto de extrema recessão econômica – quando os recursos emprestados pelos Estados Unidos, durante a década de 1970, e que possibilitaram um pequeno desenvolvimento econômico da Bolívia, se converteram em uma gigantesca dívida externa. E em um momento marcado pela turbulência política, principalmente, em torno do famoso “Golpe da Cocaína”, de Luís García Mesa, em 1980, que provocou um índice enorme de assassinatos realizados pelo exército e órgãos de repressão política – em 13 meses, foram assassinadas mais de mil pessoas nessas circunstâncias¹⁵⁶.

A retomada da via democrática no país, já em 1982¹⁵⁷, com a eleição de Hérnan Siles Suazo inaugura, depois de dar os primeiros sinais nos anos anteriores, um dos períodos recessivos mais pesados da história econômica boliviana, que levou o país a atingir uma taxa inflacionária anual de mais de 20 mil por cento¹⁵⁸, considerada uma das taxas mais altas da

¹⁵⁶ “As marcas do governo de Mesa foram a parceria com o narcotráfico, a corrupção generalizada, os atentados aos Direitos Humanos e a crise econômica. O ditador mirava-se no exemplo de Augusto Pinochet e tinha planos para ficar no poder por 20 anos” (BARBOSA, 2008:33).

¹⁵⁷ “O descalabro administrativo num governo que se misturava com as quadrilhas do tráfico, a crise econômica provocada pelo desvio de recursos públicos, a revolta de um povo cansado da humilhação e da miséria num país tão rico, tudo isso, mais uma vez, obrigou o todo poderoso general a renunciar ao poder” (BARBOSA, 2008:34).

¹⁵⁸ “A partir de 1980, se da inició a una de las crisis más agudas de la historia boliviana. Para 1985, una crisis fatal envolvía a la economía y a la sociedad boliviana. Recesión, deuda externa, baja productividad, desequilibrio fiscal, emisión inorgánica, pérdida del poder adquisitivo de salarios, caída de las materias primas, inflación etc, se daban juntos en un país que parecía iba a desaparecer” (PEREIRA, 2004:52). “A partir de 1980, inicia-se uma das crises mais agudas da história boliviana. Para 1985, uma crise fatal envolvia a economia e a sociedade boliviana. Recessão, dívida externa, baixa produtividade, desequilíbrio

história da economia. Situação que se agrava com os desastres naturais, de 1982 e 1983, provocados pelo fenômeno do “El Niño” e que levaram a secas importantes na região do altiplano, com perdas nos setores agrícolas e pecuários que chegaram a 80% da produção, afetando, principalmente, os departamentos de Potossi, Oruro, Cochabamba e Chuquisaca, nos quais se concentrava, na época, de acordo com Pereira (2004), em média, 74% da população boliviana. E, na parte oriental do país, onde ocorreu o desencadeamento de uma série de desastres provocados por chuvas intensas e transbordamento dos rios. Circunstâncias que, conforme destaca Pereira (2004), levaram a importantes processos de migração interna¹⁵⁹.

Em 1985, Victor Paz Estenssoro, que levou adiante um plano de modernização do estado boliviano na década de 1950, conforme vimos no primeiro capítulo, é eleito novamente e inicia-se a denominada “nova política econômica”, com a aplicação de um Programa de Ajuste Estrutural – PAE, elaborado pelo FMI, a partir do Decreto Supremo 21060 de 29 de agosto de 1985, com o intuito de frear a hiperinflação e reativar o aparato produtivo, com a implementação de uma “verdadeira” economia de livre mercado. Nesse sentido, foram tomadas as seguintes medidas: liberalização dos preços e salários, dolarização da economia, abertura total ao comércio exterior, “relocalização” dos trabalhadores e transferência das atividades econômicas estatais rentáveis a empresas privadas¹⁶⁰.

Apesar de todas essas medidas e circunstâncias naturais terem significado uma

fiscal, perda do poder aquisitivo dos salários, queda das matérias primas, inflação etc, se davam juntos em um país que parecia que iria desaparecer” (PEREIRA, 2004:52, tradução própria).

¹⁵⁹ “Las secuelas económicas en baja producción, pérdida de tierras por erosión o anegadas, pérdida de cosechas, de reservas, de las propias semillas que fueron consumidas por los campesinos, de infraestructura caminera, baja en la suficiencia alimentaria etc ligadas a las incidencias en la salud, morbilidad, empleo, ingresos, dieron lugar pues a una fuerte migración interna” (PEREIRA, 2004:69).

“As sequelas econômicas em baixa produção, perda de terras por erosão ou alagadas, perda de colheitas, de reservas, das próprias sementes que foram consumidas pelos campesinos, de infraestrutura rodoviária, baixa suficiência alimentar etc ligadas a incidências na saúde, mortalidade, emprego, rendimentos, deram lugar, portanto, a uma forte migração interna” (PEREIRA, 2004:69, tradução própria).

¹⁶⁰ Cf. PEREIRA, 2004; GUEVARA, 2004 e BARBOSA, 2008.

diminuição substancial da qualidade de vida dos cidadãos bolivianos e fluxos migratórios importantes, dentre elas, a medida que parece ter tido maior impacto nesse sentido foi a denominada “relocalização”. Essa medida, que era empregada com o argumento da necessidade de criar um mercado de trabalho mais substancial para que os efeitos da livre concorrência pudessem se manifestar, em um país de baixa densidade demográfica, significou a demissão imediata de milhares de trabalhadores bolivianos dos centros mineiros e indústrias públicas e privadas que, de acordo com Pereira (2004), somaram em torno de 150 mil demissões – o que, multiplicando-se, pelo menos, por 5 (o número médio de pessoas por família)¹⁶¹, chega-se a um total de cerca de 750 mil pessoas sem meios de subsistência mínimos de uma hora para outra e que tinham, pelo menos, duas opções: ou se inseriam na informalidade ou migravam. Tais circunstâncias levaram a uma taxa de migração interna anual, entre 1987 e 1992, de mais de 100 mil bolivianos por ano, em uma população que, naquele período, era de seis milhões e meio de habitantes¹⁶².

Essas circunstâncias – os desastres naturais nas zonas rurais¹⁶³ e a aplicação de uma política econômica neo-liberal – foram responsáveis pelo adensamento e diversificação dos fluxos emigratórios da Bolívia que, apesar de continuarem se dirigindo para a Argentina (principal destino dos emigrantes bolivianos desde o século XIX), se dirigiram, principalmente, durante as décadas de 1980 e 1990, para o Peru e a Venezuela, dentro da América Latina, e para os Estados Unidos, países da União Européia – principalmente, Itália e

¹⁶¹ Mínimo pois as famílias bolivianas costumam ser bastante extensas.

¹⁶² “(...) es decir más de 100 mil bolivianos/año que abandonaram tierras, familias, bienes adquiridos, parientes, costumbres, cultura e identidad” (PEREIRA, 2004:89).

“(...) ou seja, mais de 100 mil bolivianos por ano que abandonaram terras, famílias, bens adquiridos, parentes, costumes, cultura e identidade” (PEREIRA, 2004:89, tradução própria).

¹⁶³ Note-se que a situação na zona rural boliviana é, independente dos desastres naturais bastante alarmantes. De acordo com um mapa da pobreza de 1993, citado por Pereira (2004:119), a pobreza rural atingia naquele ano 95% da população do campo e que se expressa, entre outras coisas, no fato de que 93,5% dos lugares não tem energia elétrica e 93,7% das casas não possui água encanada.

Espanha – e também Israel, Japão e Austrália, de acordo com os dados do SIMICA (s/data). Atualmente, calcula-se que cerca de 20% da população boliviana viva fora de seu país¹⁶⁴.

Em relação aos fluxos migratórios de bolivianos que vieram para São Paulo a partir da década de 1980, percebe-se uma inflexão quantitativa¹⁶⁵ e qualitativa no perfil desses imigrantes. Esses fluxos passaram a ser compostos, principalmente, por ex-trabalhadores das minas e fábricas bolivianas, geralmente jovens e com baixas qualificações e que se dirigiam, em sua grande maioria, para o trabalho como costureiros em um circuito de subcontratação ligado ao abastecimento de lojas e oficinas, a princípio, de imigrantes coreanos¹⁶⁶. De acordo com os dados da Fundação Bolívia, citados por Evanize Sydow (2003), além do trabalho como costureiro, os imigrantes bolivianos que chegaram a partir desse período também se inseriram enquanto domésticas, vendedores ambulantes, pedreiros e carpinteiros.

Os imigrantes bolivianos que fazem parte desse circuito de subcontratação se inseriram e se inserem, nesse circuito, desde a própria Bolívia, no trabalho como costureiros no setor de confecção da capital paulistana – conformando uma espécie de “cadeia migratória”, conforme abordado na introdução. E conforme pudemos verificar no trabalho de campo, a ser abordado no terceiro capítulo, essa espécie de “cadeia migratória” conformada em torno de um circuito de subcontratação não se restringe a São Paulo, estendendo-se, pelo menos, até Buenos Aires,

¹⁶⁴ “La migración internacional de bolivianos desde los años '80 há aumentado en forma exponencial, se calcula que por lo meno un 20% de la población boliviana actualmente vive en el extranjero”. (MARZADRO, 2007:20).

“A migração internacional de bolivianos desde os anos 80 têm aumentado de forma exponencial, calcula-se que pelo menos 20% da população boliviana viva atualmente no estrangeiro” (MARZADRO, 2007:20, tradução própria).

¹⁶⁵ Apesar da dificuldade para precisar o número de imigrantes, considerando que são indocumentados, percebe-se um importante aumento no fluxo. Por exemplo, pelos dados do censo, citados em Kadluba, 2007: em 1980, foram registrados 3213 bolivianos, em 1991, 4525 bolivianos e em 2000, 7722 bolivianos. Uma outra forma de verificar este aumento expressivo, de acordo com Cymbalista e Xavier, 2007, seria através dos registros da Polícia Federal que, em 1995, registrava 255 bolivianos e, em 1999, 17897 bolivianos.

¹⁶⁶ BUECHLER, 2003, SILVA, 1997 e 2003, ETC

em que encontraríamos circunstâncias muito parecidas de inserção no setor de confecção, inclusive, a partir de padrões coreanos.

Em pesquisa realizada no acervo eletrônico dos jornais argentinos “El Clarin” e “La Nacion”, por exemplo, encontramos descrições como as que se seguem, do início do ano 2000, sobre a operação denominada Coreatown realizada pela polícia argentina– em que além das condições precárias para a realização do trabalho, são estabelecidas, muitas vezes, relações de trabalho configuradas como trabalho escravo (confinamento de pessoas para o trabalho sem pagamento).

La DGI detectó a un grupo de empresarios de origen oriental dedicados al rubro textil que bajaron el denominado costo argentino pagando salarios de hambre en forma ilegal. Estos emprendimientos montaron 80 talleres clandestinos de confección en la zona del Bajo Flores en los cuales empleaban, en condiciones de servidumbre, a cerca de 800 inmigrantes ilegales, en su mayoría de origen boliviano e peruano. Descubrimos que les pagaban salarios de 3 a 5 pesos por día, por una jornada de 14 horas diarias, sin descanso, precisó Guillermo Farias, subdirector general de operaciones de la DGI. (...) Los inspectores de la DGI que descubrieron esta forma de explotación notaron que la mayoría de ellos funcionaban ocultos en casas de familia. (...) Los funcionarios detectaron que el régimen laboral se podía calificar, como vulgarmente se dice, de cama caliente. Es decir: obreros que casi duermen de pie en sus puestos de trabajo. No es la primera vez que se descubren este tipo de ilícitos. Estimaciones del Ministerio de Trabajo señalan que unos 250.000 de los inmigrantes ilegales que llegan de países limítrofes e Perú esta empleada en negro (Clarín, 22 de febrero de 2000)¹⁶⁷.

¹⁶⁷ “A DGI detectou um grupo de empresários de origem oriental dedicados ao “vermelho têxtil” que baixaram o denominado custo argentino pagando salários de fome de forma ilegal. Esses empreendimentos montaram 80 oficinas de costura ilegais na zona do bairro Bajo Flores, nas quais empregavam, em condições de servidão, cerca de 800 imigrantes ilegais, em sua maioria, de origem boliviana ou peruana. Descobrimos que lhes pagavam salários de 3 a 5 pesos por dia, por uma jornada de 14 horas diárias, sem descanso, conforme precisou Guillermo Farias, subdiretor geral de operações da DGI. (...) Os inspetores da DGI que descobriram essa forma de exploração, notaram que a maioria delas [oficinas] funcionavam escondidas em casas de família. (...). Os funcionários detectaram que o regime de trabalho poderia ser qualificado, como vulgarmente se diz, de “cama quente”. Ou seja, trabalhadores que quase dormem de pé em seus postos de trabalho. Não é a primeira vez que descobrem esse tipo de ilícitos. Estimativas do Ministério do Trabalho indicam que uns 250.000 dos imigrantes ilegais que chegam de países limítrofes e do Peru está empregada 'en negro' [como se fosse escrava]” (Clarín, 22 de fevereiro de 2000, tradução própria).

Note-se que a “cadeia migratória” delineada – apesar de só ser possível nessas condições devido aos desdobramentos contemporâneos, descritos acima, em torno do contexto sócio-econômico da Bolívia – foi mobilizada, a princípio, para o fim específico de abastecimento das oficinas e lojas coreanas estabelecidas, principalmente, em Buenos Aires e em São Paulo. Na próxima seção, serão abordadas as inflexões sofridas nos fluxos migratórios de coreanos no período e que, conforme veremos, consolidaram o setor de confecção de boa parte dos centros urbanos para os quais se dirigiram, constituindo-se, em nossa abordagem, nos elementos dinamizadores dessa “cadeia migratória” de força-de-trabalho boliviana.

Os percursos migratórios dos coreanos pela América Latina

Depois de uma década de fluxos migratórios da Coreia do Sul para os países da América Latina, inaugurados com a chegada de um grupo de 103 coreanos em 12 de fevereiro de 1963, no porto de Santos, para a fixação nas regiões agrícolas do Brasil e que foram seguidos por outros grupos, a partir de 1965 – que tiveram como destino, além do Brasil, a Argentina, Bolívia e Paraguai, conforme vimos no primeiro capítulo – percebem-se, especialmente, a partir da década de 1970, algumas mudanças nos percursos e países de destino desses fluxos. De maneira geral, de acordo com Mera (s/data), desenvolvem-se as seguintes tendências: i) em relação aos acordos agrícolas, enquanto permanecem válidos para a Argentina até o fim da década de 1970 – assim como para o Paraguai e a Bolívia que nunca dificultaram a entrada desses imigrantes coreanos – no caso brasileiro, essas migrações são proibidas a partir de 1967 e; ii) os fluxos migratórios coreanos ampliam seus locais de destino, passando a se dirigir também para o Chile e o Peru. Nesta breve seção, faremos alguns comentários sobre esses desdobramentos e as tendências que eles conformam.

Em relação aos acordos de imigração agrícola, em torno dos quais as migrações dos coreanos para o continente latino-americano iniciaram-se, é interessante notar que apesar de não terem sido bem sucedidos em nenhum país, principalmente, no Brasil e Argentina – que receberam os maiores contingentes, dos cerca de 30 mil de coreanos que chegaram ao continente no período – enquanto, na Argentina, eles foram mantidos até 1978, no Brasil, passaram a ser proibidos pelas autoridades brasileiras a partir de 1967.

No caso Argentino, apesar da manutenção desses acordos durante toda a década de

1970 – em que chegaram por volta de 500 famílias – o principal fluxo de coreanos para esse país se desenvolveu entre a segunda metade da década de 1980 até o início dos anos 1990¹⁶⁸, devido a um incentivo do governo argentino que, a partir de 1985, estabelece um sistema específico para a concessão de vistos de residência para esses imigrantes, fazendo com que a comunidade imigrante coreana legal no país chegasse, em 1989, a cerca de trinta mil pessoas¹⁶⁹. Note-se que, de acordo com Mera (s/data:11), tanto no caso dos primeiros fluxos agrícolas, quanto nos estabelecidos a partir da década de 1980, o destino desses coreanos era, invariavelmente, Buenos Aires, para a entrada no setor de confecção – sendo, portanto, nesse país, assim como no Brasil, conforme salientamos no primeiro capítulo, a “migração agrícola” apenas um pretexto para a migração urbana que, de fato, se desenrolava.

É interessante notar, conforme destaca Mera, que, apesar do destino ser o mesmo e o setor de inserção econômica também, os fluxos migratórios para Buenos Aires estabelecidos a partir dos primeiros anos da década de 1980, colocariam em circulação outro perfil de emigrantes coreanos: vindos, principalmente, de Seul, com capital de inversão para a aplicação nos negócios, geralmente, no setor têxtil e de confecção¹⁷⁰.

A partir da década de 2000, os fluxos migratórios de coreanos para Argentina

¹⁶⁸ De acordo com as investigações de Mera (s/data), mais da metade da população coreana instalada na Argentina nos anos de 1990 chegou entre 1984 e 1989.

¹⁶⁹ “En Abril de 1985 se firma en Buenos Aires un Acta de Procedimiento para el ingreso de inmigrantes coreanos a la Argentina. Entre los años 1984 y 1989 se otorgarán más de 11.000 permisos. Si bien no todos hacen uso de esa opción debe tenerse en cuenta que cada permiso contemplaba al grupo familiar, por lo cual el número de inmigrantes coreanos hasta 1989 superaría las 30.000 personas” (MERA, s/data:11).

“Em abril de 1985 é firmada em Buenos Aires uma Ata de Procedimento para o ingresso de imigrantes coreanos na Argentina. Entre os anos 1984 e 1989 foram outorgadas mais de 11.000 licenças. Apesar de nem todos utilizarem essa opção, é preciso considerar que cada licença contemplava o grupo familiar, pelo qual o número de imigrantes coreanos até 1989 superaria 30 mil pessoas” (MERA, s/data:11, tradução própria).

¹⁷⁰ “El flujo migratorio que llega entre los años 84/89 viene casi exclusivamente de Seúl. Estos grupos llegan en avión, disponen de capital de inversión. Emigran de una Corea moderna e industrializada que está saliendo de una fuerte recesión económica, por lo que tendrán un perfil diferente al de los anteriores” (MERA, s/data:11).

“O fluxo migratório que chega entre os anos de 84/89 vem quase que exclusivamente de Seul. Esses grupos chegam de avião e dispõem de capital de inversão. Emigram de uma Coreia moderna e industrializada que está saindo de uma forte recessão econômica, o que lhes confere um perfil diferente dos anteriores” (MERA, s/data:11, tradução própria).

começaram a apresentar importante diminuição e, atualmente, dos trinta mil imigrantes coreanos da década de 1990, restaram apenas vinte mil. As reemigrações de cerca de dez mil imigrantes que, provavelmente, perderam seus negócios em função das crises econômicas do período deram-se, de acordo com Mera (s/data:12), principalmente, para o México, Canadá, Austrália, Estados Unidos ou de volta para a Coreia do Sul.

Enquanto o Brasil – diferentemente dos outros países que, a despeito do não cumprimento da cláusula de fixação agrícola, continuaram recebendo fluxos migratórios de coreanos em seus centros urbanos – acaba por suspender os acordos de emigração com o governo sul-coreano a partir de 1967, permitindo, apenas, a entrada oficial de técnicos coreanos de nível superior e com contratos de trabalho já estabelecidos. E, em 1977, tendo em vista, principalmente, os maus tratos a que coreanos ilegais eram submetidos no Brasil, o próprio governo sul-coreano decide proibir as migrações em direção a esse país¹⁷¹.

Essas proibições inauguram o período de imigração ilegal de coreanos para o Brasil¹⁷² – o destino era quase sempre São Paulo – que passou a mobilizar mais intensamente as rotas de entrada estabelecidas nos momentos iniciais desses fluxos no país, a partir da Bolívia e do Paraguai. Note-se, nesse sentido que, de acordo com as estatísticas oficiais do Ministério das Relações Exteriores da Coreia do Sul, citadas por Buechler (2003:4), entre 1975 e 1977, em torno de 10 mil coreanos foram para o Paraguai e 694 para a Bolívia, que ainda recebeu, em

¹⁷¹ However it was not easy to get into Brazil. They were often put into jail. One Korean, however, wrote that even the jails were not bad in Brazil with quite good food. 'Brokers' charged exorbitant prices for transportation costs and money to settle the migrants in Brazil. Upon hearing about this extortion, the Korean government decided to prohibit migration to South America on May, 4, 1977 diminishing the numbers of migrants, but not completely interrupting the flows (BUECHLER, 2003:10)

“Entretanto não era fácil chegar no Brasil. Eles eram muitas vezes presos. Um coreano escreveu, no entanto, que mesmo as prisões não eram tão ruins no Brasil com boas comidas. Os 'ilegais' pagavam preços exorbitantes para os custos de transporte e dinheiro para a fixação dos migrantes no Brasil. Ao saber dessa extorsão, o governo coreano decidiu proibir a imigração para a América do Sul em 4 de maio de 1977, diminuindo o número de migrantes, mas não interrompendo completamente os fluxos” (BUECHLER, 2003:10, tradução própria).

¹⁷² Estes coreanos adquiriram residência legal posteriormente com as anistias de 1980 e 1988.

1984, 1384 coreanos. Enquanto, no mesmo período, entre 1975-1977, o Brasil teria recebido, pelas vias legais, apenas 314 e, em 1984, 121 coreanos.

Auxiliados por profissionais, que cobravam volumosas quantias para transportar clandestinos para dentro do território brasileiro, os emigrantes [coreanos] tinham várias opções de rotas. De Assunção podiam ultrapassar a Ponte da Amizade e entrar por Foz do Iguaçu. Outro caminho, partindo da capital paraguaia, era seguir até a cidade de Pedro Juan Caballero, cruzar a Avenida Internacional e chegar a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Na Bolívia, pegavam a rota de Puerto Juarez, cidade vizinha a Corumbá, ou ainda a que atravessa o rio Uruguai na altura de Uruguaiana – os mesmos caminhos usados pelo tráfico de drogas (GALETTI, 1996: 137).

Em relação ao circuito estabelecido pelos coreanos para a entrada no Brasil, a partir da Bolívia, iniciado, como vimos, já nos primeiros anos da década de 1960, note-se que foi estabelecido um dispositivo, em acordos entre o governo boliviano e brasileiro, facilitador da entrada dos imigrantes coreanos, a partir da Bolívia – passaram a vir para São Paulo, como turistas instalados na Bolívia. E, de acordo com os dados sobre a entrada de “turistas” coreanos via Bolívia, disponibilizados pela Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, em pesquisa de Buechler (2003), os vistos para esses “turistas” coreanos apresentam uma tendência de aumento, principalmente, a partir da década de 1980¹⁷³.

E apesar da utilização da Bolívia como “ponte” de entrada para outros países, principalmente, para o Brasil, alguns coreanos optaram por se instalar nesse país – desde a década de 1960, mas, apresentando um aumento a partir da década de 1970 e, principalmente,

¹⁷³ In Brazil, the Bolivian consulate signed an accord in which they would expedite the visa of Koreans to enter Bolivia via Brazil. The Koreans then entered in Brazil primarily as tourists. According to statistics from the Brazilian Tourism Department (Embratur), from the 1950s and even the 1960s to the early and especially the late 1970s there was a large jump in the numbers of tourist visas given to 'tourists' entering Brazil from Bolivia (BUECHLER, 2003:10).

“No Brasil, o Consulado Boliviano assinou um acordo no qual eles poderiam expedir o visto dos coreanos para entrar na Bolívia via Brasil. Os coreanos então entravam primeiramente como turistas. De acordo com as estatísticas da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), de 1950 e 1960 até o começo e, especialmente, o fim de 1970 ocorreu um grande salto no número de vistos turísticos dados a “turistas” que entravam no Brasil pela Bolívia” (BUECHLER, 2003:10, tradução própria).

no início dos 1980, assim como no caso do fluxo migratório para a Argentina. Entretanto, a crise econômica desencadeada, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1980, na Bolívia, levou a uma emigração em massa desses coreanos e seus negócios, cujos destinos, devem ter sido, provavelmente, Argentina ou Brasil.

Hans and Judith- Maria Buechler contend that the most specialized foreign entrepreneurs in Bolivia were the Koreans, who were almost exclusively engaged in clothing and textiles. Although Koreans used to have garment workshops in Bolivia, many seem to have closed these businesses with the economic crisis in the 1980s. Koreans already in South America continued to illegally migrate from Bolivia, Paraguay, and Chile to Brazil and Argentina and a bit later back to Korea, but primarily to Canada or the United States (BUECHLER, 2003:4)¹⁷⁴.

E em 2003, estimava-se, de acordo com as estatísticas não oficiais pesquisadas por Buechler (2003)¹⁷⁵, que viviam na Bolívia por volta de 1000 coreanos e, conforme pudemos observar, a partir de trabalho de campo, devem, provavelmente, apresentar uma concentração razoável no departamento de Santa Cruz, na Bolívia¹⁷⁶.

Os coreanos também se dirigiram para o Chile, a partir do final da década de 1970 e durante os anos 1980, devido ao estabelecimento de um convênio com a Coreia do Sul que

¹⁷⁴ “Hans e Judith- Maria Buechler afirmam que os empresários estrangeiros mais especializados na Bolívia eram os coreanos, quase completamente engajados nos setores de confecção e têxteis. Apesar dos coreanos costumarem estabelecer confecções na Bolívia, muitos tiveram que fechar seus negócios com a crise econômica dos anos 80. Os coreanos que permaneceram na América do Sul continuaram a migrar ilegalmente da Bolívia, Paraguai e Chile, para o Brasil e Argentina e, um pouco mais tarde, de volta para a Coreia, mas, primeiramente, para o Canadá e para os Estados Unidos” (BUECHLER, 2003:4, tradução própria).

¹⁷⁵ “By 1989 there were officially 1,125 Koreans in Bolivia. According to the Korean Ministry of Foreign Affairs there were 582 Koreans in Bolivia, however, unofficial estimates indicate that today there are still at least 1,000 Koreans in Bolivia and that there were more in the early 1980s” (BUECHLER, 2003: 4)
“Em 1989 existiam oficialmente 1125 coreanos na Bolívia. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores da Coreia, existiam 582 coreanos na Bolívia, entretanto, as estimativas não-oficiais indicam que hoje existem, pelo menos, 1000 coreanos na Bolívia e que existiam mais no começo dos anos 1980” (BUECHLER, 2003: 4, tradução própria).

¹⁷⁶ Essa questão das relações entre coreanos e bolivianos será abordada mais detidamente no terceiro capítulo, tendo em vista entrevistas realizadas, a partir de roteiro no Anexo 2, que previa uma seção sobre as relações com os coreanos. E nessas perguntas, observou-se que toda a vez que a pessoa respondia que já tinha ouvido falar da existência de coreanos na Bolívia, a pessoa dizia que se ouvia falar que eles se concentravam em Santa Cruz.

eximia os coreanos da necessidade de vistos para entrar em território chileno. De qualquer forma, de acordo com Mera (s/data:14), nesse período, muitas famílias re-ingressaram para a Coreia ou re-emigraram para outros países e a comunidade coreana só passa a se consolidar neste país a partir da década de 1990. E assim como no Brasil, na Argentina e na Bolívia essa comunidade passa a se dedicar aos negócios no setor de confecção, concentrando-se em Santiago, capital do Chile.

Em relação aos negócios no setor têxtil, consolidados durante a década de 1990 pela comunidade coreana na cidade de Santiago, é interessante notar a semelhança em relação aos negócios estabelecidos em São Paulo, conforme é possível entrever em trecho abaixo em que Mera comenta os achados da pesquisa de Cortés¹⁷⁷ sobre os negócios coreanos no Chile.

Según el estudio del Profesor Luis Cortés (1995), la corriente de migrantes coreanos se diferencia de las anteriores corrientes de Europa y Medio Oriente, porque imprimen un nuevo dinamismo a las corrientes migratorias, se establecen en barrios que tradicionalmente se asociaron a empresarios palestinos, libaneses y sirios denominados popularmente como “los turcos de Patronato”. (...) La llegada de los coreanos al Barrio Patronato de Santiago, coincide con el desplazamiento de empresarios de origen árabe. (...) La inmigración coreana está compuesta por pequeños empresarios que se han instalado con empresas destinadas a la confección y comercio textil principalmente (MERA, s/data:14)¹⁷⁸.

Dessa forma, assim como no Brasil, os coreanos foram se inserir, só que trinta anos mais tarde, em um típico bairro de recepção de imigrantes palestinos, libaneses e sírios, instalando-se no setor têxtil e de confecção e, conforme destaca Mera, imprimindo um novo dinamismo

¹⁷⁷ O nome do artigo citado é “El Empresario Asiático en América Latina”, mas tratava-se de uma cópia mimeografada a qual não tive acesso.

¹⁷⁸ “Segundo o estudo do professor Luis Cortés (2005), a corrente de migrantes coreanos se diferencia das correntes anteriores provenientes da Europa e Oriente Médio porque imprimem um novo dinamismo às correntes migratórias, se estabelecem em bairros que tradicionalmente se associaram a empresários palestinos, libaneses e sírios denominados popularmente como os “turcos do Patronato”. (...) A chegada dos coreanos ao Bairro Patronato de Santiago coincide com o deslocamento de empresários de origem árabe. (...) A imigração coreana é composta por pequenos empresários que tem se instalado com empresas destinadas a confecção e comércio têxtil principalmente (MERA, s/data:14, tradução própria).

no local, já em decadência.

Os coreanos também migraram para o Peru, geralmente, a partir de re-emigrações de outros países: Bolívia, Chile, Argentina ou Paraguai e, para muitos, significou apenas uma “ponte” para migração posterior para os Estados Unidos. Entretanto, trata-se de um fluxo extremamente reduzido – chegando a cerca de mil coreanos legais e mais um terço de ilegais aproximadamente, de acordo com Mera (s/data:13).

Dessa forma, como pudemos observar, os percursos dos imigrantes coreanos pela América Latina durante a década de 1970, apresentaram um caráter mais diversificado – incluindo-se em seu trajeto o Peru e o Chile – e os negócios no setor têxtil e de confecção que, no período, se consolidam na Argentina e, como veremos, na próxima seção, no Brasil, passam a se constituir também na Bolívia, durante a década de 1970 e início dos anos 1980 e, no Chile, a partir dos anos de 1990.

É interessante notar, a respeito desse período posterior à década de 1970, que, a despeito da continuação e provável aumento dos fluxos migratórios de coreanos para a Bolívia, considerando-se os dados apresentados acima, a Coreia do Sul encontrava-se em situação de pleno desenvolvimento econômico, bem diferente do momento inicial dos fluxos migratórios em que também iniciava-se o desenvolvimento industrial sul-coreano, conforme abordado no primeiro capítulo. De acordo com os dados disponibilizados por Masiero (2007:73)¹⁷⁹ sobre a taxa de crescimento anual do PIB na Coreia do Sul, percebe-se que, durante a denominada “Era Park”, em que a Coreia do Sul foi presidida ditatorialmente pelo general Chung-Hee Park, que iniciou o plano de emigração sul-coreana para a América Latina, o país atingiu as respectivas taxas crescentes de crescimento do PIB: entre 1963-1971, momento de início do

¹⁷⁹ Masiero utilizou como fonte as estatísticas disponibilizadas pelo Banco Mundial e FMI.

primeiro plano quinquenal de desenvolvimento, 8,8% ao ano; entre 1972-1975, momento de desenvolvimento das indústrias química e pesada, 8,9% ao ano e, entre 1976 e 1979, de consolidação do parque industrial sul-coreano, 10,6% ao ano. E, de acordo com Masiero, o desenvolvimento alcançado levou a indústria coreana, em pouco tempo, a virar exportadora de “maquinaria elétrica, automóveis, navios, semicondutores etc, em condições de grande competitividade” (MASIERO, 2007:72).

De qualquer forma, naquele momento, tendo-se em vista os destinos principais dos coreanos, o Brasil ainda apresentava-se como melhor opção do que a Argentina, que, de fato, não recebeu muitos imigrantes coreanos durante a década de 1970, como vimos acima. De acordo com os dados da UNCTAD (2008), entre 1970 e 1980, o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média de 8,1% ao ano, enquanto a Argentina cresceu a uma taxa de 2,4% ao ano. E em relação aos outros destinos dos coreanos, como o Paraguai, que entre 1975 e 1977, recebeu 10 mil coreanos, a economia também se encontrava em pleno desenvolvimento, apresentando uma taxa de crescimento do PIB de 8,9% e a Bolívia que, apesar da taxa baixa de crescimento se comparada às outras economias, de 4,3% ao ano durante a década de 1970, encontrava-se em um dos momentos de maior desenvolvimento apresentado durante o século XX¹⁸⁰.

A década seguinte, de 1980, como é possível entrever em descrição acima, representaria algumas importantes mudanças, pois é o momento em que se percebe um aumento dos fluxos migratórios de coreanos para a Argentina e para o Brasil e o início dos fluxos para o Chile, que se intensificariam na década de 1990. E, nesse momento, a Coreia do Sul, entra, de fato, em um contexto recessivo, mas transitório – passando, ainda de acordo com Masiero (2007:73),

¹⁸⁰ Note-se, para que tenhamos uma dimensão dos valores relativos apresentados que no período, ainda de acordo com os dados da UNCTAD (2008), os valores nominais dos PIB dos países citados, em dois momentos, 1970 e 1980, respectivamente, seriam em milhões de dólares: Brasil:42.320 e 227.565; Argentina: 23.736 e 75.492; Paraguai:549 e 4.095 e Bolívia: 1.01 e 2.696.

de um crescimento médio de 10,6% ao ano, em 1979, para 1,1% ao ano, entre 1980 – 1982. E, já, em 1983, devido à integração que estabelece com o Japão, volta às altas taxas de crescimento, atingindo, entre 1983 e 1987, a taxa de crescimento médio do PIB de 10,22% ao ano. Enquanto os países da América Latina, diferentemente, entram em contextos recessivos que duram a década inteira. Dessa forma, de acordo com os dados da UNCTAD (2008), entre 1980 e 1990, enquanto o Brasil apresentou um crescimento anual médio do PIB em torno de 2,8% ano, a Argentina e a Bolívia apresentaram crescimentos negativos de -0,4 e -0,2, respectivamente. E quanto ao Chile, que passou a se apresentar enquanto opção migratória para os coreanos nesse período, notamos que, de fato, relativamente às outras economias, encontrava-se, inclusive, melhor do que o Brasil, apresentando uma taxa de crescimento anual médio do PIB, entre 1970 e 1980, de 3,1% – o que significava continuação de um crescimento iniciado na década de 1970, em que apresentou uma média anual de crescimento do PIB de 1,4%.

No período seguinte, entre 1980-2000, enquanto a economia sul-coreana cresceu a uma taxa média anual de 5,4%, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual em torno de 1,6%¹⁸¹. Tendo em vista os dados da UNCTAD (2008), que estão mais desagregados para os anos mais recentes, note-se que nos períodos, entre 1980-1990 e 1995-2000, as economias latino-americanas em foco apresentaram as seguintes taxas médias de crescimento do PIB, respectivamente: Brasil: 2,8% e 2,0% ao ano; Argentina: -0,4% e 2,7% ao ano; Chile: 3,1% e 3,8% ao ano, Paraguai: 2,6% e 0,1% ao ano e Bolívia: -0,2% e 3,5% ao ano.

Esses números indicam, portanto, que, no contexto pós década de 1970, com exceção de um período recessivo temporário durante a década de 1980, a economia sul-coreana

¹⁸¹ Os dados foram retirados de tabela elaborada por Masiero (2007:73) a partir das informações disponibilizadas pelo Banco Mundial e FMI.

apresentava um desempenho relativamente melhor do que aquelas para onde se dirigiram parte de seus fluxos emigratórios do período, constituindo-se o Brasil e, depois o Chile, nas melhores alternativas para os coreanos no continente. O que significa também que os “contextos de expulsão” e, talvez, os sentidos dessa emigração de coreanos – que, nesse momento, vão se consolidar no setor têxtil e de confecção das capitais latino-americanas – sejam distintos daqueles originadores dos fluxos para esse continente durante a década de 1960.

Em relação a essas motivações, encontramos na literatura sobre a imigração coreana para a América Latina¹⁸² referências ainda bastante esparsas, mas que apontam, em geral, para as dificuldades de inserção profissional e educacional, em um sistema marcado pela competitividade, como no trecho de um depoimento reproduzido abaixo.

'Na Coréia a educação é obrigatória até o colégio. A partir daí o afunilamento e a competição são muito grandes. Quem não consegue entrar numa faculdade é discriminado. Não terá emprego bom capaz de sustentar família, comprar casa ou mesmo carro. Por isso muitos pais preferem arriscar tudo e vir para o Brasil na esperança de dar um futuro melhor para os filhos' (Keum CHOI *apud* GALETTI, 1996: 137-8).

As análises citadas também indicam uma mudança na classe sócio-econômica daqueles que começaram a vir no período, o que se percebe nas descrições acima sobre os fluxos que se dirigiram para a Argentina, Chile e Bolívia, mas também nas descrições de Galetti (1996) e Buechler (2003)¹⁸³ sobre os coreanos que vieram para São Paulo, a partir da década de 1970.

¹⁸² Em GALETTI, 1996, CHOI, 1991, BUECHLER, 2004 e KIM, 2008.

¹⁸³ “The second wave of Korean immigrants, mostly illegal, make up the majority of the garment workshop and store owners. Some of these immigrants brought capital and often had been involved with the garment industry in Korea” (BUECHLER, 2003: 12).

“A segunda onda de imigrantes coreanos, grande parte ilegal, constitui a maioria das lojas de roupas e seus donos. Alguns desses imigrantes já trouxeram capital e frequentemente estiveram envolvidos com a indústria de confecção na Coréia” (BUECHLER, 2003: 12, tradução própria).

Portanto, ao invés de imigrantes coreanos empobrecidos que imigraram, de navio, para conseguir sobreviver – em meio a mudanças estruturais na economia e perseguição política na sociedade de origem – a partir da década de 1970, emerge a figura de um imigrante coreano que chega de avião e com algum dinheiro para investir, muitas vezes, em negócios no ramo têxtil iniciados por familiares que vieram nos primeiros grupos, mesmo que de maneira ilegal e a partir de outro país de passagem na América Latina, como a Bolívia e o Paraguai. E, conforme argumentaremos na próxima seção, esses fluxos migratórios de coreanos que vieram de uma Coreia mais moderna e desenvolvida foram determinantes para a compreensão das mudanças sofridas pelos negócios coreanos no setor de confecção na capital paulistana no período.

Os negócios coreanos no setor de confecção da cidade de São Paulo

Nesta seção, abordaremos as configurações gerais do setor de confecção e suas relações com os negócios coreanos, na cidade de São Paulo, tendo em vista apontar as especificidades dos negócios coreanos que concorreram para a constituição do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana. Quais seriam as especificidades dos negócios sul-coreanos – de sua forma de organização da produção e comercialização de roupas – que os levaram à mobilização de um circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho para dar conta de sua demanda produtiva?

O setor de confecção da capital paulistana se constitui enquanto tal na década anterior à chegada dos fluxos migratórios de coreanos na cidade de São Paulo, nos anos cinquenta, em torno de fábricas que procuravam alcançar o ideal fordista de verticalização da produção. Destacando-se, como exemplo paradigmático, a planta das Alpargatas, na Moóca. Já a partir da década de 1960, conforme desenvolve Kontic (2001), – momento em que os sul-coreanos se inserem na “cadeia de carregação” do setor – começa a se constituir uma terceira modalidade de organização da produção têxtil e de confecção dinamizada pelos imigrantes judeus, que vieram para a cidade nas primeiras décadas do século XX, nos bairros centrais da cidade.

Essa terceira forma de organização da produção seria bem mais diferenciada do que a estabelecida em plantas como a da Alpargatas, com estruturas fabris de diversas escalas e com

diversos graus de auto-suficiência e verticalização da produção. Note-se, conforme observa Truzzi (2001) em relação ao Bom Retiro – bairro em que os imigrantes sul-coreanos vão se inserir, preferencialmente, em termos comerciais, a partir da década de 1970 – que aquela região apresentava peculiaridades que facilitavam a convivência entre estruturas heterogêneas de produção e comércio.

Como bairro operário localizado nas imediações do centro, o Bom Retiro abrigava um número muito expressivo de oficinas de fundo de quintal e outros estabelecimentos a meio termo entre o comércio e a indústria. A localização de empresas com esse perfil no bairro tornava-se conveniente graças à pequena dimensão dos negócios, à proximidade com o mercado consumidor do centro e à disponibilidade de mão-de-obra residente no próprio bairro (TRUZZI, 2001:4).

Essa produção diferenciada, vinculada ao setor têxtil de confecção – que começa a se desenvolver nos bairros centrais da cidade, a partir da década de 1960 – compensava as desvantagens de escala em relação ao modelo da planta industrial fordista clássica, devido, justamente, à constituição de uma rede de comércio e serviços, especializada em produtos para a confecção de roupas, fios e tecidos, baseada, em grande medida, em solidariedades étnicas. Essa rede, além de apoiar o processo de confecção de roupas, possibilitava que boa parte de sua produção entrasse rapidamente no mercado¹⁸⁴. Desencadeando, inclusive, uma forma de produção muito mais ágil e que, portanto, permitia uma gama maior de variações, questão decisiva conforme essas confecções dos imigrantes judeus, principalmente, se voltavam para uma produção de moda, ainda que bem limitada nesses momentos iniciais.

Conjuntamente com os bairros do Brás e da Luz, o Bom Retiro foi um dos primeiros bairros operários da cidade e importante receptor dos fluxos migratórios de europeus durante o

¹⁸⁴ Pois o comércio em torno poderia, por exemplo, fornecer rapidamente artigos e acessórios faltantes para a confecção das roupas.

século XIX e de imigrantes judeus, principalmente, da Polônia e de regiões do antigo império czarista em desagregação, durante as primeiras décadas do século XX¹⁸⁵. É interessante notar que esses imigrantes judeus, especialmente, a partir da década de 1930, foram os grandes protagonistas do desenvolvimento de uma vocação comercial do bairro, amplamente explorada, atualmente, pelos imigrantes sul-coreanos, e da constituição de seu setor têxtil de confecção e de todo um comércio vinculado ao abastecimento e comercialização dessa produção no bairro. E, enquanto durante toda a década de 1940, essas potencialidades se desenvolveram conjuntamente com uma espécie de “revitalização” do bairro enquanto local de moradia, trabalho e lazer dessa comunidade judaica¹⁸⁶, a partir da década de 1950, o Bom Retiro começa a se transformar em um bairro mais marcadamente comercial, com a transferência das moradias dos imigrantes judeus para outros bairros, como, por exemplo, o bairro de Higienópolis, na capital paulistana.

Essa forma de organização da produção, em torno de regiões na cidade, historicamente habitadas por grupos de imigrantes, onde moram e estabelecem negócios, estruturando um comércio e uma cadeia de serviços específica em torno de tais empreendimentos, é bastante comum no setor de confecção e comumente denominada “distrito industrial”¹⁸⁷. Sob tal

¹⁸⁵ “A urbanização do Bom Retiro teve lugar na década de 1880, quando se intensificou a imigração européia, principalmente de italianos que ali se fixaram. Desde logo, caracterizou-se o Bom Retiro como bairro proletário e de imigrantes, em virtude da presença de indústrias atraídas pela localização adjacente à ferrovia e pelas condições topográficas amenas, próximas à várzea. De um lado, a possibilidade de trabalho oferecida por essas indústrias e, de outro, a proximidade com o centro logo fizeram do Bom Retiro um bairro de imigrantes, que chegou inclusive a abrigar, por cerca de cinco anos, a primeira hospedaria de imigrantes de São Paulo” (TRUZZI, 2001:3).

¹⁸⁶ “No início da década de 40, a parte alta do Bom Retiro assumiu características de um enclave étnico. O ambiente era francamente judeu: sinagogas, filmes falados e cantados em ídiche, pessoas portando barba e vestuário típicos, estabelecimentos que comercializavam alimentos próprios consumidos pela colônia etc. Os judeus lograram assim recriar, no Bom Retiro, um ambiente muito favorável, seja nos negócios que prosperavam, seja em termos de sua sociabilidade, cultura ou religião” (TRUZZI, 2001:7).

¹⁸⁷ O “distrito industrial” é uma denominação inspirada, a princípio, em algumas experiências industriais na Itália do pós – guerra. Sua raiz filosófica advém da concepção de Alfred Marshal que considerava que tais estruturas obtinham as vantagens da produção em grande escala “por uma grande quantidade de empresas de pequeno porte, concentradas em um território dado, especializadas em suas fases de produção e recorrendo a

denominação são analisadas importantes experiências internacionais, como por exemplo: o *Garment District* de Nova Iorque, no início do século XX, e o *Sentier Parisiense*, a partir da década de 1970.

Em investigação pioneira de Piore e Sabel em torno do *Garment District* de Nova Iorque, que resultou no clássico “The Second Industrial Divide”, sobre a lucratividade dos arranjos tidos como residuais nas formas de organização da produção, no auge do fordismo norte-americano, esse modelo organizacional que possibilita maior capacidade para responder com elasticidade produtiva e comercial aos fluxos da demanda foi vinculado ao “produto da moda”.

(...) sujeito a uma instabilidade estrutural de demanda em virtude de sua constante mudança pela flutuação do gosto. A mudança de estação, definidora de novos estilos e a crônica incerteza quanto ao sucesso ou não da coleção e de cada modelo em particular, eram fatores adicionais de incerteza, num padrão diverso da coordenação produção/demanda da produção em massa (KONTIC, 2001: 27).

Nesse sentido, é interessante notar que enquanto o *Garment District*, do início do século XX, é considerado um arranjo organizacional virtuoso, desenvolvido no bojo de um processo de massificação da moda feminina, baseado em solidariedades étnicas e culturais, em que as comunidades industriais e pequenas empresas fragmentam o processo produtivo sem a constituição de hierarquias. O *Sentier Parisiense*, que se desenvolve na década de 1970, na área central de Paris, especializado em roupa feminina jovem de consumo de massa, diferentemente, é visto como uma derivação deturpada do *Garment District*. De acordo com Kontic (2001), o *Sentier* seria baseado em extrema divisão do trabalho, em torno de empresas de pequeno porte. E o seu dinamismo, ao invés de ser fruto de combinações criativas entre

um único mercado de trabalho local” (BECATTINI, 1999:46).

conhecimentos e formas organizacionais trazidas pelas comunidades de imigrantes, baseia-se em formas arcaicas de exploração do trabalho, “em que o trabalho clandestino de imigrantes em espaços insalubres é a forma mais corriqueira de manufatura, sem investimentos em tecnologias flexíveis de processo” (KONTIC, 2001: 35).

Em relação ao processo produtivo estabelecido pelas pequenas, médias e grandes confecções de propriedade de imigrantes, principalmente, da comunidade judaica, sediadas nos bairros centrais da cidade de São Paulo, note-se que apesar de apenas se aproximar metaforicamente de tais experiências internacionais, estava mais próxima do lado virtuoso desses arranjos produtivos alternativos. Pois, a despeito de prever, em muitos momentos, a contratação de força-de-trabalho domiciliar ou de confecções terceirizadas, esses negócios constituíram um mercado de trabalho com altos níveis de formalização, de acordo com Kontic (2001). E mesmo considerando a existência da prática de subcontratação de pequenas oficinas de costura de imigrantes coreanos, tal atividade não implicou na constituição de um circuito de subcontratação transnacional em torno da força-de-trabalho sul-coreana.

Nesse período, as práticas arcaicas de precarização do trabalho, tais como “grande rotatividade da mão-de-obra, contratação de trabalho informal, mesmo então, utilização intensiva de trabalho a domicílio, de oficinas clandestinas etc” (KONTIC, 2001:48) concentravam-se mais claramente, de acordo com Kontic (2001), na “produção de carregação”, controlada pelos nordestinos, onde os imigrantes coreanos se inseriram, na década de 1960.

E é a partir de meados da década de 1970, de acordo com Truzzi (2001), que os imigrantes coreanos, até então restritos ao “circuito de carregação” na cidade – ou no trabalho como costureiros em oficinas de outros imigrantes, compatriotas ou das outras comunidades

de imigrantes residentes nas regiões centrais da cidade, ou ainda em suas próprias oficinas, geralmente, domiciliares para o comércio ambulante ou de outras confecções da cidade – começam a se instalar comercialmente nos bairros centrais da cidade, especialmente, no Bom Retiro. Esses bairros possuíam um reconhecido comércio de roupas e tecidos controlado pelas comunidades judaica, síria e libanesa em um momento pouco auspicioso desse comércio. A questão da forma como se deu esta transferência ainda é bastante controversa.

Uma primeira pista intrigante, considerando a origem humilde desses imigrantes, é o fato dessa acomodação comercial ter se dado, não devido à vacância de lojas já fora de funcionamento, mas a partir da oferta de altos lances, em dólares, dos imigrantes coreanos aos membros das comunidades imigrantes que controlavam esse comércio, especialmente, da comunidade judaica, concentrada no Bom Retiro.

Há inúmeros depoimentos de judeus que venderam imóveis a coreanos, seduzidos por propostas irrecusáveis: 'Eles abrem uma mala de dólares em cima do seu balcão' (...).Conforme apurou uma matéria publicada em 1982: “os comerciantes tradicionais do Bom Retiro e Brás costumam brincar entre eles dizendo que os coreanos, em busca de ponto para instalar suas lojas, fazem sempre duas perguntas. A primeira é: Quanto custa? A segunda, independente do preço pedido, nunca muda: Quando o senhor desocupa?” Nessas condições, para boa parte dos judeus previamente instalados, a invasão coreana soou como uma bênção, recrudescendo a disputa por pontos comerciais, que passaram a ser avaliados em dólares (citado por TRUZZI, 2001:14 - 15).

Dessa forma, estaríamos diante de pequenos empreendedores com capital suficiente para conseguir estabelecer com bastante agilidade uma espécie de enclave comercial coreano no bairro, principalmente, a partir da década de 1980. Mas, afinal, como é que a atividade de comércio ambulante ou a partir de pequenas oficinas de costura clandestina poderia ter gerado lucros tão grandes capazes de possibilitar tamanha poupança, em dólares, por parte desses

imigrantes? A aposta de Truzzi (2001) é a de que os imigrantes sul-coreanos teriam um eficiente sistema de auto-financiamento, interno à comunidade, o Key, que possibilitaria o acúmulo de grandes somas¹⁸⁸. Entretanto, consideramos que apesar da provável utilização desse sistema e da perceptível ação coordenada da comunidade coreana que acaba por se inserir em peso nesse bairro é importante destacar que essa empreitada coincide com a chegada do segundo fluxo de imigrantes coreanos para a cidade de São Paulo, agora, de maneira ilegal, em um momento em que a Coréia do Sul passava por um extraordinário desenvolvimento econômico. E, conforme vimos no capítulo anterior, esses imigrantes, ao contrário daqueles provenientes do primeiro fluxo, eram mais abastados do que os anteriores e também investiram nos setores têxtil e de confecção, nos outros países da América Latina para os quais se dirigiram. Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, o alto investimento feito no início da década de 1980, por um empresário sul coreano, o Sr. Won Kyu Lee, quando de sua mudança para a capital, na construção de um prédio na Rua Cesare Lombroso – até então, dominada por fábricas já em decadência e umas poucas lojas – para o estabelecimento de um shopping para abrigar as lojas atacadistas dos imigrantes coreanos¹⁸⁹.

Provavelmente, e essa é mais uma questão a ser investigada, os imigrantes sul-coreanos que vieram nessa segunda leva possuíam relações com os que já estavam aqui e trouxeram capital que contribuiu para fomentar esse sistema de auto financiamento, conforme afirma Buechler (2003). E a escolha em investir em lojas e oficinas de costura adviria da experiência

¹⁸⁸ “[o Key é] uma espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros. Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos. (...) Tal sistema de autofinanciamento viabilizou e acelerou o sucesso econômico de muitas futuras famílias de empreendedores da colônia no Bom Retiro. O resultado é que hoje os coreanos dominam as atividades comerciais do bairro” (TRUZZI, 2001:10).

¹⁸⁹ “Naquela época só havia cerca de 10 lojas abertas ali. O resto eram fábricas e oficinas de costura”, lembra [o empresário Won Kyu Lee]. Mesmo assim, ele ergueu um prédio em um dos quarteirões, o que foi considerado uma ousadia por uns e tolice por outros, por causa do pouco movimento gerado no local. Hoje, esta rua é uma das mais importantes do pólo atacadista do Bom Retiro” (KIM, 2008:67).

dos primeiros imigrantes, provavelmente familiares dessa segunda leva, como trabalhadores nas oficinas e no comércio para a comunidade judaica do bairro¹⁹⁰.

With many bringing small amounts of capital, Korean businessmen form financial consortiums or savings clubs, called Kye, among friends often made at protestant and catholic Korean churches in Sao Paulo to auto-finance their businesses. The clubs provide pools of money for low-interest loans. The garment industry was seen as a sector where profits could be made in a short period of time (BUECHLER, 2003:3)¹⁹¹.

Apesar da entrada dominante dos empreendimentos sul-coreanos, especialmente, no Bom Retiro, note-se que não se tratou de uma simples troca de posições em que os imigrantes judeus, simplesmente, deixavam suas lojas para os imigrantes coreanos que, a partir de então, seriam os novos comerciantes do bairro. Pois os imigrantes da comunidade judaica não só mantiveram boa parte das estruturas construídas, com reformas apenas de fachada, permanecendo com parcela importante do capital imobiliário do bairro, mas ainda: uma boa parcela dos fabricantes de roupas tradicionais e suas plantas industriais e comerciantes permaneceram nesses bairros, conforme observa Truzzi (2001).

Concomitante a entrada comercial dos imigrantes sul-coreanos nos bairros do Brás e Bom Retiro, o setor de confecções da cidade de São Paulo sofria importantes transformações com o advento das grandes redes varejistas como a Mesbla, Casas Pernambucanas, Lojas Riachuelo, Renner, Mappin, Benetton e a multinacional C&A, além da consolidação e

¹⁹⁰ Há indicações de que os judeus, implantados há mais tempo no Bom Retiro em atividades ligadas aos ramos de confecções e à indústria têxtil, passaram também a se interessar pelo emprego de coreanos como costureiros, seja em oficinas, seja em trabalhos domiciliares realizados sob encomenda, ou ainda como vendedores de roupas. Aos poucos, à medida que alguns coreanos prosperavam, acabavam transitando para um negócio próprio (TRUZZI, 2001:9).

¹⁹¹ “Com vários trazendo pequenas quantidades de capital, os empresários coreanos formaram consórcios financeiros ou clubes de poupança, chamados Kye, entre amigos, geralmente, feitos nas igrejas coreanas católicas e protestantes em São Paulo, com o intuito de auto-financiar seus negócios. Os clubes forneciam somas de dinheiro a baixas taxas de juros. A indústria de confecção era vista como um setor cujos lucros poderiam ser atingidos em curto período de tempo” (BUECHLER, 2003:3, tradução própria).

multiplicação dos shoppings como espaço de comercialização de roupas (Kontic, 2001: 64).

A emergência dessas lojas, de acordo com Kontic (2001), deslocava o lugar da indústria de confecção, estabelecendo outra forma de centralização da produção: ao invés de toda a produção realizada por uma mesma organização em um espaço contínuo na cidade que, muitas vezes, era responsável também pela comercialização, uma cadeia produtiva mais descentralizada espacialmente, terceirizada pelas grandes redes varejistas que coordenariam um conjunto múltiplo de pequenos produtores.

É interessante notar que a entrada e proeminência das grandes redes varejistas, no setor de confecção da capital paulistana, durante a década de 1980, não é uma tendência isolada e uma série de estudos sobre a indústria de confecções em importantes centros mundiais, aponta para tendências semelhantes¹⁹².

Tanto na Europa como nos Estados Unidos é crescente a participação das *chain stores* (cadeias de lojas com marcas próprias como, por exemplo, a espanhola Zara e a norte-americana GAP) e dos hipermercados na comercialização dos confeccionados, enquanto se presencia a estagnação das pequenas lojas multimarcas (butiques) e das lojas de departamento (GORINI, 2000:22).

Em relação ao comércio atacadista coreano, de pronta-entrega, que se constituía nas regiões centrais da cidade, note-se que apesar de parecer fadado ao fracasso, conforme argumenta Gorini (2000), diante da concorrência das grandes redes varejistas, o desenvolvimento de uma forma de organização da produção e comercialização diferenciada, acabou por possibilitar não apenas sua sobrevivência, mas verdadeira proeminência no setor de confecção da cidade de São Paulo, conforme salientado na introdução¹⁹³.

¹⁹² Os estudos que buscam dar conta deste fenômeno costumam utilizar variações em torno da perspectiva das “cadeias produtivas transnacionais”. Cf. GEREFFI, 1994; GEREFFI & KORSENIOWICS, 1994; GORINI, 2000; PALPACUER, 2002.

¹⁹³ Eles[os coreanos] aperfeiçoaram o modo de comercialização por atacado. As lojas com imigrantes a frente

De acordo com Kim (2008), o grande diferencial dos negócios coreanos, seria uma mistura de investimento em qualidade e no estabelecimento de uma marca própria – envolvendo todo um corpo de profissionais extremamente especializados¹⁹⁴ – concomitante ao investimento em diversidade: são lançados novos modelos a cada 15 dias e os desfiles de lançamento da estação contam, em média, com 80 modelos iniciais. Esses números, bastante altos nos termos mesmo do circuito *pret-a-porter* no qual os designers dessas lojas se inspiram, minimizam a importância do “modelo específico” lançado no desfile, como no circuito tradicional: ao invés do modelo único, os coreanos propõem a multiplicidade de variações em torno de um mesmo tema.

Essa forma de organização nos remete, por um lado, à popular “modinha” que os coreanos produziam no interior da “cadeia de carregação”, a partir dos primeiros anos da década de 1960 e, por outro lado, como os próprios coreanos admitem, o estilo de produção veiculado pelas grandes redes varejistas, do *cheap and chic*¹⁹⁵, que se desenvolve em torno de adaptações, para o uso cotidiano, das principais tendências da moda européia e norte-americana, num estilo, geralmente, segmentadas por tipo de público (moda jovem, moda jovem senhora, moda *teen*, moda senhora, moda masculina etc¹⁹⁶).

Os coreanos desenvolveram não apenas a tática de ganhar a clientela pela beleza e qualidade das peças, mas também pela agilidade no

começaram a proliferar. Se antes o bairro era conhecido pelo baixo preço, passou a ser notado também pela qualidade dos produtos oferecidos e, um pouco mais tarde, pelas suas vitrines incrementadas de alto padrão (KIM, 2008:68).

¹⁹⁴ O processo de desenvolvimento deste “produto da moda” envolve uma série de etapas: “além do desenvolvimento de coleção, da prospecção de tendências da moda, do envolvimento com os calendários nacionais e internacionais, e do estudo de cartela de cores, formas, volumes e acessórios e aviamentos para a montagem da coleção” (site da CDL - <http://www.cdlbomretiro.org.br/06>).

¹⁹⁵ “Barato e chique”, inspirado em marcas como a espanhola Zara, que “consiste em reunir nas araras a última tendência da moda mundial a preços acessíveis e, claro, tudo bem adaptado ao cotidiano de quem vai comprar” (KIM, 2008:71).

¹⁹⁶ “Eles tem todo o tipo de roupa, eles têm a roupa barata, a roupa média, a roupa cara, a moda praia, teen, moda jovem, jovem senhora, senhora gorda, eles têm até moda masculina, mas o que predomina é a feminina. Mas eles têm todo o tipo, todo estilo de roupa, para toda a ocasião, por um bom preço” (trecho de entrevista concedida por Sônia, assessora de uma representante de um conjunto de lojas coreanas no Bom Retiro).

abastecimento de suas prateleiras e pela quantidade dos modelos disponíveis. *'Nós fazemos um lançamento de coleção com, no mínimo, 80 modelos de roupas diferentes. Impossível fazer menos que isso'*, ilustra Sandra Kim, proprietária da confecção ModasCor. Ela e a maioria dos outros confeccionistas abastecem suas lojas a cada 15 dias. E a perspicácia do comerciante não está apenas em manter a loja cheia, mas repleta daquilo que o cliente quer ver. *'Se algum modelo não teve uma boa saída em 15 dias, nós recolhemos as peças e renovamos a mercadoria'*, explica Sandra. A tática é adotada por todos os seus conterrâneos e, acreditamos, que não foi fácil chegar a essa logística afinada, na qual peças chegam e saem numa velocidade sem fim (KIM, 2008:72).

Note-se que apesar de reproduzir um sistema de organização da produção parecido com o das redes varejistas, essas lojas atacadistas coreanas procuram repor alguns elementos da exclusividade vinculada ao fato de se tratarem de roupas que possuem uma marca própria. Nesse sentido, além dos catálogos, alguns bastante refinados, com as roupas das coleções, a realização de desfiles e outros eventos e uma imprensa local em torno de questões da moda, os atacadistas coreanos também passaram a investir nas lojas em que as roupas serão comercializadas, enquanto vitrine e veículo importante para o *marketing* de suas coleções. Pois é ali, em um mezanino na parte superior das lojas, que as clientes lojistas são apresentadas pessoalmente à coleção, em um espaço reservado para a visualização de desfiles, em vídeo, das roupas da coleção e com vendedoras à disposição para a experimentação dos modelos escolhidos. Provavelmente, a alta rotatividade das coleções, com lançamentos de modelos novos quinzenais (variações em torno das coleções principais), faz com que essa forma de apresentação da coleção adquira proeminência em relação aos tradicionais desfiles de abertura das temporadas, apesar desses desfiles fazerem parte de tal circuito, no evento denominado “Bom Retiro Fashion Business”.

O sistema de pronta-entrega dessas lojas permite a compra de lotes pequenos de cada peça por tipo de modelo, entre 10 e 20, ao contrário das lojas atacadistas tradicionais que se

organizam por pedidos e em torno de lotes mínimos bem maiores, geralmente, por volta de 100 peças por tipo de modelo. Apesar desse sistema de “vendas no atacado” se aproximarem das “vendas no varejo”, quanto ao aspecto da “pronta-entrega” e da possibilidade de compras de lotes pequenos de modelos iguais, essas lojas organizam a comercialização de suas roupas tendo em vista um sistema de exclusividade que repõe, do modo tradicional, o fato de se tratar da comercialização de um “produto da moda”.

Conforme nos explica Sônia, assessora de uma representante dos atacadistas coreanos que acompanha as compras das lojistas de outros lugares do Brasil, antes de iniciarem suas compras e mesmo quando pretendem pagar à vista, quantias nem tão exorbitantes por loja, em torno de 3 a 4 mil reais, em média, essas clientes lojistas precisam passar por todo um ritual de cadastramento, que deve ser renovado a cada 6 meses, e, ainda, antes de obterem as vantagens das compras a prazo passam por um período inicial, de “teste”, em que precisam pagar, praticamente, à vista, as primeiras compras¹⁹⁷. Nesse processo de cadastramento, administrado pelos filhos dos donos coreanos, se verifica, entre outras coisas, a existência de outros pontos de venda de roupas dessa marca, próximos da loja das futuras clientes lojistas (os critérios de proximidade variam de acordo com a loja), pois a venda dessas roupas não pode ser realizada por duas lojas próximas espacialmente. Esse sistema, bastante tradicional, de “fechar a praça”, além de ser uma forma dos atacadistas coreanos controlarem a comercialização de suas roupas, possibilita, portanto, a reposição de uma exclusividade que se perde um pouco nos lançamentos de novidades quinzenais.

De qualquer forma, para atingir essa alta produtividade, ao invés do modelo fabril, centralizado, com funcionários fixos, os coreanos estabeleceram um sistema de produção

¹⁹⁷ “ (...) você tem que ter um cadastro, renovado de 6 em 6 meses, você tem que comprar no atacado, durante um ano, praticamente, você tem que pagar a vista etc”(trecho de entrevista concedida por Sônia, assessora de uma representante de um conjunto de lojas coreanas no Bom Retiro).

descentralizado, também muito parecido com o modelo das grandes lojas varejistas e da “produção de carregação”, na qual iniciaram, e que mobiliza uma miríade de pequenos produtores: as pequenas oficinas de costura. A comercialização também passa a se aproximar mais do processo produtivo, permitindo rápido giro da produção:

(...) os estilistas geralmente copiam um modelo de sucesso, especializam-se em um ou dois tipos de roupas, cortam os tecidos e distribuem as peças em lotes para diferentes oficinas de costura. (...) “Os judeus trabalham em escala industrial, fornecendo para os grandes magazines. Os coreanos distribuem as mercadorias pelas lojas e mantêm vendedores que mais funcionam como fiscais desse estoque invisível. Isso agiliza as vendas, eu mesmo já comecei a adotar esse sistema”[depoimento do empresário judeu Bernardo Dorf] (GALETTI, 1996:140 - 141).

Considera-se que seria para o abastecimento dos negócios coreanos no setor de confecção – tal como configurados a partir da década de 1970, principalmente, em seu segmento atacadista – em torno de uma produção extremamente diversificada de roupas e acessórios da “moda”, baseada em uma enorme rotatividade de produtos, que se origina, para o seu abastecimento, o circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana.

Conforme ressalta matéria do jornal *O Diário Popular*, citada abaixo, a partir de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos – DIEESE, esse sistema de subcontratação representaria um gasto dez vezes menor com a folha de pagamento dos costureiros, o que parece ser bastante significativo nesse tipo de negócio que envolve enorme produtividade e alta rotatividade.

Segundo estimativa da subseção do Dieese, no Sindicato das Costureiras, uma empresa constituída legalmente gastaria por volta de R\$ 31 mil apenas com a folha de pagamento de 25 funcionários que recebessem o piso da categoria (R\$351,00). Nesse cálculo estão incluídos encargos e horas extras. Mesmo que as três confecções [de bolivianos apreendidas pela Polícia Federal] pagassem a um total de 25

bolivianos um salário mínimo, a despesa ficaria em R\$3 mil reais – 10 vezes menos (*O Diário Popular*, 25 de julho de 1997).

De maneira bastante esquemática e considerando as informações obtidas no trabalho de campo, em relação ao comércio atacadista dos imigrantes coreanos na cidade de São Paulo vinculado à comercialização de roupas “da moda”, nota-se o estabelecimento de uma divisão do trabalho para a produção e comercialização das peças em que que, principalmente:

- i) Os coreanos seriam responsáveis pelo desenvolvimento do produto e insumos necessários para a sua realização e pelo controle das oficinas de costura ou, em alguns casos, pelo capital inicial dos bolivianos através do empréstimo de máquinas e/ ou outros equipamentos para que constituam as próprias oficinas e pela comercialização das roupas confeccionadas.
- ii) E, principalmente, os bolivianos, mas, muitas vezes, imigrantes de outros países da América Latina, realizariam o trabalho de costura das roupas e, atualmente, em muitos casos, também seriam responsáveis pelo corte dos tecidos, pois são muito mais baratos do que os cortadores coreanos ou mesmo brasileiros¹⁹⁸, além de se consolidarem cada vez mais como agenciadores dessa força-de-trabalho ilegal desde a própria Bolívia e como donos das oficinas de costura.

Dessa forma, conforme argumentamos ao longo do capítulo, o circuito de subcontratação de força-de-trabalho em foco – a despeito das condições precárias de moradia e trabalho que ele impõe aos imigrantes bolivianos, conforme veremos no terceiro capítulo – faria parte, originalmente, de um circuito produtivo diversificado, consolidado e de amplas dimensões comerciais, que seria estabelecido pelos imigrantes coreanos que passaram a

¹⁹⁸ “Não era qualificada quando eles chegaram aqui, mas que se qualificou aqui também (...). Tanto que muitas empresas grandes, de coreanos, muitas grifes, se você vê os modelos, essas peças pilotos, quem faz é um boliviano, essas blusas bonitas. Então, ele faz aquela parte bonita e tal para os outros fazerem. Então, você vê, ele está nessa fase: então, ele não pode ser um modelista, porque ele não tem o curso, ele não tem a capacitação para isso, mas é utilizado. Então, se ele vai pagar para um modelista R\$200,00 a peça, para ele, que não é capacitado, paga R\$ 30,00, e ele fica contente, porque é uma coisa que ele faz rápido” (trecho de entrevista concedida pela advogada Ruth Camacho).

emigrar a partir da década de 1970 – certamente, em torno de laços de parentesco com a comunidade coreana já inserida na cidade de São Paulo desde a década anterior – e que passa a mobilizar uma força-de-trabalho que só torna-se disponível a partir dos processos políticos e econômicos desencadeados na Bolívia a partir da década de 1980.

No próximo capítulo, serão abordadas com mais detalhes as especificidades da experiência boliviana nesse circuito de subcontratação, com o intuito de delimitar o sentido da inserção “transnacional” no interior desse circuito, a partir da análise das trajetórias sócio-espaciais delineadas pelos imigrantes bolivianos em seus percursos no interior desse circuito de subcontratação.

– Capítulo 3 –

A EXPERIÊNCIA BOLIVIANA NO INTERIOR DO CIRCUITO DE SUBCONTRATAÇÃO TRANSNACIONAL

Neste capítulo, o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana será abordado a partir de suas características específicas, refletidas na experiência boliviana no interior desse circuito. Dessa forma, diferentemente dos dois primeiros capítulos, em que o objetivo era uma caracterização das determinações histórico-estruturais que possibilitaram sua emergência, neste capítulo, focalizaremos, a partir da investigação exploratória realizada até o momento, o próprio circuito.

O objetivo é investigar a experiência boliviana tendo em vista verificar o tipo de inserção sócio-espacial que os bolivianos estabelecem ao longo de seus percursos no interior desse circuito de subcontratação para o trabalho em oficinas de costura informais, na cidade de São Paulo, conforme delineado na introdução. A indagação geral, orientadora da investigação empírica a ser apresentada neste capítulo¹⁹⁹, diz respeito à instabilidade e precariedade pressupostas nesse tipo de inserção ilegal e informal no espaço urbano. Pois apesar da precariedade e instabilidade fazerem parte da realidade dos imigrantes bolivianos ligados ao circuito, conforme foi possível vislumbrar nas descrições apresentadas na introdução, percebeu-se, ao longo do trabalho de campo, uma heterogeneidade de situações e trajetórias

¹⁹⁹ Tendo em vista: as entrevistas de histórias de vida sem roteiro estruturado e aquelas a partir de um roteiro semi-aberto com bolivianos abordados de maneira aleatória, em um domingo durante o dia, na Praça Kantuta. Note-se que essas últimas entrevistas foram realizadas ao fim da pesquisa, com o intuito de verificar de maneira sistemática os achados durante conversas em investigação etnográfica e nas entrevistas de história de vida de maior profundidade. Ver Anexos 2 e 3 com roteiro, metodologia e perfis dos bolivianos entrevistados.

que, algumas vezes, significaram mobilidade social ascendente para alguns bolivianos, a despeito, inclusive, da alta rotatividade inicial desses imigrantes por entre as oficinas de costura na cidade.

Dessa forma, a multiplicidade de trajetórias encontradas nos levou a considerar a existência de clivagens que determinariam trajetórias sócio-espaciais específicas, no interior do mesmo circuito de subcontratação. A hipótese inicial – fruto do trabalho de campo, a partir do qual o roteiro de entrevistas semi-estruturado foi elaborado – é a de que a forma de entrada no circuito de subcontratação seria determinante do tipo de trajetória a ser desenvolvida posteriormente, pois essa entrada delimitaria o campo de possíveis abertos para os costureiros a partir de então. E, portanto, uma entrada por vias mais seguras, como as familiares, por exemplo, conformariam trajetórias mais bem sucedidas do que aquelas iniciadas a partir de meios mais impessoais, como anúncios ou “amigos” / “colegas” / “conhecidos”.

Para a investigação dessas trajetórias sócio-espaciais, adotou-se a perspectiva analítica que traz para o primeiro plano os “eventos de mobilidade”²⁰⁰ desses imigrantes ao longo de sua experiência no interior do circuito de subcontratação na cidade de São Paulo. Esses “eventos de mobilidade”, de acordo com Tarrius (1993) e Telles (2006B), não são simples deslocamentos espaciais, mas refletiriam hierarquias de espaço e tempo, nas quais as continuidades, entre os espaços geográficos descontínuos, se realizariam a partir dos tempos sociais e biográficos que transpassam esses espaços urbanos, conformando dessa forma, territórios específicos²⁰¹.

²⁰⁰ Eventos de mobilidade que compõem as “mobilidades urbanas: trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais, deslocamentos cotidianos nos circuitos que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos” (TELLES, 2006B:1)

²⁰¹ Em relação a essa noção de território, é importante notar a mudança operada em relação à acepção clássica do termo, pois nessa perspectiva o território não é nem um espaço delimitado geograficamente e nem fruto do estabelecimento sedentário de grupos sociais.

(....)[territórios] feitos de práticas, fluxos e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vida e os tempos sociais cifrados em seus espaços” (TELLES, 2006:4).

De acordo com Telles (2006:2-3), portanto, os “eventos de mobilidade”, que conformariam territorialidades específicas na cidade, seriam perpassados por três linhas de intensidade, a serem consideradas em sua investigação: *a linha vertical das cronologias*, ou seja, dos tempos biográficos e familiares que se sucedem junto com o tempo social – histórico; *a linha horizontal das espacialidades*, em que os tempos se efetuam, onde as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e onde se desenvolvem as “comunicações transversais” com outros grupos e pontos de referência do social, para além das filiações familiares²⁰² e, *a linha perpendicular dos eventos políticos*, que se constituem como referências importantes no interior desses “eventos de mobilidade”²⁰³.

Na pesquisa empírica realizada sobre a experiência boliviana no interior do circuito de subcontratação, pretendeu-se abarcar, principalmente, a linha das *espacialidades* que perpassam os “eventos de mobilidade” desses imigrantes na cidade de São Paulo e para além de suas fronteiras, tendo em vista os tempos biográficos no interior dos quais as trajetórias desenrolaram-se, a partir do momento da partida da Bolívia em direção à São Paulo. Pois conforme ressalta Telles, os tempos biográficos nos dariam as cifras para a compreensão das ligações entre os espaços conjugados ao longo da experiência dos indivíduos na cidade.

No plano dos tempos biográficos, é toda pulsação da vida urbana que

²⁰² “(...) as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forma e constroem referências que permitem entrecruzamentos com outras histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham e constroem a história urbana” (TELLES B, 2006:3).

²⁰³ Em relação a essa linha perpendicular, apesar de nos referirmos a ela em alguma medida durante a apresentação das trajetórias não será abordada devidamente. Ao longo dos últimos dois capítulos esse aspecto foi abordado tendo em vista as origens do circuito e fluxos em questão.

está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. Na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade (e história urbana) que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo e espaço (TELLES, 2006B:5).

Nesse sentido, as entrevistas semi-estruturadas com os bolivianos ligados ao circuito de subcontratação, em torno das quais os outros elementos da investigação empírica serão mobilizados ao longo do capítulo, buscaram abarcar, em linhas gerais: i) as *trajetórias ocupacionais*, ou seja, as mudanças de oficina e, em alguns casos, da posição de “costureiro” para a de “dono de oficina”; ii) as *trajetórias habitacionais*, que incluem além dos bairros habitados na cidade de São Paulo, os outros lugares freqüentados, os possíveis retornos para a Bolívia e mudanças temporárias, principalmente, para Buenos Aires, de imigrantes bolivianos vinculados aos circuito de subcontratação e, iii) as relações entre bolivianos e coreanos no interior do circuito.

Tendo em vista a hipótese inicial de pesquisa – de que as diferentes formas de inserção dos bolivianos no circuito de subcontratação dependeriam das possibilidades abertas no momento inicial de entrada nesse circuito – foi possível identificar, nas entrevistas realizadas, três formas iniciais de entrada no circuito, a partir das quais a apresentação dos dados será organizada: i) dos que chegaram a São Paulo por motivos diversos e acabaram por se inserir, depois, no setor de confecção, o que aconteceu em 3 entrevistas (16,4%)²⁰⁴ e na entrevista de história de vida de Juan; ii) dos que chegaram sozinhos, devido a anúncios – em rádios, jornais ou na rua – ou contatos com “colegas / amigos”²⁰⁵, na qual concentram-se 9 entrevistas (50%)

²⁰⁴ As porcentagens nesse parágrafo referem-se a amostra de 18 entrevistados ligados diretamente ao circuito. Pois, conforme desenvolvemos nos Anexos 2 e 3, apesar de terem sido realizadas 21 entrevistas, 3 delas diziam respeito a bolivianos que disseram nunca ter trabalhado no setor de confecção da capital paulistana.

²⁰⁵ Percebemos durante pesquisa etnográfica, o que se confirmou durante a aplicação do roteiro, que no caso daqueles vindos através de coiotes é comum que se refiram ao trajeto dizendo que vieram com “amigos” ou “colegas” ou ainda “conhecidos” que, por sua vez, pagaram as despesas da viagem e lhes arrumaram um trabalho no setor do confecção. São poucos os que assumem declaradamente, em uma primeira conversa, que vieram nesses circuitos mais ilegais. Diferentemente do caso dos que vieram trabalhar em confecções de

e, iii) dos que chegaram em São Paulo a partir de algum familiar, geralmente, pais, irmãos e tios para se inserir no setor de confecção, o que aconteceu em 6 entrevistas (33,4%).

Dessa forma, para a exposição dessas trajetórias sócio-espaciais, o capítulo será dividido em três seções:

- i) Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito depois de já inseridos na cidade de São Paulo.
- ii) Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito desde a Bolívia a partir de anúncios de jornal ou “colegas” / “amigos”.
- iii) Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito desde a Bolívia a partir de contatos com familiares.

Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito depois de já inseridos na cidade de São Paulo por outros motivos

Na pesquisa exploratória, foram encontradas quatro trajetórias sócio-espaciais²⁰⁶ em que a inserção no circuito deu-se depois da inserção na cidade de São Paulo. Em todas essas trajetórias o contato inicial para a inserção no circuito foi a partir de indicação de outros “colegas”/“amigos”, que estavam “se dando bem” na costura, conhecidos na cidade antes da inserção no circuito.

Apesar dessa entrada a partir de “indicações” de outros já inseridos, foi possível notar, em observação etnográfica, que, pelo menos, nos principais espaços de sociabilidade da comunidade boliviana, na cidade de São Paulo, aos fins de semana – a Praça Kantuta e a Rua Coimbra – a possibilidade de inserção no mercado de trabalho das oficinas de costura informais encontra-se expressa de maneira visível e acessível: nos anúncios, muitas vezes, em espanhol, que os donos de oficinas afixam em uma Kombi, estacionada, na Rua Coimbra, aos sábados. E, de maneira mais velada, na Praça Kantuta, em que se percebe a existência de anúncios próximos aos telefones públicos. E, principalmente, nos dois lugares, com a presença dos donos de oficinas, geralmente, bolivianos, que vão conversar diretamente com seus compatriotas para lhes oferecer trabalho. Esses espaços de sociabilidade ainda parecem possuir um papel central na regulação do mercado de subcontratação local, pois se estabelece, de fato, uma sociabilidade intensa entre os frequentadores, possibilitando o estabelecimento de relações, nem sempre muito próximas, entre “amigos”, “colegas”, nas quais se conversa, entre

²⁰⁶ Foram 3 entrevistas do universo de 21, aplicadas na Praça Kantuta que representam 14,3% , do total de 21 entrevistas e 16,4 % , se considerarmos apenas as 18 entrevistas em que ocorreu a inserção no setor de confecção. E uma história de vida.

outras coisas, sobre as condições de trabalho – onde está bom para trabalhar, quem foi enganado etc.

As trajetórias daqueles que se inseriram no setor de confecção depois de já inseridos na cidade de São Paulo, são as seguintes:

Leandro²⁰⁷, de 40 anos, nascido na capital de La Paz, atualmente casado com uma boliviana e pai de 3 filhos brasileiros – que possuem as seguintes idades: 10, 14 e 19 anos. Veio para o Brasil em 1991, aos 22 anos. Na Bolívia, trabalhava como mecânico em um serviço formal. Veio para o Brasil sozinho, com o dinheiro guardado devido ao trabalho anterior na Bolívia, para “tentar a vida” e virou ajudante de camelô durante, mais ou menos, uns oito meses, até que decide voltar para a Bolívia. Na Bolívia, permaneceu por um ano e casou antes de voltar para o Brasil novamente. No Brasil, voltou a trabalhar com o mesmo camelô e, depois, resolveu entrar no ramo da costura por considerar mais “rentável”. Iniciou, por indicação de “colegas”, em uma oficina coreana e, depois de uns 4, 5 anos, montou a própria oficina na qual trabalha até hoje, contratando outros compatriotas. Na cidade morou em dois bairros: Campos Elíseos e Cachoeirinha.

Oscar, de 44 anos, nascido em Murrilo, província de La Paz, atualmente casado com uma boliviana e pai de 2 filhos bolivianos e 5 filhos brasileiros – que possuem as seguintes idades: 5, 8, 10, 13, 15, 18 e 16 anos. Veio para o Brasil, primeiramente, em 1989, aos 24 anos, para a região da fronteira, em Rio Branco, indo, depois, para vários outros lugares com o trabalho de músico. E em 1997, aos 32 anos, voltou ao Brasil, agora, para a cidade de São Paulo, a partir de Santa Cruz, com a mulher e uma filha, para trabalhar como músico. E,

²⁰⁷ Os nomes utilizados são todos fictícios, porque, durante a entrevista, enquanto parte de um acordo tácito com aquele que eu iria entrevistar, não foi pedido nenhum tipo de identificação. Os perfis completos, identificáveis pelo nome fictício, encontram-se arrolados no Anexo 3.

depois de algum tempo, resolveu parar com a música e entrar no setor de confecção, por achar mais lucrativo na época. Trabalhou como costureiro em, mais ou menos, quatro oficinas até montar sua própria oficina. Oscar diz ter voltado várias vezes para a Bolívia, desde que chegou a São Paulo, mais de 10, de acordo com ele, pelos motivos mais diversos, desde para a visita de familiares, como para fazer uns “bicos” de músico. Na cidade de São Paulo já morou nos seguintes bairros: Santana, Freguesia do Ó, Pirituba, Mooca, Luz e Ponte Rasa, na zona leste.

José, de 36 anos, nascido na província de Omasuyos, no departamento de La Paz, atualmente casado com uma boliviana e pai de um filho boliviano e 4 filhos brasileiros – com as seguintes idades: 5, 7, 9, 11 e 13 anos. Veio para São Paulo em 1997, aos 24 anos, de avião, junto com libaneses que possuíam uma empresa de plástico na Bolívia, na qual trabalhava. No Brasil, trabalhou como caseiro para esses libaneses e, depois, em seus negócios no ramo têxtil: como cortador e vendedor de tecido. Nesse trabalho, percebeu que ganharia mais se montasse uma oficina de costura, o que acaba fazendo depois de algum tempo juntando dinheiro e começa trabalhando em sua oficina para donos de loja coreanos com quem mantém relações de trabalho há seis anos. Já morou em dois bairros na cidade: Belenzinho e Bom Retiro.

Juan²⁰⁸, por volta de 40 anos ou mais, nascido no departamento de Cochabamba, atualmente casado com uma boliviana e com 3 filhos brasileiros, com as seguintes idades: 25, 21 e 18 anos. Veio para São Paulo em 1984, aos 20 e poucos anos, depois de terminado o ensino secundário e devido a um motivo bem específico e que não se vinculava a questões financeiras: para conhecer o filho de uma namorada que engravidara dele na Bolívia e fugira

²⁰⁸ Com quem foi realizada uma longa entrevista de história de vida, durante participação em pesquisa do departamento de Sociologia, da Universidade de São Paulo (USP) em 2006, com os pesquisadores Carlos Freire e Robert Cabanes.

para o Brasil para evitar a fúria familiar, indo trabalhar de cozinheira em um restaurante no bairro da Moóca, na capital paulistana. Depois de receber notícias do nascimento do filho, a partir de um amigo em comum, que foi visitá-lo em Cochabamba, resolveu partir, com esse amigo, para São Paulo, ao encontro do filho e de sua futura mulher. Em Cochabamba, deixava o pai, dono de uma oficina mecânica, a mãe, dona de casa, outra noiva e todos os planos de ascensão social a partir dos estudos, conforme previsto pela família, que censurava veementemente a viagem de Juan²⁰⁹. E, portanto, apesar de não ter partido por questões financeiras, a despeito do momento crítico pelo qual passava a Bolívia no período – conforme vimos no segundo capítulo – a partir do momento em que decide abandonar a família, Juan inicia um trajeto que se assemelha ao daqueles que vêm ilegalmente para a cidade. Mudança que inicia ainda na Bolívia, a partir de Santa Cruz, onde pararam para que Juan fizesse um passaporte falso antes de pegar um ônibus em direção à estação Tietê, do metrô de São Paulo.

Nós tínhamos feito passaporte, tínhamos feito passagem, tínhamos feito tudo. Mas meu pai rasgou. Agora quando eu saí, no dia 27, nós pegamos o avião de aqui de Cochabamba para Santa Cruz e foi aí que ele [Genaro, o amigo que fora visitá-lo] se encontrou com su irmão e nós fizemos passaporte de novo. Porque tem alguns lugares que fazem passaporte na hora. Entonces, eu viajei, como eu falo, eu estava voando, né, daí eu falei pro Genaro, alías, para a senhora, aquela senhora...não me lembro o nome dela... Rita... Rita Flores, ela falou '(...) estás todo o passaporte, tua documentação toda' e o Genaro deu dinheiro para ela. Eu estava assim, você sabe, eu estava tonto. Eu só desembarquei no Tietê no dia 2 de dezembro de 84 (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Ao chegar a São Paulo, Juan foi morar na casa de sua mulher, na Avenida Celso Garcia,

²⁰⁹ “Entonce, eu vim de lá da Bolívia com aquela esperança de trabalhar. Lá, eu tinha mãe, tinha pai, estava estudando, se faltava pra alguma coisa, falava 'pai me dá um dinheiro', e 'tá bom, toma, filho'... quando eu pulei da Bolívia para o Brasil, aí, o cigarro que eu fumava me custava muito caro, é verdade, lá na Bolívia não, porque tudo era 'pai, mãe, me dá isso'. Mas agora aqui, até pro cigarro tinha que batalhar muito. Mas é como eu falo, perdi tudo aquilo, mas era tudo isso por amor”(trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

região central da cidade, sem um trabalho anteriormente arranjado e sem o domínio da língua portuguesa. Então, saiu pela cidade, com um mapa e duas alternativas: ou encontrar outros bolivianos para pedir indicações de trabalho no ramo da confecção, conforme aconselhara a sua mulher que já estava no Brasil há um ano. Ou conseguir trabalho em alguma oficina mecânica da rua R. Dom Bosco, na Móoca, conforme pista dada por seu pai. Acabou conseguindo um trabalho nessa rua, em uma oficina mecânica de um brasileiro, depois de consertar o carro de um cliente boliviano dele. Trabalhou ali durante 5 meses até que o dono resolveu fechar por problemas pessoais. Note-se que Juan ainda não possuía documentos e, portanto, não era registrado. Depois desses 5 meses iniciais em que passou a dominar a língua portuguesa, a mulher de Juan arrumou-lhe um emprego, com o irmão de seu patrão, para trabalhar em uma metalúrgica de cerca de 40 funcionários, onde se faziam brocas e engrenagens de aço, como fresador e, depois de um ano, torneiro mecânico. A maior proximidade com outros imigrantes bolivianos que tinham ou trabalhavam em oficinas de costura, o levou a optar por abandonar esse trabalho mais estável e se inserir no circuito de subcontratação vinculado aos lojistas coreanos, ainda sem saber costurar, por considerar que seria mais vantajoso financeiramente:

Aí uns colegas meus que já tinham ou conheciam bolivianos que tinham oficina de costura, falaram 'Juan no que você trabalha?'. Todo mundo que você vê na rua, todo boliviano é costureiro, aí eu falei, 'trabalho...' eu era o único cara que falava... 'o que é que você trabalha?', 'eu sou metalúrgico', 'nossa, metalúrgico? Não é costureiro?'. Então, eu falei com esse pessoal aí, ah, 'eu ganho mais, trabalhando aqui eu ganho mais'. Eu via, comparava o meu salário com o salário que eles ganhavam. Mas os amigos meus falaram que costura se ganhava mais e, realmente, se ganhava mais naquela época (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Apesar de também não ter sido registrado formalmente nessa metalúrgica, Juan, ao sair,

recebeu todos os encargos trabalhistas a que tinha direito, o que lhe possibilitou comprar, logo de saída, duas máquinas de costura. Entretanto, como ainda não sabia costurar e ainda não tinha “contatos”, foi trabalhar como auxiliar de mais dois amigos bolivianos em uma oficina de costura de um imigrante coreano na Vila Ré, na qual permaneceram por três semanas – os três acabaram sendo despedidos porque um dos colegas chegou bêbado na oficina²¹⁰. Depois dessa primeira experiência, em que aprendeu as bases do novo ofício, Juan foi procurar trabalho em um shopping de coreanos na Rua Marcos Arruda, iniciando nos trabalhos mais fáceis, até adquirir habilidade, durante, aproximadamente, 3 meses. Esse foi um período de trabalho árduo, conforme nos relatou:

(...) eu trabalhei bastante também, eu entrava a trabalhar de segunda, que eu morava na Celso Garcia, de segunda, terça, quarta, quinta e sexta eu trabalhava das 7 da manhã à meia noite, todo dia, todo dia, eu me acostumei com o serviço, das 7 à meia noite, mas na sexta feira era diferente. Na sexta feira eu entrava trabalhar às 7 da manhã e eu trabalhava até meia noite, mas continuava trabalhando, virava a noite de sexta para sábado, eu trabalhava a noite toda. Das 7 da manhã da sexta feira eu trabalhava até, mais ou menos, às 7 da noite do dia sábado. Eu não dormia e às 7 horas da noite do sábado eu já estava caindo no sono mesmo, eu acabava tudo que tinha que acabar, mas dava 8 horas, eu... e o coreano falava “Jorge, você está trabalhado muito”, “ah tudo bem”, que eu já sabia já costurar, mas eu trabalhava, eu gostei do serviço. Aí chegava 8 da noite, eu estava caindo, saía da oficina quase dormindo, aí eu chegava na minha casa no sábado, levava meu dinheirinho, o vale que o coreano me dava, levava meu dinheirinho, dava pra minha mulher, nós jantávamos, isso, inclusive, uns 3 meses, jantávamos, nós dormíamos e eu acordava no domingo às 3, 4 da tarde...ficava dormindo, eu trabalhei bastante também naquela época (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

²¹⁰ Na verdade, eu saí, eu comprei as duas máquinas, mas eu não sabia costurar, eu falei, há a necessidade também, né, meus colegas me falaram, “você me leva de ajudante de costura?”, éramos 3 colegas. Me levaram numa oficina de costura lá na vila Ré, e me apresentaram para um coreano, me falou, “você é costureiro?”, falei “sou”, “costura bem?”, “costuro”, eu não sabia nem mexer na máquina. E ele falava (o amigo), “quando vir o coreano, você faz outra coisa, você desliga a sua máquina e faz outra coisa”. (...) Aí, foi a necessidade que, às vezes, aperta e eu aprendi, aprendi em 3 semanas, aí um deles chegou bêbado na oficina de costura e o coreano falou “não, bêbado você não pode trabalhar, vá embora”, eu falei, “se ele vai embora, eu também vou embora, ele também vai”, “ta bom, vá embora os 3”, nos mandou embora os 3 (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Depois desse período trabalhando na oficina coreana de um *shopping de* coreanos na Rua Marcos Arruda, recebeu uma proposta do patrão coreano para que montasse sua própria oficina e, desde então, inicia uma trajetória considerada promissora no ramo, mudando para casas maiores, para acomodar as máquinas que foi adquirindo, pelo menos, umas 4 vezes. Até que, devido à crise no setor, na época do governo Collor, no início dos anos 1990, muda-se para Buenos Aires, na Argentina, por um ano, deixando a família no Brasil²¹¹. Ao voltar para o Brasil, Juan permanece mais alguns anos no setor com oficina própria, entretanto, devido a desentendimentos sérios com seus compatriotas contratados por ele, acaba saindo do ramo e monta um restaurante na casa alugada onde mora, atualmente, na rua Coimbra.

É interessante notar que a trajetória de Juan processa-se em um momento de transição entre aqueles fluxos anteriores de bolivianos e o que começa a se configurar, diretamente, ligado ao circuito de subcontratação, a partir de fins da década de 1980. Pois Juan vem para o Brasil em 1984 e, a princípio, pode optar entre permanecer em um trabalho oferecido pelo mercado local ou entrar no circuito de subcontratação para o trabalho nas oficinas. E note-se que, desde o início de sua entrada no circuito de subcontratação, contou com reservas financeiras que possibilitaram que logo estabelecesse uma oficina de costura própria, apesar da importante ajuda dos imigrantes coreanos, como veremos a seguir. E acaba por perfazer um percurso bastante diversificado de inserção profissional²¹².

* * *

De maneira geral, as trajetórias descritas acima, daqueles que se inseriram no ramo da

²¹¹ As relações com os coreanos enquanto dono de confecção e a experiência na Argentina será abordada no próximo capítulo junto com outras evidências do trabalho de campo.

²¹² Um percurso que inicia em um trabalho numa fábrica local, passa pelo setor de confecção como costureiro até montar a primeira oficina e, depois outras, maiores e que acaba como dono de restaurante na rua Coimbra.

costura depois de já estarem na cidade de São Paulo por outros motivos, note-se que se tratam de imigrações mais antigas – entre a metade da década de 1980 e fins de 1990²¹³. Note-se também que, nos 4 casos, tratam-se de homens que vieram para São Paulo aos vinte e poucos anos, com exceção de Oscar, e que são casados com bolivianas, apresentando uma média alta de filhos, cerca de 4 por família, e todos com filhos brasileiros, além de bolivianos.

Outro aspecto presente em todas essas trajetórias é o fato desses bolivianos terem constituído as próprias oficinas de costura, depois de algum tempo trabalhando como costureiros, nas quais passaram a empregar compatriotas. Esse é um aspecto também abordado por Silva (1997 e 2006), que nota que, além da montagem da própria oficina, os bolivianos que iniciaram no setor de confecção há mais tempo, atualmente, estariam diversificando suas atividades na cidade de São Paulo, abarcando outras áreas vinculadas ao comércio ou serviços, principalmente, de telefonia e transporte²¹⁴, como é, por exemplo, o caso de **Juan**, que, atualmente, é dono de um restaurante de comidas típicas, na Rua Coimbra.

Em relação às trajetórias investigadas, nas quais os bolivianos montaram as suas próprias oficinas incluem-se, além de **Leandro, Oscar, José e Juan**, as trajetórias de **Ramiro e Julio** – compondo, ao todo 6 casos, que correspondem a 31,5% do universo de 19 costureiros entrevistados²¹⁵. Note-se que são todos homens que migraram para a cidade de São Paulo durante a década de 1990 – com exceção de **Juan** que veio para São Paulo em 1984. E todos casados e com filhos, com exceção de Julio, que é solteiro, mas possui um filho

²¹³ Juan veio em 1984, Leandro, em 1991 e, Oscar e José vieram em 1997.

²¹⁴ “É importante ressaltar ainda que os oficinistas já estabelecidos na cidade procuram conjugar o trabalho da costura como outras atividades econômicas, como é o caso dos bares e restaurantes, serviço de telefonia e transporte, ou ainda a venda de produtos típicos. Esses são vendidos em pequenos negócios localizados nos bairros do Brás e do Pari, ou ainda nas feiras livres realizadas nos fins de semana, como é o caso da que acontece todos os domingos na Praça Kantuta, no bairro do Canindé” (SILVA, 2006: 166).

²¹⁵ Pois em relação a esse caso, somamos aos 18 costureiros entrevistados na Kantuta a trajetória de Juan – entrevista de história de vida realizada em outras circunstâncias.

brasileiro. Uma outra regularidade interessante percebida em 3, dessas 6 trajetórias – **Leandro, José e Ramiro** – é o fato desses imigrantes terem voltado para a Bolívia, ou para buscar a família ou para casar, no momento que conseguem dinheiro para montar uma confecção na cidade de São Paulo, antes de começarem o negócio. Note-se também que nas trajetórias de **Angela e Esteves** – que vieram para o Brasil ainda crianças, com os pais que vieram trabalhar como costureiros – que os pais desses bolivianos também realizaram essa trajetória de estabelecimento da própria oficina. E se somarmos duas trajetórias às outras, teremos um total de 8 trajetórias em que os bolivianos passaram de costureiros a donos de oficina, o que representa 42,1% de nossa amostra de 19 costureiros.

Outro aspecto interessante a respeito dessas trajetórias é a presença, em alguns casos, marcante, dos imigrantes coreanos, como patrões, “sócios”, amigos e financiadores desses imigrantes bolivianos. Todos esses seis bolivianos, donos ou ex-donos de oficina de costura, disseram trabalhar ou já ter trabalhado com coreanos. Em relação à opinião desses bolivianos sobre os coreanos note-se que – com exceção de **Oscar**, que falou mal diretamente dos coreanos, dizendo que são exploradores e caloteiros – a posição de todos os outros – inclusive de **Esteves e Angela** (que disse que a oficina da mãe trabalha para lojistas coreanos) – foi mais contemporizadora (as respostas giravam em torno do fato de que não é possível julgar de antemão)²¹⁶. E enquanto nos casos de **Julio, Ramiro, Juan, José e Leandro**, a maioria dos casos em que os bolivianos montaram a oficina própria, a relação com os coreanos teve um papel importante para o estabelecimento da primeira oficina, pois em todos esses casos a montagem da oficina deu-se depois de trabalho como costureiro em oficinas coreanas. Apenas no caso de **Oscar**, a montagem da oficina própria parece ter sido fruto de um esforço familiar

²¹⁶ Ver todas as respostas em anexo 3, a partir dos Perfis dos entrevistados.

e pessoal, não diretamente ligado ao trabalho com coreanos, apesar de já ter trabalhado para coreanos como costureiro e dono de oficina, fornecedor para as suas lojas.

Em relação aos casos de **Juan** e **Ramiro**, sobre os quais possuímos mais detalhes, a iniciativa para que montassem a própria oficina foi dos patrões coreanos, que forneceram máquinas e recursos para o início de seus negócios, a partir do estabelecimento de acordos informais entre as partes. No caso de **Juan**, em que temos trechos de depoimento transcritos, faremos alguns comentários mais detalhados sobre o tipo de relações estabelecidas nesses acordos entre bolivianos e coreanos. É interessante notar que se trata, em última instância, da transferência – lenta e vinculada – do controle das oficinas das mãos dos coreanos para os bolivianos. Essa etapa do processo produtivo que está sendo transferida nesses acordos é uma etapa importante da organização interna do circuito de subcontratação: quem vai se responsabilizar pelo controle da produção e, portanto, geralmente, pelos meios de produção, o que inclui a força-de-trabalho necessária para a realização da produção demandada. Dessa forma, e atentando para o tipo de acordo realizado entre **Juan** e dois empresários coreanos que lhe “emprestaram” máquinas para começar a própria oficina, pretendemos flagrar esses arranjos que possibilitam o estabelecimento de tamanha confiança entre membros de comunidades tão diferentes lingüística e culturalmente.

As relações de **Juan** com os coreanos iniciaram a partir do trabalho como costureiro aprendiz em suas oficinas. Enquanto, no primeiro trabalho – em que permaneceu por apenas três semanas, sendo expulso por defender um amigo que chegou bêbado na oficina – estabeleceu uma relação de antagonismo com o patrão coreano, a partir da segunda oficina em que foi trabalhar em um shopping coreano, na Rua Marcos Arruda, passou a estabelecer relações mais próximas. Até que um dos donos da oficina em que trabalhava, chamado

Alfredo, lhe propõe que abra uma oficina própria, com aquelas duas máquinas retas que já possuía, sendo que, então, lhe “emprestaria” uma máquina overloque, sem nenhum custo, até enquanto precisasse. Implicitamente, o acordo deveria ser o de que **Juan** continuaria prestando serviços para ele privilegiadamente, mas, agora, em sua própria oficina domiciliar:

Então, eu tinha comprado duas máquinas retas, ele falou (o dono coreano) 'por que você não faz tua oficina?', 'mas como fazer? Como procurar as firmas, os coreanos?(...) Aí eu comentei com a minha esposa, aí eu falei 'Luara, eu deixo o coreano, vou fazer uma oficina em casa, vou trabalhar sozinho', daí ela falou 'se você deixar aquele coreano, eu também deixo o meu serviço e vamos trabalhar em casa', porque o nosso amigo Alfredo nos emprestou uma máquina overloque, ele falou 'vou te emprestar, não vou te cobrar aluguel, não vou te cobrar nada, eu te empresto a máquina e você utiliza, quando você não precisar mais da máquina, você me devolve' (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

E, a partir daí, Luara, esposa de **Juan**, sai do restaurante em que trabalhava como cozinheira, recebe os encargos trabalhistas, os dois quitam suas dívidas e vão viajar para o Rio de Janeiro a passeio durante alguns dias, antes de iniciar o trabalho de costura, agora, em seu apartamento alugado, ainda na Rua Celso Garcia, no início de 1987. A princípio, contrataram um funcionário boliviano para trabalhar na máquina overloque e que passou a morar junto com eles. E começaram recebendo encomendas desse coreano Alfredo e de outros clientes coreanos. Até que surge uma oportunidade para aumentar a oficina domiciliar, novamente, através das mãos de um imigrante coreano, uma dona de confecção coreana para a qual Juan também prestava serviço.

Porque eu produzia o mais pouco do que as outras oficinas, entences, eu tentava ser mais, aí um dia desses uma coreana, que ela está agora nos Estados Unidos, ela falou, “ah Juan está produzindo pouco, tem gente pra trabalhar?”, “eu sei, tenho um funcionário”, “um?”, “e se eu te der máquinas? Você arranja gente?”, eu falei “eu posso trazer um colega meu, outro colega meu, sim, eu posso”. Aí ela, de sopetão, ela me emprestou 3 máquinas, me emprestou também 2 retas e uma

overloque, o que eu tinha, eu tinha dois retas e uma overloque. Dobrou, me emprestou dois retas e uma overloque...Não foi alugado, porque eu trabalhava pra ela, e ela precisava mais serviço, só que eu não tinha máquinas, entences, ela foi e me deu 3 máquinas e o apartamento já ficou pequeno, mas eu acomodei as máquinas, consegui mais funcionários e eu produzia mais....(trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Nesse caso, também não se tratavam de relações de locação, mas de acordos informais em torno do “empréstimo” dos meios de produção, para que **Juan** conseguisse produzir a quantidade demandada pelos coreanos e, assim, como o pagamento pela utilização da máquina não era cobrado por parte dos coreanos, o pagamento devido em relação ao serviço realizado pelos bolivianos também não era cobrado. Conforme explicita **Juan**, os pagamentos eram “vales” semanais, de acordo com as suas necessidades. É interessante notar que existia uma relação de confiança bastante grande da parte de **Juan** em relação à coreana que, conforme veremos, nesse caso, não era uma confiança equivocada.

Aí eu continuei trabalhando para essa coreana, eu não sabia, eu não perguntava também os preços, “quanto você está me pagando por peça?”, simplesmente, pegava vale, vale, vale... Vale, quer dizer, é um adiantamento, de sábado, então, eu falava o que está me faltando para o aluguel, falava pra senhora “me dá para o aluguel”, ela me dava para o aluguel, falava para me dar para os meus víveres, comida (pausa). Não tinha combinado o preço por peça, não tinha. Ela falava 'você vai costurar isso', eu simplesmente anotava, 'estou fazendo 400 camisas, estou fazendo 1000 vestidos, to fazendo isso...' ela só me dava vales, os adiantamento. Isso foi durante uns 7 meses, e eu falava para a minha mulher, 'puxa vida, quando que nós vamos fazer as contas?', já não sabia (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

E até que, sete meses depois, trabalhando por vale, sem saber muito bem o preço das peças produzidas, **Juan** é chamado pela coreana para acertarem as contas, pois ela estava de mudança para estabelecer seus negócios no ramo da moda nos Estados Unidos. E **Juan** acaba

ficando com as máquinas que a coreana tinha lhe emprestado e mais um pouco de dinheiro, o que considerou um excelente acordo final, apesar de não ter recebido tudo em dinheiro. De qualquer forma, ao aumentar sua capacidade produtiva, aumentava seus rendimentos.

Aí, depois de 7 meses que eu já tinha meus funcionários, tinha aumentado um pouco, a coreana falou 'estou indo para os Estados Unidos...' foi no ano de 88, acho, que ela foi embora. Ela falou 'vamos acertar as contas totales Juan', 'tá bom'. Eu não lembro agora os números, 'quanto foi?'. Ela falou 'eu te devo tanto, tanto, tanto, janeiro, fevereiro, março, tanto'. Ela fez umas contas (...). Então, vamos supor, eu estou te devendo 5 mil reais, naquela época era cruzeiros, 'eu estou te devendo 5 mil reais, eu não tenho para te pagar hoje, agora', 'quando vai me pagar?', 'é mas você tem máquinas', 'sim', 'entonces, vou te dar as máquinas a preço barato, é... vou te dar a..., vamos supor, a 800 cada máquina, 24, são 2500 de máquina e eu vou te dar só 2500'. Poxa, para mim era bom, aí eu apareci com 2 máquinas, 3 máquinas próprias e mais dinheiro, então a coreana foi embora. Aí eu tinha própria mesmo 4 retas e 2 overloques, para trabalho, se trabalhou bastante. Eu trabalhei não para comprar essas máquinas, eu trabalhei porque precisava trabalhar mesmo (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

E, em 1988, depois da partida da empresária coreana, **Juan** muda-se, com a família, da rua Celso Garcia, para a rua Cachoeira e, depois, em 1989, quando nasce o seu segundo filho, para a rua Major Marcelino. O principal objetivo das mudanças era encontrar casas maiores para acomodar as máquinas que ia comprando e os respectivos funcionários. Apesar de ter tido uma ascensão metórica, principalmente, devido ao fato de já ter iniciado com um pequeno capital que foi possível reverter em máquinas, de acordo com **Juan**, um boliviano que começava sem nada, naquela época, a partir de fins da década de 1980, levava em torno de 1 ano para conseguir comprar as máquinas e montar a oficina própria²¹⁷.

E **Juan** passou a querer montar uma grande oficina, assim, já com o dinheiro recebido

²¹⁷ “Na minha época se demorava... é que eu fui rápido porque eu tinha um apoio, tinha um... eu já tinha a base, mas quando a gente começa de zero, naquela época demorava um ano, um ano e meio para fazer a oficina e muitos também passam dez, quinze anos e não faz a oficina, tem muita gente que não faz”.

dessa última empresária coreana comprou mais duas máquinas, somando, então, 8 máquinas. E assim foi até completar 18 máquinas. Como a fala de **Juan** abaixo deixa entrever, mas em outras conversas também foi possível perceber, parece existir também um amplo comércio clandestino de máquinas de costura novas e usadas que são, afinal, os principais fatores de produção dessas pequenas confecções informais.

Começou assim, foi bem começar assim, eu cheguei assim trabalhando, ía comprar outra máquina, comprando outra, outra, eu cheguei a ter até 18 máquinas.(...) chegava as máquinas, de uma, outra, de outro jeito, sei lá, eu também vendia, comprava máquinas, tinha um montão de funcionários também (trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

O caso de **Ramiro** é um pouco diferente, pois conheceu o coreano – com quem trabalhou por 16 anos – andando na rua, depois de uma fuga de uma oficina cujos patrões pagaram sua vinda da Bolívia, mas não queriam lhe pagar pelo trabalho. O coreano com quem trombou na rua, lhe arrumou um trabalho de costureiro em sua oficina e, depois de algum tempo, lhe ofereceu algumas máquinas e dinheiro para que trouxesse seus familiares da Bolívia, alugasse uma casa e montasse a sua própria oficina. Nesse período, depois da anistia de 1997, conseguiu comprar uma casa na Vila Maria e um carro. De acordo com **Ramiro**, foram 16 anos de trabalho e amizade. Entretanto, depois de algum tempo, começa a se cansar do esquema de trabalho imposto pelo coreano, apesar de considerar que existem aspectos muito bons no trabalho com os coreanos²¹⁸. Nos últimos três anos, **Ramiro** decidiu tocar sua confecção de maneira independente, comercializando as suas próprias peças, ao invés de trabalhar sob encomenda – o que passou a fazer na Praça Kantuta, aos domingos, e na “feira da madrugada”, durante a semana. De acordo com **Ramiro**, essa tem sido a opção de muitos

²¹⁸ Como, por exemplo, uma trivialidade: o fato dos coreanos já trazerem as peças e os acessórios a serem costurados todos arrumados e separados, deixando para o costureiro apenas a tarefa de costurar, enquanto no trabalho na Bolívia, além de costurar tinha que separar e organizar as encomendas trazidas.

colegas bolivianos e que se tornou possível graças à existência desses espaços de comercialização relativamente informais que passaram a se consolidar na capital paulistana.

Dessa forma, assim como no caso de **Juan**, as relações com os coreanos, apesar de apresentarem vantagens e terem sido importantes motores para que esses imigrantes bolivianos conseguissem passar de costureiros a donos de oficinas, a informalidade dos acordos tinha as suas desvantagens. No caso de **Ramiro**, a justificativa para tornar-se independente do patrão coreano, nos últimos três anos, depois de uma relação de trabalho e “amizade”, de acordo com o próprio **Ramiro**, que duraram dezesseis anos, dizia respeito, justamente, a essas desvantagens: não recebia com regularidade e, muitas vezes, menos do que previa e essa situação criava uma dependência em relação ao patrão coreano.

Note-se que as trajetórias delineadas acima, desenroladas durante a década de 1990, em que coreanos e bolivianos passam a virar espécies de “sócios”, chamam atenção pela importância das relações de solidariedade estabelecidas, considerando tratar-se de indivíduos de comunidades imigrantes tão diferentes. Apesar do caráter, muitas vezes, romantizado, percebido nas descrições de **Juan** sobre suas relações com os coreanos e que também percebemos na conversa com **Ramiro**, tais solidariedades eram economicamente importantes para minimizar os riscos desse tipo de acordo, que não se encontra protegido pelos meios socialmente institucionalizados de mediação das transações econômicas. Nesse sentido, a necessidade das relações de confiança, deve-se, basicamente, a duas circunstâncias gerais: devido ao caráter ilegal da atividade, as pessoas envolvidas precisam “confiar” que nenhuma delas vai realizar alguma denúncia sobre a existência da atividade. E, por ser uma atividade econômica informal, em que não se estabelece um acordo formal de trabalho ou de contratação de serviços, as pessoas envolvidas precisam “confiar” que o serviço realizado será

pago e que as condições de trabalho serão garantidas. Outro motivo instrumental que, provavelmente, contribui para o estabelecimento de laços tão densos, liga-se à longa duração implicada nesses acordos. Pois para que o “empréstimo” – dos meios de produção ou dos locais, através da realização de contratos de locação, por exemplo, e, mesmo, da força-de-trabalho – fosse lucrativo para os coreanos, lhes trouxesse retorno, era necessário que o boliviano estabelecesse algum compromisso com ele no sentido de costurar, nos prazos combinados, suas encomendas e durante um bom tempo.

De qualquer forma, existe um fundo comum que tornava essa solidariedade bastante plausível: o fato de que a transferência desse controle, ou seja, a possibilidade, a partir da ajuda do patrão coreano, do imigrante boliviano constituir seu próprio negócio, era vantajosa para ambos. Para o imigrante boliviano porque considerava conquistar certa independência. E apesar de continuar trabalhando em circunstâncias precárias, a propriedade, mesmo que transitória, dos meios de produção constitui-se em uma garantia de estabilidade bem maior do que no trabalho para outros. E para o empresário coreano também se trata de um acordo muito vantajoso, porque poderia usufruir dessa força-de-trabalho mais barata, e ainda se inserir completamente no mercado formal, além de poder se dedicar ao aperfeiçoamento da comercialização da produção e concepção de produto.

Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito desde a Bolívia a partir de anúncios de jornal ou “colegas” / “amigos”

Nas entrevistas realizadas, foram encontradas nove trajetórias sócio-espaciais em que os imigrantes bolivianos entraram no circuito de subcontratação, desde a Bolívia, a partir de anúncios ou “colegas”/“amigos”²¹⁹. Essas seriam as formas mais “institucionalizadas” de agenciamento dessa força-de-trabalho – que não dependem de relações de afetividade ou familiares para se efetivarem, estando, portanto, à disposição de todos os bolivianos (frise-se), que queiram se inserir – e que representam metade da amostra de costureiros entrevistados²²⁰ e 60% do total de 15 costureiros que se inseriram no circuito a partir da Bolívia.

A proeminência em nossa amostra desse tipo de trajetória de inserção nesse circuito de subcontratação – que representaria o caso “clássico” de subcontratação, por constituir-se em um agenciamento impessoal desde a Bolívia – também foi percebida nas investigações de Silva (2006), nas histórias ouvidas por Camacho em seu escritório de advocacia e em matérias investigativas, como a de Antônio Gaudério, para o jornal, *A Folha de São Paulo*, citada na introdução, sobre o funcionamento dessas agências, na Bolívia, que compõe, portanto, parte importante do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana.

Outro componente desse circuito de subcontratação desde a Bolívia são as escolas para o aprendizado de costura na Bolívia e que, muitas vezes, são responsáveis pelo agenciamento

²¹⁹ Destaque-se, conforme já salientado acima, que esses “amigos”/ “colegas” muitas vezes são os “coiotes”, mas mesmo quando são pessoas do círculo pessoal, essa denominação parece representar vínculos mais distantes, como veremos abaixo.

²²⁰ Essas nove trajetórias equivalem a 42,85% do total da amostra de 21 entrevistados, 50%, se considerarmos apenas os 18 bolivianos que se inseriram no setor de confecção e, 60%, se consideramos apenas os 15 bolivianos que se inseriram no setor de confecção desde a Bolívia.

inicial de seus alunos²²¹. O estabelecimento dessas agências para o aprendizado do ofício da costura antes mesmo do embarque para São Paulo ou Buenos Aires – que parecem ser os principais destinos dessa força-de-trabalho, como vimos no capítulo dois – indica uma consolidação ou institucionalização importante desse circuito de subcontratação, que já permitiria, portanto, o desenvolvimento de todo um ramo de negócios paralelo, semi-informais, que dependeriam diretamente da demanda criada por esse circuito informal e ilegal de agenciamento de força-de-trabalho transnacional.

As nove trajetórias daqueles bolivianos que se inseriram no circuito de subcontratação desde a Bolívia podem ainda ser divididas entre aquelas em que os entrevistados disseram ter vindo, explicitamente, por meio de “anúncios” e aquelas que disseram ter vindo a partir de “amigos” ou “colegas”²²². A trajetórias em que os entrevistados disseram ter vindo através de anúncios foram as seguintes:

Ramiro, de 42 anos, nascido na capital de La Paz, atualmente casado com uma boliviana e com dois filhos bolivianos e três brasileiros – que possuem as seguintes idades: 5, 8, 10, 19 e 24 anos. Veio para São Paulo em 1990, aos 23 anos, a partir de um contato de um boliviano que tinha afixado um anúncio de oportunidades de trabalho no ramo da costura na cidade de São Paulo, em um mural no Ministério do Trabalho boliviano. Na Bolívia, já possuía uma família – uma esposa e dois filhos – e auxiliava a mãe que também trabalhava no ramo da

²²¹ “Mais ou menos arrumado [o trabalho no setor de confecção na cidade], tanto que você vê, em algumas reportagens, que tanto em La Paz, como em Santa Cruz já existem empresas só para ensinar a pessoa costurar. (...) porque já vem com uma noção, para não ficar perdido aqui, não perder 3, 4 meses aprendendo, porque existe aquela coisa: se a pessoa vem sozinha, ela já vai e enfrenta o campo dela. Agora, quando ela vem trazida, ela demora 3 ou 4 meses para poder aprender, aí, quem trouxe, desconta o que pagou para tirar passaporte, identidade – esse povo todo não tem documento, então, tira agora – e as despesas de viagem. Então, a gente vê casos de 6, 7 meses, então, já tem os espertos que ficam 3, 4 meses e vão embora, vão para outra oficina e essas coisas assim” (Trecho de entrevista concedida pela advogada Ruth Camacho1 em abril de 2006, em São Paulo).

²²² Apesar dessa distinção ter se mostrado heurísticamente interessante conforme veremos abaixo, note-se que ela é muito tênue – pois para muitos os “coiotes” são denominados de “colegas”/ “amigos”, como vimos acima.

costura. O seu objetivo inicial, ao vir para São Paulo, era trabalhar para esse boliviano, juntar um dinheiro para comprar máquinas e voltar para a Bolívia ampliar o negócio de sua mãe e voltar para a sua família que deixara lhe esperando. Entretanto, ao chegar a São Paulo, junto com outros bolivianos contratados por essa espécie de “coiote”, nos termos do próprio **Ramiro**, clandestinamente, percebeu que tinha sido enganado. O patrão boliviano não queria lhe pagar o quanto tinha prometido, além de chantageá-lo devido à situação de ilegalidade que se encontrava na cidade. Depois de três meses, tendo feito alguns contatos com outros bolivianos residentes na capital paulistana, **Ramiro** resolveu fugir e, logo na semana em que tinha fugido, andando na rua atrás de algo para fazer, é abordado por um coreano, que acabara de chegar da Argentina, que lhe pergunta se não quer trabalhar para ele como costureiro. A partir daí, de acordo com **Ramiro**, inicia-se uma relação de amizade e trabalho que durou 16 anos, até resolver montar sua própria forma de comercialização de suas mercadorias, através de uma barraca na Kantuta, em que é também secretário de eventos da associação de comerciantes da praça e na “feira da madrugada”, em que vende suas peças durante a semana. **Ramiro** já morou nos seguintes bairros na cidade: Aclimação, Carandiru, Vila Guilherme e Vila Maria.

Julio, de 37 anos, nascido na capital de La Paz, é, atualmente, solteiro, mas possui um filho brasileiro. Veio para o Brasil em 1992, aos 20 anos – de La Paz, onde nasceu, depois de ter morado em Tarija – para trabalhar no setor de confecção a partir de um anúncio de jornal visto na Bolívia. Depois de trabalhar durante um mês nessa confecção do anúncio de um boliviano, fugiu e foi trabalhar em uma confecção de um brasileiro, na qual ficou por 4 meses, até parar na confecção de um coreano por 10 meses. Depois desse período, trabalhando com coreanos, voltou para a Bolívia, retornando ao Brasil, com a família, para montar a própria

oficina, também já conseguiu comprar a casa própria. **Julio** já morou nos seguintes bairros na cidade: Brasilândia, Bairro do Limão e Guaianases.

Pedro, de 36 anos, nascido na província de Murrillo, no departamento de La Paz, é, atualmente, solteiro, mas com dois filhos bolivianos. Veio para São Paulo, em 2008, aos 35 anos, logo depois de passar 6 anos em Buenos Aires, trabalhando no setor de confecção, onde aprendeu o ofício, pois, antes, na Bolívia, trabalhava com carpintaria. A vinda para São Paulo deu-se a partir de um anúncio de trabalho visto em Buenos Aires e também devido ao incentivo de “colegas” que tinham lhe dito que o setor de confecção no Brasil estava melhor do que na Argentina. É interessante notar que o anúncio visto em Buenos Aires previa o embarque dos bolivianos a partir da Bolívia, pago e organizado pelos intermediários, por isso, antes de embarcar para São Paulo, passou um mês na Bolívia. E depois de uma semana nesse trabalho no bairro da Penha, fugiu e foi trabalhar em outra oficina, na qual trabalha até hoje. **Pedro** já morou nos seguintes bairros na cidade: Brás e Penha.

As trajetórias em que os entrevistados disseram ter se inserido no circuito desde a Bolívia, a partir de contatos com “colegas” ou “amigos” foram as seguintes:

Iara, de 24 anos, nascida na província de Murrillo, no departamento de La Paz, atualmente, solteira e sem filhos. Veio para São Paulo em 2002, sozinha, aos 17 anos, a partir de contatos com “colegas” que lhe arrumaram um trabalho de costura em uma oficina de coreanos. Na Bolívia, deixava o trabalho de ajudante de cozinha, em La Paz. Nesse primeiro trabalho como costureira, no Brasil, não conseguia receber seu salário e ficou apenas por 2 meses até fugir. Em São Paulo, já mudou de oficina por volta de 7 vezes, mas continua trabalhando no ramo, atualmente, para uma oficina de bolivianos. **Iara** já morou nos seguintes bairros na cidade: Vila Maria Alta e Brás.

Orestes, de 23 anos, nascido na província de Murrillo, no departamento de La Paz, atualmente, é casado com uma boliviana e pai de um filho brasileiro de 6 anos. Veio para São Paulo, em 2002, aos 16 anos, com “amigos” que pagaram sua viagem de vinda para trabalhar como costureiro em uma oficina que confeccionava vestidos. Nessa primeira oficina, ficou por oito meses, depois desse trabalho, ainda passou por mais duas oficinas até chegar na oficina que trabalha atualmente. **Orestes** já morou nos seguintes bairros na cidade: Penha e Brás.

Marcos, de 25 anos, nascido na província de Murrillo, no departamento de La Paz, atualmente, é casado com uma boliviana e possui um filho brasileiro de um ano e 5 meses. Veio para São Paulo em 2004, aos 20 anos, com “amigos” que pagaram sua vinda. Nesse primeiro trabalho permaneceu por dois anos e, depois desse lugar, ainda trabalhou em mais duas oficinas, até chegar na oficina que trabalha atualmente. **Marcos**, até o momento, só morou no bairro da Penha na cidade.

Oswaldo, de 25 anos, nascido na província de Ingavi, no departamento de La Paz, é atualmente solteiro e sem filhos. Veio para São Paulo em 2005, aos 21 anos, sozinho, com um contato de “amigos” que trabalhavam no circuito. Nesse primeiro trabalho, permaneceu durante um ano. Depois desse período, decide voltar para a Bolívia, onde ficou por seis meses, até voltar, novamente, para o trabalho como costureiro nas oficinas de São Paulo. **Oswaldo** disse que já passou por várias oficinas de costura. E, atualmente, além do trabalho na costura, vende cartões telefônicos na Praça Kantuta e rua Coimbra, aos sábados e domingos. **Oswaldo** já morou nos seguintes bairros na cidade: Vila Maria Baixa, Vila Maria Alta, Brás e Belenzinho.

Quiara, de 23 anos, nascida na província de Murrillo, no departamento de La Paz, atualmente, é solteira e sem filhos. Veio para São Paulo em 2007, aos 21 anos, a partir de

contato com “amigos” que lhe arrumaram um trabalho em uma oficina de costura de um coreano. Nesse primeiro trabalho, permaneceu por 3 meses, até fugir, para uma outra oficina em que trabalha até o momento. **Quiara** já morou nos seguintes bairros na cidade: Vila Maria Alta e Parque Novo Mundo.

Maria, de 23 anos, nascida na capital de La Paz, atualmente, é casada com um boliviano e possui um filho boliviano e outro brasileiro – um filho de dois anos e, o outro, de 3 meses, respectivamente. Veio para São Paulo em 2007, aos 21 anos, com o marido e o filho, para trabalhar como costureira junto com o marido – que a partir de uns “colegas” arrumara trabalho para os dois, desde a Bolívia. No primeiro trabalho, arranjado na Bolívia, permaneceram apenas um mês e, desde então, já trabalharam em 3 lugares diferentes, sendo que o último deles, no qual trabalham no momento, é de donos coreanos, para quem Maria disse gostar de trabalhar. Maria já morou nos seguintes bairros na cidade: Vila Maria e Jardim Brasil.

* * *

Ao compararmos as trajetórias dos que se inseriram no circuito “depois de terem imigrado para São Paulo por outros motivos” e daqueles “que se inseriram desde a própria Bolívia, a partir de anúncios ou de “colegas”/“amigos””, percebemos que o elemento que agrupa essas trajetórias não é esse, hipoteticamente constituído, a partir das formas de entrada no circuito, mas, nesses casos, o período em que se inseriram no circuito como costureiros, se durante a década de 1990 ou 2000. Nesse sentido, teríamos um primeiro grupo de trajetórias, em que a inserção ocorreu durante a década de 1990, de **Ramiro** e **Julio** – a maioria dos que disseram ter vindo explicitamente a partir de anúncios – que apresentam desdobramentos semelhantes aos casos descritos na subseção anterior: trajetórias que atingiram uma

estabilidade na cidade e que, concomitantemente, passaram por um processo de mobilidade ocupacional no interior do circuito de subcontratação: de costureiros a donos de oficina.

E um segundo grupo, das migrações recentes, desenvolvidas durante a década de 2000, em que além das trajetórias de todos aqueles que se inseriram no circuito, desde a Bolívia, a partir de contatos com “amigos”/“colegas” – de **Iara e Orestes**, que vieram em 2002; **Marcos**, que veio em 2004; **Oswaldo**, que veio em 2005; **Quiara e Maria**, que vieram em 2007 – soma-se a trajetória de **Pedro**, que chegou em São Paulo em 2008, a partir de anúncios vistos em Buenos Aires, local em que já trabalhava com costura, desde o início de 2000.

Em relação a esse conjunto de migrações recentes, em que os imigrantes se inseriram no circuito por vias mais impessoais, é interessante notar que em 4 trajetórias percebe-se uma situação de desconforto por causa de algum engano ou maus tratos em relação ao trabalho inicial – o que é possível perceber, concretamente, no fato de terem permanecido pouquíssimo tempo nesse trabalho inicial que, na maioria dos casos, foi o trabalho que arcou com os custos da migração e documentação desses bolivianos. Esses casos são majoritariamente de mulheres, **Iara e Quiara**, solteiras e sem filhos e **Maria**, casada com um boliviano e com 3 filhos: as três vieram a partir de “amigos”/“colegas”. E apenas um homem, **Pedro**, que veio para São Paulo sozinho através de um anúncio. As outras semelhanças entre as trajetórias de **Pedro, Iara, Quiara e Maria** e seu marido seriam o fato de serem jovens, de imigração recente e, com exceção de **Maria**, solteiros, além do fato de não terem desistido dessa via de inserção sócio-econômica, mas, ao contrário, terem tentado outras oficinas. Esses 4 casos representam 19% das entrevistas, tendo em vista a amostra total de 21 casos, ou 22,2 % dos casos, se considerarmos os 18 bolivianos ligados diretamente ao setor de confecção, ou ainda 26,6% dos casos se considerarmos apenas os 15 bolivianos que se inseriram diretamente no

circuito da costura desde a Bolívia.

Em relação a essas 4 trajetórias, note-se que, com exceção de **Quiara**, esses bolivianos realizaram algumas mudanças, nesse período ainda relativamente curto de inserção na cidade, para o trabalho em outras confecções – situação que, geralmente, significa mudança concomitante de moradia pois, conforme vimos na introdução, nessas oficinas, costuma-se dormir e comer nos mesmos lugares em que se trabalha²²³. Além dessas três trajetórias em que o início da inserção foi tumultuado, note-se que os outros três bolivianos – **Orestes**, **Marcos** e **Oswaldo** – que vieram nas mesmas circunstâncias, mas tiveram um início mais estável, permanecendo por mais tempo no primeiro trabalho, também realizaram, pelo menos, mais duas mudanças de oficina em seu tempo de moradia na cidade²²⁴. Dessa forma, das nove trajetórias de bolivianos que se inseriram a partir de anúncios ou de contatos com “amigos”/“colegas” desde a Bolívia, seis trajetórias (66,6%) apresentariam uma forma de inserção de maior rotatividade no interior do circuito de confecção e, portanto, com relação aos lugares de moradia²²⁵.

De maneira geral – tendo em vista a observação etnográfica, conversas informais e entrevistas realizadas – as mudanças de oficina parecem tratar-se, de fato, de uma experiência recorrente na trajetória dos jovens de imigração recente, principalmente, os que se inserem no circuito a partir de “coiotes” ou de “amigos”/“colegas”. A alta rotatividade de costureiros nas oficinas pode acontecer, conforme pudemos observar, pelos seguintes motivos, pelo menos:

²²³ E no caso de Maria, mais 3 mudanças, de Iara, mais 6 mudanças e Pedro, mais várias mudanças, não sabia dizer quantas.

²²⁴ Orestes, depois de 8 meses trabalhando na primeira oficina, mudou-se ainda para mais duas; Marcos, depois de 2 anos trabalhando na primeira oficina, também mudou-se para mais duas e, por fim, Oswaldo que depois de 1 ano, mudou-se para várias outras, não soube ou não quis dizer quantas.

²²⁵ Essas seis trajetórias representam 28,57% das entrevistas, tendo em vista a amostra total de 21 casos, ou 33,3% dos casos, se considerarmos os 18 bolivianos ligados diretamente ao setor de confecção, ou ainda 40% dos casos se considerarmos os 15 bolivianos que se inseriram diretamente no circuito da costura desde a Bolívia

i) porque as oficinas, informais e ilegais, podem ser fechadas a qualquer momento, como podemos acompanhar nas matérias de jornal sobre as apreensões feitas pela Polícia Federal²²⁶.

ii) a quantidade de costureiros mantidos em uma oficina, depende do tamanho das encomendas que o dono de oficina consegue garantir, sendo que, portanto, geralmente, os acordos de trabalho são, desde o início, temporários, para trabalhar 3 ou 4 meses. Em relação a essas condições de trabalho rotativas e precárias para o costureiro, presentes no sistema de trabalho desenvolvidos no interior desse circuito de subcontratação, o depoimento abaixo – de um ex-dono de oficina boliviano, sobre como realizava as contratações de seus compatriotas para o trabalho de costureiros e o seu regime de trabalho – é bastante emblemático.

É, é na base do conhecimento, “você é da onde?”, “sou de La Paz”, “sou de Cochabamba”, “quer trabalhar comigo? Quer? Então vamo lá”. Eu nunca paguei os serviços deles, eu nunca trabalhei com contabilidade de registro de costureiros, nunca, porque nós não tínhamos um contrato, vamos falar, “você vai trabalhar comigo 4 meses”, não tínhamos um contrato, ele trabalhava comigo um mês e ele falava, “seu fulano vou embora”, “ta bom, vai embora”, eu nunca pagava os direitos deles, nunca pagava (depoimento concedido em conversa informal durante trabalho de campo, em julho de 2007).

Dessa forma, de maneira geral, o costureiro, além de não possuir nenhum tipo de direito ou garantia, não tem sempre muita clareza de quanto tempo permanecerá empregado em uma oficina – que é o seu local de moradia também, na maior parte dos casos.

iii) e, porque, conforme nos relata Camacho, são muitos os desentendimentos entre

²²⁶ Ver Anexo 1.

donos de oficinas e costureiros – motivados desde pelo não pagamento do valor combinado até devido a situações de privação de necessidades básicas, confinamento e maus tratos²²⁷.

(...) eles saem do local onde estão sendo mal tratados e vão para outro e, entre eles mesmos, eles se roubam, costureiros ou fogem e aí começa uma complicação e essa... a gente vê toda essa situação, você vê e é que nem eu falo, a gente acaba sempre no comportamento (Trecho de entrevista concedida pela advogada Ruth Camacho em abril de 2006, em São Paulo).

Todas essas circunstâncias levam, em muitos casos, a fugas ou mudanças de oficinas e que significam também mudanças de moradia. Dessa forma, é comum encontrar uma inserção múltipla na cidade, de acordo com essas vicissitudes do trabalho nas oficinas.

²²⁷ “Então a gente vivencia, compartilha situações muito delicadas, então, a gente vê as mulheres reclamando que trabalham das 6 da manhã até meia noite, duas horas da manhã, a gente vê que existem crianças trabalhando, crianças que eu digo assim, com 14, 15 anos na costura, trabalhando horários sem fim, a gente vê meninas, moças sendo trazidas, meninas de 12, 13 anos trabalhando como babás, cozinhando, lavando, cuidando de casas, você vê mulheres cozinhando para 15, 20 pessoas, você vê as situações mais extremas que você possa imaginar, você assiste. (...) você vê que alguns donos de oficina não permitem que eles tomem banho diariamente pelo gasto da luz, pelo gasto da água... (...) você vê pessoas, são dez pessoas numa casa morando, você vê moças solteiras e moços solteiros compartilhando o mesmo quarto, o mesmo banheiro, a situação é delicada, então aí você tem como consequência, violências sexuais, é consequência da forma de trabalho, tem todo o seu lado positivo e negativo” (Trecho de entrevista concedida pela advogada Ruth Camacho em abril de 2006, em São Paulo).

Trajetórias dos bolivianos que entraram no circuito desde a Bolívia a partir de contatos com familiares

Na pesquisa exploratória, foram encontradas seis trajetórias sócio-espaciais em que a inserção no circuito de confecção iniciou-se desde a Bolívia, a partir de contato com familiares – irmãos, tios e pais – que já estavam instalados no circuito, geralmente, como donos de oficinas²²⁸. De acordo com Camacho, em entrevista, Silva (1997), em seus estudos sobre a imigração boliviana na cidade de São Paulo e Mazardo (2007), sobre a inserção da comunidade boliviana em Bergamo, na Itália, a ligação familiar, de maneira geral, é muito forte entre os membros da comunidade boliviana, conforme vimos na introdução.

Em relação à ligação dos bolivianos com os seus familiares nas trajetórias sócio-espaciais de inserção no circuito de subcontratação, note-se que essa literatura também aponta para a ocorrência desse tipo de trajetória em que os imigrantes, ao invés de se inserirem no circuito a partir de agências na Bolívia ou no Brasil ou “colegas”/“amigos”, vêm trazidos por algum membro da família. Nesses casos, encontramos situações nas quais os jovens trazidos vêm, a princípio, para estudar, mas acabam trabalhando na oficina do parente, entretanto, na maioria dos casos, o objetivo imediato da vinda é o trabalho na oficina de familiares.

O boliviano também começou a trazer. E você vê uma extensão de familiaridade deles muito grande, quando você vê: é meu primo, é meu sobrinho, é o filho do meu primo do meu primo... Então, fica uma extensão de familiaridade muito grande, e é uma forma também de burlar e eles pensam que só pelo fato de estarem trabalhando em família, eles não têm que registrar, não têm que pagar impostos, não

²²⁸ Essas 6 trajetórias representam 28,57% do total das 21 entrevistas realizadas, 33,4% dos casos, se considerarmos os 18 bolivianos ligados diretamente ao setor de confecção, ou ainda 40% dos casos se considerarmos os 15 bolivianos que se inseriram diretamente no circuito de subcontratação, desde a Bolívia.

tem que fazer nada, então cria esse círculo e esse circuito que vocês vêm hoje em dia (trecho de entrevista concedida em abril de 2006 pela advogada Ruth Camacho, em São Paulo).

Note-se que essa seria uma forma velada de dinamização do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana e que se vincula ao fato dos bolivianos passarem a se estabelecer enquanto donos de oficinas de costura e possuírem uma forma de organização cultural, desde a Bolívia, de uma extensa rede de familiaridade. Na qual, também podem acontecer casos em que os familiares são enganados para se inserirem em condições precárias no trabalho de costureiros em oficinas de parentes em outro país.

As seis trajetórias em que os entrevistados disseram ter vindo para São Paulo com familiares para se inserir diretamente ou implicitamente no circuito de subcontratação foram as seguintes:

Angela, de 19 anos, nascida na capital do departamento de La Paz, atualmente, é solteira e sem filhos. Veio para São Paulo, em 1994, aos 4 anos, com a sua mãe, para encontrar o pai que já possuía oficina de costura na cidade. E, atualmente, trabalha como costureira em oficina própria da mãe. **Angela**, até o momento, só morou no bairro do Bom Retiro na cidade.

Esteves, de 21 anos, nascido na província de Murillo, no departamento de La Paz, atualmente, é amigado com uma boliviana e não possui filhos. Veio para São Paulo, em 1998, aos 10 anos, com os pais que vieram trabalhar como costureiros na oficina de seus tios. Apesar dos pais de **Esteves** terem montado a confecção própria, ele diz nunca ter trabalhado como costureiro, pretendendo inserir-se em outras atividades: já trabalhou de entregador de panfletos e *office boy*. Atualmente, não realiza nenhum trabalho e mora com os pais e a namorada. **Esteves**, até o momento, só morou no bairro da Penha, na cidade.

Ariela, de 23 anos, nascida na província de Murillo, no departamento de La Paz, atualmente, é solteira e não possui filhos. Veio para São Paulo em 2008, aos 22 anos, junto com um irmão para trabalhar e morar na casa de um outro irmão que possuía uma oficina de costura na cidade e trabalha nessa oficina do irmão até hoje. **Ariela**, até o momento, só morou no bairro do Pari, na cidade.

Constância, de 25 anos, nascida na capital do departamento de La Paz, atualmente, é solteira e possui um filho boliviano de 6 anos, que ainda mora na Bolívia. Veio para São Paulo em 2008, aos 24 anos – direto de Buenos Aires, na Argentina, onde morou por três anos trabalhando na costura – para morar e trabalhar na casa dos irmãos que possuem uma oficina de costura. Constância trabalha e mora, atualmente, nessa mesma oficina dos irmãos e, portanto, só morou em um bairro na cidade: bairro do Belenzinho.

Ester, de 17 anos, nascida na província de Murillo, no departamento de La Paz, atualmente, é solteira e não possui filhos. Veio para São Paulo em janeiro de 2009, trazida pelo tio que possui oficina de costura na cidade e foi buscá-la para conhecer São Paulo e, “talvez”, trabalhar na costura. Entretanto, logo depois que chegou, a mãe começou a passar por problemas na Bolívia e ela quer voltar, mas o tio não deixa, pois quer que ela trabalhe em sua oficina. De acordo com **Ester**, o tio acha que ela está lhe enganando e que, se ele lhe der dinheiro, ela não voltará para Bolívia, mas fugirá para outra oficina. Dessa forma, no momento da entrevista, cerca de 1 mês depois que tinha chegado, **Ester** não tinha nenhum dinheiro e não sabia nem o nome do bairro ou rua em que morava.

Maysa, de 16 anos, nascida na capital do departamento de La Paz, atualmente, é solteira e não possui filhos. Veio para São Paulo em janeiro de 2009, trazida pelos tios que têm uma oficina de costura na cidade. **Maysa** disse que veio “conhecer” a cidade de São Paulo e ainda

não trabalha e não pretende trabalhar e que, no momento da entrevista, cerca de 1 mês depois que tinha chegado, morava com os tios no “centro”.

* * *

A seis trajetórias de mobilidades sócio-espaciais apresentadas acima – dois casos que iniciam na década de 1990 e quatro de emigração recentíssima, dois em 2008 e dois em 2009 – podem ser subdivididas em 3 grupos, que assemelham-se em relação ao período de chegada, idade de chegada e tipo de parentesco dos que trouxeram:

As trajetórias de **Angela** e **Esteves**, que vieram para São Paulo, ainda crianças, durante a década de 1990, trazidos pelos pais – que imigraram para trabalhar no ramo da costura com outros familiares já estabelecidos, a princípio, como costureiros, até montarem suas próprias oficinas em seus domicílios. Apesar das trajetórias desses dois jovens parecerem apontar para rumos diferentes – pois enquanto **Angela** trabalha como costureira na oficina da mãe, **Esteves** diz querer seguir outro rumo profissional – note-se que, tendo em vista a precariedade da inserção profissional de **Esteves** até o momento (*office boy* e entregador de panfletos), a opção de trabalhar na oficina dos pais ainda pode vir a ser mais vantajosa.

As trajetórias de **Ariela** e **Constância**, que chegaram em 2008, ambas aos vinte e poucos anos, solteiras e sem filhos – pois apesar de **Constância** já possuir um filho boliviano, ela não veio com ele para São Paulo – trazidas por irmãos, donos de oficina, para trabalhar e morar em suas casas, situação mantida até o momento da entrevista.

As trajetórias de **Ester** e **Maysa**, que chegaram, em janeiro de 2009, há menos de um mês do momento da entrevista, aos 16 e 17 anos, sem falar quase nada em português, no fim do segundo grau, trazidas pelos tios. O motivo para a vinda para São Paulo apontado pelas

duas: vieram para “conhecer”, mas ao longo da entrevista as informações se confundiam²²⁹, até que lá pelo meio, começo a entender: vieram trazidas pelos tios que já possuíam oficinas de costura em São Paulo: **Maysa** diz não querer trabalhar, mas parece que nem seus olhos acreditam muito e **Ester**, no meio da entrevista, começa a chorar, quer voltar e o tio não deixa... Note-se que, apesar de ter encontrado apenas o caso de **Ester** que foi, de fato, enganada pelo tio e, talvez, tenha mesmo que fugir e trabalhar em alguma outra oficina antes de conseguir voltar para a Bolívia, não é difícil imaginar a existência de mais histórias como essa, como atesta a advogada Camacho, que recebe denúncias desse tipo com frequência em seu trabalho voluntário na Pastoral do Imigrante e em seu escritório na zona norte de São Paulo.

De maneira geral, em relação às trajetórias apresentadas acima, nota-se, novamente, uma diferenciação em relação ao momento da chegada na cidade de São Paulo, pois enquanto no primeiro conjunto de casos, que vieram na década de 1990, **Angela** e **Esteves**, apesar dos entrevistados terem vindo muito novos, a trajetória dos pais assemelha-se ao caso de outros costureiros que vieram na década de 1990: montaram suas próprias oficinas e adquiriram a casa própria, conforme comentado acima. E esses filhos de bolivianos, de pais já estabelecidos na cidade, parecem apresentar uma inserção que, apesar de poder se direcionar para o ramo da costura, será realizada a partir de bases mais sólidas na cidade. Essa situação parece ser completamente diferente daquela vivenciada por **Ester** e **Maysa**, mais novas do que **Angela** e **Esteves**, e que vieram para São Paulo, há menos de um mês, com os tios que já possuíam oficina de costura na cidade, abandonando os estudos no colégio, para “conhecer” a cidade –

²²⁹ As entrevistas foram difíceis não apenas pelo fato delas não saberem falar português, mas, principalmente, porque eram meninas muito arredias, mas não no sentido da ingenuidade, mas da esperteza: elas a princípio queriam entender onde é que eu estava querendo chegar, então diziam uma coisa, e depois outra – de uma discrição perspicaz – a entrevista enrolava-se, até eu começar a entender as circunstâncias que se encontravam.

pois, nesses últimos casos, não existe, a princípio, enquanto possibilidade, para essas duas meninas, voltar a estudar, voltar para a Bolívia, ou mesmo possuir algum dinheiro próprio: vieram com os tios, mas no fundo, parecem estar abandonadas a própria sorte na cidade. E em relação às outras duas trajetórias de **Ariela** e **Constância**, que estavam no Brasil há um ano, quando realizaram a entrevista, parecem fazer parte de um perfil geral de emigrações recentes, percebidas na subseção anterior, de garotas jovens, mas com mais de 20 anos, solteiras e, geralmente, sem filhos, mas que ao contrário dos outros casos disseram ter vindo trabalhar e morar na oficina de costura “irmãos”. E no caso das duas entrevistas, permaneceu a dúvida: pela forma como falaram, não parecia tratar-se de irmãos, mas talvez um eufemismo para os “colegas”/“amigos” ou “coiotes”. De qualquer forma, ao contrário do caso de boa parte das mulheres que vieram declaradamente a partir de “colegas”/“amigos”, nos casos de **Ariela** e **Constância** até o momento, já há um ano, mantém-se no mesmo trabalho e, portanto, na mesma moradia na cidade.

* * *

Em relação à classificação das trajetórias sócio-espaciais proposta no início da seção, a partir do tipo de inserção inicial desses bolivianos no circuito de subcontratação, percebeu-se que apesar de ter sido operacional, principalmente, em relação à diferenciação entre aqueles que vieram com familiares e aqueles que vieram a partir de anúncios ou “amigos” / “colegas”, não captura uma tendência, que parece dizer respeito a um momento histórico específico do circuito, desenrolada em relação aos bolivianos que chegaram durante a década de 1990.

Quanto à diferenciação entre aqueles que vieram com familiares e aqueles que vieram a partir de anúncios ou “amigos” / “colegas”, consideramos estar diante de uma classificação que, de fato, conforma duas trajetórias sócio-espaciais distintas. Perceberam-se, de maneira

geral, que a chegada com familiares proporciona melhores condições de inserção na cidade e no circuito do que a chegada através de meios mais impessoais. Entretanto, note-se que, no caso dos familiares, talvez seja necessário estabelecer uma diferenciação mais estrita, pois enquanto no caso daqueles bolivianos que chegaram com familiares de primeiro grau (pais e irmãos), a inserção têm-se mostrado relativamente estável – na cidade só moraram em um único lugar, para onde vieram desde a Bolívia. No caso das duas garotas bolivianas que chegaram com parentes de segundo grau ou mais, “tios” – nesses, talvez estejamos diante de um processo perverso, tecido por entre relações de parentesco transpassadas pela lógica econômica, mas nas duas trajetórias ainda não sabemos o desfecho. E em relação às trajetórias sócio-espaciais de bolivianos que vieram a partir de anúncios ou contatos com “amigos/colegas” desde a Bolívia, elas parecem expressar uma das formas de inserção mais precárias encontradas no circuito de subcontratação de força-de-trabalho²³⁰ boliviana, até o momento. Isto por dois motivos, principalmente: primeiramente, porque a inserção na cidade não se deu através de nenhum laço de parentesco inicial, apenas o casamento – no caso de metade dos entrevistados, **Maria, Orestes e Marcos** – o que reflete uma situação de fragilidade na movimentação pela cidade. E, em segundo lugar, devido a essa alta rotatividade no trabalho nas oficinas e que significa também uma alta rotatividade de moradia. E, talvez, essa alta rotatividade explique a ampla oferta de trabalho para costureiros encontrada nos locais de sociabilidade da comunidade boliviana, a despeito de boa parte desses imigrantes chegarem na cidade já empregados.

Em relação à tendência histórica, aludida acima, de conformação de trajetórias sócio-espaciais de mobilidade ascendente – quando o boliviano deixa de ser um costureiro e vira

²³⁰ Excetuando-se as situações de difícil acesso, sobre as quais só ouvimos histórias nas conversas durante trabalho de campo, de confinamento de pessoas para o trabalho forçado nas oficinas de costura.

dono de oficina – no interior do circuito de subcontratação entre os costureiros, homens, que chegaram na década de 1990, jovens, com vinte e poucos anos e que ou já vieram a partir de anúncios para se inserir no circuito desde a Bolívia, ou vieram por outros motivos e se inseriram no circuito já na cidade de São Paulo. Note-se, conforme também já foi mencionado, que essas trajetórias contaram com a presença de patrões coreanos, em alguns casos de maneira determinante para que tais bolivianos conseguissem dar os “primeiros passos” como donos de oficinas. Considera-se que essas evidências da presença dos coreanos enquanto incentivadores do estabelecimento de oficinas por parte dos bolivianos e, ainda hoje, enquanto terceirizadores dessas oficinas concomitantes ao distanciamento midiático entre esses grupos – percebido, entre outras coisas, na diminuição das denúncias contra coreanos²³¹ em relação à exploração de força-de-trabalho boliviana – nos permitem estabelecer a hipótese de que esse início da fase dos bolivianos como donos de oficina foi impulsionado pelos coreanos, enquanto uma estratégia deliberada de membros da comunidade sul-coreana como um todo²³², como uma forma de manter as vantagens da utilização dessa força-de-trabalho sem precisar arcar com o ônus social dessa utilização, extremamente prejudicial, na medida que seus negócios comerciais não apenas entram para a formalidade, mas começam a disputar espaço no concorrido mercado da moda.

Em relação às características gerais, foi notável, em nossa amostra, a quantidade de trajetórias em que o imigrante veio jovem para o Brasil, sem nunca ter trabalhado na Bolívia, só estudado, e vai se inserir no primeiro emprego na cidade de São Paulo, esse foi o caso de

²³¹ O que se evidencia na pesquisa em acervo de matérias de jornal sobre esse circuito de subcontratação (ver Anexo 1).

²³² Pois, conforme vimos no capítulo introdutório, os porta-vozes dessa comunidade, considerada extremamente unida, já indicavam uma política de afastamento desses imigrantes em relação ao circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana desde o início da década de 1990.

11²³³ das 21 entrevistas, o equivalente a 52,3% da amostra, sendo que – com exceção das trajetórias de **Esteves** e **Maysa**, o primeiro começou a trabalhar como entregador de panfletos e Maysa, que estava em São Paulo há um mês quando do momento da entrevista e ainda não tinha começado a trabalhar – no caso das outras 9 trajetórias, o primeiro trabalho foi como costureiro em oficinas na cidade de São Paulo. Também destaque-se o fato de todos os bolivianos casados possuírem conjugue bolivianos.

²³³ Maysa, Esteves, Maria, Oswaldo, Marcos, Orestes, Estér, Constância, Ariela, Angela e Julio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há basicamente dois tipos de teorias sociais. Uma concentra-se nas *ações* que os homens desempenham nas suas formas de convivência. Outras preocupam-se mais com o *resultados de ações* passadas, com o modo como elas se cristalizam em *instituições*. No limite, a oposição é entre a ênfase no modo como as ações *constituem* essa rede de relações chamada sociedade, ou no modo como a sociedade, já constituída como sistema, *impõe suas exigências* às ações dos seus integrantes. Por um lado, busca-se conhecer como essa entidade abstrata chamada sociedade é produzida e continuamente reproduzida pelas ações conjuntas dos homens. Pelo outro, quer-se conhecer como essa entidade assume um caráter muito concreto, não só ao impor o seu império aos seus integrantes como também ao constituí-los, imprimindo-lhes o timbre de agentes sociais (COHN, 1993:63).

Ao longo desta dissertação, o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura informais, a princípio, de imigrantes coreanos, foi abordado tendo em vista ora suas determinantes histórico estruturais, ora a experiência boliviana em seu interior. Nos dois primeiros capítulos – sobre as determinantes históricas dos percursos migratórios de bolivianos e coreanos para São Paulo e dos fluxos específicos vinculados diretamente ao circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana – buscou-se consolidar a formulação de uma hipótese alternativa sobre a emergência de tal circuito e que contraria duas abordagens comumente realizadas a seu respeito: a de que seria fruto dos processos de reestruturação produtiva do setor de confecção na cidade de São Paulo desenrolados a partir da década de 1990, e a de que originou-se das condições iniciais de inserção da comunidade de imigrantes coreanos na cidade, a partir dos anos de 1960.

As abordagens que associam os fluxos migratórios vinculados ao circuito de

subcontratação de força-de-trabalho boliviana aos processos de reestruturação produtiva do setor de confecção na cidade, partem do suposto de que o circuito seria impulsionado a partir do contexto urbano paulistano, entretanto, conforme vimos na apresentação e introdução, o fato dele constituir-se de maneira idêntica (em torno do trabalho de bolivianos contratados por coreanos), no mesmo período, em outros países da América Latina, como, por exemplo, a Argentina, nos leva a duvidar da importância da especificidade do contexto urbano paulistano para a sua emergência, ainda mais se considerarmos que o circuito de subcontratação existia antes mesmo do início dos processos de reestruturação produtiva do setor. Apesar de tais processos, desencadeados durante a década de 1990, terem sido importantes para o adensamento e aumento de sua abrangência na capital paulistana.

A análise do circuito desenvolvida ao longo desta dissertação contraria também aquelas abordagens que identificam no extraordinário desenvolvimento dos negócios coreanos uma história de sucesso de uma comunidade de imigrantes que, a partir de uma produção domiciliar de roupas para o comércio ambulante, consegue estabelecer um proeminente negócio atacadista no bairro do Bom Retiro, por ter conseguido aliar, de um jeito surpreendente, aos seus negócios no setor de confecção, ao mesmo tempo, inovação e solidariedades étnicas²³⁴. Nessa última perspectiva, as determinantes históricas do circuito residiriam nas origens dos percursos migratórios de bolivianos e coreanos para a cidade de São Paulo, a partir das décadas de 1950 e 1960, respectivamente. O argumento desenvolvido ao longo desta dissertação também contraria essa explicação, pois se considera que as dimensões e tipo de negócios no ramo da confecção estabelecidos pelos imigrantes coreanos, nesses

²³⁴ “Dois mecanismos aparecem como fundamentais à compreensão da rápida mobilidade econômico-social experimentada pelos coreanos em São Paulo: o engajamento da família no trabalho e a capacidade de articular redes internas à colônia para facilitar a inserção na nova pátria” (TRUZZI, 2001:9).

momentos iniciais, não teriam dinamizado, por si mesmos, o circuito de subcontratação transnacional em foco, a despeito de toda a organização interna da comunidade e o estabelecimento de formas próprias de auto-financiamento que, certamente, foram importantes para êxito apresentado.

A abordagem alternativa, proposta ao longo da dissertação, mostra que a constituição do circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana dependeu de uma série de processos que se estabeleceram em temporalidades e espaços diversos em torno das histórias de desenvolvimento industrial e sócio-econômico da Bolívia e Coréia do Sul – configurando um diagrama de relações que ultrapassam em muitos sentidos a capital paulistana e seus arranjos. De maneira geral, foram identificados dois momentos determinantes para a formação do circuito, desenvolvidos no interior desses países: um primeiro momento, entre 1950 – 1970, em que os dois países iniciavam super tardiamente o desenvolvimento de suas estruturas produtivas industriais e urbanas e que, naquelas circunstâncias, significou, diferentemente dos processos clássicos de desenvolvimento industrial, a expulsão de uma parte da força-de-trabalho – que, nos casos da Coréia e Bolívia, seria uma força-de-trabalho urbana, em um contexto de concentração populacional. E, um segundo momento, a partir da década de fins da década de 1970, em que a Coréia e Bolívia tomam rumos de desenvolvimento praticamente opostos, mas que implicam, por motivos diversos, a expulsão de uma parte de sua população, que passa a se ligar diretamente ao circuito de subcontratação nascente.

Nos momentos iniciais dos processos de modernização e desenvolvimento industrial, na Bolívia, inaugurado, em 1952, pelo governo “revolucionário” de Victor Paz Estenssoro, nota-se, além da intensificação dos fluxos migratórios transfronteiriços internos, o início de fluxos

emigratórios importantes, especialmente, em torno de programas de intercâmbio cultural, estabelecidos pelo governo boliviano – como no caso do início dos fluxos migratórios contemporâneos de bolivianos para a cidade de São Paulo, na década de 1950 – mas, também, devido aos inúmeros regimes autoritários, especialmente, depois do golpe militar de 1964, que tira do poder o governo de Estenssoro. Na Coreia do Sul, as medidas de industrialização e modernização das estruturas sócio-econômicas – iniciadas com o advento da ditadura militar do general Park, no início da década de 1960 – foram determinantes diretas dos fluxos emigratórios internacionais, pois devido a um contexto de super-população, uma das primeiras medidas a serem implementadas no interior do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da República da Coreia do Sul foi, justamente, um plano de emigração que previa a realização de acordos bilaterais com os Estados Nacionais de países que aceitassem a recepção desses fluxos – o que só se efetivou nos acordos com os países da América Latina.

E, uma década depois, no momento de constituição inicial do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura informais na cidade de São Paulo. Em que, por um lado, os desenvolvimentos bem sucedidos dos processos de industrialização e modernização econômica da Coreia do Sul, a partir de um controle extremamente autoritário e estrito da economia e sociedade sul-coreana, acabaram por gerar um fluxo emigratório de coreanos com poupança acumulada, com familiares em outros países – devido a emigração em massa da década de 1960 – nos quais a vida parecia mais tranqüila e menos competitiva para o estabelecimento de pequenos empreendimentos econômicos. E, por outro lado, o contexto recessivo em que a Bolívia adentrou a partir da década de 1980, colocando em circulação internacional, um enorme contingente de pessoas, uma população de ex-trabalhadores fabris e das minas que passaram por processos de desemprego em massa em

direção aos centros urbanos da América Latina, mas também para os Estados Unidos, Europa e Ásia, a partir da metade da década de 1980, em um país com uma das menores taxas de densidade demográfica do continente latino-americano.

Em relação à experiência social da comunidade boliviana vinculada a esse circuito de subcontratação na cidade de São Paulo, pretendeu-se delinear a heterogeneidade de possibilidades em seu interior, ao longo do terceiro capítulo, tendo em vista, como hipótese, a partir da qual os dados foram apresentados, a importância das formas de inserção inicial no circuito de subcontratação para a compreensão do tipo de trajetória a ser desenvolvida pelos bolivianos em seu interior. Ao longo da análise, foi possível perceber que apesar das trajetórias mais estáveis estarem ligadas às entradas via familiares, a questão do momento de inserção no circuito parece ser ainda mais relevante, sendo possível dividir a amostra entre os que chegaram durante a década de 1990 e os que chegaram depois. E entre os imigrantes que chegaram durante a década de 1990, percebe-se uma tendência para a constituição da própria oficina de costura, geralmente, com o auxílio de imigrantes coreanos. Enquanto no caso dos imigrantes que chegaram durante o ano 2000, a precariedade das trajetórias delineadas até o momento apontam muito mais para a manutenção dessas condições, do que para a conformação de trajetórias de mobilidade social ascendente, como as verificadas por aqueles que chegaram ao longo da década de 1990.

Um território circulatório entre São Paulo e Buenos Aires

em torno do setor de confecção

As relações entre coreanos e bolivianos em torno do setor de confecção, transbordam o espaço urbano da capital paulistana, conforme foi possível vislumbrar de maneira latente ao longo de toda a dissertação, não apenas por se constituírem, de maneira idêntica, em outros espaços urbanos nacionais, mas por “ligarem” os espaços urbanos nos quais se constituem. Nesse sentido, chamaram atenção, ao longo de toda a pesquisa, as inúmeras referências a respeito de Buenos Aires, na Argentina²³⁵, feitas pelos bolivianos ligados ao circuito na cidade de São Paulo. Alguns vieram para São Paulo a partir de indicações recebidas no setor de confecção de lá, de Buenos Aires, e outros foram para lá quando a situação do setor de confecção estava pouco favorável, na cidade de São Paulo.

Um momento em que as ligações privilegiadas entre esses espaços urbanos, em torno do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas e lojas de coreanos, parecem ter sido mobilizadas a partir de São Paulo, foi durante a crise desencadeada no setor têxtil paulistano, no início da década de 1990, devido às consequências do Plano Collor. Nesse momento, foi flagrado um movimento de bolivianos e coreanos de São Paulo para Buenos Aires, com retorno posterior de muitos, quando a crise iniciou por lá. Nesse sentido, destacam-se as matérias d' *O Globo* e da *Revista Veja* chamando atenção para tal tendência.

²³⁵ País tradicionalmente receptor de fluxos migratórios de bolivianos desde o século XIX e que também recebeu fluxos migratórios de coreanos, a partir de 1965, conforme vimos no primeiro capítulo. E esses imigrantes coreanos, assim como no Brasil, também experimentaram um processo de mobilidade ascendente como empresários do setor de confecção.

A crise econômica que afugentou muitos imigrantes para países mais bem sucedidos como a Argentina tornou as coisas mais difíceis para os contratantes. A diminuição da oferta nos últimos meses, fez dobrar o preço mensal da peça humana em oferta. A única coisa que não mudou é o sistema de trabalho (*O Globo*, domingo, 13 de dezembro de 1992).

Correm soltos na colônia boliviana os boatos de que um costureiro pode tirar até 1000 dólares por mês trabalhando em Buenos Aires (*Revista Veja*, 19 de maio de 1993).

Em relação as entrevista realizadas²³⁶ considerar-se-á uma trajetória a respeito da qual possuímos detalhes e trechos transcritos, de **Juan**, imigrante boliviano que montou sua própria oficina na cidade de São Paulo depois de algum tempo de trabalho em oficinas coreanas e com o auxílio dos coreanos donos dessas oficinas. E que, no início da década de 1990, em pleno desenrolar do Plano Collor, teve que fechar sua oficina, depois de dois anos quase sem trabalho e com, praticamente, todas as máquinas vendidas e o dinheiro desvalorizado e confiscado²³⁷:

(...)quando foi aquele governo, nós sofremos bastante porque nós não tínhamos dinheiro, mesmo os coreanos também foram embora, aí a crise foi tão feia, não tinha mais serviço, eu só sabia trabalhar na época em costura, aí começou a sair uma máquina, começou a sair outra máquina, começou a sair outra e outra e outra... (...) Foi isso, foi em 92, inclusive, eu fui embora para a Argentina, foi embora no ano de 93. (...) entonces, eu fui embora, eu deixei a minha esposa com as poucas máquinas que tinha e eu fui embora para Buenos Aires, para uma aventura, trabalhar. (...) Eu trabalhei lá uma temporada, trabalhei um ano, porque lá estava bem, lá deu uma febre de costura lá, em 93, e aqui estava ruim, então, muitos bolivianos fecharam as

²³⁶ Em relação aos bolivianos entrevistados ligados à costura, encontramos as trajetórias de Juan, Constância e Pedro.

²³⁷ “Eu tinha um dinheirinho no banco, eu fiz, inclusive, umas prestações com aquela empresa Remaza, que é né? Remaza. Para comprar uma casa, tudo, mas entrou um presidente, Collor de Melo que me confiscou tudo o dinheiro que eu tinha. Sei que nós tínhamos, se nós tínhamos dólares guardados em casa, o dólar que custava, vamos supor, hoje, 2 reais, ele chegou a valer 20 centavos, caiu de lá pra baixo. O dinheiro que nós tínhamos guardado, ele nos devolveu sim, ele nos devolveu em 24 meses, mas foi sem correção monetária, sem juros...não sei se vocês lembram disso, se sabem alguma coisa. Aí, o dinheiro que estava no banco, acho que não valia mais nada mesmo” (Trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo)

oficinas aqui, venderam mesmo a preço de banana as suas coisas e foram embora. Aqui, eu tinha estabilizado minha vida, minha esposa, meus filhos, não podia deixar tudo isso para trás, entonces, eu fui morar sozinho” (Trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

E **Juan**, diante da indagação a respeito da facilidade para realizar tal aventura (o deslocamento para outro país e a inserção no ramo de confecções), opção impensável para muitos brasileiros que sofreram da mesma forma com as consequências da crise, simplesmente desconversa: *“já tinha conhecimento”*. Em relação a esse aspecto, destaca-se uma outra evidência em uma matéria investigativa, veiculada pelo jornal *A Folha de São Paulo*, de 16 de dezembro de 2007²³⁸, em que o jornalista relata sua tentativa de inserção no circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana, desde a própria Bolívia, para o trabalho em Buenos Aires e São Paulo (como ele pôde notar). O aspecto interessante da matéria reside no fato de tal tentativa acabar não se efetivando no interior desse mercado de trabalho na Bolívia, pois o jornalista não era um autêntico boliviano, e lá só se contratam bolivianos para o abastecimento do circuito.

Note-se que, no trecho abaixo, Juan aponta, inclusive, a existência de uma hierarquia, em Buenos Aires, que estava num momento efervescente da costura, entre os bolivianos que chegavam direto da Bolívia e os que tinham passado pelo setor de confecção de São Paulo, sendo os últimos, como Juan, mais bem cotados.

É, comecei a trabalhar assim como eu comecei a trabalhar aqui. Eu cheguei lá e chamavam a nós, eles chamavam de “os brasileiros”, eu sou boliviano, mas quando eu cheguei lá, éramos chamados de “os brasileiros”, porque os brasileiros costuravam melhor que os argentinos e melhor do que os bolivianos que vinham da Bolívia para a Argentina, entonces, nós éramos bem cotizados naquela época. Mas quando eu cheguei lá, 'ah, chegou o Juan, cadê sua mulher?’, 'está

²³⁸ Ver Anexo 1. A matéria será melhor abordada no terceiro capítulo.

lá', 'chegou, chegou' e começamos a trabalhar (Trecho de entrevista concedida por Juan, imigrante boliviano, em abril de 2006, em São Paulo).

Dessa forma, esse circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura e lojas de imigrantes coreanos que se localizam e movimentam por entre São Paulo e Buenos Aires – tendo em vista as vicissitudes das economias nacionais desses lugares – possuiria um sistema de códigos, fácil, sem a necessidade de estabelecimento de grandes vínculos, que franqueariam uma circulação mais rápida para alguns.

Essas evidências nos permitem considerar a hipótese de constituição de uma trama complexa – formada a partir dos percursos migratórios de coreanos e bolivianos – que articula territórios urbanos de diferentes espaços nacionais em torno de um circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento dos negócios coreanos no setor de confecção. Ou, nos termos do sociólogo francês Alain Tarrius, a hipótese de conformação de uma espécie de “território circulatório”, feito de referências e códigos comuns e compartilhados por imigrantes coreanos e bolivianos entre São Paulo e Buenos Aires em torno de um circuito de subcontratação.

La notion de *territoire circulatoire* constate une certaine socialisation des espaces supports aux déplacements. Les individus se reconnaissent à l'intérieur des espaces qu'ils investissent ou traversent au cours d'une histoire commune de la migration, initiatrice d'un lien social original. Ces espaces offrent les ressources symboliques et factuelles du territoire (TARRIUS, 1993:53)²³⁹.

O pressuposto dessa abordagem, cifrado na noção de “território circulatório”, é o de

²³⁹ “A noção de território circulatório constata uma certa socialização dos espaços por onde passam os deslocamentos. Os indivíduos se reconhecem no interior dos espaços em que eles investem ou atravessam ao curso de uma história migratória comum, que inicia um laço social original. Esses espaços oferecem os recursos simbólicos e materiais de um território” (TARRIUS, 1993:53, tradução própria).

que os deslocamentos por esses grandes percursos, de maneira clandestina, estabelecem uma tessitura social que franqueia os que compartilham alguns códigos a transitarem por entre suas vias. Uma tessitura que, assim como no caso de Juan descrito acima, não tem a mesma densidade pressuposta nos movimentos de integração e constituição de territórios no sentido clássico e que, portanto, não possui fronteiras tão bem delimitadas, mas que, de maneiras diversas, também se presta ao jogo das aberturas e bloqueios, a partir de uma espécie de “saber circulatório” desenvolvido pelos imigrantes em seus percursos migratórios.

Plus exactement les préséances identitaires s’y mesurent désormais à l’aune du ‘savoir circuler’. Savoir traverser des univers où règnent des règles et des normes contrastées, tel est le critère. Le lieu d’origine reste unique, mais l’ancien parcours menant de l’altérité à l’intégration – avec ce long temps où l’individu n’est plus ni d’ici, ni de là-bas – devient obsolète: apparaissent plutôt des capacités métisses, souvent momentanées, autorisant de nombreuses entrées et sorties (TARRIUS, 2002:18)²⁴⁰.

Dessa forma, portanto, o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura e lojas de roupas, a princípio, de imigrantes coreanos, ao mesmo tempo, em que se apresenta enquanto fenômeno de territorialidade fluída, baseado em solidariedades fugazes entre os que se põe em movimento, e que vincula espaços urbanos por entre fronteiras nacionais, parece ser, do ponto de vista da experiência boliviana, uma alternativa de estabilidade e mobilidade social ascendente plausível, ao menos durante a década de 1990, para parte considerável desses bolivianos que se puseram em movimento no interior do circuito.

²⁴⁰ “Mais exatamente as precedências identitárias se medem daqui em diante em comparação com um ‘saber circular’. Saber atravessar o universo em que reinam regras e normas contrastantes, esse é o critério. O lugar de origem permanece único, mas o antigo percurso que vai da alteridade à integração – com seu longo período em que o indivíduo não é nem daqui e nem de lá – tornou-se obsoleto: aparecem uma série de capacidades misturadas, geralmente momentâneas, autorizando as numerosas entradas e saídas”(TARRIUS, 2002:18, tradução própria).

– BIBLIOGRAFIA –

ALBA, R. & NEE, V. “Rethinking assimilation theory for a new era of immigration”. *International Migration Review*, n. 31, 1997, pp.826-74.

ARANGO, Joaquim. “Explaining Migration: a critical view”. Unesco. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

ASSIS, Gláucia de Oliveira e SASAKI, Elisa Massae. “Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”. In: Castro, Mary Garcia (coord.). *Migrações internacionais – contribuições para políticas*. CNPD, Brasília, pp. 615 – 639, 2001.

AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo – Brasil / Bolívia. São Paulo, 2005. (dissertação de mestrado defendida no PROLAM/USP).

AMITRANO, C. R. “A região metropolitana e a área central da cidade de São Paulo nos anos 1990: estagnação ou adaptação?”. In: _____ et alli. *Caminhos para o Centro: Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo: EMURB, 2004.

BAENINGER, Rosana & SOUCHAUD, Sylvain. “Vínculos entre a migração internacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil”. Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas”. Cepal, Celade, Bid: Brasília, 2007.

BALTAR, P. E. de Andrade; DEDECCA, C. Salvadori e HENRIQUE, W. “Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, ano 2, v. 2, p.9-28, 1996.

BARBOSA Filho, Antonio. *A Bolívia de Evo Morales*. São Paulo: Livro Ponto Editora, 2008.

BASSEGIO, Luiz. “A imigração latino – americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo”. In: *Cadernos do CEAS*, nº 214, 2004: 51 – 59.

BECATTINI, G. et alli (eds). Os distritos industriais na Itália. Rio de Janeiro: DP&A ed., 1999.

BONACICH, Edna. “The other side of ethnic entrepreneurship: a dialogue with Waldinger, Aldrich, Ward and associates”. *International Migration Review*, V. 27, n. 3, outono de 1993.

BRUNEAU, Michael. *Diasporas et espaces transnationaux*. Paris: Ed. Economica, 2004.

BUECHLER, Simone. *Sweating it in the Brazilian Garment Industry: Bolivian workers and global economic forces in São Paulo*. Metropolitan Studies, New York University, 2003. (paper do Centro de Estudos Migratórios – CEM, no qual havia indicação de publicação futura na revista “Latin American Perspectives”, 2004).

CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo/Campinas: Unesp/Unicamp-Economia, 2000.

CANO, W. “Crise de 1929: soberania na política econômica e industrialização”. In:_____. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002, pp. 77 – 115.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. “Dependência e desenvolvimento na América Latina – trechos selecionados”. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2000, pp. 495 - 521.

CARUSO, Mariléa M. L. & CARUSO, Raimundo C. *Bolívia Jakaskiwa*. Florianópolis: INTI Editorial, 2008.

COHN, Gabriel. “A teoria da ação em Habermas”. In: CARVALHO, Maria do Carmo (org). *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo: ed. Cortez, 1993.

COMIN, Álvaro A. “Mudando sem sair do lugar: _____, 2007.(completar referência).

CYMBALISTA & XAVIER. “A Comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade”. Anpocs, 2007. (completar referência).

CHOI, Keum Joa. Além do arco – íris: a imigração coreana no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH – USP, 1991.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Papirus, Campinas – SP, 1995.

DINIZ, C. C. & DINIZ, B. C. “A Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação, re – espacialização e novas funções. In: AMITRANO, C. R. et alli. *Caminhos para o Centro: Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo: EMURB, 2004.

DUFOIX, S. Les Diasporas. 2003

EISENSTADT, S. Noah & CURELARU, Maria. “O desenvolvimento da sociologia nos Estados Unidos”. In: EUFRÁSIO, Mário A. (org.). *O surgimento da sociologia americana e a formação da Escola de Chicago*. São Paulo: _____, 2004.

FERRETI, Maritza. “Direitos humanos e imigrantes”. In: Sales, Teresa e Salles, Maria do Rosário T. (orgs). *Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. EdUFSCar e Editora Sumaré, São Carlos, 2002: 139 – 146.

FREIRE, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: trabalho, família e cidade em um distrito periférico de São Paulo*. São Paulo, 2005 (projeto de mestrado).

FURTADO, C. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

GALETTI, Roseli. “Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos”. In: Patarra, N. (Coord.). *Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil - Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*, v. 1. Campinas, 1996: 133 – 143.

GARCIA, Renato & CRUZ – MOREIRA, Juan. “O Complexo Têxtil Vestuário: um cluster resistente”. In: AMITRANO, C. R. et alli. *Caminhos para o centro – estratégias de*

desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: EMURB, 2004.

GEREFFI, G. & KORZENIEWICKS, M. (eds). *Commodity Chains and Global Capitalism*. London: Praeger, 1994.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. Towards Transnational Perspective on Migration. Nova Iorque: Annals of the New York Academy of Sciences, vol. 645, 1992.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. “Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas”. *BNDES Setorial*, n. 12, pp. 17 – 50, Rio de Janeiro, set. 2000.

GREEN, Nancy L. “The Comparative Method and Poststructural Structuralism: new perspectives for migration studies”. In: Lucassen, J. & Lucasse, L. (eds). *Migration, Migration History, History – old paradigms and new perspectives*. Berne: Peter Lang A. G, 1999.

GRANOVETTER, Mark. “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. In: GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, R. (eds). *The Sociology of Economic Life*. São Francisco: Westview Press, pp. 53 – 84, 1992.

GUEVARA, Jean – Paul. “Migraciones bolivianas en el contexto de la globalización”. *Alternativas Sur*, vol. III, n. 1, pp. 171 – 187, 2004.

JAKOBSEN, K. “A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil”. In: JAKOBSEN, K., MARTINS, R. & DOMBROWSKI, O. (orgs). *Mapa do Trabalho Informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT – Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 13 – 18.

JAKOBSEN, K., MARTINS, R. & DOMBROWSKI, O. “O trabalho informal no município de São Paulo”. In: _____(orgs). *Mapa do Trabalho Informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT – Fundação Perseu

Abramo, 2001, pp. 7 – 10.

HINKLE, Roscoe C. & HINKLE, Gisela, J. “A fundação da sociologia norte-americana (1905 - 1918)”. In: EUFRÁSIO, Mário A. (org.). *O surgimento da sociologia americana e a formação da Escola de Chicago*. São Paulo: _____, 2004.

KADLUBA, Ruth Camacho. *A imigração na cidade de São Paulo – integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza – URB AL Rede 10*. São Paulo: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade Empresa e Comunidade Européia, 2007.

KELLER, Paulo Fernandes. “Economia global e novas formas de organização da produção na cadeia têxtil-confecções”. *Revista da Universidade Rural - Série Ciências Humanas*, vol 24 (1-2), pp. 193 – 206, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jan/jun de 2002.

KIM, Yoo Na. *A jovem Coréia – um almanaque sobre uma das imigrações mais recentes do Brasil*. São Paulo: Ssua Editora, 2008.

KLOSTERMAN, R.; J. VAN DER LEUN & J. RATH “Mixed embeddedness: (in) formal Economic Activities and Immigrant business in Netherlands”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1999, 23 (2), Junho, pp. 253 – 267.

KONTIC, Branislav. *Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH / USP, 2001.

LEITE, Marcia de Paula. “Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na industria de confecção em São Paulo”. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 2 (1), pp. 239 – 265, 2004.

MARTINS, R. & DOMBROWSKI. “Mapa do Trabalho Informal na cidade de São Paulo” .In: JAKOBSEN, K., MARTINS, R. & DOMBROWSKI, O. (orgs). *Mapa do Trabalho Informal:*

perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: CUT – Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 24 - 39.

MARZADRO, M., “Habitantes itinerantes y espacio de vida translocal? Desde las practicas de los migrantes hacia las políticas públicas. El caso de los cochabambinos en Bergamo” (no prelo).

MARZADRO, M. “Diáspora cochabambina o construcción de espacios de vida translocales?”, Miurbal, 2007.

MASIERO, Gilmar. Negócios com Japão, Coréia do Sul e China – economia, gestão e relações com o Brasil. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

MASSEY, S. Douglas et alli. “Theories of International Migration: a Review and Appraisal”.

MASSEY, Douglas et al. “The social organization of migration”. In: _____ *Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press, pg.139-171, 1990.

MASSEY, Douglas, et al. “Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration”. In: GUIBERNAU, Montserrat & REX, John (eds.). *The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration*. UK: Polity Press, pg. 257-269, 1997.

MERA, Carolina. “Diáspora coreana en America Latina” (artigo disponível on line: <http://64.233.169.104/search?q=cache:2rIULJBQ18YJ:ceaa.colmex.mx/estudioscoreanos/imagenes/mera.pdf+carolina+mera&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=20&gl=br&client=firefox-a>).

MORAWSKA, Ewa. “The Sociology and Historiography of immigration”. In: C TILLY, V YANS-McLAUGHLIN. *Immigration reconsidered – History, Sociology and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. “The underside of fashion: immigrants in the parisian garment industry”, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1990. (paper apresentado no

Institute for Social Science Research).

MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. "La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est". *Cultures et Conflits*, n° 33 – 34, 1999:105 – 122. (<http://www.conflits.org>).

NUM, José. "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Santiago, v. 2, n. 2, jul, 1969.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PATARRA, N. & BAENINGER, R. "Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil". In: _____ (coord.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, vol. 1, 1996, pp. 78-87.

PALPACUER, Florence. "Subcontracting networks in the New York city garment industry: changing characteristics in a global era". In: GEREFFI, G.; SPENER, D. & BAIR, J. (eds.). *Free Trade and uneven development: the North America apparel industry after NAFTA*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

PEIXOTO, J. "As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas". *Socius*, 2004.

POLANY, Karl. "The economy as instituted process". In: Granovetter, Mark & Swedberg, R. (eds). *The Sociology of Economic Life*. São Francisco: Westview Press, 1992: 29 – 51.

PEREIRA, V. Vacaflares. *Migración interna en Bolivia – causas y consecuencias (1985 – 2000)*. La Paz: CEF – Plural Editor, 2004.

POCHMANN, M. "O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo". In:

JAKOBSEN, K., MARTINS, R. & DOMBROWSKI, O. (orgs). *Mapa do Trabalho Informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT – Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 18-23.

PORTES, A & SASSEN – KOOB, Saskia. “Making it underground: comparative material on the informal sector in western market economies”. *American Journal of Sociology* , 1987.

PORTES, Alejandro & BOROCZ, Józef. “Contemporary Immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation”. *International Migration Review*, VOL. 23, N. 3, 1989.

PORTES, A, CASTELLS, Manuel & BENTON, Lauren A. *The informal economy – studies in advanced and less developed countries*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1991 (segunda edição).

PORTES, A & SENSENBRENNER, Julia. “Embeddedness and Immigration: notes on the social

determinants of economic action”. *American Journal of Sociology*, 98, pp. 1320-1350, 1993.

PORTES, Alejandro. “Economic sociology and sociology of immigration: a conceptual overview”.

In: _____ (org). *Economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1995.

PORTES, Alejandro. “La mondialisation par le bas – l’émergence des communautés transnationales”. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, n. 129, pp. 15 – 25, setembro de 1999.

POTOT, Swanie. *Circulation et reseaux de migrants roumains – une contribution a l’étude des*

nouvelles mobilités en Europe, 2003 (tese de doutorado realizada pela Université de Nice – Sophia Antipolis).

QUIJANO, Aníbal. “Dependência y marginalidad. El concepto de polo marginal”. s/data.

RODRIGUES, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

RAVEINSTEIN, E. G. “As leis de migração”. In: MOURA, H. (org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

ROSS, R. J. S. “The new sweatshops in the United States: how new, how real, how many and why?” In: GEREFFI, Get all(eds.), *Free trade and uneven development: the north American apparel industry after NAFTA*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

SALES, Teresa e SALLES, Maria do Rosário T. (orgs.). *Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, pg. 139 – 146, 2002.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: dois circuitos da economia urbana*. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSEN-KOOB, Saskia. “New York City's Informal Economy”. In: Portes, A, Castells, Manuel & Benton, Lauren A. *The informal economy – studies in advanced and less developed countries*. Baltimore e Londres: The John Hopkings University Press, 1991 (segunda edição).

SASSEN-KOOB, Saskia. “Rebuilding the global city: economy, ethnicity and space”. In: *Social Justice*, nº 22, 1993.

SASSEN-KOOB, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SENPAS (Secretariado Nacional de Pastoral Social – Departamento de Pastoral Migratória). *Cuadernos Populares – Cochabamba Bolívia*, n. 2, 1991. (disponível no CEM).

SEVERO, L. Wexell. Bolívia – nas ruas e urnas contra o imperialismo. São Paulo: Editora Limiar, 2008.

SILVA, Sidney Antônio. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, Sidney. “Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade”. *Estudos Avançados*, 20 (57), pp.157-170, 2006.

SIMICA (Proyecto Sistema de Información sobre Migración Internacional en los Países de la Comunidad Andina). *Bolívia: un examen de la migración internacional en la comunidad andina usando datos censales*. Fascículo 2, Santiago do Chile, s/data. (documento disponível no CEM).

SINGER, A. “O trabalho informal e a luta da classe operária”. In: JAKOBSEN, K., MARTINS, R. & DOMBROWSKI, O. (orgs). *Mapa do Trabalho Informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT – Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 11 - 13.

STARK, Oded & BLOOM, David E. “The new economics of labour migration”. *American Economic Review*, vol. 75, pg.173-8, 1985.

TARRIUS, Alain. “Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants”. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n° 59/60, 1993: 50-59, 1993.

TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas – les nouveaux nômades de l’économie souterraine*. Paris: Éditions Balland, 2002.

TELLES, Vera. “Introdução”. In: Telles, Vera e Cabanes, Robert (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. (no prelo), São Paulo, 2006A.

TELLES, Vera. “Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade”. In: Telles, Vera e

Cabanes, Robert (orgs). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.(no prelo),São Paulo, 2006B.

THOMAS, William I. e ZNANIECKI, Florian.*The polish peasant in Europe and América. Illinois*, Illinois: University of Illinois Press, 1984.

TRUZZI, Oswaldo. “Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro”. *Estudos Históricos*, 28. Rio de Janeiro, 2001.

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP* , v. 20, n. 1, pp. 199 – 218, 2008.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). Unctad Handbook of Statistics on line. 2008. <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1890>

– ANEXO 1 –

Lista de jornais Pesquisados em acervo do Centro de Estudos Migratórios (CEM)

1. *A Folha de São Paulo*, domingo, 23 de julho de 1989. “San Pablo – São Paulo é terra boa para quase 400 mil”.

Nessa matéria, uma espécie de caderno especial, a capital paulistana é definida como a versão periférica das grandes metrópoles mundiais, como Nova Iorque, Chicago, Los Angeles e Miami.

San Pablo atrai. Mas mesmo para aqueles para quem a cidade consegue vender a metáfora de uma nova Nova Iorque dos trópicos mantém pelo menos um pé atrás. Na lanchonete Dona Paula, no coração do reduto boliviano do Bom Retiro, uma plaqueta domina as paredes mal cuidadas: 'Fiado só quando o Brasil pagar a dívida externa'.

A matéria também destaca a baixa adesão dos imigrantes hispano-americanos à lei da anistia aos imigrantes indocumentados de 1988, de acordo com a matéria, apenas 30 mil se legalizaram:

'Muitos imigrantes não se apresentaram temendo uma armadilha', diz a missionária italiana Rita Bonassi, do Centro Pastoral Migratório Nossa Senhora da Paz, com sede no Glicério, centro de São Paulo. 'A situação é de medo, principalmente, entre os paraguaios e os bolivianos', afirma o padre Mário Geremia, 31, coordenador do centro.

Enquanto em relação às outras nacionalidades de hispano americanos a matéria aponta uma certa diversidade ocupacional, no caso da imigração boliviana para São Paulo, o foco é um só, o trabalho de imigrantes bolivianos indocumentados em confecções de coreanos.

Assim isolados, com permanência irregular no país e sem qualificação profissional, os bolivianos são contratados clandestinamente sobretudo por confecções mantidas por coreanos, os grandes empregadores de imigrantes ilegais. O cenário típico é o Bom Retiro, onde hoje se concentra a maior parte da comunidade coreana e boliviana. Nessa estranha simbiose, o fator de equilíbrio é o trabalho finalmente existente para o boliviano e barato o bastante para o coreano.

2. *A Folha de São Paulo*, domingo, 8 de setembro de 1991. “Brasil hoje só é refúgio de sul-

americanos – peruanos entram no Brasil para fugir do cólera e bolivianos substituem coreanos como mão-de-obra barata em São Paulo”.

Nessa matéria, destaca-se o fato do país ter deixado de ser um receptor de fluxos migratórios do continente europeu, sendo cada vez mais um expulsor de mão-de-obra. Para o Brasil, conforme a matéria passaram a vir os imigrantes hispano-americanos, com destaque para bolivianos e peruanos.

Na matéria também aborda-se a entrada de coreanos de maneira ilegal e a relação entre coreanos e bolivianos é apresentada como uma relação de sucessão no trabalho nas confecções, tendo em vista pesquisa desenvolvida por Rosa Ester Rossini, professora do departamento de geografia da USP.

Já pelo Paraguai e Mato Grosso do Sul é que entram centenas de coreanos ilegalmente, diz Rosa Ester Rossini (...). Segundo Rossini, nos últimos anos os bolivianos passaram a ser a mão-de-obra mais barata para as pequenas confecções e já substituem os coreanos no Brás, zona leste de São Paulo.

De acordo com os dados da matéria, fornecidos pela Polícia Federal, teríamos, em 1991, um total de 3,3 milhões de imigrantes ilegais vindos principalmente da Ásia e outros países sul-americanos. A matéria também destaca o fato de poucos hispano-americanos terem se legalizado durante a anistia de 1988.

3. *O Globo*, domingo, 13 de dezembro de 1992. “Trabalhadores se oferecem na praça como escravos – jornada de 16 horas diárias de trabalho” /

Nessa matéria, o jornalista descreve a forma como acontece o agenciamento de mão-de-obra de bolivianos pelos coreanos na praça Padre Bento.

Todos os domingos, a Praça Padre Bento, em frente à imponente Igreja Santo Antônio do Pari, em São Paulo, se transforma no cenário de uma insólita atividade, uma evocação moderna dos mercados de escravos que funcionaram na cidade dos barões do café até o século passado. Dezenas de imigrantes sul-americanos oferecem-se como força-de-trabalho para os coreanos que mantêm oficinas de costura na cidade. As condições de trabalho pouco variam: jornada de 16 horas diárias e um cativeiro que só pára da tarde de sábado à noite de domingo. (...) A partir das 18h, os primeiros imigrantes – na maioria bolivianos em situação irregular no país – chegam à praça e vão se agrupando nos bancos sob as árvores e nos bares das redondezas. Por volta das 21h, o mercado informal estabelecido na Praça Padre Bento já concentra cerca de 100 clandestinos. É nesse momento que os primeiros donos das oficinas chegam e transformam a praça numa bolsa de ofertas,

misturando palavras em português, espanhol e coreano. (...) No ritual de contratação de empregados, são comuns cenas em que casais de meia idade examinam cuidadosamente jovens na faixa dos 20 anos e, depois de alguma discussão, acabam arrematando 3 ou 4 deles (...) Muitos jovens coreanos, donos de pequenas oficinas em regiões mais afastadas da cidade, também frequentam a praça à procura de bons negócios. É comum a contratação de casais com filhos pequenos. Munidos de amostras do serviço que os eventuais contratados terão que executar, os negociantes expõem na praça o tipo de camisa a ser costurada ou o acabamento a ser executado.

Um outro aspecto abordado na matéria é a crise que se instaurou na economia brasileira nesse período de era Collor e que levou muitos bolivianos a abandonarem o Brasil e tentarem a sorte em lugares mais promissores, na época, principalmente, a Argentina:

A crise econômica que afugentou muitos imigrantes para países mais bem sucedidos como a Argentina tornou as coisas mais difíceis para os contratantes. A diminuição da oferta nos últimos meses, fez dobrar o preço mensal da peça humana em oferta. A única coisa que não mudou é o sistema de trabalho.

4. *O Globo*, domingo, 13 de dezembro de 1992. “Coreanos exploram bolivianos em São Paulo – máfia que age em São Paulo é acusada de sonegação de impostos, assassinatos e agenciamento de escravos”.

Nessa matéria, o foco é a comunidade coreana em São Paulo, considerada pouco adaptada à realidade brasileira e responsável não apenas pela manutenção de confecções com o trabalho de bolivianos em regime quase escravo, mas uma série de outras infrações como sonegação de impostos, assassinatos e falsificação de documentos:

Restritos a guetos nos bairros do Bom Retiro, Pari, Aclimação e Cambuci, muitos dos 50 mil coreanos têm ainda hoje, às vésperas do trigésimo aniversário da colônia no Brasil, grandes dificuldades de adaptação ao país. As delegacias de polícia nos bairros onde a colônia está instalada registram desde denúncias de maus tratos praticados contra funcionários a agressões e brigas provocadas por batidas de automóveis.

Outra questão comentada na matéria é o fato de que a situação das confecções informais, com utilização de mão-de-obra latino-americana indocumentada, que deveria ter se acabado com a anistia de 1988, mantém-se com a anuência dos imigrantes bolivianos. Também é descrita a forma de arregimentação dessa mão-de-obra:

A mão-de-obra para essas oficinas é arregimentada tanto em São Paulo

como na Bolívia. A preferência dos coreanos é por bolivianos do Altiplano, segundo eles mais trabalhadores do que os orientais de Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra. Anúncios publicados nos principais jornais e veiculados pelas rádios locais oferecem emprego e moradia para jovens interessados em trabalhar no Brasil. 'Esses anúncios são muito comuns. Geralmente procuram por pessoas com experiência em determinados tipos de máquinas de costura e oferecem endereços para contato no Brasil e na Bolívia', explica a chefe da divisão de anúncios do jornal *Diário de La Paz*, Lourdes Morales. Segundo ela, existe até uma tabela de preços específica para a publicidade procedente do Brasil.

5. *O Globo*, segunda-feira, 14 de dezembro de 1992. “Governo Paulista investigará coreanos”
/ “Associação quer mudar imagem da colônia”.

As duas matéria tratam das repercussões das denúncias realizadas no dia anterior pelo jornal. Enquanto a Polícia Federal garante que fará mais investigações para a erradicação desse tipo de exploração do trabalho na cidade; os representantes da comunidade coreana afirmam que apesar dessa exploração ter de fato existido, tratariam-se de atividades do passado.

O próprio presidente da Associação Brasileira dos Coreanos, Sang Im Kim, admite que esse sistema de trabalho provocou uma série de embates entre micro – empresários e a justiça brasileira. Diz porém que esses métodos foram abandonados. 'Isso é coisa muito antiga que não condiz com o perfil que a colônia adquiriu' (...) 'A nova geração de coreanos ambiciona posições mais destacadas do que as dos donos de confecções', diz ele.

6. *O Globo*, segunda-feira, 14 de dezembro de 1992. “Brasileiro é recusado em confecção”.

Nessa matéria, descreve-se o caso em que um brasileiro foi procurar trabalho em oficina de uma coreana. A coreana acaba por dispensar os trabalhos do rapaz por ele não se sujeitar às 15 horas necessárias para que a manutenção de moradia e comida proporcionada pela coreana fosse compensada pelo trabalho realizado.

7. *Revista Veja*, 19 de maio de 1993. “Senzala Paulistana – a vida dura dos bolivianos que fogem de seu país para trabalhar em São Paulo como escravos modernos do século XX”.

Nessa matéria, bastante ilustrada com fotos das oficinas de costura e da praça Padre Bento, a autora argumenta em torno da tese de que o trabalho informal/ilegal de bolivianos em oficinas de outros bolivianos ou coreanos seria uma das pontas de um circuito que inclui as lojas dos shoppings ou outros pontos de comercialização para a classe média e alta.

Domingo à noite em São Paulo. Numa praça escura no Pari, um antigo bairro industrial próximo ao centro da cidade, centenas de bolivianos oferecem seus serviços de costureiros a pequenos empresários coreanos empenhados em contratar mão-de-obra barata para as suas oficinas. (...) A praça do Pari e a loja de roupas femininas do shopping são as duas pontas de um esquema de exploração ilegal de mão-de-obra que move uma fatia considerável do setor de confecções em São Paulo. (...) A conclusão é que a imensa maioria dos bolivianos vive e trabalha no submundo da clandestinidade. Quase todos fixaram-se no ramo da costura, em que reinam os coreanos – a outra ponta do esquema.

Um outro aspecto abordado na matéria, diz respeito ao valor do trabalho boliviano nas confecções coreanas. De maneira geral, considerando levantamento da Câmara de Comércio e Indústria Coreana do Brasil existiriam, naquele ano de 1993, em torno de 2500 estabelecimentos comerciais de coreanos, dos quais 90% seriam confecções de costura que produzem, no mínimo, 7 milhões de peças de roupas por mês. Considerando um valor de 5 dólares por peça vendida na loja, chegaríamos a uma média de 30 milhões de dólares por mês ou 360 milhões de dólares por ano. De qualquer forma, a autora observa que a parte que fica com os trabalhadores bolivianos é bem pequena, chegando, no máximo a 25% do lucro obtido. A autora também comenta a percepção dos coreanos sobre essas circunstâncias:

'Para os bolivianos, é vantajoso esse esquema de morar no local de trabalho', avalia Sany Kim, presidente da Câmara de Comércio Coreana. 'Economizam dinheiro de transporte e o que ganham é livre', raciocina. 'É verdade que eles trabalham muitas horas, mas é porque querem. Ganham por peça', contemporiza o cônsul geral da Coreia em São Paulo, Chung Soon Kim.

A questão dos donos de oficinas é abordada a partir do exemplo de trajetórias de bolivianos que começam trabalhando para coreanos, juntam dinheiro e estabelecem as próprias confecções. Note-se que o caso relatado pela autora é o de um boliviano que sofreu maus tratos dos coreanos e montou sua própria confecção por conta própria, situação diferente daquela relatada no terceiro capítulo.

'Os coreanos exploram os bolivianos, não dão comida e exigem que trabalhem muitas horas sem parar', queixa-se o costureiro Xavier, 27 anos, clandestino à espera do documento permanente. Ele comprou sua primeira máquina depois de trabalhar 3 anos para os coreanos. Hoje tem uma oficina própria.

A autora também ressalta o fato de que nesse período de início da década de 1990, o destino mais atrativo para os bolivianos era a Argentina, para onde muitos se mudaram, devido à crise econômica pela qual passava o Brasil.

Correm soltos na colônia boliviana os boatos de que um costureiro pode tirar até 1000 dólares por mês trabalhando em Buenos Aires.

Uma outra constatação da matéria é o aumento crescente no fluxo de bolivianos para São Paulo, especialmente, a partir dos anos 1970 devido às “promessas de trabalho geradas pelas grandes obras do regime militar”. Um fato muito curioso comentado pela autora, devido ao aumento do fluxo emigratório de bolivianos, foi a mudança no tipo de passaporte dado aos bolivianos que saem do país, que foi sendo gradativamente simplificado, até se transformar em uma folha de papelão com uma foto e algumas informações sobre o cidadão.

É tão grande o número de bolivianos que saem do país que as autoridades locais deixaram de lado o passaporte tradicional – o modelo atual é uma folha de papelão com a foto e meia dúzia de informações sobre o cidadão.

Sobre a imigração coreana, comenta-se que, apesar de ter iniciado na década de 1960, o fluxo mais intenso aconteceu durante a década de 1970 e que, naquele momento, início dos anos de 1990, existia uma campanha no interior da comunidade, incentivada por anúncios em emissoras e jornais para que os negócios coreanos fossem legalizados. Mas conforme retrata a autora tais circunstâncias estão longe de se efetivar.

'O Brasil estava na moda, todo mundo falava em vir para cá', conta o coreano S. J. Kim, dono de uma oficina de costura na Aclimação onde trabalham 4 bolivianos. 'Eles são a minha família', diz. (...) Há alguns anos a comunidade coreana em São Paulo faz uma campanha nas emissoras de rádio e em jornais pedindo aos coreanos que evitem contratação de mão-de-obra ilegal. 'Estimulamos comerciantes coreanos a contratar brasileiros e seguir à risca a legislação do país', explica Ricardo Kim, um dos diretores da Rádio Coreia que transmite programas para a colônia em sua língua nativa, alugando duas horas diárias de uma emissora, de segunda a domingo.

8. *O Estado de São Paulo*, domingo, 30 de julho de 1995. “Eles fogem da polícia e vivem de biscates”.

Matéria sobre os imigrantes hispano –americanos que vieram para o país no período. Em relação à situação do boliviano que vive do comércio informal no baixo terciário urbano, sobre a qual pouco se fala, pois as atenções estão voltadas para a confecção, destaca-se a seguinte descrição:

O boliviano vive de um hotel para outro pois, sem documentos, não pode alugar casa. Ele não tem acesso a serviços de saúde e reza para não ficar doente. Não compra nada a crédito porque, legalmente, não existe. 'Tudo tem de ser a dinheiro' constata. Ele ainda tem a esperança de conseguir um visto de permanência. 'Sem documentos a vida é

difícil, quem sabe eu arranjo um filho brasileiro e me deixam ficar'. Apesar do pouco que ganha no comércio informal e dos frequentes sobressaltos com a polícia, não quer voltar para a Bolívia. 'Lá é pior', diz.

9. *O Estado de São Paulo*, domingo, 30 de julho de 1995. “Bolivianos, a maior colônia – travessia da fronteira é facilitada por atravessadores a US\$50 por cabeça”.

Essa matéria faz parte de um conjunto de reportagens publicadas pelo jornal sobre a presença de imigrantes dos países que fazem parte do Mercosul na Região Metropolitana de São Paulo. Nessa reportagem, explora-se a questão da grande emigração boliviana a partir da década de 1980, sob um governo civil e que levou a uma situação em que 2 milhões de bolivianos vivem fora da Bolívia, o equivalente a cerca de 30% da população boliviana residente na Bolívia. Na matéria também são comentados o percurso realizado pelos imigrantes, o esquema de passagem na fronteira e a questão da praça Padre Bento na qual o comércio de mão-de-obra entre bolivianos e coreanos se estabelece.

10. *O Estado de São Paulo*, domingo, 30 de julho de 1995. “Mercosul não muda vida de imigrantes latino-americanos”.

Na matéria, o jornalista chama atenção para o fato de que o Mercosul não interferiu na situação dos trabalhadores sul-americanos no Brasil que continuam a ter problemas com documentos, ocupam os piores empregos e recebem salários miseráveis, muitas vezes são recrutados com falsas promessas.

Só em São Paulo, os consulados estimam que haja cerca de 100 mil bolivianos, 25 mil chilenos, 16 mil argentinos e 15 mil paraguaios, a maior parte deles em situação irregular. (...) 'Já tivemos vários casos', afirma [funcionária do consulado boliviano]. 'Além de trabalharem como escravos, os bolivianos até apanham dos empresários, quando pedem nossa ajuda e nós interferimos. (...) Pesquisa feita pela Fundação Bolívia, uma entidade filantrópica montada em São Paulo, mostra a situação dos clandestinos no Estado. Em agosto de 1992, quando foram ouvidos 200 trabalhadores bolivianos, 76,8% ganhavam até US\$ 200 mensais. Só 9% ganhavam até US\$400 e 14,8% mais do que essa quantia. As ocupações da maioria se situavam entre as mais humildes: 40% trabalhavam em confecções sem vínculo empregatício e carteira assinada, 10% como empregados domésticos e 15% como operários, a maior parte dos quais na construção civil, também sem garantias trabalhistas.

A matéria também trata do papel da Pastoral dos Migrantes criada em 1977 que atende

esses latino-americanos ilegais e informais na cidade.

11. *O Estado de São Paulo*, sem data. “Cresce o número de imigrantes latinos no Estado”.

Nessa matéria destaca-se o fato do estado de São Paulo ser o grande pólo de atração da comunidade latina no Brasil e dos países que fazem parte do Mercosul.

O número de imigrantes vindos de outros países da América do Sul no Estado cresceu em até 20% só no ano passado. Segundo dados do consulado, a cada ano o número aumenta: na década de 60 eram menos de 5 mil, hoje, há mais de 300 mil legalizados e um número incalculável de ilegais, fazendo do Estado o maior concentrador de latinos do país. (...) De acordo com dados do IBGE, esses imigrantes concentram-se principalmente na região metropolitana, Campinas e parte das regiões de Sorocaba e São José dos Campos.

12. *O Estado de São Paulo*, domingo, 17 de novembro de 1996. “Estrangeiros são discriminados e enfrentam exploração em São Paulo”.

Nessa matéria, a questão da discriminação e exploração da mão-de-obra de imigrantes latino-americanos e refugiados é abordada a partir do relato de um imigrante boliviano que veio para o Brasil devido aos relatos ouvidos de amigos que vieram e acabou conseguindo emprego em uma oficina de costura na qual vive em condições praticamente sub humanas. Também aborda as tentativas de implementação de um Programa Nacional dos Direitos Humanos.

13. *O Estado de São Paulo*, sexta-feira, 20 de dezembro de 1996. “Anistia pode regularizar situação de estrangeiro”.

Nessa matéria, informa-se que o governo brasileiro está desenvolvendo um projeto para a realização de uma anistia que pretende legalizar o contingente de indocumentados estimado entre 500 mil e 1 milhão de pessoas.

14. *O Estado de São Paulo*, domingo, 30 de março de 1997. “Estrangeiro ilegal dribla a lei à espera de anistia”

Nessa matéria, sobre a situação dos imigrantes indocumentados, ressalta-se o alto valor do documento falsificado, em torno de 9 mil dólares e as estratégias alternativas, como o registro de filhos de mães solteiras. A questão da legalização de estrangeiros indocumentados no país é abordada devido à tramitação, no período, de dois projetos de lei: um mais conservador para os que residem no país há mais de 5 anos e, outro projeto, que deveria virar a

Lei de Estrangeiros e que prevê uma anistia mais ampla que legaliza todos os irregulares e clandestinos que entrarem no país até a data de publicação da lei. Note-se que apesar de ser uma matéria que abrange todos os indocumentados, destaca-se nas fotos e no texto a situação dos imigrantes bolivianos:

Exagerado ou não, o fato é que o número de clandestinos no país pode ser contado em dezenas de milhares. Na ilegalidade, eles não têm direitos e acabam explorados. O caso mais dramático hoje é o dos bolivianos concentrados no Sudeste. Muitos vêm no rastro dos parentes e amigos tentar a sorte grande nas cidades brasileiras. Na cidade de São Paulo, em geral, o itinerário passa pelo largo do Pari e acaba nas confecções do Bom Retiro, Brás e Belenzinho. Ali trabalham em troca de casa, comida e um salário de R\$ 0,10 por peça costurada.

15. O Estado de São Paulo, domingo, 20 de julho de 1997. “O drama dos bolivianos em São Paulo”.

Nessa matéria sobre a presença boliviana em confecção de coreanos ou outros bolivianos, destaca-se o fato da Praça Padre Bento ter se transformado em um mercado de trabalho a céu aberto. Note-se que na descrição dos jornalistas, no fim da década de 1990, os coreanos aparecem de maneira mais discreta, negociando no interior de suas kombis e não mais a céu aberto, e também destaca-se a presença de donos de confecção bolivianos e brasileiros em agenciamentos de mão-de-obra na praça.

Aos domingos, a partir das 19hs, a Praça Padre Bento, no Pari, na zona leste, torna-se o reduto de boa parte dos bolivianos que vivem em São Paulo. Lá eles se encontram para passear, paquerar e, principalmente, procurar e oferecer trabalho. (...) No início, eram os comerciantes e donos de confecção coreanos – que desde meados da década de 1960 exercem.

Também são arrolados uma série de depoimentos de imigrantes bolivianos colhidos pelos jornalistas na praça.

16. O Estado de São Paulo, domingo, 20 de julho de 1997. “Emprego ilegal teve início com colônia coreana”.

Nessa pequena matéria ao lado da matéria maior, citada acima, aborda-se o fato dos coreanos terem sido os iniciadores do circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana, conforme afirmam os representantes da própria comunidade coreana.

O vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Coreana no

Brasil, Tomás Choi, reconhece que foram os coreanos, donos de confecções, os primeiros a empregar os imigrantes bolivianos de forma ilegal. (...) O Consulado da Coreia, em São Paulo, de acordo com as informações do administrador Willian Taik, também assume que os coreanos exerceram por um bom tempo a função de empregadores de imigrantes bolivianos.

Também aborda-se a questão das relações de trabalho entre coreanos e bolivianos a partir do depoimento de uma boliviana que, apesar de trabalhar com coreanos ainda, acaba levando alguns calotes.

Segundo Mônica [imigrante boliviana que possui a própria oficina], a situação agora está muito difícil. Por isso não tem empregados em sua oficina. Ela se queixa. Diz que, além disso, é maltratada por alguns coreanos. Principalmente quando não querem pagar pelo serviço. 'Não temos como recorrer à justiça, pois o acordo é verbal', diz. 'E se a gente atrasa a entrega um dia já é motivo para eles darem calote, explica.

17. *O Estado de São Paulo*, domingo, 20 de julho de 1997. “Padre denuncia regime escravo em livro”.

Nessa matéria, aborda-se o lançamento do livro “Costurando sonhos” do padre Sidney Silva e a situação de exploração da comunidade boliviana descrita no livro.

18. *O Diário Popular*, sexta-feira, 25 de julho de 1997. “Polícia fecha 3 confecções que escravizavam bolivianos /Trabalho escravo leva estrangeiros à prisão/ Bolivianos vivem como escravos.

Matéria sobre uma operação conjunta das polícias militar e federal e do Ministério do Trabalho que resultou no fechamento de 3 oficinas de costura de donos bolivianos na zona leste de São Paulo.

As Polícias Militar e Federal e o Ministério do Trabalho fecharam três confecções, ontem, na Penha, por escravizar bolivianos na produção de roupas femininas e jaquetas. As peças eram vendidas às lojas do Brás a preços irrisórios. Vinte e uma pessoas foram encaminhadas à PF, onde ficaram presos os bolivianos Emílio Cordero Flores, de 34 anos, e Bertha Vargas Quispe, de 33 anos, acusados de manter trabalhadores como escravos e de dar cobertura à estrangeiros irregulares. (...) Os empregados, todos jovens, dormiam e comiam no mesmo local onde trabalhavam, até nos finais de semana, por 16 horas diárias para ganhar de R\$0,10 a R\$0,15 centavos por unidade confeccionada.

Também aborda-se o fato desse trabalho clandestino implicar em grande evasão de receitas.

Segundo estimativa da subseção do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos] no Sindicato das Costureiras, uma empresa constituída legalmente gastaria por volta de R\$ 31 mil apenas com a folha de pagamento de 25 funcionários que recebessem o piso da categoria (R\$351,00). Nesse cálculo estão incluídos encargos e horas extras. Mesmo que as três confecções [de bolivianos apreendidas pela Polícia Federal] pagassem a um total de 25 bolivianos um salário mínimo, a despesa ficaria em R\$3 mil reais – 10 vezes menos

E, na parte internacional, apresentam denúncia de trabalho escravo entre bolivianos em oficinas de costura em Buenos Aires, na Argentina.

A polícia prendeu ontem, na capital argentina, 3 bolivianos que mantinham 23 compatriotas que entraram ilegalmente no país trabalhando em uma confecção em condições sub humanas. Um porta-voz policial contou que as famílias usavam o mesmo banheiro e não podiam sair do galpão nem nos finais de semana.

19. O Estado de São Paulo, sexta-feira, 25 de julho de 1997. “Bolivianos são presos por trabalho escravo”.

Matéria sobre a operação da polícia citada acima, na matéria do Diário Popular. Além da denúncia, aborda-se a situação irregular desses trabalhadores em termos de documentação e moradia e das amplas jornadas de trabalho.

20. O Estado de São Paulo, sábado, 26 de julho de 1997. “PF investiga 10 oficinas de costura de bolivianos”.

Nessa matéria, são adicionadas informações ao caso das apreensões de oficinas de bolivianos do dia anterior e sobre as investigações da Polícia Federal.

O delegado Luciano Pestana Barbosa, da Delegacia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF), da Polícia Federal, em São Paulo, informou ontem estar investigando uma dezena de oficinas de costura de bolivianos que trabalham exclusivamente para lojas de propriedade dos coreanos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari. As oficinas recebem os tecidos cortados e costuram vestidos, jaquetas, calças e camisas. Os

bolivianos são suspeitos de explorar os patrícios em situação irregular no país: 'Esse ano já descobrimos dez oficinas, indicamos os bolivianos e alguns estão com processo de expulsão', adiantou o policial.

21. *O Estado de São Paulo*, sábado, 26 de julho de 1997. “Os escravos bolivianos”.

Nesse editorial d' *O Estado*, fala-se da exploração entre os imigrantes bolivianos e entre bolivianos e coreanos e sobre a necessidade de combate desse tipo de exploração.

22. *O Estado de São Paulo*, sábado, 9 de agosto de 1997. “Prorrogado o recadastramento de estrangeiros”.

Pequena matéria sobre a prorrogação de prazo para o recadastramento de imigrantes ilegais no país para o recebimento de uma cédula de identidade. De acordo com a matéria a Polícia Federal percebeu um sensível aumento das imigrações ilegais no país desde 1986.

23. *O Estado de São Paulo*, quinta-feira, 4 de dezembro de 1997. “Oficina abrigava grupo clandestino de 28 bolivianos”.

Matéria sobre outra apreensão de oficinas de costura clandestina de imigrantes bolivianos.

Policiais federais da Delegacia Marítima Aérea e de Fronteiras localizaram anteontem um grupo de 28 bolivianos vivendo clandestinamente em uma oficina de confecção de roupas. As 8 mulheres e os 20 homens trabalhavam e moravam na própria empresa, na rua Matarazzo, na região central. (...) De acordo com o delegado, os três [empresários bolivianos donos das oficinas apreendidas] contaram na delegacia que, quando chegaram ao Brasil trabalharam em oficinas de fabricação de roupas pertencentes a coreanos.

24. *A Folha de São Paulo*, quinta-feira, 4 de dezembro de 1997. “PF prende 3 acusados de ocultar bolivianos”.

Nessa matéria d' *A Folha*, mais detalhes sobre a apreensão das oficinas da rua Matarazzo são revelados, aqui, fala-se de 25 e não 28 bolivianos, encontradas dentro de apartamentos na região central do país. Um outro detalhe interessante: os donos bolivianos dizem ter comprado

a oficina de coreanos.

Procuradores da justiça do trabalho e agentes da PF uniram-se para fazer a blitz das 19hs às 22hs no Bom Retiro. Na rua Matarazzo eles encontraram quatro apartamentos em dois prédios que eram utilizados como oficinas de costura pelos comerciantes. Nos imóveis viviam os empregados bolivianos, entre eles, oito mulheres. 'Eles faziam roupas que eram vendidas para confecções de coreanos do mesmo bairro', afirmou o delegado. Segundo ele, os empregados ganhavam por peça produzida e recebiam cerca de R\$200 por peça. Eles pagariam a comida e o abrigo aos comerciantes. 'Não há provas de que os acusados tenham reduzido os trabalhadores à condição análoga a de escravo', disse. (...) Em seus depoimentos, os comerciantes (bolivianos) presos afirmaram que vieram trabalhar no Brasil. Disseram que compraram as oficinas de costura de imigrantes coreanos.

25. *Revista Isto é*, setembro de 1998, “Clandestinos no Brasil”.

Nessa ampla matéria sobre a imigração clandestina para o Brasil, com foco especial na situação de bolivianos ligados ao setor de confecção na cidade de São Paulo, relatam-se as dificuldades enfrentadas pelos bolivianos, as origens do circuito a partir dos coreanos e o fato de existir uma heterogeneidade de possibilidades no interior do circuito, cada vez mais espalhado pela cidade.

26. *A Folha de São Paulo*, quarta – feira, 9 de dezembro de 1998. “PF vai caçar estrangeiros clandestinos / Anistia atrai metade dos estrangeiros”.

Nessa matéria, anuncia-se o início de uma operação pente fino da Polícia federal em relação aos imigrantes clandestinos e empresários que contratam essa força-de-trabalho, pois encerrava-se a campanha de regularização de imigrantes clandestinos que promoveu a regularização da situação de 35 mil pessoas, que consideram ser o equivalente a metade dos imigrantes clandestinos residentes na cidade.

Segundo o Setor de Registro de Estrangeiros da PF de São Paulo, 70% das pessoas que procuraram o departamento são bolivianas. A maioria mora na cidade desde 1990 e trabalha em subempregos. O restante se dividiu basicamente entre coreanos e chineses.

27. *O Diário Popular*, terça-feira, 10 de agosto de 1999. “Bolivianos presos por trabalho escravo”.

Matéria sobre operações de apreensão de oficinas de costura informais de bolivianos – uma no Pari e outra em Suzano – devido a denúncias feitas nas Delegacias do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

28. *Revista Veja*, 25 de agosto de 1999. “O Eldorado Boliviano – atrás do sonho da fortuna, desempregados da Bolívia vivem como clandestinos no Brasil”.

Nesta matéria, é feita uma descrição da trajetória dos imigrantes bolivianos desempregados, no auge da crise econômica na Bolívia.

29. *Gazeta Mercantil Latino – Americana*, de 19 a 25 de junho de 2000. “A dura luta dos imigrantes bolivianos – decididos a fugir da pobreza”.

Nessa matéria, também é descrita a situação dos imigrantes bolivianos que vem para o Brasil ligados ao circuito de subcontratação para o trabalho em oficinas de costura, as condições da travessia e trabalho e as dificuldades enfrentadas para a legalização.

30. *Revista Contra – Ponto*, ano 1, nº1, São Paulo, outubro de 2001.

Nessa interessante matéria, Tchê Costa aborda a questão da inserção da comunidade boliviana na Praça do Pari que chegava a reunir em torno de 7 mil bolivianos aos domingos . Naquele momento, os moradores faziam um abaixo assinado, que acabou se efetivando, para expulsão da comunidade boliviana da Praça, devido a denúncias de alcoolismo, desordem e ao mercado informal de força-de-trabalho que se estabelecia no local.

31. *O Estado de São Paulo*, domingo, 18 de março de 2001. *Imigração / Ensaio*. “Há escravos em São Paulo. Estão em prisões infectas nos subterrâneos do trabalho ilegal, circulam pelas ruas antes do nascer do sol e sobrevivem vizinhos de todos nós, na esquina do inferno com o mundo globalizado” (ensaio de Albino Ruiz Lazo publicado originalmente em edição da época do *Braudel Papers*). [<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=962>]

Neste longo e interessante ensaio aborda-se a questão dos fluxos migratórios clandestinos de peruanos, bolivianos e coreanos na cidade de São Paulo, com o estabelecimento de comparações com outras situações clandestinas em outros lugares do mundo. Chama atenção, principalmente, a história que o autor conta sobre as raízes bolivianas no setor de confecção.

Os bolivianos têm raízes próprias na confecção. Em meados de 80, instalaram-se nos arredores de La Paz e El Alto, na Bolívia. Produziam para os mercados fronteiriços imitações de roupa americana apropriada para o frio. Empregavam uma população flutuante acostumada desde os tempos coloniais a ir de um lado para outro em busca de sustento. A roupa entrava de contrabando no Peru pelo posto de controle de Desaguadero. Os moradores dos povoados fronteiriços peruanos de Ollaraya, Unicachi e Tinicachi ganharam fortunas contrabandeando jeans e jaquetas bolivianas até que aprenderam a confeccioná-las em suas próprias oficinas em Lima. Outros fabricavam toscos vestidos muito solicitados nos Andes por seu baixo preço. Ao longo da década de 80, era constante a falência das oficinas e as instalações de novas com máquinas mais sofisticadas e capazes de produzir detalhes e costura inovadora. Essa via de modernização contribuiu para a derrocada das oficinas incapazes de competir com a confecção moderna. Primeiro, foram os costureiros, depois os donos das oficinas que trasladavam suas máquinas ou vendiam todos pertences para ingressarem no mundo das confecções em São Paulo.

Também aborda a questão da existência do circuito de subcontratação desde a Bolívia e a questão da transferência do controle dessa parte do processo dos coreanos para os bolivianos. De acordo com a matéria, os coreanos dominariam em torno de 60% da produção de vestuário de São Paulo. E toda situação de exploração e enganos envolvidas nesse trabalho.

32. *A Folha de São Paulo*, domingo, 16 de março de 2003. “Illegal, latino-americano vira 'sem saúde'”.

Nessa matéria, em que estima-se uma população de 400 mil bolivianos na cidade de São Paulo, sendo cerca de 240 mil ilegais, aborda-se a questão da epidemia de tuberculose desenvolvida no interior dessa comunidade na capital paulistana. De acordo com a matéria, estima-se que 20 a cada mil boliviano pudessem estar com a doença. E aborda o papel do SUS e das autoridades sanitárias para atender a essa população arredia devido a situação de indocumentação.

33. *A Folha de São Paulo*, domingo, 9 de maio. “Com feiras nos finais de semana, bairro de Canindé vira La Paz”.

Nessa matéria, aborda-se a sociabilidade boliviana no bairro do Canindé e a situação de ilegalidade e precariedade da comunidade boliviana na cidade.

34. *O Estado de São Paulo*, domingo, 12 de março de 2005. “Brasil, a América dos bolivianos”.

Nessa extensa matéria investigativa são descritos alguns “nós” do circuito de subcontratação transnacional a partir da Bolívia, além de uma série de números sobre esse fluxo e o trabalho nas oficinas da cidade.

35. *Revista da Folha*, 20 de março de 2005. “Terra Estrangeira”.

Nessa matéria a questão da ilegalidade na cidade de São Paulo é abordada de maneira ampla, tendo em vista as diversas comunidades de imigrantes nessas circunstâncias.

36. *Diário do Comércio*, 18 de janeiro de 2006. “Abolição da escravatura em São Paulo”.

Essa matéria é sobre a finalização do Relatório da Câmara Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o trabalho escravo na cidade de São Paulo. Os vereadores sugeriram a criação de uma espécie de selo de origem a ser afixado nas roupas. Aborda-se também os processos de terceirização e, principalmente, de quarteirização da produção no setor têxtil. Também cita-se o problema da saúde entre esses imigrantes e a questão das altas taxas para a sua legalização.

37. *O Estado de São Paulo*, segunda-feira, 7 de agosto de 2006. “Bolivianos se dividem nos 50 anos da imigração”

Aborda o fim do prazo de uma terceira anistia desde de 1988, concedida para os imigrantes bolivianos ilegais no país, aborda a situação de ilegalidade e precariedade com a utilização de alguns depoimentos e também aborda a questão das comemorações bolivianas na cidade de São Paulo.

38. *O Estado de São Paulo*, quinta-feira, 2 de novembro de 2006. “Bolívia sofre com o êxodo em massa”.

A matéria aborda a situação boliviana que expulsaria, de acordo com os dados da ON citados, em torno de 3% de sua população ao ano, situação que não teria sido revertido com a entrada de Evo Morales.

39. *O Estado de São Paulo*, domingo, 17 de dezembro de 2006. “Trabalho escravo avança em São Paulo”.

Na matéria é realizada mais uma descrição sobre a situação de ilegalidade e precariedade da situação de trabalho de imigrantes bolivianos em oficinas de costura na cidade, também aborda-se uma mudança na atuação da polícia que decidiu focar, principalmente, depois dos resultados da CPI do trabalho escravo, nos grandes compradores dessa produção e não mais prioritariamente nas oficinas de costura.

40. *O Estado de São Paulo*, terça-feira, 19 de junho de 2007. “La Paz cobra legalização de bolivianos”.

Matéria sobre o pedido do governo boliviano para o aumento das garantias ao quase 500 mil bolivianos que moram no Brasil.

41. *A Folha de São Paulo*, domingo, 30 de setembro de 2007. “Blitz apura elo entre varejo e trabalho degradante em São Paulo”.

A matéria aborda o fato de que mesmo depois de um ano e meio de realizada a “CPI do trabalho escravo”, ainda é possível encontrar no centro e na zona leste da cidade o trabalho de imigrantes bolivianos em condições análogas à escravidão. Trata-se da questão da necessidade de responsabilização não somente dos intermediários, mas dos grandes compradores dessa produção.

42. *A Folha de São Paulo*, domingo, 30 de setembro de 2007. “Mão-de-obra degradante migra para o interior de São Paulo”.

Nessa matéria aborda-se a resposta ao recrudescimento da fiscalização em torno das oficinas de costura informais que empregam força-de-trabalho boliviana.

Americana, Araçatuba, Indaiatuba e São Roque são algumas das cidades em que os fiscais e Sindicato das Costureiras em São Paulo já identificaram a instalação de oficinas ou confecções que empregam mão-de-obra irregular.

43. *A Folha de São Paulo*, domingo, 30 de setembro de 2007. “Redes dizem agir contra o

trabalho irregular”.

Nessa matéria aborda-se o posicionamento das redes varejistas – identificadas, em 2005, na CPI do trabalho escravo como uma das principais utilizadoras dessa força-de-trabalho ilegal e informal (Riachuelo, Mappin, Mesbla, C&A). Essas lojas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para parar com essas subcontratações. Apresentam também um interessante mapa sobre a dispersão da mão-de-obra irregular nas oficinas no Estado de São Paulo.

44. *A Folha de São Paulo*, domingo, 18 de novembro de 2007. “Trabalho no Bom Retiro terá fiscalização”.

A matéria aponta para um desdobramento do trabalho da polícia federal que, depois de investigar as redes varejistas, iria partir para a investigação das lojas e fabricantes no Bom Retiro.

Nessa região existem hoje 1200 lojistas, dos quais 1000 são fabricantes, de acordo com a Associação de Comerciantes do Bairro. O MPT quer identificar, nessa nova etapa da fiscalização, se as lojas do Bom Retiro confeccionam seus produtos, se terceirizam a costura das peças, quem são os parceiros dos lojistas, se os trabalhadores tem o não carteira assinada e em que condições trabalham.

45. *A Folha de São Paulo*, domingo, 9 de dezembro de 2007. “Varejo faz acordo sobre bolivianos ilegais”.

Retomando a questão do comprometimento das redes varejistas, a matéria aponta que Renner, Marisa, C&A e Riachuelo assinaram a TAC se comprometendo a não utilizar e fiscalizar a utilização dessa força-de-trabalho em condições de informalidade e ilegalidade. Também reproduzem um interessante “Mapa do Trabalho Irregular” na cidade de São Paulo, elaborado pela Pastoral em parceria com o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho.

Roteiro de entrevista semi-aberta e notas metodológicas

Iniciei a coleta das entrevistas semi-abertas em um domingo, pela manhã, no dia 8 de fevereiro de 2009, como última etapa da pesquisa. Naquele dia, a praça ficou lotada a partir do final da tarde, pois tratava-se de uma data festiva para a comunidade boliviana, a festa de aniversário do departamento mineiro de Oruro, uma espécie de carnaval, animada por uma bandinha tradicional, dessas de coretos de praça. A escolha da Praça Kantuta como local de aplicação, deve-se ao fato de tratar-se de um local, conforme verificou-se em observação etnográfica, em que a comunidade boliviana vinculada a costura costuma passear, com importante concentração de imigrantes que acabaram de chegar na cidade para se inserir ou já inseridos no circuito de subcontratação.

O intuito da aplicação do questionário era a verificação mais sistemática de alguns elementos da experiência boliviana vinculada ao circuito de subcontratação na cidade. E que foram percebidos, primeiramente, a partir da investigação etnográfica e entrevistas de história de vida²⁴¹ com imigrantes bolivianos no início da pesquisa, tendo em vista também, a literatura contemporânea sobre as formas de inserção das comunidades de imigrantes atuais, conforme abordado na introdução desta dissertação. De maneira geral, buscou-se capturar, de maneira ainda bastante exploratória, as trajetórias sócio-espaciais desses bolivianos, a partir do momento em que se inserem no circuito de subcontratação e os tipos de relações que mantêm com a Bolívia.

Nesse sentido, o questionário foi organizado em três blocos e com uma parte

²⁴¹ Entrevistas de histórias de vida realizadas no âmbito do projeto temático coordenado pela professora Vera da Silva Telles, do departamento de Sociologia, conforme anunciado na apresentação.

introdutória. Na parte introdutória, busca-se caracterizar o imigrante tendo em vista características possivelmente reveladora de clivagens no interior dessa comunidade ligada à costura: data de nascimento, data de chegada na cidade, local de nascimento, se possui filhos (diferenciando-se os brasileiros e os bolivianos, pois para muitos constitui-se estratégia importante para conseguir a documentação regularizadora possuir filhos brasileiros), se é casado e se com conjugue boliviano ou de outra nacionalidade.

No primeira seção, denominada Bloco A, são mapeados os percursos dos imigrantes entrevistados, na própria Bolívia e por outros países antes da migração para São Paulo e as relações com a Bolívia (família, ligações telefônicas e retornos). No Bloco B, busca-se caracterizar a vinda desses imigrantes para a cidade, tendo em vista as motivações iniciais, a forma de realização do percurso, as companhias durante a viagem e o conhecimento ou contatos anteriores na cidade de São Paulo. É a partir das perguntas deste bloco que foram realizadas as caracterizações organizadoras do terceiro capítulo sobre as formas de entrada no circuito. E, no Bloco C, são investigados os percursos dos bolivianos na cidade, para além do trabalho na oficina, em seus momentos de lazer e possível atuação política e, ao final do questionário são feitas perguntas sobre os imigrantes coreanos.

Durante a aplicação do roteiro, os momentos mais difíceis da entrevista, em que os entrevistados, geralmente, titubeavam ou se irritavam disseram respeito às perguntas sobre os motivos de sua vinda para a cidade e sobre suas relações com os imigrantes coreanos (momento de maior constrangimento em praticamente todas as entrevistas).

De maneira geral, as informações disponíveis sobre os imigrantes bolivianos ligados ao circuito de subcontratação é ainda muito pequena²⁴², devido, em grande parte, a condição de

²⁴² A bibliografia sobre esses imigrantes é composta, em sua maioria, por pequenos estudos exploratórios como o que está sendo apresentado nesta dissertação. Como considera: SILVA, 1997 e 2006, CAMACHO, 2006,

ilegalidade em que se encontram. Em relação ao perfil geral desses bolivianos, encontramos alguns indícios, em pesquisa realizada por Silva (1997), em 332 cadastros de imigrantes bolivianos atendidos entre 1985 e 1994, pela Pastoral do Imigrante, em São Paulo. O perfil desses imigrantes atendidos, devido a algum problema jurídico ou para o recebimento de assistência social, seria: 74,2% dos atendidos são homens e 25,8% são mulheres; a faixa etária da maioria situa-se entre os 20 a 40 anos (74,3%), sendo que dos 40 aos 50 anos são 8,9% e, o restante, acima de 50 anos; a maioria é originária do estado e da cidade de La Paz (42,16%), seguida de Cochabamba (9,2%), Oruro (4,9%), entre outras; a profissão mais citada é a de costureiro (48,8%); o estado civil da maioria é solteiro (56,6%); e, para residência em São Paulo, predominam os bairros do Brás, Bom Retiro e Pari.

Na pequena amostra, fruto da aplicação de um roteiro de entrevista semi-aberto, em janeiro de 2009, na Praça Kantuta²⁴³ – praça referencial para os imigrantes que acabam de chegar na cidade, circunstância que se refletiu, inclusive, no questionário²⁴⁴, mas facilmente perceptível na observação etnográfica – os 21 imigrantes bolivianos entrevistados apresentaram um perfil que se aproxima ao da amostra de Silva (1997) em algumas características: em relação à ocupação dos imigrantes, 18 (85,7%) trabalham ou já trabalharam com costura, uma concentração um pouco mais alta, o que provavelmente se vincula ao lugar de onde as informações foram obtidas. Em termos de faixa etária, sendo a nossa amostra ainda mais nova, o que também é bastante visível, na observação etnográfica na praça: dos 21 entrevistados, 13 (61,9%) tinham menos de 25 anos e os outros 8 (38,1%), entre 25 e 32 anos. E quanto à procedência percebe-se, novamente, uma semelhança entre nossa amostra e a de

GALETTI (1996) e BUECHLER, 2003.

²⁴³ Ver anexos 2 (roteiro e notas metodológicas) e 3 (descrição etnográfica e perfis dos entrevistados).

²⁴⁴ Das 21 entrevistas, realizadas aleatoriamente, 3 foram realizadas com imigrantes que tinham acabado de chegar em São Paulo (há, no máximo, um mês), e 4 com imigrantes que tinham chegado em torno de um ano atrás. Todos para trabalhar no setor de confecção.

Silva (1997), com total concentração no departamento de La Paz. Dentre os 21 entrevistados, 20 (95,2%) disseram ser provenientes desse departamento e, apenas, 1, de Santa Cruz.

6 - Já morou em outros lugares fora da Bolívia? (outras cidades do Brasil ou outro país).

Sim () - ir para 6.1

Não ()

6.1 - Onde / Quando? (enumerar quando se for mais de um lugar)

7 - E dentro da Bolívia, além da cidade que você nasceu_(citar cidade de nascimento), chegou a morar em outras cidades/departamentos?

Sim () - ir para 7.1

Não ()

7.1 - Em quais outras cidades/departamentos você morou dentro da Bolívia?

8 - O que fazia na Bolívia antes de vir para o Brasil, em (citar o ano que veio para a cidade)? (explorar: trabalhava ou estudava, o quê, em quais condições)

____9 - Você possui família na Bolívia?

Sim () - ir para 9.1

Não ()

9.1 - Quem da sua família ainda mora na Bolívia?(enunciar as alternativas - RM)

() pai

() irmãos

() mãe

() tios

() avós

() conjugue

() outros _____

10 - Você telefona para a Bolívia para falar com os familiares ou amigos? (NÃO enunciar as alternativas antes de ouvir a resposta)

() sempre, mais de uma vez por semana

() pelo menos uma vez por semana

() mais ou menos uma vez por mês

() de vez em quando

() nunca

11 - Depois que chegou no Brasil, já voltou para a Bolívia?

Sim () - ir para 11.1

Não ()

11.1 - Quantas vezes? _____

BLOCO B - A VINDA E PRIMEIROS MOMENTOS

11 - Por que você veio para São Paulo?

12 - Com quem você veio pra cá? (enunciar as alternativas, depois de ouvir e anotar a resposta - RM)

- () sozinho () avós
() conjugue / namorada (circular) () amigos
() mãe / pai (circular) () outros bolivianos colegas
() tios
() irmãos
() outros _____

13 - Como é que você veio (percurso e circunstância)? (Por onde? De ônibus, avião, parou em quais lugares no meio do caminho ou veio direto)?

14 - Na Bolívia, já tinha ouvido falar sobre o Brasil?

Sim () - ir para a 14.1

Não ()

14.1 - Quem falou para você? (enunciar as alternativas, depois de ouvir e anotar a resposta - RM)

- () conjugue / namorada () outros bolivianos colegas
() mãe / pai (circular) () na escola/ faculdade
() tios / irmãos / avós () na TV / rádio (circular)
(circular) () propaganda na rua
() amigos () igreja
() outros _____

15 - Antes de vir para São Paulo, já possuía contatos aqui?

Sim () - ir 15.1

Não ()

15. 1 - Com quais pessoas / instituições possuía contato na cidade de São Paulo? (enunciar as alternativas, depois de ouvir e anotar a resposta - RM)

- () conjugue / namorada (circular) () avós
() mãe / pai (circular) () amigos
() tios () outros bolivianos colegas
() irmãos () contato de trabalho
() igreja. Qual _____
() associação boliviana. Qual _____
() outros _____

15.2 - Essas pessoas ajudaram você na vinda para São Paulo?

Sim () - ir para 15.3

Não ()

15.3 - De quê forma essas pessoas te ajudaram?

16 - Você chegou aqui procurando trabalho?

Sim () ir para 17

Não () ir para 17

Já chegou com um lugar arranjado para trabalhar () ir para 18

17 - Depois que começou a procurar trabalho, foi fácil de arrumar?

Sim ()

Não ()

18 - Qual foi o primeiro trabalho que você arrumou aqui na cidade? Como foi que você conseguiu o trabalho?

19 - E, depois, trabalhou no quê? (enumerar até o trabalho atual)

20 - Em quais lugares já morou aqui em São Paulo? (enumerar até o lugar atual de moradia - bairro, rua)

BLOCO C - Na cidade

21 - Aqui na cidade você costuma ir aonde para:
se divertir

ter acesso à saúde

trabalhar

22 - Você participa de alguma organização boliviana aqui em São Paulo?
(enunciar as alternativas, depois de ouvir e anotar a resposta - RM)

() associação esportiva. Qual

() rádio comunitária. Qual

() time de futebol. Qual

() partido político. Qual

() outras. Qual _____

23 - Você acompanha o que está acontecendo na Bolívia?

Sim () ir para 23.1

Não ()

23.1 - Como? (enunciar as alternativas, depois de ouvir e anotar a resposta - RM)

-
- () jornal
 - () rádio boliviana na cidade
 - () notícias pela internet
 - () conversas com amigos e familiares que moram na Bolívia pela internet
 - () conversas com amigos e familiares que moram na Bolívia por telefone
 - () notícias que outros colegas que moram em São Paulo contam
 - () outros
-

24 - Quando estava na Bolívia, você já tinha ouvido falar sobre os coreanos?

Sim, tinha ouvido falar ()

Sim, já conhecia coreanos na própria Bolívia ()

Nunca tinha ouvido falar ()

25 - Você conheceu coreanos em São Paulo?

() Sim, de ouvir falar () sim, já trabalhei com eles

() Não

26 - Qual é a sua opinião sobre os coreanos? Por que?

Perfis dos 21 bolivianos entrevistados na Praça Kantuta²⁴⁶

RAMIRO

Ano/Departamento de nascimento: capital de La Paz, em 1967.

idade atual: 42 anos.

Ano de chegada na cidade: 1990.

idade de chegada: 23 anos

Estado Civil: casado com uma boliviana.

Filhos: dois filhos bolivianos e três brasileiros de 5, 8, 10, 19 e 24 anos.

Número de irmãos: 7 irmãos

Outros lugares de residência: só morou em La Paz e em São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: auxiliava a mãe que possuía uma oficina de costura junto com a esposa e dois filhos.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, pai e tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

²⁴⁵ As informações reproduzidas não condizem exatamente com a ordem e perguntas realizadas, pois nem todas as perguntas “funcionaram” ou mostraram-se irrelevantes e, apesar do roteiro relativamente fechado o intuito era obter o máximo de informações possíveis ao longo da conversa, foram reproduzidas apenas as informações consideradas confiáveis.

²⁴⁶ Os nomes utilizados são todos fictícios, porque, durante a entrevista, enquanto parte de um acordo tácito com aquele que eu iria entrevistar, não foi pedido nenhum tipo de identificação.

Retornos para a Bolívia: Sim, uma vez, para buscar a esposa e os dois filhos.

Motivos da vinda para São Paulo: Veio sozinho para São Paulo para trabalhar como costureiro a partir de um contato de um boliviano que tinha afixado um anúncio de oportunidades de trabalho no ramo da costura na cidade de São Paulo, em um mural no Ministério do Trabalho da Bolívia. Pretendia juntar um dinheiro para comprar máquinas e voltar para a Bolívia ampliar o negócio de sua mãe e ficar com a família que deixara lhe esperando, pois a situação econômica na Bolívia estava muito ruim.

Os contatos anteriores na cidade: tinha o contato de um primo distante que já morava na cidade, mas que não o auxiliou em nada.

Primeiro trabalho: Em uma oficina de costura para a qual veio trabalhar desde a Bolívia, junto com outros bolivianos contratados com uma espécie de “coiote”, nos termos do próprio Ramiro, clandestinamente. Ao chegar percebeu que tinha sido enganado: o patrão boliviano não queria lhe pagar o quanto tinha prometido, além de chantageá-lo devido à situação de ilegalidade que se encontrava na cidade. Depois de três meses, tendo feito alguns contatos com outros bolivianos residentes na capital paulistana, Ramiro resolveu fugir e, logo na semana em que tinha fugido, andando na rua atrás de algo para fazer, é abordado por um coreano, que tinha acabado de chegar da Argentina, que lhe pergunta se não quer trabalhar para ele como costureiro. A partir daí, de acordo com Ramiro, inicia-se uma relação de amizade e trabalho que durou 16 anos.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: Trabalhou durante três meses na primeira oficina, depois foi trabalhar em uma oficina de um coreano e com seu auxílio montou a própria oficina. Nos últimos três anos

parou de ser fornecedor desse coreano e montou uma forma independente de comercialização de suas mercadorias, através de uma barraca na Kantuta e na “feira da madrugada”, em que durante a semana. Note-se que depois que montou sua própria oficina, Ramiro já trouxe seus 7 irmãos para trabalharem com ele.

Bairros em que já morou na cidade: Aclimação, Carandiru, Vila Guilherme e Vila Maria. Atualmente possui casa própria na Vila Maria e carro.

Lugares que frequenta para

diversão: bailes e festas em datas cívicas bolivianas.

saúde: Hospital das Clínicas pelo SUS.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: é secretário de eventos da associação de comerciantes da Praça Kantuta.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir de notícias via internet e tv a cabo.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já trabalhou com eles.

Qual a opinião sobre os coreanos: “5% desse pessoal é legal, mas a maioria é safada e não quer ajudar os bolivianos”.

LEANDRO

Ano/Departamento de nascimento: capital de La Paz, em 1969.

idade atual: 40 anos.

Ano de chegada na cidade: 1991.

idade de chegada: 22 anos.

Estado Civil: casado com uma boliviana.

Filhos: 3 filhos brasileiros de 10, 14 e 19 anos.

Número de irmãos: 3 irmãos.

Outros lugares de residência: na Bolívia, além de ter morado em La Paz, morou em Cochabamba, Potossi e Oruro devido ao trabalho como mecânico em uma empresa.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: trabalhava como mecânico em um serviço formal.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, dois irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Sim, 5 vezes. Em um dos retornos, casou-se com uma boliviana.

Motivos da vinda para São Paulo: veio com “amigos” para conhecer e “tentar a vida” pois a situação na Bolívia estava muito ruim.

Os contatos anteriores na cidade: Já tinha ouvido falar do Brasil nas notícias de jornal, mas disse que não conhecia ninguém antes de vir.

Primeiro trabalho: ajudante de camelô durante, mais ou menos, uns oito meses, até que decide voltar para a Bolívia, onde permaneceu por um ano e casou, antes de voltar para o Brasil para trabalhar com o mesmo camelô. E, depois de algum tempo, resolve entrar para o ramo da costura por indicação de “colegas”, por achar mais rentável, como ajudante de cortador e, depois, costureiro em uma oficina coreana durante uns 4, 5 anos até que montou a própria oficina na qual trabalha até hoje, contratando outros compatriotas.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: trabalhou em apenas uma oficina de imigrantes coreanos até montar a própria oficina em sua residência.

Bairros em que já morou na cidade: Campos Elíseos e Cachoeirinha.

Lugares que freqüenta para

diversão: Santos.

saúde: Pronto Socorro (não especificou).

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Não.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já trabalhou com eles.

Qual a opinião sobre os coreanos: “São gente boa, trabalhadores”.

JULIO

Ano/Departamento de nascimento: capital de La Paz, em 1972.

Julio, de, nascido na é atualmente, mas possui. Veio para o Brasil em, aos – de La Paz, onde nasceu, depois de ter morado em –.

idade atual: 37 anos.

Ano de chegada na cidade: 1992.

idade de chegada: 20 anos

Estado Civil: separado.

Filhos: um filho brasileiro (não lembrava-se da idade).

Número de irmãos: 1 irmão.

Outros lugares de residência: Tarija, com a família, mas depois voltou para La Paz de onde partiu para a cidade de São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava, no ensino médio.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, um irmão.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Somente, de vez em quando.

Retornos para a Bolívia: Sim, duas vezes: uma para buscar a esposa, na época – depois, separou-se – e, outra, para visitar familiares.

Motivos da vinda para São Paulo: para trabalhar no setor de confecção a partir de

um anúncio de jornal visto na Bolívia, os custos da viagem foram arcados pelos anunciantes.

Os contatos anteriores na cidade: Não possuía nenhum contato próximo anterior em São Paulo.

Primeiro trabalho: Na oficina de costura do anúncio, que era de um boliviano, na qual trabalhou durante apenas um mês fugiu.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: além do trabalho na primeira oficina, trabalhou em mais duas oficinas de costura até montar uma oficina própria em sua residência. Assim que saiu da primeira oficina, foi trabalhar em uma oficina de um brasileiro, na qual ficou por 4 meses, até parar na confecção de um coreano por 10 meses, antes de montar a própria.

Bairros em que já morou na cidade: Brasilândia, Bairro do Limão e Guaianases. Atualmente possui casa própria em Guaianases.

Lugares que frequenta para

diversão: Praça Kantuta e Rua Coimbra.

saúde: Pronto socorre de Guaianases.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já trabalhou com ele.

Qual a opinião sobre os coreanos: “igual como qualquer pessoa, tem bons e tem ruins”.

ANGELA

Ano/Departamento de nascimento: capital do departamento de La Paz, em 1990.

idade atual: 19 anos.

Ano de chegada na cidade: 1994.

idade de chegada: 4 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 5 irmãos.

Outros lugares de residência: além de La Paz, morou no departamento de Cochabamba com a família, antes de se mudar para São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: era criança.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, a cada 15 dias em média.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: Veio para São Paulo, ainda criança, com a sua mãe, para encontrar o pai que tinha vindo anteriormente trabalhar como costureiro e tinha acabado de conseguir uma oficina de costura própria.

Os contatos anteriores na cidade: o pai já morava em São Paulo e possuía uma

oficina de costura.

Primeiro trabalho: começou a trabalhar, depois de terminar o colégio, como costureira em oficina de costura própria da mãe, que separou-se do seu pai.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: apenas na oficina de costura da mãe em sua própria residência, na qual trabalha até o momento.

Bairros em que já morou na cidade: Bom Retiro.

Lugares que frequenta para

diversão: Praça Kantuta

saúde: Hospital Santa Casa.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir da rádio boliviana na cidade e das notícias na televisão.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, sua mãe trabalha para lojas de coreanos.

Qual a opinião sobre os coreanos: “São tranquilos, minha mãe gosta de trabalhar para eles”.

OSCAR

Ano/Departamento de nascimento: Murrilo, província de La Paz, em 1965.

idade atual: 44 anos.

Ano de chegada na cidade: 1997.

idade de chegada: 32 anos.

Estado Civil: casado com uma boliviana.

Filhos: 2 filhos bolivianos e 5 filhos brasileiros de 5, 8, 10, 13, 15, 18 e 16 anos.

Número de irmãos: 3 irmãos.

Outros lugares de residência: devido ao trabalho como músico disse ter morado em muitos lugares, inclusive, a primeira vinda para o Brasil deu-se em 1989, aos 24 anos, quando foi para a região da fronteira, em Rio Branco.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: trabalhava como músico autônomo e professor de escola primária.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, o pai, a mãe e os 3 irmãos mais novos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Sim, mais de 10 vezes. Por vários motivos ligados à questões familiares e ao trabalho de músico que exerce até hoje, ocasionalmente.

Motivos da vinda para São Paulo:veio com a mulher e uma filha para trabalhar como músico.

Os contatos anteriores na cidade:já possuía contato com outros bolivianos que moravam na cidade de São Paulo, mas não recebeu nenhuma ajuda para vir para a cidade.

Primeiro trabalho:músico e depois trabalhou como “encarregado” em empresas até decidir entrar no ramo da costura, por parecer e ser um bom negócio na época.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade:trabalhou como costureiro em 4 oficinas, durante o período de um ano, antes de montar a própria oficina em sua residência.

Bairros em que já morou na cidade:Santana, Freguesia do Ó, Pirituba, Móoca, Luz e Ponte Rasa, na zona leste.

Lugares que frequenta para

diversão:centro, Parque Ecológico, Zoológico e Ibirapuera.

Saúde:postos do SUS (não especificou).

Se participa de alguma organização boliviana na cidade:da associação da Praça Kantuta e da Associação Cultural Bolívia Brasil.

Se acompanha o que acontece na Bolívia:Sim, acompanha as notícias através principalmente da televisão a cabo.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia:Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo:Sim, já trabalhou

com eles.

Qual a opinião sobre os coreanos: “Eles são uns exploradores”, disse que não foi legal a experiência de trabalho com os coreanos.

JOSÉ

Ano/Departamento de nascimento: província de Omasuyos, no departamento de La Paz, em 1973.

idade atual: 36 anos.

Ano de chegada na cidade: 1997.

idade de chegada: 24 anos.

Estado Civil: casado com uma boliviana.

Filhos: um filho boliviano e 5 filhos brasileiros com 5, 7, 9, 11 e 13 anos.

Número de irmãos: 4 irmãos.

Outros lugares de residência: além da província de Omasuyos onde nasceu, morou também na capital do departamento de La Paz.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: funcionário de uma empresa de plástico de donos libaneses.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, pai, mãe e irmãos (possui 3 irmãos na Bolívia e 1 na Argentina).

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo com os libaneses donos

da empresa de plástico para trabalhar para eles que fecharam seus negócios na Bolívia, pois a economia estava muito ruim.

Os contatos anteriores na cidade: Antes de vir para São Paulo possuía amigos que já tinham vindo.

Primeiro trabalho: foi caseiro de seus patrões libaneses e, depois, vendedor em suas lojas de tecidos. Até que resolveu entrar no setor de confecção com o dinheiro guardado, montou a própria oficina e começou a trabalhar para lojistas coreanos, desde 2003.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: entrou no circuito como dono de oficina para o abastecimento de lojas coreanas.

Bairros em que já morou na cidade: Belenzinho e Bom Retiro.

Lugares que frequenta para:

diversão: Parque Ecológico e Ibirapuera.

saúde: é atendido pelo SUS (não especificou).

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Não.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, trabalha para eles.

Qual a opinião sobre os coreanos: “São legais”.

ESTEVEES

Ano/Departamento de nascimento: província de Murillo, no departamento de La Paz, em 1988.

idade atual: 21 anos.

Ano de chegada na cidade: 1998.

idade de chegada: 10 anos.

Estado Civil: amigado com uma boliviana.

Filhos: não possui.

Número de irmãos: 2 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, avós e primos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo com os pais, ainda criança, que vieram trabalhar como costureiros na oficina de seus tios.

Os contatos anteriores na cidade: os seus tios já moravam em São Paulo e possuíam uma oficina de costura na qual seus pais vieram trabalhar.

Primeiro trabalho: entregador de panfletos e, depois, *office boy*.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: mora atualmente na oficina de costura dos pais, mas diz procurar outros trabalhos e no momento está desempregado.

Bairros em que já morou na cidade: Penha.

Lugares que frequenta para

diversão: Ibirapuera, Playcenter e Sesc Itaquera.

saúde: Hospital das Clínicas.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Sim, numa organização que ensina dança folclórica boliviana, chamada Saint Simon.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir de conversas telefônicas com amigos e familiares que moram na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já ouviu falar de coreanos.

Qual a opinião sobre os coreanos: “tem coreano que explora os outros e outros que não exploram, varia”.

IARA

Ano/Departamento de nascimento: província de Murrillo, no departamento de La Paz, em 1985.

idade atual: 24 anos.

Ano de chegada na cidade: 2002.

idade de chegada: 17 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 12 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: ajudante de cozinha, em La Paz.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, o pai e alguns irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Sim, 6 vezes. Para a participação de eventos familiares como casamentos, festas, enterros etc.

Motivos da vinda para São Paulo: veio sozinha a partir de “amigos” que lhe arrumaram trabalho e transporte, para trabalhar como costureira em uma oficina de coreanos,

pois a situação econômica na Bolívia estava muito ruim.

Os contatos anteriores na cidade:esses “amigos” que lhe arrumaram trabalho em uma oficina de costura de coreanos na cidade.

Primeiro trabalho:em uma oficina de costura, na qual ficou apenas por 2 meses até conseguir fugir, pois não queriam lhe pagar.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade:já mudou de oficina por volta de 7 vezes, mas continua trabalhando no ramo, atualmente, para uma oficina de bolivianos.

Bairros em que já morou na cidade:Vila Maria Alta e Brás.

Lugares que frequenta para

diversão:Praça do Correio na estação da Luz.

saúde:Posto de Saúde Vila Maria.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade:Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia:Sim, a partir de notícias na internet e em conversas com familiares e amigos que moram na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia:Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo:Sim, já trabalhou com eles.

Qual a opinião sobre os coreanos:“Não querem pagar, falam que não tem

dinheiro”.

ORESTES

Ano/Departamento de nascimento: província de Murrillo, no departamento de La Paz, em 1986.

idade atual: 23 anos.

Ano de chegada na cidade: 2002.

idade de chegada: 16 anos.

Estado Civil: casado com uma boliviana.

Número de irmãos: não informado.

Filhos: um filho brasileiro de 6 anos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: apenas estudava, ensino médio.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, uma prima.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Sim, uma vez, para visitar a família.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo, em, aos, com “amigos” que pagaram sua viagem de vinda para trabalhar em uma oficina que confeccionava vestidos.

Os contatos anteriores na cidade: Sim, possuía contato a partir daqueles

“amigos” que pagaram sua viagem e lhe arrumaram trabalho.

Primeiro trabalho:na oficina para a qual veio trabalhar, em que ficou por oito meses.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade:depois dessa primeira oficina, ainda passou por mais duas oficinas até chegar na qual trabalha atualmente.

Bairros em que já morou na cidade:Penha e Brás.

Lugares que frequenta para

diversão:Zoológico.

saúde:Pronto Socorro do Tatuapé.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade:Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia:Não.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia:Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo:Sim, já trabalhou com eles.

Qual a opinião sobre os coreanos:“Eles são muito bons”.

MARCOS

Ano/Departamento de nascimento: província de Murrillo, no departamento de La Paz, em 1984.

idade atual: 25 anos.

Ano de chegada na cidade: 2004.

idade de chegada: 20 anos.

Estado Civil: casado com uma boliviana.

Filhos: um filho brasileiro de um ano e 5 meses.

Número de irmãos: 8 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudando para tentar entrar em uma faculdade.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, seus pais, irmãos e tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, telefona por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Sim, duas vezes: uma para casar e outra para levar o filho para conhecer os avós, tios e primos na Bolívia.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo com “amigos” que pagaram sua vinda para trabalhar como costureiro.

Os contatos anteriores na cidade: somente os “amigos” por meio do qual conseguiu o primeiro trabalho em uma oficina e que arcaram com todos os custos da viagem.

Primeiro trabalho: em uma oficina de costura na qual permaneceu por dois anos.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: depois dessa primeira oficina, ainda trabalhou em mais duas oficinas até chegar na que trabalha atualmente.

Bairros em que já morou na cidade: Penha.

Lugares que frequenta para

diversão: Parque do Ibirapuera e Zoológico.

saúde: Posto de Saúde perto de sua casa. (não especificou).

Se participa de alguma organização boliviana na cidade:

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Só acompanha às vezes, nas conversas telefônicas com familiares e amigos na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim.

Qual a opinião sobre os coreanos: “não posso falar, pois não os conheço”.

OSWALDO

Ano/Departamento de nascimento: província de Ingavi, no departamento de La Paz, em 1984.

idade atual: 25 anos.

Ano de chegada na cidade: 2005.

idade de chegada: 21 anos.

Estado Civil: solteiro.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 5 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava no ensino médio.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais e irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, mais de uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Sim, 2 vezes para visitar a família.

Motivos da vinda para São Paulo: sozinho, a partir um contato de “amigos” como costureiro em uma oficina de costura na cidade.

Os contatos anteriores na cidade: conhecia apenas esses “amigos” que lhe

arrumaram o primeiro trabalho na cidade.

Primeiro trabalho: nessa oficina como costureiro, na qual permaneceu durante um ano, quando resolve voltar para a Bolívia onde ficou seis meses antes de voltar para São Paulo novamente.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade:

Oswaldo disse que já passou por várias oficinas de costura, não quis dizer quantas. E, atualmente, além do trabalho na costura, vende cartões telefônicos na praça Kantuta e rua Coimbra, aos sábados e domingos.

Bairros em que já morou na cidade: Vila Maria Baixa, Vila Maria Alta, Brás e Belenzinho.

Lugares que frequenta para

diversão: Zoológico, Parque Vila Maria e Parque do Ibirapuera.

saúde: Posto de Saúde do Pari.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, radio boliviana, notícias na internet e conversas com familiares e amigos pela internet.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim.

Qual a opinião sobre os coreanos: “Eles são trabalhadores”.

QUIARA

Ano/Departamento de nascimento: nascida na província de Murillo, no departamento de La Paz, em 1986.

idade atual: 23 anos.

Ano de chegada na cidade: 2007.

idade de chegada: 21 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 5 irmãos.

Outros lugares de residência: na própria Bolívia, além de La Paz, morou em Cochabamba e, depois, em Santa Cruz.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: trabalhava como ajudante de costura em Santa Cruz.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais e 4 irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, telefona por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo trabalhar a partir de

contato com “amigos” que lhe arrumaram um trabalho como costureira em uma oficina de costura de um coreano.

Os contatos anteriores na cidade:possuía contato a partir desses “amigos” que lhe arrumaram trabalho.

Primeiro trabalho:como costureira em uma oficina de coreanos arranjada por “amigos”, na qual permaneceu por 3 meses, até fugir.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: depois do primeiro trabalho encontrou outra oficina em que trabalha até o momento.

Bairros em que já morou na cidade:Vila Maria Alta e Parque Novo Mundo.

Lugares que freqüenta para

diversão:Praça Kantuta e Igreja Padre Bento.

saúde:Hospital do Parque Novo Mundo.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade:Sim, da Pastoral do Imigrante.

Se acompanha o que acontece na Bolívia:Sim, a partir de notícias pela internet e nas conversas telefônicas com parentes e amigos na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia:Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo:Sim, já trabalhou para eles.

Qual a opinião sobre os coreanos: “é difícil, depende, tem os bons e os ruins”.

MARIA

Ano/Departamento de nascimento: na capital de La Paz, em 1986.

idade atual: 23 anos.

Ano de chegada na cidade: 2007.

idade de chegada: 21 anos.

Estado Civil: casada com um boliviano.

Filhos: um filho boliviano, de dois anos e um filho brasileiro, de 3 meses.

Número de irmãos: não mencionou.

Outros lugares de residência: na Bolívia, além de La Paz, morou também em Pando antes de vir para São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava no ensino médio.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, ainda moram na Bolívia, os pais, os avós, os irmãos e os tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo com o marido e o filho para trabalharem como costureiros, a partir de uns “amigos” do marido que arrumaram trabalho para o casal e locomoção.

Os contatos anteriores na cidade: não possuíam nenhum contato próximo na cidade.

Primeiro trabalho: na primeira oficina arranjada na Bolívia, permaneceram apenas um mês.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: depois da primeira oficina, já trabalharam em 2 lugares diferentes, até encontrar a oficina na qual trabalham atualmente que é de donos coreanos, para quem Maria disse gostar de trabalhar.

Bairros em que já morou na cidade: Vila Maria e Jardim Brasil.

Lugares que frequenta para

diversão: Praça Kantuta.

saúde: ainda não precisaram.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia:

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já trabalhou com eles.

Qual a opinião sobre os coreanos: “gosto muito de trabalhar com eles”.

ARIELA

Ano/Departamento de nascimento: província de Murillo, no departamento de La Paz, em 1986.

idade atual: 23 anos.

Ano de chegada na cidade: 2008.

idade de chegada: 22 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 4 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava no ensino médio.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais, dois irmãos e os tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo junto com um irmão para trabalhar e morar na casa de um outro irmão que possuía uma oficina de costura na cidade.

Os contatos anteriores na cidade: o irmão que possuía uma oficina de costura na cidade em sua residência no Pari.

Primeiro trabalho: trabalha na oficina de costura do irmão desde que chegou em São Paulo.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: só trabalhou na oficina do irmão, onde mora.

Bairros em que já morou na cidade: Pari.

Lugares que freqüenta para

diversão: na Praça Kantuta

saúde: no Pronto Socorro do Pari.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir das conversas telefônicas com parentes e amigos que moram na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já ouviu falar.

Qual a opinião sobre os coreanos: “Para mim são iguais, todos são pessoas iguais”.

CONSTÂNCIA

Ano/Departamento de nascimento: capital do departamento de La Paz, em 1984.

idade atual: 25 anos.

Ano de chegada na cidade: 2008.

idade de chegada: 24 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: um filho boliviano de 6 anos, que ainda mora na Bolívia.

Número de irmãos: 8 irmãos

Outros lugares de residência: na Bolívia, mudou-se de La Paz para Cochabamba, de onde saiu para Buenos Aires, onde morou por três anos, de 2006 a 2008, trabalhando na costura.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava e depois foi para Buenos Aires trabalhar como costureira.

Se possui familiares na Bolívia e quais: os pais e 4 irmãos, os outros irmãos estão espalhados por entre Buenos Aires e São Paulo.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo em direto de Buenos Aires, na Argentina, para morar e trabalhar na casa dos irmãos que possuem uma oficina de

costura.

Os contatos anteriores na cidade: conhecia os irmãos que lhe ofereceram casa e trabalho e alguns amigos bolivianos que tinham vindo para São Paulo antes.

Primeiro trabalho: na oficina de costura do irmão.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: não mudou de oficina e, atualmente, trabalha e mora na mesma oficina dos irmãos.

Bairros em que já morou na cidade: Belenzinho.

Lugares que frequenta para

diversão: Parque do Ibirapuera e Praça Kantuta.

saúde: ainda não precisou.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Não.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já ouviu falar.

Qual a opinião sobre os coreanos: “não conheço”.

PEDRO

Ano/Departamento de nascimento:na província de Murrillo, no departamento de La Paz, em 1973.

idade atual:36 anos.

Ano de chegada na cidade:2008.

idade de chegada: 35 anos.

Estado Civil:solteiro.

Filhos:dois filhos bolivianos.

Número de irmãos:3 irmãos.

Outros lugares de residência:na Bolívia, morou nos departamentos de: Santa Cruz, Cochabamba, Oruro e Potossi devido ao trabalho. E em 2003, foi para Buenos Aires para trabalhar como costureiro no setor de confecção, onde ficou até resolver vir para São Paulo trabalhar na costura.

Atividade anterior à migração, na Bolívia:trabalho como carpinteiro em uma ONG européia chamada FIZ.

Se possui familiares na Bolívia e quais:Sim, a mãe, irmãos e tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia:Sim, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia:Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo trabalhar como

costureiro, a partir de um anúncio de trabalho visto em Buenos Aires e também devido ao incentivo de “colegas” que tinham lhe dito que o setor de confecção no Brasil estava melhor do que na Argentina, atualmente. O anúncio visto em Buenos Aires previa o embarque, pagos pelos intermediários, dos bolivianos a partir da Bolívia, por isso, antes de embarcar para São Paulo, passou um mês na Bolívia.

Os contatos anteriores na cidade: não possuía contatos próximos, apenas compatriotas que conhecera na Argentina e que lhe disseram que em São Paulo o trabalho como costureiro estava bom para os bolivianos.

Primeiro trabalho: na oficina contatada a partir de anúncio visto em Buenos Aires, permaneceu durante uma semana e depois fugiu.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: depois do primeiro trabalho que durou uma semana, foi trabalhar em outra oficina, na qual trabalha e mora até hoje.

Bairros em que já morou na cidade: Brás e Penha.

Lugares que frequenta para

diversão: Praça Kantuta, Rua Coimbra, Itapevi e Cidade Tiradentes.

saúde: não mencionou.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir das rádios bolivianas na cidade e notícias na televisão.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na

Bolívia: Sim, “tem muito coreano em Santa Cruz e trabalhei com coreanos na Argentina”.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim.

Qual a opinião sobre os coreanos: “são escravistas, tenho receio deles”.

MAYSA

Ano/Departamento de nascimento: capital do departamento de La Paz, em 1993.

idade atual: 16 anos.

Ano de chegada na cidade: janeiro de 2009.

idade de chegada: 16 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 2 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava no ensino médio.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais e irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo trazida pelos tios que possuem oficina de costura na cidade. Maysa disse que veio “conhecer” a cidade de São Paulo e ainda, um mês depois que chegara na cidade, não trabalhava e não pretendia trabalhar.

Os contatos anteriores na cidade: os tios que a trouxeram.

Primeiro trabalho: ainda não trabalha.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: nenhuma

Bairros em que já morou na cidade: no “centro”, mas não sabia especificar.

Lugares que frequenta para

diversão: Parque da Luz.

saúde: não sabe.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, pelas notícias na internet e conversas telefônicas com familiares e amigos na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, ouviu falar.

Qual a opinião sobre os coreanos: não possui nenhuma opinião.

ESTER

Ano/Departamento de nascimento: província de Murillo, no departamento de La Paz, em 1992.

Entretanto,

Dessa forma, no momento da entrevista, cerca de 1 mês depois que tinha chegado

idade atual: 17 anos.

Ano de chegada na cidade: janeiro de 2009.

idade de chegada: 17 anos.

Estado Civil: solteira.

Filhos: não possui filhos.

Número de irmãos: 7 irmãos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: estudava no ensino médio, mas ainda faltava três anos para terminar.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais, avós e irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo trazida pelo tio que possui oficina de costura na cidade para conhecer São Paulo e, “talvez”, trabalhar na costura. Entretanto, logo depois que chegou, a mãe começou a passar por problemas na Bolívia e ela quer voltar, mas o tio não deixa, pois quer que ela trabalhe em sua oficina. De acordo com Ester, o tio acha que ela está lhe enganando e que se ele lhe der dinheiro ela não voltará para Bolívia, mas fugirá para outra oficina.

Os contatos anteriores na cidade: os tios que a trouxeram.

Primeiro trabalho: provavelmente será na oficina de costura do tio.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: ..não começou a trabalhar ainda.

Bairros em que já morou na cidade: não soube informar.

Lugares que frequenta para

diversão: O dia da entrevista era o primeiro em que ia até a Praça Kantuta, até então não tinha saído muito da casa dos tios.

saúde: Não sabia informar.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, através das conversas telefônicas com parentes e amigos na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Não.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, já ouviu falar.

Qual a opinião sobre os coreanos:“minha opinião é que os coreanos estão no ramo da costura, só isso”.

YOLANDA

Ano/Departamento de nascimento: província de Murillo, no departamento de La Paz, em 1983.

idade atual: 26 anos.

Ano de chegada na cidade: janeiro de 2009.

idade de chegada: 26 anos.

Estado Civil: casada com um boliviano.

Número de irmãos: 7 irmãos.

Filhos: dois filhos bolivianos, um de 5 anos e outro de 1 ano e 6 meses.

Outros lugares de residência: Na Bolívia, já morou, além de La Paz, em Cochabamba, Santa Cruz e Oruro a trabalho. E, antes de vir para o Brasil, tinha morado durante 3 anos em Buenos Aires.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: Na Bolívia, trabalhava como vendedora de uma empresa de perfumes.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais, os avós, boa parte dos irmãos e tios.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sim, por volta de uma vez por mês.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio com os tios e filhos para trabalhar.

Os contatos anteriores na cidade: Os tios já moravam em São Paulo e a trouxeram da Argentina para morar com eles.

Primeiro trabalho: limpeza em casa de família.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: diz não ter trabalhado como costureira.

Bairros em que já morou na cidade: mora “próximo da Kantuta”.

Lugares que freqüenta para

diversão: ainda não conhece.

saúde: ainda não conhece.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir das notícias do canal 7.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Não.

Qual a opinião sobre os coreanos: “São bons na Bolívia, não tenho nada contra eles”.

CARMEM

Ano/Departamento de nascimento: na capital do departamento de Santa Cruz, em 1977.

idade atual: 32 anos.

Ano de chegada na cidade: 2005

idade de chegada: 28 anos.

Estado Civil: casada com um boliviano.

Número de irmãos: 7 irmãos.

Filhos: um filho boliviano de 9 anos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de Santa Cruz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: trabalhava em um restaurante de “comida rápida”.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, os pais e os irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Sempre, pelo menos uma vez por semana.

Retornos para a Bolívia: Sim, uma vez para regularizar os documentos.

Motivos da vinda para São Paulo: veio para São Paulo com o filho tentar uma vida melhor aqui, porque os salários na Bolívia estavam muito baixos.

Os contatos anteriores na cidade: Conhecia uma “amiga” em São Paulo, na casa da qual ficou hospedada assim que chegou.

Primeiro trabalho: como comerciante, revendedora de roupas.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade: continua trabalhando como comerciante, diz não ter trabalhado com costura em São Paulo.

Bairros em que já morou na cidade: Centro, Luz e Vila Matilde.

Lugares que frequenta para

diversão: Praça Kantuta e *shoppings*.

saúde: Hospital do Servidor Público.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade: Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia: Sim, a partir de notícias na internet e conversas telefônicas com familiares e amigos na Bolívia.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia: Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo: Sim, ouviu falar.

Qual a opinião sobre os coreanos: “eles tem uma cultura diferente”.

LOURDES

Ano/Departamento de nascimento: na empresa mineira de Colkiri, povíncia Lhasa, no departamento de La Paz, em 1965.

idade atual: 34 anos.

Ano de chegada na cidade: 2008.

idade de chegada: 33 anos.

Estado Civil: casada com um boliviano.

Número de irmãos: 3 irmãos.

Filhos: 6 filhos bolivianos com 4, 15, 18, 21, 23 e 24 anos.

Outros lugares de residência: não morou em mais nenhum outro lugar além de La Paz e São Paulo.

Atividade anterior à migração, na Bolívia: fazia artesanatos.

Se possui familiares na Bolívia e quais: Sim, o pai e os irmãos.

Frequência das ligações telefônicas para a Bolívia: Nunca telefona para a Bolívia.

Retornos para a Bolívia: Não retornou mais desde que chegou em São Paulo.

Motivos da vinda para São Paulo: veio com o marido e os filhos para trabalhar com um lugar arrumado.

Os contatos anteriores na cidade: conhecia uma prima que morava na cidade.

Primeiro trabalho:ajudante de cozinha.

Número de oficinas em que trabalhou até o momento, na cidade:
continua no mesmo trabalho de ajudante de cozinha e diz não ter trabalhado com costura em São Paulo.

Bairros em que já morou na cidade:Móoca e Brás.

Lugares que freqüenta para

diversão:Praça Kantuta.

saúde:não soube mencionar.

Se participa de alguma organização boliviana na cidade:Não.

Se acompanha o que acontece na Bolívia:Não.

Se já tinha ouvido falar dos coreanos quando estava na Bolívia:Sim.

Se conheceu/ouviu falar de coreanos em São Paulo:Não.

Qual a opinião sobre os coreanos:não quis opinar.